



**UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN**

**Análise da Necessidade Formativa do Professor para dar
Respostas aos Planejamentos da Educação Especial nos anos
iniciais do Ensino Fundamental I: Um Estudo no Município de
Ariquemes - RO/Brasil**

Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas

Asunción, Paraguay

2024

Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas

**Análise da Necessidade Formativa do Professor para dar
Respostas aos Planejamentos da Educação Especial nos anos
iniciais do Ensino Fundamental I: Um Estudo no Município de
Ariquemes - RO/Brasil**

Tese presentada ao Curso de Posgrado de la
Facultad de Ciencias Humanísticas y de la
Comunicación como requisito final a la obtención
del título de Doctora en Ciencias de la Educación.

Professor Orientador: Dr. José António Torres Gónzales

Asunción, Paraguay

2024

Lucas, Rosana E. X. S. 2024. **Análise da Necessidade Formativa do Professor para dar Respostas aos Planejamentos da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental I: Um Estudo no Município de Ariquemes - RO/Brasil.** Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas. Asunción Paraguay, p. 261.

Tutor: Dr. José António Torres Gónzales
Tese Acadêmica de Doutorado em Ciências da Educação - UAA, 2024.

Palavras-chave:

1. Inclusão 2. Educação Especial 3. Ensino Fundamental 4. Planejamento
5. Formação.

Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas

Análise da Necessidade Formativa do Professor para dar Respostas aos Planejamentos da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental I: Um Estudo no Município de Ariquemes-RO/Brasil

Tutor: Dr. José António Torres Gónzales

Esta tesis fue evaluada y aprobada en ____/____/____ para la obtención del título de Doctora em Ciências de la Educación por la Universidad Autónoma de Asunción-UAA

Comissão Julgadora

Professor (a) Dr. (a). Nome do Presidente da banca

Professor (a). Nome do 2º componente da banca

Professor (a). Nome do 3º componente da banca

Professor (a). Nome do 4º componente da banca

Dedicatória

À minha mãe **Inês Xavier da Silva** (*in memoriam*) pelo amor incondicional e incentivo para que este trabalho fosse concluído.

AGRADECIMENTOS

À Deus, por seu infinito e supremo amor, por me conceder vida e força para levantar-se todos os dias para continuar vivendo, trabalhando e estudando.

À minha família, por compreender minhas fases de altos e baixos quando em letargia pronunciava desistir, meu esposo, meu pai, minhas irmãs, filhos e demais familiares e amigos que acreditaram e me incentivaram para concretização desse trabalho.

Aos meus professores pelos ensinamentos recebidos, minha eterna gratidão.

À universidade e seus colaboradores por serem sempre prestativos e gentis.

Aos colegas de curso que dividiram comigo momentos bons e ruins, que aqui criamos laços de amizade durante a jornada de doutorado.

Ao meu grande amigo o qual conheci durante o curso de doutorado da mesma turma Mauro da Silva (in memoriam).

Ao orientador Dr. José António Torres Gónzales, pela exitosa experiência, dedicação e tempo transmitido para me orientar para que este trabalho terminasse com êxito.

À todos que de alguma forma marcaram, contribuíram e, assim, são também, merecidamente, participantes neste trabalho, meus sinceros agradecimentos.

"A única página em branco na minha vida se chama AMANHÃ. Hoje estou vivendo conforme sussurra minha alma. ONTEM fortaleceu meus passos sem ele jamais chegaria aonde estou HOJE e muito menos com a fé no AMANHÃ. Dias cinzas são testes de sobrevivência. Eu continuo sendo aprendiz."

Vitor Ávila

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1 - MARCO TEÓRICO E REFERENCIAL	4
1.1 Marco Histórico da Educação Inclusiva no Brasil.....	4
1.2 O Papel da Escola e contexto histórico da educação inclusiva.....	28
1.3 A Inclusão Escolar e a Aprendizagem do Discente com Deficiência.....	46
1.4 O Contexto Histórico do Ensino Fundamental	60
1.5 O Papel do Docente na Inclusão Escolar no Ensino Fundamental I.....	71
1.6 A Necessidade Formativa do Professor para dar Respostas aos Planejamentos da Educação Inclusiva no Ensino Fundamental I	82
1.7 O Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) no Trabalho Pedagógico	100
1.8 O Emprego das Tecnologias Da Informação e da Comunicação (TIC) no Planejamento da Educação Inclusiva no Ensino Fundamental I	117
1.9. A Interdisciplinaridade no Ensino Fundamental	125
CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO	142
2.1 Justificativa da investigação.....	142
2.2. Problema de Investigação.....	143
2.3. Objetivos	143
2.3.1 Objetivo geral	143
2.3.2 Objetivos específicos.....	143
2.4. Desenho Metodológico	144
2.5. Tipo de enfoque da pesquisa	145
2.6. Delimitação de pesquisa.....	147
2.7.1 Perfil das Escolas participantes	150
2.7.3. Técnicas e instrumentos da Coleta de Dados	158
2.7.4. Questionário	159

2.7.5. Procedimento para Coleta de Dados.....	160
2.7.6. Técnicas de Análise e Interpretação dos Dados.....	160
CAPÍTULO 3 - RESULTADOS DA PESQUISA.....	162
3.1. Apresentação da análise dos resultados.....	162
3.2. Perfil dos Resultados dos professores do Ensino Fundamental.....	162
GRÁFICOS DOS RESULTADOS - COORDENADORES.....	191
3.3 Organização dos Resultados dos Objetivos.....	202
3.2.1 Organização dos resultados do Primeiro Objetivo.....	202
CAPÍTULO 4 - CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES.....	205
4.1 Conclusão	205
4.2 Recomendações	208
REFERÊNCIAS.....	211
ANEXOS	230

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tamanho do Universo/população e mostra.....	173
Tabela 2 - Caracterização dos articipantes.....	173
Tabela 3 - Caracterização coordenadores pedagógicos.....	174
Tabela 4 - Quantidades de professores e coordenadores.....	175

LISTA DE ABREVIATURAS

LBI	Lei Brasileira de Inclusão
LDB	Lei Diretrizes e Base Educacional Brasil
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira
CEPAL	Comissão Econômica da América Latina e Caribe
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
MEC	Ministério da Educação
CEDES	Centro de Estudos de Educação Sociedades
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação e Sociedade
ANDES	Associação Nacional Docentes do Ensino Superior
UNESCO	Organização para Nações Unidas
UNICEF	Fundo Nacional Unidas para a Infância
PNUD	Programas Nações Unidas para o Desenvolvimento
UCA	Um Computador por Aluno

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Localização do Brasil na América do Sul
- Figura 2 - Localização de Rondônia no Mapa do Brasil
- Figura 3 - Localização do Município de Ariquemes no Mapa de Rondônia
- Figura 4 – Esquema metodológico
- Figura 5 - Escola Municipal Chapeuzinho Vermelho
- Figura 6 - Com os alunos na Escola
- Figura 7 - Escola Municipal Roberto Turbay
- Figura 8 - Espaço Interno
- Figura 9 - Evento na Escola

LISTA DE GRÁFICOS

- Gráfico 1 Resposta dos Professores
- Gráfico 2 Idade
- Gráfico 3 Escolaridade
- Gráfico 4 Tempo de atuação
- Gráfico 5 Tempo de atuação
- Gráfico 6 Escola /trabalha
- Gráfico 7 Inclusão/alunos
- Gráfico 8 Participação em cursos
- Gráfico 9 Recursos físicos
- Gráfico 10 Plano de ensino
- Gráfico 11 Inclusão/alunos
- Gráfico 12 Propostas pedagógicas
- Gráfico 13 Interação /alunos
- Gráfico 14 Família/escola
- Gráfico 15 Planejamento adaptado
- Gráfico 16 Dificuldades/orientador
- Gráfico 17 Ideias /experiências
- Gráfico 18 Plano de ensino
- Gráfico 19 percepção
- Gráfico 20 Estudantes
- Gráfico 21 Função profissional
- Gráfico 22 Atendimento educacional
- Gráfico 23 Atendimento especializações
- Gráfico 24 Ensino Regular
- Gráfico 25 Estudantes com deficiências
- Gráfico 26 Comunidade escolar
- Gráfico 27 Acessibilidade
- Gráfico 28 Equipe pedagógica
- Gráfico 29 Envolvimento afetivo
- Gráfico 30 Família/ estudante

Gráfico 31	Reuniões
Gráfico 32	Plano de atendimento
Gráfico 33	Deficiências/propostas
Gráfico 34	Habilidades

RESUMO

Esta tese teve como objetivo geral analisar as necessidades de formação dos professores de Educação Especial no desenvolvimento do trabalho docente, em duas Escolas Municipais de Educação Infantil e Ensino Fundamental Chapeuzinho Vermelho - Ariquemes-RO e Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Roberto Turbay - Ariquemes -RO. Para tanto, as políticas públicas têm muito que melhorar não só no quesito de “determinar”, mas sim de investigar; tanto o que determina e o que está sendo cumprido. No entanto esta pauta, demanda em dar respostas aos anseios de planejamentos pedagógicos dos professores, esta pesquisa se configurou no período de 2023 a 2024. Esta investigação se configurou como uma Pesquisa de Campo Exploratória, descritiva, com Enfoque Qualiquantitativo. O universo e População dessa amostra foi com professores e coordenadores pedagógicos através de questionários com perguntas abertas e fechadas. Os resultados mostram que os resultados da pesquisa indicam que o sucesso da formação em relação a educação especial é respaldado por políticas públicas governamentais, através do desempenho e formação na inclusão e desenvolvimento profissional contínuo.

Palavras-chave: Formação contínua; Inclusão da educação especial; criatividade pedagógica

ABSTRACT

This thesis had the general objective of analyzing the training needs of Special Education teachers in the development of teaching work, in two Municipal Schools of Early Childhood Education and Elementary Education Red Riding Hood - Ariqueemes-RO and Municipal School of Early Childhood Education and Elementary Education Roberto Turbay - Ariqueemes -RO. To this end, public policies have a lot to improve not only in terms of “determining”, but also investigating; both what determines and what is being fulfilled. However, this agenda demands responses to teachers' desires for pedagogical planning. This research took place between 2023 and 2024. This investigation took the form of an Exploratory, descriptive Field Research, with a Quali quantitative Focus. The universe and population of this sample were teachers and pedagogical coordinators through questionnaires with open and closed questions. The results show that the research results indicate that the success of training in relation to special education is supported by government public policies, through performance and training in inclusion and continuous professional development.

Keywords: Continuous training; Inclusion of special education; pedagogical; creativity

RESUMEN

Esta tesis tuvo como objetivo general analizar las necesidades de formación de docentes de Educación Especial en el desarrollo de la labor docente, en dos Escuelas Municipales de Educación Infantil y Educación Primaria Caperucita Roja - Arikemes-RO y Escuela Municipal de Educación Infantil y Educación Primaria. Roberto Turbay - Arikemes -RO. Para ello, las políticas públicas tienen mucho que mejorar no sólo en términos de “determinar”, sino también de investigar; tanto lo que determina como lo que se está cumpliendo. Sin embargo, esta agenda exige respuestas a los deseos de planificación pedagógica de los docentes. Esta investigación se desarrolló entre 2023 y 2024. Esta investigación tomó la forma de una Investigación de Campo Exploratoria, descriptiva, con Enfoque Cualitativo. El universo y población de esta muestra fueron docentes y coordinadores pedagógicos a través de cuestionarios con preguntas abiertas y cerradas. Los resultados muestran que los resultados de la investigación indican que el éxito de la formación con relación a la educación especial está sustentado en las políticas públicas gubernamentales, a través del desempeño y la formación en inclusión y desarrollo profesional continuo.

Palabras clave: Formación continua; Inclusión de educación especial; creatividad pedagógica

INTRODUÇÃO

Analisar a educação escolar das pessoas com algum tipo de deficiência nos remete não apenas a questões referentes a limites e possibilidades, como também aos preconceitos existentes nas atitudes das pessoas. As políticas de inclusão social da pessoa com deficiência no Brasil passam por momentos importantes de retrocessos, a partir do processo de reordenamento da política econômica que vem ocorrendo no país. A Lei nº 13.146/2015, lei Brasileira de Inclusão (LBI), tem como objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania. A educação especial, entendida como uma proposta no campo educacional com o movimento de inclusão social, na tentativa de equiparação de oportunidades para todos, tem como foco prioritário grupos vulneráveis como forma de resistência aos processos de exclusão social. Para Mantoan (2004, p. 20):

“A inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldades de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. Os alunos com deficiência constituem uma grande preocupação para os educadores inclusivos, mas todos nós não sabemos que a maioria dos que fracassam na escola são alunos que não vêm do ensino especial, mas que possivelmente acabarão nele” (MANTOAN, 2004, p. 20).

A formação do professor exige a criticidade e eles são detentores desses questionamentos internos tantos que estão expondo para que se consiga ter respostas aos seus anseios. Não pode deixar nosso aluno no vácuo para somente se adaptar Freire (2000), mas dar oportunidade para que a integração e interação aluno/professor seja mais pacífica possível.

Esta tese busca apresentar uma linha teórica na qual explicita as contradições presentes entre a formação dos professores e as soluções postas para educação escolar, limitadas ao âmbito dessa instituição, ou tomando-a como força de transformação social, desconsiderando as determinações que fazem da escola o que ela é. Diante dessa circunstância, a **situação problemática** pauta-se no entendimento de que as políticas públicas tem muito que melhorar não só no quesito de “determinar”, mas sim de investigar; tanto o que determina e o que está sendo cumprido na escola, a escola também é responsável por oferecer condições adequadas para que os professores possam desempenhar seu papel com eficiência,

como formação continuada e recursos pedagógicos específicos para atender as demandas da Educação Especial inclusiva. É fundamental que os docentes se aprimorem nas práticas educacionais inclusivas e, conseqüentemente, garantir uma educação de qualidade para todos os estudantes, independentemente das suas diferenças individuais.

Diante disso, a **pergunta central** foi: O sucesso da educação especial esta respaldada em grande medida, por um planejamento qualificado para responder as necessidades diferenciadas de seus estudantes, os professores estão planejando para dar respostas a uma aprendizagem de sucesso?

As duas Escolas: Escola Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho e Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Roberto Turbay, estão respaldadas no contexto do planejamento escolar inserindo a formação continuada e qualificados para receber os alunos, contextualizando a Educação Especial na inclusão, esta pesquisa deu-se no período 2023 a 2024 nas respectivas escolas na Cidade de Ariquemes - RO.

E como **perguntas específicas**: 1 - Quais ações pedagógicas que a coordenação desenvolve junto aos professores da educação especial? 2- Quais as contribuições da formação continuada no processo de criticidade e criatividade pedagógica dos Educadores? 3 - Quais são as competências e habilidades que devem ter os professores que atendem os estudantes da educação especial?

Esta pesquisa teve como **objetivo geral**: Analisar as necessidades de formação dos professores de Educação Especial no desenvolvimento do trabalho docente. Nas respectivas Escolas citadas acima.

Para tanto, foram traçados os seguintes **objetivos específicos**: 1 - Analisar a necessidade formativa para dar suporte aos planejamentos do professor na educação especial. 2 - Descrever sob a luz dos teóricos as atividades propostas e desenvolvidas pelos docentes em sala de aula regular se evidenciam claramente o ensino aprendizagem e interação inclusiva. 3 - Investigar a realidade cotidiana da práxis educativa em sala de aula do professor na educação especial. 4 - Analisar o trabalho de acompanhamento da práxis educativa do docente na educação especial por parte da equipe pedagógica da unidade escolar.

A **hipótese** aqui levantada foi a seguinte: a formação e qualificação dos professores da Educação Especial das respectivas escolas em Ariquemes – RO, está diretamente relacionada à qualidade do suporte pela Prefeitura local. As escolas

pertencem a SEMED e a prefeitura podem oferecer suporte adequado aos professores, como formação continuada e recursos pedagógicos específicos para atender as demandas da Educação Especial.

Este estudo **justifica-se** pelo entendimento de que a formação continuada e a Educação Especial são campos de atuação que tem ganhado destaque no Brasil nas últimas décadas. No entanto, a inclusão de estudantes com deficiência ainda é um desafio para as escolas, e os professores e coordenadores pedagógicos tem um papel fundamental no processo de ensino e aprendizagem desses estudantes.

Nesse sentido, é importante analisar a relevância da capacitação pedagógica do docente na implementação dos planos de ensino da educação especial nos primeiros anos do Ensino Fundamental I: um estudo no município de Ariquemes – RO/Brasil

Quanto a **validação dos Instrumentos**: Para que toda esta operacionalização de coleta de dados e análise possa ocorrer, após a elaboração dos instrumentos de pesquisa, seguir-se-á a etapa de validação dos instrumentos. Serão escolhidos 03 (três) Doutores que irão analisar os instrumentos de pesquisa e coleta de dados, com a finalidade de diagnosticar o grau de concordância destes com os objetivos de pesquisa, bem como, de analisar a coesão e a coerência das questões previamente elaboradas, à luz das variáveis a que devem proferir respostas.

A pesquisa pode fornecer informações valiosas sobre a importância da formação continuada na promoção da qualidade do ensino e no desenvolvimento dos alunos com necessidades especiais. Isso pode contribuir para a formação de professores mais capacitados para lidar com a diversidade presente nas salas de aula, bem como para a criação de um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor para todos os alunos. A investigação pode ajudar a identificar as principais dificuldades enfrentadas pelos professores e coordenadores pedagógicos na educação especial e, conseqüentemente, a apontar possíveis soluções para esses desafios. Isso pode resultar em mudanças significativas para a escola e toda comunidade escolar. Esta tese encontra-se sistematizada em capítulos 1. 2. 3. 4 e por fim, no Capítulo 5 onde são apresentadas as Recomendações, salientando a divulgação desta pesquisa no meio acadêmico internacional e brasileiro, especialmente abrangendo as Secretarias Municipais de Ensino do Município de Ariquemes - RO.

CAPÍTULO 1 - MARCO TEÓRICO E REFERENCIAL

1.1 Marco Histórico da Educação Inclusiva no Brasil

Nos últimos anos, o movimento Inclusivo influenciou as políticas públicas e os sistemas educacionais em nível nacional e internacional, promovendo novas perspectivas de acesso à educação continuada para todos os indivíduos e necessidades especiais, especialmente a inclusão de alunos com deficiência. No Brasil, o cenário da década de 90 e início do século XXI representa o estabelecimento de princípios e metas para a educação inclusiva, com a publicação de documentos e leis, tais como, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Brasil, 1996). A Educação Inclusiva no Brasil surgiu a partir “ações isoladas e individuais por parte de pessoas que diretamente estavam envolvidas com a questão da deficiência, e esse envolvimento, quase sempre esteve respaldado por experiências desenvolvidas na Europa e nos Estados Unidos”. (Mazzotta, 2005, p. 17)

A educação inclusiva é hoje considerada um dos grandes desafios da educação continuada brasileira. Sobre a educação inclusiva, entende-se como o processo que inclui, em todos os níveis da rede regular de ensino, todas as pessoas, independentemente de suas diferenças individuais, que lhes garanta, além de suas habilidades, acessibilidade, permanência e domínio do conhecimento de que todos desfrutam produzidos pela história e coletivo da humanidade. Este é o verdadeiro sentido da democratização da educação. (Deimling & Moscardini, 2009)

No século XX, a questão educacional foi moldada mais por uma concepção médico-pedagógica, com maior foco nas causas biológicas da deficiência. Com o avanço da psicologia, novas teorias de aprendizagem começaram a influenciar a educação e a moldar conceitos no campo da psicologia, que enfatizavam a importância das escolas com novos métodos e técnicas. Durante a década de 1990 e início do século XXI, as pesquisas sobre educação especial no Brasil se desenvolveram. É possível destacar três perspectivas sociais que marcaram o desenvolvimento da educação especial no tratamento de pessoas com necessidades especiais, notadamente, para pessoas com deficiência: desfavorecidos, assistência social e educação/reabilitação. Diz-se que as primeiras atividades de educação e/ou

atendimento a pessoas especiais se basearam na criação de campanhas voltadas especificamente para pessoas com deficiência. Essas ações isolacionistas são quase sempre realizadas por organizações privadas (Apae e Pestalozzi), mas são apoiadas pelo governo federal. (Mazzotta, 2005)

Levando em conta, todas as variáveis relacionadas à inclusão escolar, como a formulação de políticas públicas para legitimar essa inclusão, a estrutura institucional da escola, recursos financeiros e físicos e pedagogia, qualificação dos profissionais e condições de trabalho e carreira, acredita-se que, para realizar uma educação verdadeiramente inclusiva, é preciso reestruturar completamente a sociedade, no sentido de instituições de ampla orientação democrática, mais do que o direito de arquitetar, seja capaz de construir uma realidade que seja realmente justa para todos os sujeitos, independentemente das singularidades que exibam, sejam reconhecidos como cidadãos, assumindo as responsabilidades que esta condição implica. (Deimling & Moscardini, 2009)

Segundo Mantoan (2011), quando se refere aos antecedentes históricos relacionados só desenvolvimento histórico da educação especial no Brasil, é importante destacar que esta começou no século XIX, quando serviços específicos para nossos segmentos populacionais, inspirados nas experiências norte-americana e europeia, foram prestados por brasileiros dispostos a se organizar e realizar ações específicas para ajudar as pessoas física, mental e emocionalmente. defeitos. Essas iniciativas não foram integradas às políticas públicas de educação e levou quase um século para que a educação especial se tornasse um dos componentes do nosso sistema educacional. De fato, no início da década de 1960, esse tipo de ensino foi oficialmente instituído, com o nome de “ensino especial”.

Segundo Mantoan (2011) Portanto, pode-se dizer que a história da educação das pessoas com deficiência no Brasil está dividida em três períodos principais:

[...] de 1854 a 1956 – marcado por iniciativas de caráter privado;
de 1957 a 1993 – definido por ações oficiais de âmbito nacional;
de 1993... – Caracterizado pelos movimentos em favor da inclusão escolar.
No primeiro período enfatizou-se o atendimento clínico especializado, mas incluindo a educação escolar e nesse tempo foram fundadas as instituições mais tradicionais de assistência às pessoas com deficiências mental, físicas e sensoriais que seguiram o exemplo e o pioneirismo do Instituto dos Meninos Cegos, fundado na cidade do Rio de Janeiro, em fins de 1854. Entre a fundação desse Instituto e os dias de hoje, a história da educação especial no Brasil foi se estruturando, seguindo quase sempre modelos que primam pelo assistencialismo, pela visão segregativa e por uma segmentação das deficiências, fato que contribui ainda mais para que a formação escolar e a vida social das crianças e jovens com deficiência aconteçam em um mundo à parte.

A educação especial foi assumida pelo poder público em 1957 com a criação das “Campanhas”, que eram destinadas especificamente para atender a cada uma das deficiências. Nesse mesmo ano, instituiu-se a Campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – CESB, seguida da instalação do Instituto Nacional de Educação de Surdos – INES, que até agora existe, no Rio de Janeiro/RJ. Outras Campanhas similares foram criadas posteriormente, para atender à outras deficiências. Em 1972 foi constituído pelo Ministério de Educação e Cultura – MEC o Grupo-Tarefa de Educação Especial e juntamente com o especialista James Gallagher, que veio ao Brasil a convite desse Grupo, foi apresentada a primeira proposta de estruturação da educação especial brasileira, tendo sido criado um órgão central para geri-la, sediado no próprio Ministério e denominado Centro Nacional de Educação Especial – CENESP. Esse Centro, hoje, é a Secretaria de Educação Especial – SEESP, que manteve basicamente as competências e estrutura organizacional de seu antecessor, no MEC. (Mantoan, 2011, p. 04)

Desde 1979, quando foi instituído o Ano Internacional da Pessoas Deficientes (AIPD), diversos grupos organizados e liderados por pessoas com deficiência começaram a se unir para lutar por seus direitos. Fruto do movimento, em Brasília, em 1980, foi realizado o primeiro Encontro Nacional de Entidades de Pessoas Deficientes, com a presença de cerca de 1.000 participantes, entre pessoas com deficiência de todo o país. Este é o primeiro evento em que uma pessoa com deficiência não tem a presença de especialistas, mas é representada por ele mesmo.

A partir dessa iniciativa, surgiram novas organizações na década de 1980, como: Federação Brasileira de Entidades de Cegos, a Organização Nacional de Entidades de Deficientes Físicos, a Federação Nacional de Integração de Surdos e a Associação de Paralisia Cerebral do Brasil (APCB). Toda essa estrutura foi organizada pelas próprias pessoas com deficiência, lançando o movimento de autoajuda no Brasil em torno de uma área que até então permanecia sob a supervisão do Estado e de cinco organizações de ajuda. Como resultado desse movimento e de suas demandas, o governo federal passou a se estruturar para criar uma política que beneficiasse esse segmento, processo que começou com instituições de ensino especializadas. (Brasil, 1996)

Salienta-se que em 1990, no Brasil, os modelos de educação inclusiva têm influenciado as políticas públicas e o sistema educacional. Cursos de formação de professores em serviço são fornecidos para preparar os professores para os desafios de trabalhar com alunos com deficiência em ambientes de educação especial. O decreto nº. 6.571 de 2008, afiançou a “formação continuada de professores para o Atendimento Educacional Especializado.” (art. 3º, §2) e a resolução nº 04 de 2009, em seu art.12º, são previstas necessidades de formação inicial para capacitar os

professores para o exercício da docência, com formação específica para a educação especial. (Zanellato & Poker, 2012)

A inclusão é uma inovação relacionada aos esforços para modernizar e reestruturar as condições atuais da maioria das escolas, assumindo que as dificuldades de alguns alunos não são exclusivas deles, mas em grande parte por causa da forma como a instrução é ministrada e por quem é projetado e avaliado. O autor destaca que, dessa forma, inclusão implica mudança; questiona não apenas as políticas e instituições de educação especial e continuada, mas também o próprio conceito de integração. Envolve mudanças nas atitudes pedagógicas, pois atinge não apenas os alunos com deficiência e com dificuldades de aprendizagem, mas todos os demais, para que possam ter sucesso educacional. A inclusão é uma provocação, cujo objetivo é melhorar a qualidade do ensino nas escolas, atingindo todos os insatisfatórios em suas salas de aula. (Mantoan, 2006a)

Para fundamentar o estudo relacionado a educação inclusiva, cabe destacar, que alguns fatores acarretam sérias consequências ao ser humano, por exemplo, “O baixo peso ao nascer e a prematuridade são eventos que aumentam o risco da criança para alterações globais em seu desenvolvimento, tais como: distúrbios de linguagem, de motricidade, de aprendizagem e atraso neuropsicomotor”. (Oliveira, Lima & Gonçalves, 2003, p. 03)

Deve-se enfatizar, que cada indivíduo é único dentro de uma classe de aulas, tendo em vista, que as manifestações de dificuldades de desenvolvimento variam amplamente e podem ser mentais, físicas, auditivas, visuais ou relacionais. A deficiência intelectual é caracterizada por um funcionamento intelectual significativamente abaixo da média que começa durante a infância e está associado a limitações em pelo menos dois aspectos da função adaptativa: comunicação, autocuidado, atividades da vida diária, habilidades sociais, recursos da comunidade, independência, estudo, lazer e habilidades de trabalho. A hipóxia perinatal e as infecções congênitas são as condições mais comuns que predisõem os bebês à deficiência intelectual. Os distúrbios do desenvolvimento do relacionamento são caracterizados principalmente por deficiências na comunicação e interação social. Algumas crianças têm deficiências cognitivas, sendo o autismo o mais grave desses muitos tipos de entidades. (Miranda, Resegue & Figueiras, 2003)

Deste ponto de vista, a questão é liberar o potencial transformador das ações educativas, ampliando suas concepções e multiplicando os espaços de promoção,

afirmando ecossistemas educacionais. Dada a diversificação do acesso ao conhecimento na sociedade atual, não se pode dizer que a escola cumpra esta função sozinha. A tecnologia da informação está revolucionando a forma como o conhecimento é construído e tende a se multiplicar ao longo dos anos. As escolas são cada vez mais desafiadas diante de dilemas enraizados nas diferenças, com educação inclusiva, na diversidade cultural e étnica de sujeitos e atores. (Rodrigues & Santos, 2020)

Verbera-se que a educação inclusiva é um processo que ocorre em escolas de qualquer série/ano que estejam preparadas para oferecer educação de qualidade a todos os alunos, independentemente de atributos individuais, inteligência, estilos de aprendizagem ou traços de personalidade, suas necessidades coletivas ou especiais.

A inclusão na escola é uma forma integrada em que o ensino regular tradicional se modifica para poder acolher qualquer aluno sem condições e proporcionar-lhe uma educação de qualidade. Para a inclusão, as pessoas com deficiência frequentam a escola que frequentariam se não tivessem deficiência. (Sasaki, 1998)

Portanto, para que haja a verdadeira inclusão do estudante portador de deficiência, é necessário que os demais possam entender que todos são responsáveis para que isso continue ocorrendo, desse modo, “[...], não deve ser simples espectador” (Freire, 1985, p. 61), assim sendo, “a primeira condição para que um ser humano possa assumir um ato comprometido está em ser capaz de agir e refletir” (1985, p. 16)

O ato de ensinar é um processo social (enraizado em cada cultura, com suas normas, tradições e leis), mas também é um processo profundamente pessoal: cada ser humano desenvolve um estilo, à sua maneira, de acordo com o que se espera das massas. A sociedade ensina. Instituições aprendem e ensinam. Os professores aprendem e ensinam. Sua personalidade e sua competência ajudam mais ou menos. Ensinar depende também de o aluno querer aprender e estar apto a aprender em determinado nível (depende da maturidade, da motivação e da competência adquiridas). (Moran, 2006)

No que se refere ao marco da educação inclusiva no Brasil, destaca que:

Se a existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. Ele não nasce sabendo produzir-se como homem. Ele necessita aprender a ser homem, precisa aprender a produzir sua própria

existência. Portanto, a produção do homem é, ao mesmo tempo, a formação do homem, isto é, um processo educativo. A origem da educação coincide, então, com a origem do homem mesmo. (Saviani, 2007, p. 154).

Beatón (2015), menciona que a brilhante formação conceitual e atividade do desenvolvimento humano, no âmbito do desenvolvimento próximo, iminente ou provável e na concepção e interpretação do domínio do auto comportamento como o centro do desenvolvimento da vontade, independência, autocontrole e ação ativa. papel do sujeito em sua vida. De acordo com a polêmica histórica na pedagogia, segundo a qual o professor é aquele que ocupa o papel central e ativo na formação do sujeito ou o aluno que ocupa esse papel.

Nesse aspecto de transcendência, Vygotsky, guiado por sua autêntica dialética ou seu método composto, diz que ambos têm um papel positivo, sendo o último esperado tanto as forças internas que motivam a educação, como a organização, direção e orientação do professor, quanto o que ele tem nos alunos é a formação e o desenvolvimento cultural.

Preconiza-se que o professor tenha a formação e desenvolvimento intrapsicológico e pessoal, a partir de uma ampla formação social e cultural, que permite organizar e orientar um processo educativo, que garante a participação ativa e produtiva de seus alunos no processo de apropriação de seus conhecimentos e, assim, alcançar seu possível autodesenvolvimento. É isso que se espera que seja feito não só pela educação regular, mas também para o desenvolvimento da educação inclusiva (Beatón, 2015).

A Inclusão diz respeito a cada pessoa ser capaz de ter oportunidades de escolha e de autodeterminação. Em educação, isso significa ouvir e valorizar o que a criança tem a dizer, independentemente de sua idade ou de rótulos. (Mitter, 2003, p. 17)

Neste pressuposto, a Escola Inclusiva respeita e valoriza todos os alunos, cada um com a sua característica individual e é a base da Sociedade para Todos, que acolhe todos os cidadãos e se modifica, para garantir que os direitos de todos sejam respeitados (Gil, 2005, p. 16).

Ao mesmo tempo em que a sociedade forma normas para minimizar as diferenças, também estigmatiza um determinado grupo como não se enquadrando nas normas sociais vigentes. No entanto, eles podem ser alterados, como podem mudar, resultando em perda de identidade. O medo do fracasso ou do sucesso no

atendimento a esses padrões está diretamente relacionado à integridade psicológica do indivíduo desde os primórdios da sociedade e desde então tem levado à discriminação de outras pessoas. Sempre há maneiras de desmontá-lo, mantê-lo fora de vista e se comunicar com pessoas "comuns". (Mendonça, 2013)

Práticas de educação inclusiva devem ser proporcionadas aos alunos especiais em formação continuada, para que possam ser integrados à sociedade; se a mudança for necessária em todo o sistema educacional, os professores devem ser qualificados e as escolas devem estar equipadas para atender às necessidades de cada membro. A classificação do ensino escolar em alunos regulares, gerais e especiais, deficientes e não deficientes servirá apenas para distorcer, desqualificar e discriminar, criando sentimentos de inferioridade. É importante ressaltar que não existe uma metodologia exaustiva que os professores possam aplicar satisfatoriamente em sala de aula ao abordar alunos com necessidades educacionais especiais. (Barroso, 2012)

Sendo assim, a educação especial deve se tornar bandeira de luta da educação em todos os níveis, pois as pessoas deficientes não podem mais ser vistos como incapazes, nesse sentido, diversos documentos garantem a interface desses eixos como é o caso das Diretrizes Operacionais para a Educação Básica. A Resolução 2/2008 propõe o estabelecimento de diretrizes complementares e normas de políticas públicas de atendimento da Educação Básica, reafirmando em seu parágrafo 5º que os sistemas de ensino devem adotar providências para que as crianças e jovens portadores de necessidades especiais, tenham acesso à Educação Básica, preferentemente em escolas comuns da rede de ensino regular. (Costa, Siqueira, Valente & Oliveira, 2018)

Conforme dados da Organização das Nações Unidas (ONU) mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo convivem com alguma forma de deficiência, cerca de 200 milhões experimentam dificuldades funcionais consideráveis. Conforme dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, no Brasil, cerca de 45,6 milhões de pessoas tem alguma deficiência o que corresponde a 23,92% da população. Em Rondônia representa 345. 411 (trezentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e onze) ou seja, 22, 11% da população.

Nota-se que a formação educacional da atualidade, está confusa, controversa e desigual, desenvolve-se em diferentes espaços sociais, instituições e práticas. Seu maior desafio é abraçar e se beneficiar de diferentes lugares, diferentes ambientes educacionais, diferentes espaços de produção de informação e conhecimento, criação

e certificação de identidade, prática, cultura e comunidade. Presencial e/ou virtual. A educação é sistemática e não sistemática. Onde se falam as mais diversas línguas, onde os objetos interagem, seja de forma planejada ou com liberdade e espontaneidade. As discussões dos educadores sobre questões educacionais diminuíram nos últimos tempos, principalmente dos processos de escolarização, para a educação formal. (Candau, 2013)

Um meio muito importante de conhecimento e compreensão, este conceito modificou significativamente o conteúdo do pensamento juvenil. Primeiro, pensar em termos de conceitos revela as conexões profundas que fundamentam a realidade, identifica as leis que a governam e organiza o mundo cognitivo usando uma rede de relações lógicas. A linguagem é um meio poderoso de analisar e categorizar fenômenos e ajustar e generalizar a realidade. A palavra, conceitualmente, é a teoria real do objeto a que se refere; o comum, nesse caso, atua como a lei do particular. Ao compreender a realidade concreta com a ajuda das palavras, que são signos de conceitos, o homem descobre o mundo no qual pode ver as leis e associações que ele contém. (Vygotski, 1996).

É necessário analisar os fatores que dificultam a integração dos alunos com deficiência, para que a integração dos discentes com deficiência com os alunos considerados "normais" seja facilitada e o aprendizado e o ensino sejam facilitados, com base nas necessidades de cada criança. Dentro da rede escolar, tanto interna quanto externamente, há uma discussão confusa em torno das mudanças que precisam ser feitas na escola. (Barreto, 2012)

Um quadro de inseguranças marcou a entrada da educação brasileira em 2008. As expectativas favoráveis a partir do lançamento do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), em abril de 2007, prontamente foi desmanchando à vista da fragmentação das ações que o compunham e, nomeadamente, por não se certificarem dos investimentos adicionais cogentes para se encarar apropriadamente o problema da qualidade do ensino. E essa condição agrava-se, até hoje, perante as declarações das autoridades econômicas dando conta de que, para resolver o problema orçamentário provocado pela queda da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF). (Saviani, 2011)

Ressalva-se que a pedagogia histórico-crítica nasceu no início dos anos de 1980, como um retorno à necessidade largamente experimentada entre os educadores brasileiros de superação dos limites tanto das pedagogias não críticas,

concebidas pelas compreensões tradicional, escolanovista e tecnicista, como das visões crítico-produtivistas, demonstradas na teoria da escola como aparelho ideológico do Estado, na teoria da reprodução e na teoria da escola dualista. Ao longo da década de 1980, essa proposta pedagógica alcançou razoável propagação, tendo sido apostada, até mesmo, a sua adoção em sistemas oficiais de ensino, como foi o caso, em especial, dos estados do Paraná e de Santa Catarina. (Saviani, 2011)

De fato, a trajetória histórica da pedagogia é envolta em polêmica. Especialmente ao longo do século XX, o pensamento pedagógico foi dominado por tendências opostas, a disputar a hegemonia do campo educativo. Pedagogia conservadora *versus* pedagogia progressista, pedagogia católica (espiritualista) *versus* pedagogia leiga (materialista), pedagogia passiva *versus* pedagogia ativa, pedagogia repressiva *versus* pedagogia libertadora, pedagogia autoritária *versus* pedagogia da autonomia, pedagogia da essência *versus* pedagogia da existência, pedagogia bancária *versus* pedagogia dialógica, pedagogia teórica *versus* pedagogia prática, pedagogias do ensino *versus* pedagogias da aprendizagem e, dominando todo o panorama e, em certo sentido, englobando as demais oposições, pedagogia tradicional *versus* pedagogia nova. Buscando tornar coerentes os respectivos integrantes, cada um dos grupos em litígio organizava o próprio discurso realçando as diferenças e destacando os pontos que o separavam do oponente, escolhendo os slogans que melhor tipificavam cada posição e que possuíam maior poder de atração para agregar novos aderentes. (Saviani & Duarte, 2012)

Portanto, quando se fala da compreensão liberal burguesa embasada na meritocracia, entende-se, “[...] então, que para a pedagogia tecnicista a marginalidade não será identificada com a ignorância nem será detectada a partir do sentimento de rejeição. Marginalizado será o incompetente (no sentido técnico da palavra), isto é, o ineficiente e improdutivo”. (Saviani, 2012, p. 13)

Paulo Freire resolve o impasse entre reforma e revolução por meio da educação como prática da liberdade, ou seja, distinguindo "educação sistêmica" após a revolução do "trabalho educativo" que a antecede. Ao promover o sentido pedagógico de uma política de emancipação, ao propor uma dialética entre mestre e aluno, entre pioneiro e homem, o que Paulo Freire faz é lançar as bases de uma ideologia e de uma perspectiva social democrática. Portanto, é preciso encontrar ou recriar essa tradição no pensamento político brasileiro, a fim de moldá-la, abrir caminho para sua formação. Seguindo o pensamento de Paulo Freire; não há palavras

reais que não sejam pragmáticas. Rompendo a casca dura da cultura do silêncio, formando o direito de autoexpressão do público, construindo para aqueles que nunca podem falar e ser ouvidos plenamente, o direito de expressão e a capacidade de formar poder e soberania popularmente uma democracia radical. (Lima, 2021)

Contrariando os preconceitos da intelectualidade soviética, que se apressava em estudar suas teorias de acordo com a última interpretação do marxismo do Politburo, Vygotsky, desde o início de sua carreira, considerou o pensamento marxista como uma valiosa fonte científica. Vygotsky viu nos métodos e princípios do materialismo dialético a solução para os paradoxos científicos fundamentais enfrentados por seus contemporâneos. Um ponto central dessa abordagem é que todos os fenômenos são estudados como processos de movimento e mudança. Não só cada fenômeno tem sua história, mas essa história é caracterizada por mudanças qualitativas (mudanças na forma, estrutura e características básicas) e mudanças quantitativas. Vygotsky aplicou esse raciocínio para explicar a transformação de processos psicológicos elementares em processos complexos. A disparidade entre os estudos natural-científicos dos processos básicos e o pensamento especulativo sobre as formas culturais de comportamento pode ser superada desde que ocorram mudanças qualitativas no comportamento. Assim, quando Vygotsky diz que sua abordagem é orientada para o desenvolvimento, “não deve ser confundida com uma teoria do desenvolvimento infantil. Segundo Vygotsky, essa abordagem constitui o método básico da ciência que estuda a psicologia. (Vygotsky & Cole, 1991)

Torna-se importante criar estratégias que proporcione ao estudante com deficiência uma adaptação melhor dos espaços, tanto físicos como sociais, para que “[...] a integração pouco ou nada exige da sociedade em termos de modificação de atitudes, de espaços físicos, de objetos e de práticas sociais”. (Sassakl, 2003, p. 35)

O mesmo autor, diz também que no passado as pessoas com deficiência eram consideradas frágeis e por isso as viam como um empecilho para a sociedade. Sendo assim, é importante observar que a deficiência era vista como problema e desse modo o indivíduo com deficiência era excluído da sociedade, mas, muitos eram mortos, visto, que dependendo da cultura eliminavam a pessoa que porventura nascesse com alguma deficiência.

No contexto histórico da educação inclusiva no Brasil, Martins (2011, p. 227), preconiza que se deve:

Tomar a prática social como ponto de partida pressupõe o reconhecimento da educação escolar nas intersecções com a forma organizativa de sociedade vigente, reconhecendo-a, sobretudo, para identificar seus limites opondo-se a eles. Aponta, pois, na direção da compreensão do trabalho pedagógico a partir das premissas teórico-filosóficas que ancoram a pedagogia histórico-crítica, isto é, do materialismo histórico-dialético. Assim, não entendemos que o ponto de partida seja representado por algum “problema” que se desprenda da realidade circundante e imediata e se coloque como conteúdo escolar, muito menos por aquilo que os alunos já sabem – seus conhecimentos experienciais – e que coabitam seu nível de desenvolvimento real. Pensamos que, em tela, está a necessidade de se reconhecer tanto o professor quanto o aluno em sua concretude, isto é, como sínteses de múltiplas determinações e a prática pedagógica como um tipo de relação que pressupõe o homem unido a outro homem, em um processo mediado pelas apropriações e objetivações que lhes são disponibilizadas. (Martins, 2011, p. 227)

Os autores Mori e Sander (2015), enfatizam que são encontrados na literatura em geral, designadamente no período da antiguidade, em que são perfilados inúmeros relatos de atrocidades passadas pelos indivíduos que nasciam deficientes. Porém, no tempo do apogeu dos gregos e dos romanos, também não faltava preconceito, discriminação e desprezo da sociedade dos “normais” para as pessoas com deficiência. Mas, os gregos reverenciavam o intelecto dos seus líderes e mestres, todavia, os romanos adoravam corpos delineados por músculos expressivos e robustos. Sendo assim, é importante ressaltar que esses povos não valorizavam o ser humano que não tinham os atributos de intelectualidade ou de virtude corporal. Conseqüentemente, as deformidades eram avaliadas como aberrações ou castigos dos deuses.

O conceito de deficiência e de deficiência física é exposto no Decreto nº 3.298 de 1999 da legislação brasileira, conforme os artigos:

Art. 3º - Para os efeitos deste Decreto, considera-se:

I - Deficiência – toda perda ou anormalidade de uma estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica que gere incapacidade para o desempenho de atividade, dentro do padrão considerado normal para o ser humano;

Art. 4º - Deficiência Física – alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções. (Brasil, 1999)

Acerca da deficiência física, relata-se que esta era definida como algo demonizado, julgado como uma punição, uma decorrência de culpa. A deformação ou

a falta de membros produzia os segregados, marginalizados e discriminados. (Garbe, 2012). Ainda sobre a deficiência física, pode-se dizer que:

[...] se refere ao comprometimento do aparelho locomotor que compreende o sistema Osteoarticular, o Sistema Muscular e o Sistema Nervoso. As doenças ou lesões que afetam quaisquer desses sistemas, isoladamente ou em conjunto, podem produzir grandes limitações físicas de grau e gravidades variáveis, segundo os segmentos corporais afetados e o tipo de lesão ocorrida. (Brasil, 2006, p. 28)

Antes de compreender a problemática do ensino inclusivo em seu contexto histórico deve-se analisar que a partir do final da década de 1980, aumentou-se a demanda pela escola, mas sua qualidade não acompanhou o número de vagas oferecidas, o que fez que os alunos provenientes de melhores condições financeiras migrassem para as escolas privadas; o professor teve sua formação esvaziada, abandonando o seu ser valorizado socialmente, os salários tiveram queda vertiginosa, o que também contribuiu para a minimização do *status* do professor. Além do mais, a carga de culpa levada pelo professor pelos males da escola coloca o educador em condição de ser necessário para desnecessário, tanto para a classe dominante como para a classe trabalhadora, dependendo do projeto com o qual está comprometido. Esse comprometimento, por sua vez, depende do nível de consciência profissional do docente em relação ao seu poder de transformação na prática pedagógica. (Marsiglia, 2011).

No que tange aos preceitos históricos da educação inclusiva no Brasil, atualmente tem-se caminhado lentamente. O maior problema é que as redes de ensino e as escolas não cumprem a lei. A Constituição 1988 garante o acesso de todos ao Ensino Fundamental, sendo que alunos deficientes devem receber atendimento especializado de preferência na escola, que não supre o ensino regular. Há outro ponto, um movimento de oposição que tenta anteparar a inclusão de caminhar: a força corporativa de instituições especializadas, sobretudo em deficiência mental. Grande parte da população continua a acreditar que o melhor é excluir, manter os alunos em escolas especiais, que dão ensino adaptado. Atualmente, já se sabe que elas têm o direito de ir para a escola regular o que deve se promover a sociedade a conscientização. (Cavalcante, 2005)

Durante a década de 1990, com a ascensão dos chamados governos neoliberais sob o nome de “Consenso de Washington”, foram promovidas reformas

educacionais em vários países, inclusive no Brasil que de acordo com alguns analistas, era caracterizado como neoconservadorismo. Nesta conjuntura, o concludente refluxo dos movimentos progressistas sobressaiu-se, ainda, no grau de adesão à pedagogia histórico-crítica. Nessas situações, tornou-se repetida, auferindo mesmo o *status* de “*slogan*”, a afirmação de que a saída está na educação, sendo ela a saída para os múltiplos problemas que aborrecem a humanidade, desde a violência, sobrevivendo o desemprego, a exclusão social, a miséria, até as ofensivas ao meio ambiente. Assim, a visão ingênua inverte os termos da matéria, tomando o determinante pelo definido, e vice-versa, parece reaparecer. Assim, a educação, como determinante social, passa a ser veiculada como determinante das relações sociais, que, por sua vez, podem ser modificadas por força intrínseca. (Saviani, 2011)

Preconiza-se que a pedagogia histórico-crítica pertence ao grupo comprometido com o materialismo histórico, em oposição à pedagogia liberal. Por se basear nesse conceito, se faz necessário estruturar-se na alternativa à “negação pedagógica”, que se preocupa em denunciar a reprodução capitalista. Desta forma, considera-se que na busca de uma forma de superar a pedagogia tradicional e “aprender a aprender”, a pedagogia crítica histórica torna-se referência de unidade teórica e seu posicionamento ideológico. (Marsiglia, 2011)

Logo, Saviani (2012, p. 14), diz que “do ponto de vista pedagógico, conclui-se que, se para a pedagogia tradicional a questão central é aprender e para a pedagogia nova, aprender a aprender, para a pedagogia tecnicista o que importa é aprender a fazer”. Além disso, é importante mencionar, que “Todas as reformas escolares fracassaram, tornando cada vez mais evidente o papel que a escola desempenha: reproduzir a sociedade de classes e reforçar o modo de produção capitalista”. (Saviani, 2012, p. 16)

Aprender é um ato individual: cada um aprende de acordo com sua própria transformação intelectual. A aprendizagem não anda de mãos dadas com o ensino. Portanto, aprender é sempre um processo construtivo na mente e na ação de cada indivíduo. Só porque o professor ensina não significa que os alunos aprendem automaticamente. A aprendizagem depende muito da história de cada aprendiz, de seus interesses, de sua transformação intelectual. No método de aprendizagem, o aluno primeiro aprende a ler, depois aprende a escrever, e só então se interessa pelo ditado. No início, ele escreveu a partir das suposições que tinha sobre ortografia.

Nesta fase, fica-se com a impressão de que os alunos nunca aprenderão a ortografia. (Cagliari, 1998)

Além de vivenciar situações, cada indivíduo também tem sua própria compreensão de cada situação, pode observar gestos, posição das mãos, índice de polidez, assertividade, como encarar os outros, escolher palavras e gêneros. A leitura dessa situação fornece pistas sobre quem ele pretende ser/quer ser, pensa/pode ser naquele momento; ao mesmo tempo, permite a transferência (voluntária ou não) a quem, ou melhor, a que respeito, em determinado momento, estão tratando. Do mesmo modo, nota-se que as diversas identidades dos indivíduos em suas palavras, gestos, tons etc. nas inúmeras circunstâncias/interações em que vivem, como conceitos indiciarias, como representações. (Tápias-Oliveira, 2015)

Ressalta-se que a linguagem é um fenômeno social, historicamente formado, estratificado e dilacerado no tempo, no processo evolutivo, sujeito a mudanças históricas e contradições sociais. Este conceito está também associado ao conceito de cultura maleável, diversa, imbuída de termos igualmente flexíveis e diversos. Corresponde também ao conceito de identidade, ao reconhecimento da instabilidade, à existência multidimensional de vozes sociais em diálogo com o indivíduo. Finalmente, incorpora o conceito de literatura, de comunicação social na prática social, e o conceito de autodeterminação, em termos de consciência. (Bakhtin, 1988)

A educação inclusiva revelava-se impraticável na medida em que fossem considerados somente os elementos que diferenciam a estrutura do homem em seu aspecto empírico. Ou melhor: enquanto ser situado, determinado pelas condições do meio natural e cultural, a educação procedia como impossível. Entretanto, a análise do aspecto pessoal, isto é, da liberdade, mostrava o homem como um ser que, ainda que situado, se revelava capaz de intervir pessoalmente na situação para aceitar, rejeitar ou transformar. Enquanto ser livre, ele mostrava-se capaz de optar e tomar decisões. Esse aspecto já consentia responder positivamente à questão da possibilidade da educação. Se o homem é livre e capaz de intervir na situação, então ele pode intervir na vida das novas gerações para educá-las. (Saviani & Duarte, 2012)

Pode-se afirmar que antes das políticas inclusivas, as pessoas que apresentavam alguma deficiência eram tratadas com indiferença. Manzini (1999, p. 28-29), expõem que:

No período anterior ao século XX as pessoas portadoras de deficiência eram consideradas indignas de educação escolar Nas décadas de 50 e 60 (já no século XX) começaram a surgir escolas especiais e, mais tarde, as classes

especiais dentro da escola comum Somente a partir da década de 70 é que se inicia uma crescente preocupação com a integração de deficientes, sendo caracterizada pela matrícula de alunos portadores de deficiência em classes de ensino regular ou em outros ambientes menos restritivos (Manzini, 1999, p.28-29).

Araújo (2011a, p. 21), destaca que “[...] a deficiência, portanto, há de ser entendida levando-se em conta o grau de dificuldade para a inclusão social e não apenas a constatação de uma falha sensorial ou motora, por exemplo”. Além disso, a educação inclusiva refere-se não só a inclusão de crianças com deficiências no ensino regular mais também em garantia de aprendizagem, uma vez que segundo Schirmer, Fontoura e Nunes (2004, p. 94), “Grande parte das queixas relatadas na clínica pediátrica, neurológica, neuropsicológica e fonoaudiologia infantil refere-se a alterações no processo de aprendizagem e/ou atraso na aquisição da linguagem”.

Alude-se que os marcos históricos que contribuíram com a Educação Inclusiva de acordo com Passarelli (2016), foram a criação da Declaração de Direitos do Deficiente Mental e a Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, promovidas pela ONU, a primeira de 1971 e a segunda de 1975. Do mesmo modo, é relevante citar também a Convenção Interamericana para Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência, esta foi feita na Guatemala, sendo aprovada pelo Congresso Nacional no Brasil pelo Decreto. Leg. 198/2001, e proclamado pelo Decreto. 3.956/2001. Contudo, o marco constitucional brasileiro incidiu através da EC 12/1978, trazendo consigo a previsão de que ninguém seria lesado ou privilegiado devido a sua deficiência física ou mental e, por conseguinte a lei complementar protegeria de modo especial os deficientes de forma a agregá-los a comunidade.

Em relação ao processo de reformas educativas nos países em desenvolvimento os Participante da Conferência Mundial de Educação para Todos, a CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe), exerceram grande influência, uma vez que suas orientações estavam circunscritas ao âmbito da reestruturação produtiva, na qual os sistemas educativos necessitariam estar em consonância com o sistema produtivo. As ações desenvolvidas pelo governo federal no período de 1995 a 1998 foram essenciais para a reconfiguração da oferta da escolaridade obrigatória em solo nacional: a vinculação de recursos conforme o número de matrículas induziu os municípios a expandirem o atendimento no ensino fundamental sem, no entanto, haver uma ampla discussão sobre a melhoria da

qualidade do ensino municipal, a retração do atendimento desse nível pelos governos estaduais, principalmente em relação aos anos iniciais. (Flach, 2015)

A igualdade formal deve ser rompida em situações que razoavelmente permitam tal afastamento, por isso é aceitável entender que a pessoa com deficiência, dada a sua própria condição, tem o direito de romper a igualdade, em situações em que esteja envolvida com uma pessoa sem deficiência. Em suma, para as pessoas com deficiência, é necessária uma proteção especial para que o princípio da igualdade seja respeitado. Seguir este princípio leva à dignidade humana. Assim, por exemplo, a questão da escolarização inclusiva, este tratamento discriminatório deve existir em relação aos alunos com deficiência (colocados numa sala comum, eventualmente incluindo uma sala de apoio), apenas visa garantir a aplicação do princípio da igualdade, como expressão máxima. O tratamento desigual visa, de fato, a assimilação das pessoas com deficiência com os demais estudantes. (Ferreira, 2001)

Nesse contexto, ideologicamente, é preciso articular a escola a partir de um ponto de vista que não mais foca na socialização do conhecimento objetivo sobre a realidade natural e social, mas no conceito de realidade social. A escola como um espaço que respeita a individualidade, promove atividade espontânea e as necessidades da vida diária do aluno. (Marsiglia, 2011)

A política educacional do Brasil foi, ao longo de sua história, fortemente influenciada por educadores, organizações nacionais e internacionais. Acordos e compromissos vêm sendo firmados pelo Brasil ao longo do tempo, visando superar as desigualdades e dificuldades no setor educacional, por um lado, e, por outro, vincular a educação brasileira aos principais interesses, direção do capitalismo mundial e a esperada hegemonia de determinados períodos. A oferta de ensino fundamental hoje é, portanto, o resultado de muitos fatores históricos, políticos e sociais que se entrelaçam e trabalham juntos para dar sentido ao problema. Convergência e divergência na oferta do ensino fundamental não é um debate recente e constitui as contradições da história político-educacional brasileira, que esteve e está atrelada ao contexto econômico e à política global. (Flach, 2015)

A legislação brasileira tem proporcionado acesso de pessoas com deficiência em muitos segmentos da sociedade. A escola é um contexto diferenciado e, por características próprias, é in lócus privilegiado para a inclusão. O ambiente escolar é o responsável por disseminar, para os mais novos, do conhecimento acumulado pela cultura de um povo. Os avanços na educação permitiram organizá-la em ordem de

complexidade de forma a ser apresentado conforme as potencialidades das crianças, matriculadas em salas de aula por faixa etária. Embora pouca consideração tenha sido dada a cada discente, tal organização tem sido comprovada na sociedade. No entanto, os números obtidos a partir das medidas mais díspares de desempenho escolar pintam um quadro sombrio do estado da educação no país. A escola parece não ter cumprido seu papel primordial de ensinar as crianças. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Sabe-se que o apoio didático pedagógico quanto psicológico é um grande suporte para os educadores tendo em vista que o desgaste físico e mental em uma sala de aula com mais de vinte e cinco alunos vem gerando um stress em demasia. Muitos professores estão se afastando de suas atividades por não se controlar emocionalmente na sala de aula e eles entram em depressão ficando anos em tratamento e muitos nem voltam mais aos seus cargos, segundo Bazarra (2008, p. 117) “O sucesso na conquista dos objetivos é proporcional ao grau de comprometimento dos educadores no seu trabalho e somente um profissional motivado é capaz de se comprometer com ele até o fim”.

Menciona Passarelli (2016), que diz que a Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, estabeleceu uma conexão entre a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, denominada, "Estatuto da Pessoa com Deficiência". Cabe salientar que este estatuto tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, que foi realizada em Nova Iorque, esta Convenção foi sancionada pelo Dec. Leg. 186, de 09 de julho de 2008, entrou em vigor no plano externo para o Brasil em 31 de agosto de 2008, e proclamada pelo Dec. 6.949, de 25 de agosto de 2009, entrou em vigor na mesma data no plano interno, o que lhe afere força de Emenda Constitucional, de acordo com o código disposto no artigo 5.º, § 3.º, da Constituição Federal de 1988, assim sendo é possível verificar que muitos aspectos que agora são objeto do novo Estatuto já eram vigentes no Brasil, e com dignidade de Emenda Constitucional.

Se as políticas públicas para educação inclusiva têm como objetivo a participação efetiva dos alunos com deficiência nas atividades escolares, deve existir um ambiente adequado para garantir essa participação. Acessibilidade à arquitetura por meio da análise das condições do meio ambiente, numa parceria regular entre profissionais da educação e profissionais de arquitetura e engenharia em uma ampla perspectiva de grandeza de integração. Devem ser identificadas as necessidades

específicas decorrentes de cada categoria de dificuldade: motora, sensorial, comunicativa, cognitiva ou múltipla. A acessibilidade depende das condições ambientais de acesso à informação, mobilidade e utilização de atividades que permitam aos indivíduos participar da sociedade e estabelecer relações com os outros. (Machado, 2007)

É então a partir desses objetivos que se baseia a legitimidade da educação, que surge então como comunicação entre pessoas livres em diferentes níveis de maturidade humana. Nesta fórmula, o valor da educação é expresso como progresso humano. Apresentamos, portanto, uma primeira definição de educação: a educação, como comunicação entre pessoas livres em diferentes níveis de maturidade humana, é a promoção humana, de ambos os lados - ou seja, tanto de educandos quanto de educadores. Nesse sentido, a formação de uma pessoa coincide com o processo de promoção humana propiciado pela educação. (Saviani & Duarte, 2012)

Não é a falta de um membro, nem visão ou audição reduzidas que determinará que a pessoa deficiente terá dificuldade de se relacionar, de se integrar na sociedade. A deficiência, há de ser compreendida levando-se em conta o grau de dificuldade para integração social e não tão-somente a constatação de uma falha sensorial ou motora, por exemplo. (Araújo, 1994)

Nesse sentido Verbera Fávero (2004, p. 22) diz que “Quanto mais natural for o modo de se referir à deficiência, como qualquer outra característica da pessoa, mais legitimado é o texto”.

O sinal mais alusivo da responsabilidade profissional do professor é o compromisso vitalício de instruir e educar os alunos, direcionando as atividades de ensino e aprendizagem para que eles possam dominar conhecimentos e habilidades básicas e desenvolver suas próprias habilidades, capacidade, desenvolvimento físico e intelectual para prepará-los para enfrentar os desafios da vida real no local de trabalho e nas lutas sociais pela democratização das escolas. (Libâneo, 1994)

Desta forma, deve-se pensar no educador em primeiro lugar antes de propor novos desafios, dar condições didáticas e psíquicas para desenvolver seu trabalho.

As salas de aulas estão superlotadas os alunos da educação especial estão precisando de apoio afetivo e didático do professor e ele está inseguro quanto a estas duas nuances como atender as necessidades desses alunos e ao mesmo tempo dar atenção aos outros vinte e cinco alunos? É de conhecimento de todos que muitas escolas já possuem um profissional intitulado de “cuidador” para acompanhar esses

alunos em sala e demais ambiente escolar, porém, não pode interferir na aula que o educando está participando. O educador deve circular em toda sala atender todos os alunos sem distinção e perceber as dificuldades de cada um de seus alunos, Freire (2000, p. 33), diz que:

[...] Na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. (Freire, 2000, p.33)

Não há o que se discutir, pois não pode condenar o aluno e nem o professor a acomodação, ou seja, simplesmente deixar o tempo passar. A formação do professor exige a criticidade e eles são detentores desses questionamentos internos tantos que estão expondo para que consigamos dar respostas aos seus anseios. Não se pode deixar o aluno no vácuo para somente se “adaptar” (Freire, 2000), mas dar oportunidade para que a integração e interação aluno/professor seja mais pacífica possível.

Política Nacional de Educação Especial (PNEE), evidencia que na Perspectiva da Educação Inclusiva A Educação Especial é uma forma de ensinar que transcende todos os níveis, etapas e modalidades, realizando o atendimento educacional especializado, fornecendo recursos e serviços e orientando quanto a sua utilização no método de ensino e de aprendizagem nas turmas comuns do ensino regular. Além disso, versa também que o AEE (Atendimento Educacional Especializado) “[...] tem como função identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas”. (Brasil, 2008a)

A tecnologia assistiva ainda é um termo novo utilizado para definir um conjunto de recursos e serviços que ajudam a fornecer ou desenvolver habilidades funcionais para pessoas com deficiência e, portanto, promover uma vida independente e integrada. A Sala de Recursos é um espaço especial para alunos com deficiência aprenderem a utilizar as tecnologias assistivas como ferramenta para desenvolver a aprendizagem e a autonomia. (Bersch & Sartoretto, 2014)

Dentre os recursos de tecnologia assistiva preconizados pelo Ministério da Educação nas salas de recursos multifuncionais concebem materiais didáticos e paradidáticos em braile, áudio e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, laptops com

sintetizadores de fala, softwares para comunicação alternativa, entre outros materiais que promovem a acessibilidade ao estudo do programa. (Mendonça, 2018).

Schirmer *et al.* (2007, p. 31), verbera que “Tecnologia assistiva é uma expressão utilizada para identificar todo o arsenal de recursos e serviços que contribuem para proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiências e, conseqüentemente, promover vida independente e inclusão”. Nessa configuração, cabe enfatizar que:

[...] as escolas de qualidade são espaços educativos de construção de personalidades humanas autônomas, críticas, espaços onde crianças e jovens aprendem a ser pessoas. Nesses ambientes educativos, ensinam-se os alunos a valorizar a diferença pela convivência com seus pares, pelo exemplo dos professores, pelo ensino ministrado nas salas de aula, pelo clima socioafetivo das relações estabelecidas em toda a comunidade escolar — sem tensões competitivas, mas com espírito solidário, participativo. Escolas assim concebidas não excluem nenhum aluno de suas classes, de seus programas, de suas aulas, das atividades e do convívio escolar mais amplo. São contextos educacionais em que todos os alunos têm possibilidade de aprender, frequentando uma mesma e única turma. (Mantoan, 2003, p. 35)

Por definição, tecnologia assistiva é qualquer ferramenta ou recurso utilizado para proporcionar maior independência e autonomia a uma pessoa com deficiência. O principal objetivo da tecnologia assistiva é fornecer às pessoas com deficiência maior independência, expandindo suas habilidades de mobilidade, comunicação e aprendizado. Os recursos utilizados para esses fins são principalmente equipamentos, produtos ou sistemas projetados para melhorar o funcionamento de pessoas com deficiência. (Mendonça, 2018)

Quanto aos benefícios que a inclusão proporciona aos alunos e professores, cabe a escola ser um reflexo da vida lá fora. O grande benefício, para todos, é experimentar a diferença. Se os alunos não vivenciam isso na infância, será difícil para eles superarem o preconceito mais tarde. A inclusão permite que pessoas discriminadas por deficiência, classe social ou cor assumam seu lugar na sociedade de forma justa. Se isso não acontecer, essas pessoas serão sempre dependentes e levarão uma vida sem vivenciarem o que é ser um cidadão. O indivíduo não pode ter um lugar no mundo sem considerar o do outro, estimando o que ele é e o que ele pode ser. Além disso, os professores, beneficiam a inclusão garantindo a todos o direito à educação. (Cavalcante, 2005)

Fundamentalmente, não são as terminologias que determinam as atitudes a serem tomadas perante uma pessoa com deficiência. A exemplo disso, o aluno pode ter uma deficiência sem sentir-se deficiente quando o poder público provê, em suas escolas, meios de acessibilidade que asseguram o direito de ir e vir de uma criança ou jovem e quando os obstáculos de aprendizagem são removidos pelos recursos disponíveis, tanto materiais quanto humanos. Nota-se que o indivíduo pode, de tal modo, ter uma deficiência, mas isso não denota necessariamente que ele seja incapaz; a incapacidade poderá ser minimizada quando o meio lhe possibilitar acessos. (Bersch & Machado, 2007)

Para Flach (2015), no Brasil, a oferta do ensino fundamental, consubstanciada em textos legislativos e na prática política, integra o quadro da retórica liberal, adaptando-se aos interesses da classe dominante. No entanto, por entender que a oferta de educação pelo poder público pertence ao âmbito da política social e, portanto, dentro dos limites do atual modo de produção, pode contribuir para a erradicação da desigualdade existente, por meio da oferta de oportunidades educacionais e condições para os alunos da classe trabalhadora, este estudo é considerado um dos mais propensos a mostrar indignação com a eficácia dessas políticas. De acordo com esse entendimento, a reflexão sobre a oferta do ensino fundamental, além dos aspectos legais, demonstra um compromisso social de transcender as realidades da educação brasileira. Tal compromisso visa alcançar patamares cada vez mais elevados de atendimento, com vistas à qualidade social (em contraposição à qualidade total, de vinculação explícita com a concepção liberal burguesa).

Evidencia-se que a Educação Especial passou a ter caráter complementar ou complementar, em detrimento de seu caráter anterior, em substituição à educação continuada. Com isso, a educação de alunos com deficiência, TGD (transtornos globais do desenvolvimento) ou altamente qualificados/superdotados passou a ser responsabilidade tanto dos professores da classe normal, no que diz respeito à adaptação do curso, quanto ao trabalho dos professores especialistas no AEE, que se preocupa com a garantindo condições que atendam às necessidades educacionais desses alunos e possibilitem a superação dos obstáculos dessa apropriação. Uma Educação Especial baseada em AEE é, portanto, uma ferramenta e suporte essencial que possibilita a educação desses alunos em um ambiente escolar compartilhado. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

A educação de alunos com necessidades educacionais especiais requer o uso de serviços especializados para grande parte ou toda a sua educação. Nesse sentido, a tecnologia assistiva é de fundamental importância para viabilizar o acesso ao programa e garantir o aprendizado desses alunos. Contudo, os serviços de educação especial muitas vezes ignoram ou fazem uso inadequado de recursos e dispositivos de tecnologia assistiva, o que pode ter um impacto significativo na capacidade de integrar, aprender ou socializar desses alunos. (Lauand & Mendes, 2008)

Pode variar de uma bengala a um sistema de computador complexo. Há também serviços que compõem a tecnologia assistiva. Isso ajuda as pessoas com deficiência a selecionar, comprar e usar os recursos disponíveis. Os serviços incluem avaliação, teste e treinamento de equipamentos e produtos. Coletivamente, esses serviços são transdisciplinares, ou seja, envolvem profissionais das mais diversas áreas. A tecnologia assistiva pode desenvolver a confiança e o senso de independência de uma criança, que são muito importantes para pais, professores e alunos. (Mendonça, 2018)

Algumas tecnologias podem ajudar na educação inclusiva para alunos com deficiência, nessa senda, destaca-se:

1. Deficiência visual:

- a) Braille Fácil - é uma ferramenta que transforma textos convencionais em Braille, podendo então ser impresso em Braille.
- b) Dosvox - é um sistema de computação que permite aos deficientes visuais utilizar um microcomputador comum para trabalhar e estudar de forma independente.
- c) Jaws – *Job Access With Speech* - é um software leitor de tela, desenvolvido pela empresa *Freedom Scientific*. Ele pode editar materiais e ler páginas na internet.
- d) NVDA - também é um leitor de tela. Como possui código aberto, pode ser estendido por quem quiser e tiver habilidade em ampliar suas funções.
- e) Orca - é um sistema assistivo livre, que utiliza diversas combinações de Braille, ampliação e fala. Por meio dele, pode-se navegar na web, receber e enviar e-mails, editar planilhas e até mesmo ouvir rádio por meio desta ferramenta.
- f) *Talks* - é um leitor de tela especificamente para celular.
- g) *Virtual Vision* - é um leitor avançado de tela. Este *software* busca em outros programas o que pode ser lido, podendo ser utilizado em quase todos os outros aplicativos. Não há a necessidade de qualquer tipo de alteração no computador para utilizá-lo.
- h) *Window eyes* - Por meio desta ferramenta, o deficiente auditivo pode controlar o que escuta e até como ele escuta.
- i) *Zooms* - este aplicativo foi desenvolvido para pessoas com dificuldades motoras ou disfunções na fala. Por meio dele, é possível digitar uma palavra ou sentença e ouvir o que foi digitado.

2. Deficiência auditiva:

- a) *Plaphoons* - permite que se utilize figuras que representam ações, sentimentos, etc. Por meio destas gravuras, o usuário é capaz de formular sentenças.

b) *Player Rybená* - esta ferramenta converte com eficiência quaisquer documentos ou artigos em língua portuguesa para Libras.

3. Deficiência motora:

a) *MyTobii Dynavox* - é um aplicativo cujo acesso pode ser feito apenas com o movimento dos olhos. É ideal para pessoas com deficiências motoras severas.

b) *Motrix* - foi desenvolvido exclusivamente para atender a pessoas com deficiência motora severa, como distrofia muscular ou tetraplegia, por exemplo. Esta ferramenta possui um mecanismo inteligente, que executa a parte motora mais complexa de tarefas, possibilitando ao usuário jogar, escrever, ler e comunicar-se. Atualmente, graças à tecnologia, muitas pessoas portadoras de necessidades especiais podem ganhar independência em muitas áreas. (Mendonça, 2018, p. 08-09)

De acordo com o modelo de inclusão, a coexistência na diversidade, principalmente nos ambientes escolares, demanda do uso de recursos específicos, diferentes estratégias pedagógicas e condições de acessibilidade. O acesso é obrigatório, garantido por novas ferramentas tecnológicas. Os debates científicos atuais no campo da educação enfatizam especificamente a importância das TIC (Tecnologias de Informação e Comunicação) aplicadas à educação como parte do currículo. Afinal, os professores que irão atuar em serviços especializados devem conhecer, entender e saber usar as TIC's para promover atividades pedagógicas inclusivas nas escolas brasileiras. Para isso, é necessário investir em uma sólida formação profissional que dote os professores das competências necessárias para refletir, pesquisar e apresentar recomendações sobre a prática educativa, a educação e sobre novas possibilidades teóricas e metodológicas para mudar consistentemente a realidade. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

É importante salientar que os desafios permanecem para encontrar a educação ideal no Brasil, onde as diferenças sociais, culturais e econômicas demonstram que as políticas públicas devem ser adequadas ao período e respeitar permanentemente os anseios e aspirações desta sociedade, por meio dos sistemas democráticos que a nação possui. (Serra, 2015)

Portanto, quando se fala das políticas educacionais focadas nos estudantes deficientes, Saviani (1984, p. 92) destaca:

[...] que a importância política da educação reside na sua função de socialização do conhecimento. É, pois, realizando-se na especificidade que lhe é própria que a educação cumpre sua função política. Daí ter eu afirmado que ao dissolver a especificidade da contribuição pedagógica anula-se, em consequência, a sua importância política. (Saviani, 1984, p. 92)

A alteração que ocorre na base econômica demuda mais ou menos lenta ou rapidamente toda a superestrutura gigantesca. Ao considerar tais transformações, é sempre necessário distinguir entre a transformação material e a condição econômica de produção, que pode ser verificada fielmente com o auxílio das ciências físicas e naturais, e as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas ou filosóficas, enfim, as formas de pensamento pelas quais os homens percebem esse conflito e o conduzem ao seu fim. Assim como o indivíduo não pode ser julgado por sua ideia de si mesmo, também esse estágio de transformação não pode ser julgado por sua percepção de si mesmo. Ao contrário, essa consciência deve ser explicada pelas contradições da vida material, pela contradição que existe entre as forças produtivas sociais e as relações de produção. (Marx, 2008)

Por fim, ultimamente, com as estruturas educacionais extremamente frágil, ela foi ampliada no primeiro semestre de 2000, quando eclodiram greves na maioria das universidades públicas e em algumas redes de educação básica pública, fica cada vez mais evidente as contradições que marcam a propriedade privada da organização social dos meios de produção como orgânica e não meramente circunstancial. Portanto, para resolvê-los, é necessário mudar as próprias relações sociais que os determinam. E só assim para resolver os graves problemas educacionais que assolam os educadores e todos os brasileiros. (Saviani, 2011)

Hamze (2010, p.01), salienta sobre preceitos que circundam a educação, nesse sentido, o autor descreve que:

Quando a educação é construída pelo sujeito da aprendizagem, no cenário escolar prevalecem a resignificação dos sujeitos, novas coreografias, novas formas de comunicação e a construção de novas habilidades, caracterizando competências e atitudes significativas. Nos bastidores da aprendizagem há a participação, mediação e interatividade, porque há um novo ambiente de aprendizagem, remodelização dos papéis dos atores e coautores do processo, desarticulação de incertezas e novas formas de interação mediadas pela orientação, condução e facilitação dos caminhos a seguir. (Hamze, 2010, p.01)

Abordar e trabalhar a educação inclusiva, continua sendo um processo complicado, lento e demorado, com a força das influências culturais tradicionais e antigas e os efeitos do pragmatismo, positivismo e instrumentalismo ainda presentes no mundo. Outro conhecimento essencial que rege a organização e funcionamento desta modalidade de ensino é que o processo de educação, desenvolvimento e compensação das crianças com deficiência é criado e explicado por leis e princípios históricos, história cultural como para o resto das crianças. Esta é a base para preparar

as condições para a educação inclusiva quando as condições gerais de educação o permitirem. Enquanto isso, no Brasil, a educação especial tem a função de mediadora para esse tipo de escola, ajudando a desenvolver, compensar e alcançar condições que permitam aos alunos, com determinado tipo de deficiência, atender às necessidades e ao desenvolvimento da escola em geral. Esta última condição também corresponde àquela colocada na Abordagem da História Cultural e pelo próprio Vygotsky. (Beatón, 2015)

O autor Hamze (2010) leciona que:

A Educação como interatividade contempla tempos e espaços novos, diálogo problematização e produção própria dos educandos. O professor exerce a sua habilidade de mediador das construções de aprendizagem. E mediar é intervir para promover mudanças. Como mediador, o docente passa a ser comunicador, colaborador e exerce a criatividade do seu papel de co-autor do processo de aprender dos alunos. (Hamze, 2010, p. 01)

No marco da educação inclusiva, a política educacional brasileira estipula que a educação de alunos com deficiência deve ser ministrada em escolas regulares. (Corrêa & Rodrigues, 2016).

O objetivo da educação inclusiva é remover barreiras, sejam externas ou internas, aos alunos, buscando todas as formas de acesso e apoio para garantir (conforme exigido por lei) e acima de tudo, certificar (deve estar no projeto) que as políticas pedagógicas dos sistemas de ensino e das escolas estão sendo implementadas, tomando medidas para realizar ações para alcançar o acesso, a inclusão e a longevidade nas escolas (Carvalho, 2005)

1.2 O Papel da Escola e contexto histórico da educação inclusiva

Compreender a escola como veículo de relações sociais é entender, de certa forma, a heterogeneidade dentro dessas instituições. A escola é um lugar de diversidade, pois cada um tem suas peculiaridades e vínculos sociais, distingue-se pela própria dicotomia quando encontra alguém que não está à altura e, portanto, é considerado "anormal" no meio social escolar. Essas são as categorias que a sociedade se fornece e, de fato, analisa e define os indivíduos. (Azevedo, 2012).

De acordo com Libâneo (2007a, p. 309), pode-se dizer que “o grande objetivo das escolas é a aprendizagem dos alunos, e a organização escolar necessária é a que leva a melhorar a qualidade dessa aprendizagem”. É importante destacar, que “o

aprender contínuo é essencial e se concentra em dois pilares: a própria pessoa, como agente, e a escola, como lugar de crescimento profissional permanente”. (Nóvoa, 2002, p. 35)

O conceito de educação inclusiva nasceu em 1994, com a Declaração de Salamanca. A ideia é que as crianças com necessidades educativas especiais sejam incluídas nas escolas regulares. As metas de inclusão representam uma evolução da cultura ocidental, defendendo que nenhuma criança deve ser separada das outras por ter algum tipo de deficiência. Do ponto de vista pedagógico, essa integração se beneficia da interação entre as crianças, que busca o desenvolvimento comum. No entanto, por vezes, as escolas têm grande dificuldade em integrar as crianças com deficiência porque precisam de lhes ser proporcionadas as condições adequadas. (Mendonça, 2015)

Ao longo dos séculos, a escola (enquanto instituição) sofreu uma transformação da palavra escrita. Ela o transformou de objeto social em objeto exclusivamente acadêmico, enquanto ocultava suas funções extracurriculares. Vale ressaltar que a ideia de que a escrita é considerável nas escolas, porque é importante fora das escolas, e não vice-versa, precisa ser restituída aos métodos escolares de aprendizagem. Sem dúvida, a escola como instituição tornou-se a guardiã desse objeto social da linguagem escrita e exige um respeito cego pelo sujeito no processo de aprendizagem, ou seja, deve ser tratado como um objeto a ser contemplado e reproduzido fielmente, sem alterá-lo. Logo, o respeito as pessoas com deficiência é de extrema importância no ambiente escolar, uma vez, que a escola deve cada vez mais se tornar um ambiente inclusivo, independentemente, do tipo de deficiência que o discente apresente. (Ferreiro, 2010)

Quanto ao papel da escola, cabe destacar, que este é um “[...] ambiente em que pessoas se encontram, com uma vasta diversidade de estilos de vida, concepções de mundo, e um currículo a ser desenvolvido, contestado, ensinado, aprendido e ressignificado. E junto a tudo isso, toda problemática da sociedade e suas crises escolares”. (Rodrigues & Santos, 2020, p. 75)

Sendo assim, a escola tem um compromisso essencial e insubstituível: introduzir os alunos no mundo social, cultural e científico; e esse é o direito incondicional de todo ser humano, independentemente dos padrões normativos estabelecidos pela sociedade ou das pré-condições impostas pela escola. (Rippel & Silva, 2003)

Nesse pressuposto, a escola e contexto histórico da educação inclusiva, foram expostos na Declaração de Salamanca sobre os Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais que proclama que:

- toda criança tem direito fundamental à educação, e deve ser dada a oportunidade de atingir e manter o nível adequado de aprendizagem,
- toda criança possui características, interesses, habilidades e necessidades de aprendizagem que são únicas,
- sistemas educacionais deveriam ser designados e programas educacionais deveriam ser implementados no sentido de se levar em conta a vasta diversidade de tais características e necessidades,
- aqueles com necessidades educacionais especiais devem ter acesso à escola regular, que deveria acomodá-los dentro de uma Pedagogia centrada na criança, capaz de satisfazer a tais necessidades,
- escolas regulares que possuam tal orientação inclusiva constituem os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias criando-se comunidades acolhedoras, construindo uma sociedade inclusiva e alcançando educação para todos; além disso, tais escolas provêm uma educação efetiva à maioria das crianças e aprimoram a eficiência e, em última instância, o custo da eficácia de todo o sistema educacional. (Brasil, 1994)

Cabe salientar, que os distúrbios do movimento, como a paralisia cerebral, geralmente são mais fáceis de diagnosticar do que os distúrbios da fala ou cognitivos. No entanto, essas últimas mudanças foram mais fortemente correlacionadas com o progresso do desenvolvimento do que com as mudanças na evolução do comportamento locomotor. Embora deficiências graves possam ser reconhecidas em idade precoce, linguagem, hiperatividade e distúrbios afetivos não são facilmente diagnosticados até os três ou quatro anos de idade. Da mesma forma, as dificuldades de aprendizagem raramente são identificadas antes de uma criança entrar na escola. (OPAS, 2005).

A educação especial e inclusiva são partes importantes de um mesmo processo educacional, que tem como foco o atendimento de alunos com deficiência. Independentemente, disso ou daquilo, ambos lutam pelos direitos dos estudantes e, sobretudo, os colocam no centro da sociedade. A educação especial, por ser destinada àqueles que, devido a graves deficiências motoras e/ou neurológicas, não podem ser educadas em uma escola regular, é reconhecida por ser importante no desenvolvimento físico, mental e espiritual, atitudes e percepções desses alunos, e contribuem significativamente para a dimensão desenvolvimentista da escola na qual esses alunos estão inseridos. Também está aberto às escolas inclusivas para ajudar os alunos com dificuldades cognitivas que os impedem de frequentar as escolas regulares, com serviços de educação especializados para construir habilidades e

preencher os espaços que os alunos com deficiência precisam para continuar sua educação. (Mendonça, 2015)

Tendo em vista, que a escola é um ambiente de aprendizagem, é importante observar os aspectos concernentes ao seu objeto, assim sendo, Saviani (2007), destaca que:

Vê-se, pois, que já na origem da instituição educativa ela recebeu o nome de escola. Desde a Antiguidade a escola foi-se depurando, complexificando, alargando-se até atingir, na contemporaneidade, a condição de forma principal e dominante de educação, convertendo-se em parâmetro e referência para aferir todas as demais formas de educação. Mas essa constatação não implica, simplesmente, um desenvolvimento por continuidade em que a escola teria permanecido idêntica a si mesma, conservando a mesma qualidade e desenvolvendo-se tão-somente no aspecto quantitativo. As continuidades podem ser observadas, é claro, sem prejuízo, porém, de um desenvolvimento por rupturas mais ou menos profundas. (Saviani, 2007, p. 156)

A inclusão de pessoas com deficiência nas escolas de ensino regular coloca novos e importantes desafios ao sistema educativo; este é provavelmente um dos temas que mais empolga não só os professores de educação especial, mas também os professores das “escolas regulares”, os pais e a sociedade. Compreender a diferença não é algo fixo e incapacitante nas pessoas, mas vê-la como parte da condição humana continua sendo um desafio muito complexo e objetivo ainda distante da realidade. (Barreto, 2012)

Segundo a Unesco (1994), evidencia-se os propósitos da escola inclusiva no ponto de vista da Declaração de Salamanca:

A escola inclusiva é o lugar onde todas as crianças devem aprender juntas, sempre que possível, independentemente de quaisquer dificuldades ou diferenças que elas possam ter, conhecendo e respondendo às necessidades diversas de seus alunos, acomodando ambos seus estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recursos e parceria com as comunidades (UNESCO, 1994, p. 11).

A escola foi e sempre será o espaço mais explorado pelas pessoas, depois do ambiente familiar. Em muitos casos, pode ser sobre igualdade de exploração. O ambiente escolar está sempre aberto a pessoas com capacidade intelectual para aprender e se destacar na sociedade. Portanto, as pessoas com deficiência não podem frequentar a escola regular, devem ser colocadas em escolas de terapia ou escolas especiais. Vários movimentos mobilizaram o mundo para tornar as escolas inclusivas. (Mendonça, 2013)

Além disso, as políticas públicas educacionais trabalhavam no falso pressuposto que todos os alunos sejam iguais e que as turmas são homogêneas. A transformação de todas as escolas em escolas inclusivas é um grande desafio a ser enfrentado, mas a condição para que as escolas inclusivas se tornem realidade é através da redefinição do papel das escolas, serviços de educação especializada, e “escolas comuns”, como um lugar onde os alunos, através do conhecimento, podem questionar a realidade e, em geral, vivenciar vidas para reforçar modelos sociais de cooperação e solidariedade. (Barreto, 2012)

A inclusão de pessoas com deficiências na escola regular é alvo de discussões, mesmo que esta deliberação esteja protegida em várias legislações mundiais e no Brasil, também se encontra enfatizada na LDBEN/96, notadamente no Capítulo V, Artigos 58 e 59. A educação inclusiva é uma modalidade educacional que desafia educadores, pais, alunos com deficiência e outros profissionais da educação. Desafia as escolas a ensinarem a todos, adaptando-se às necessidades dos seus alunos, de forma que não só promova a sua permanência, como também colabore de forma eficaz para que aconteça uma aprendizagem de qualidade, num ambiente escolar normal onde não há diferença. (Mendonça, 2013)

Presente em todas as sociedades, a educação passa por diversas transformações ao longo do tempo. A sociedade, de uma maneira ou de outra, se educa – e a educação é o molde para o indivíduo e, depende do desígnio dela na sociedade, pode ser aproveitada como motivação para a dominação ou de libertação. Se faz necessário que exista educação para que a sociedade se desenvolva, e seja constituída de cidadãos críticos. A evolução da educação está intimamente unida à evolução da sociedade. Assim sendo, perante a importância da educação, se faz imprescindível estudar a História da Educação em suas mais diferentes totalidades, visto que ela possibilita o conhecimento do passado da humanidade, instituindo assim novas expectativas. Prontamente, ao estudar a História da Educação compreende-se que não há transformações sem educação e os indivíduos como agentes formadores de história, ou seja, pode-se analisar a estima da educação na sociedade e no desenvolvimento social, cultural e econômica dela. (Souza, 2018)

O ambiente escolar, é o espaço público onde a maioria das crianças e jovens passa o seu tempo, é um ambiente propício à socialização. A estrutura física de uma escola, seus sistemas de referência às pessoas e profissões, assim como sua

organização, manutenção e segurança, dizem muito sobre a vida que ali se desenvolve. (Rodrigues & Santos, 2020)

Conceber que os defeitos não são produzidos única ou diretamente por deficiências biológicas, mas pelas condições sociais e culturais desfavoráveis em que vivem e em que se desenvolvem os sujeitos que sofrem dessas deficiências, parte do conhecimento que rege a organização e o funcionamento da educação das crianças, esse tipo de escola, em geral ou de maneira particular, confere a essa educação um caráter mais otimista. (Beatón, 2015)

Portanto, se, nos estágios iniciais do desenvolvimento da memória, ela é de caráter direto e, em certa medida, uma continuação da percepção, com o desenvolvimento da memória mediada ela perde sua conexão instantaneamente com a percepção e estabelece uma nova e decisiva relação com o processo de pensamento. Estudantes de nível superior ou adultos que realizam operações complexas de codificação lógica de documentos podem memorizar, realizar trabalhos mentais complexos e processos de memorização, assim, começam a acessar processos de pensamento discretos, mas sem perder o caráter de atividade da memória. (Luria, 1991b)

Quando se trata do papel das escolas e da educação inclusiva, é importante incluir a voz do educador Paulo Freire (1985, p. 12), que diz:

Há limites para o 'diálogo'. Porque numa sociedade de classes não há diálogo, há apenas um pseudodiálogo, utopia romântica quando parte do oprimido e ardil astuto quando parte do opressor. Numa sociedade dividida em classes antagônicas não há condições para uma pedagogia dialogal. O diálogo pode estabelecer-se talvez no interior da escola, da sala de aula, em pequenos grupos, mas nunca na sociedade global. Dentro de uma visão macro educacional, onde a ação pedagógica não se limita à escola, a organização da sociedade é também tarefa do educador. E, para isso, seu método, sua estratégia, é muito mais a desobediência, o conflito e a suspeita do que o diálogo. (Freire, 1985, p. 12)

A inclusão visa compreender todos os alunos no programa de ensino regular, sem exceção para qualquer aluno em particular. “As escolas inclusivas propõem um modo de organização do sistema educacional que considera as necessidades de todos os alunos e que é estruturado em função dessas necessidades.” (Mantoan, 2003, p. 24)

A escola é uma instituição social, com o papel específico de dar acesso ao conhecimento sistematizado sobre o que a humanidade produziu e o que as novas

gerações precisam para ajudá-las a avançar a partir do que foi construído na história. A escola pode se tornar um espaço de reprodução da sociedade capitalista ou pode contribuir para a mudança social dependendo do grau de participação nas decisões dos atores (pais, alunos, professores), da forma como os conteúdos são selecionados (sua relevância e replicação), o modo como são discutidos, apresentados e planejados, e o modo como são ensinados. Deste modo, o professor é aquele que desempenha um papel importante na organização e sistematização desse conhecimento. (Marsiglia, 2011)

Fundamentalmente, “É na idade escolar, em decorrência do ensino e educação sistematizados, que se verificam transformações decisivas em direção à conquista da memorização mediada, em um processo que paulatinamente converte a memória objetiva em memória lógica. (Martins, 2011, p. 129)

Reflete-se, que a família, a escola e a comunidade, como única forma de materializar as ideias dos primeiros educadores sobre a ampla responsabilidade social da educação e na história da cultura, é o princípio de que a educação, para se tornar um desenvolvedor, deve ser realizada conjuntamente entre a família, a escola e a sociedade. As escolas atingiram um patamar muito alto no relacionamento doméstico com as escolas, no trabalho conjunto e hoje continuam a enfatizar esse aspecto tão importante como central, buscando sempre uma educação de qualidade, nossa melhor educação possível para funcionar. (Beatón, 2015)

O humanismo, realmente, quer humanizar as pessoas, contra todas as formas de manipulação, desde que entre em conflito com sua libertação. O humanismo considera os homens do mundo, em seu tempo "imersos" na realidade, verdadeiros apenas na medida em que opera na ação transformadora das estruturas em que se encontram "reformados", ou quase "renovados". Assim, um humanismo, que rejeita tanto o desespero quanto o otimismo ingênuo, é, portanto, espera-se, crítico. E sua importante esperança repousa em uma importante crença: a crença de que os homens podem fazer e refazer tudo; pode mudar o mundo. Acreditando que ao criar, recriar e transformar o mundo, o homem pode superar uma situação que mal tem e se tornar um ser em busca de mais. (Freire, 1971)

O discurso identitário, é claro, refere-se a uma estrutura simbólica concreta e subjetiva que permite a cada ser humano personalizar, materializar e constituir-se no mundo social. No entanto, mesmo que o processo de constituição da identidade seja algo intrinsecamente pessoal, ele está intimamente ligado à sociedade, de modo que

a construção e a reafirmação da identidade se dão por meio de relações sociais previamente estabelecidas entre determinado sujeito e diferentes ambientes em que participa. (Costa *et al.*, 2018).

Tendo em vista que a escola tem um papel imprescindível na construção social, Shiroma, Moraes e Evangelista (2000, p.10), asseveram que:

[...] as políticas educacionais, mesmo sob semblante muitas vezes humanitário e benfeitor, expressam sempre as contradições supra referidas. Não por mera casualidade. Ao longo da história, a educação redefine seu perfil reprodutor/innovador da sociabilidade humana. Adapta-se aos modos de formação técnica e comportamental adequados à produção e reprodução das formas particulares de organização do trabalho e da vida. O processo educativo forma aptidões e comportamentos que lhes são necessários, e a escola é um dos seus *loci* privilegiados. (SHIROMA, MORAES & EVANGELISTA, 2000, p.10),

A Constituição Federal do Brasil de 1988 no art. 6º assegura aos cidadãos os direitos sociais expostos nesta lei a educação como direito fundamental. Em seguida, no art. 205 relata que a educação é um direito de todos, afirmando desta forma no art. 206, a equidade de direitos nas condições de acesso e conservação nas escolas, bem como no art. 208 vem avultar a obrigação do Estado com a educação, garantindo assim no inciso II o atendimento educacional aos portadores de deficiência, de preferência na rede regular de ensino. A partir dessas perspectivas iniciou-se o debate em torno dessas conquistas estabelecidas na CF/88.

Saviani pondera que as modificações mais determinantes ocorridas ao longo da história brasileira, acerca dos acontecimentos históricos para explicar o estudo da educação no Brasil. Para o autor, as questões históricas estão inter-relacionadas, fazendo-se necessário analisar os aspectos políticos, educacionais e sociais. A primeira edição da obra Escola e Democracia, surgiu no período de 1983. Sendo a década de 1980 caracterizada por idealismos e esperanças. Uma vez que se vivia em uma geração deslustrada na política por conta da defasagem das relações de trabalho e no campo da educação, remuneração salarial baixa dos educadores em todos os níveis. O aviltamento não advinha somente com a política, porém ainda com a educação. (Barbosa & Amarantes, 2015)

Observa-se que quando as crianças, tem um espaço-tempo para solidificarem o que pensam no cotidiano, motivados, com o olhar sobre eles na sugestão do professor, no diálogo com o eu, o outro e nós no espaço (com seus professores, com seus colegas, com seu passado, com seu futuro), seja vendo-se em seus próprios

termos, seja observando seu ambiente, e conseguem participar mais fortemente na sua construção acadêmica, profissional e em alguns caso pessoal. (Tápias-Oliveira, 2015). Portanto, a inclusão escolar se estabelece em “[...] uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças”. (Mantoan, 2003, p. 14)

A definição de deficiência de forma mais ampla foi instituída na Convenção de Guatemala (1999), propagada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, no artigo 1 fica definido que:

O termo "deficiência" significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária, causada ou agravada pelo ambiente econômico e social. (Brasil, 2001a)

Em 1984, teve-se a eleição apesar indireta do Presidente da República, um marco político importante caracterizado pelo fim do governo militar. De tal modo, o Brasil, passou a ter grandes expectativas no campo educacional com a universalização da escola pública, na fé de se construir um ensino de qualidade no domínio da nova governabilidade, contudo aconteceu a conciliação das elites e, assim, a ruptura da política educacional. Marcou-se, já na década de 1990, as políticas educacionais imprecisas, a responsabilidade do Estado transferia-se à boa pretensão pública. A sociedade é idealizada harmoniosamente e a marginalização é algo eventual que afeta determinados indivíduos e o desempenho básica da educação é reproduzir a sociedade, socializar ajustando as distorções, nutrindo a sociedade homogênea em suas relações, unificando os indivíduos no corpo social, em uma convivência pacífica, feliz e harmoniosa. (Barbosa & Amarantes, 2015).

Martins (2011), assevera sobre o embasamento acerca da pedagogia histórico-crítica, deste modo, em relação aos princípios o autor verbera:

[...] que sustentam a pedagogia histórico-crítica são aqueles que, de fato, compatibilizam-se com os preceitos da psicologia histórico-cultural, não apenas em razão do estofo filosófico comum, mas sobretudo pela defesa intransigente de uma educação escolar que prime pelo ensino de conceitos científicos, sem o qual, como exposto, a capacidade para pensar dos indivíduos resultará comprometida. (Martins, 2011, p. 2021)

Com a necessidade de se produzir educação observa-se que a sociedade política passa a atuar de forma cada vez mais intensa na sociedade civil, submetendo-a à sua autoridade a partir do aperfeiçoamento da burocracia. Já na Constituição de

1934 apresenta-se a necessidade de elaboração de um Plano Nacional de Educação que ordene e supervisione as atividades de ensino em todos os níveis. (Freitag, 1980)

A partir daí surgem diversas discussões para determinar o Plano Nacional de Educação, desempenhado através da política educacional sendo:

A política educacional definida como *policy*– programa de ação – e, portanto, no contexto das relações sociais que plasma as assimetrias, a exclusão e as desigualdades que se configuram na sociedade e no nosso objeto. A questão, pois, é ter o sábio equilíbrio: manter uma postura objetiva que dote o conhecimento produzido de um coeficiente científico, sem abdicar de um nível analítico que contemple as condições de possibilidade da adoção de estratégias que venham a permitir a implementação de uma política de transformação [...]. (Azevedo, 2004, p. 09).

O contexto dessas relações de produção compõe a estrutura econômica da sociedade, o apoio real sobre a qual se abrange uma superestrutura jurídica e política e à qual obedecem às formas sociais determinadas de consciência. O estilo de produção da vida material condiciona a ação de vida social, política e intelectual. A consciência das pessoas não é a fonte de seu ser; pelo contrário, é o seu ser social que determina a sua consciência. Em um estágio adequado de seu desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em conflito com as relações de produção da vida cotidiana, ou não passam de sua expressão legítima, com as relações de propriedades que desenvolveram até então. (Marx, 2008)

A bandeira da globalização escolar é feita por progressistas das classes alta e média que buscam alianças com a população e se apoiam em ideias políticas modernas. Também foi defendida pelos conservadores, preocupados com o controle das classes populares, principalmente diante das ameaças dos imigrantes, que precisavam ser integrados aos “valores e estilos da sociedade”. E, finalmente, porque os movimentos trabalhistas eram tão importantes na época, eles exigiam a cidadania universal, incluindo o acesso à educação. Ainda na década de 1910, o modelo escolar tornou-se tão popular que foi duramente criticado pelos líderes formados pelos socialistas dos movimentos operários europeus e pelos envolvidos no trabalho. (Xavier, Ribeiro & Noronha, 1994).

Sobre o papel da escola, vários autores definem sua atuação ao longo do contexto histórico da educação e para Saviani (2003, p. 15), assim, destaca-se que:

A escola existe, pois, para propiciar a aquisição dos instrumentos que possibilitam o acesso ao saber elaborado (ciência), bem como o próprio acesso aos rudimentos desse saber. As atividades da escola básica devem organizar-se a partir dessa questão. Se chamarmos isso de currículo,

poderemos então afirmar que é a partir do saber sistematizado que se estrutura o currículo da escola elementar. Ora, o saber sistematizado, a cultura erudita, e uma cultura letrada. Daí que a primeira exigência para o acesso a esse tipo de saber seja aprender a ler e escrever. Além disso, e preciso conhecer também a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. Está aí o conteúdo fundamental da escola elementar: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e das ciências sociais (história e geografia humanas). (Saviani, 2003, p. 15)

Com o fim da Primeira Guerra Mundial, a Inglaterra perdeu sua influência como o centro do capitalismo internacional e gradativamente foi sendo substituída pelos Estados Unidos, que passa a exercer maior influência sobre os setores sociais brasileiros. Foi neste período que intelectuais brasileiros, em contato com o movimento Nova Escola, fundam em 1924 a Associação Brasileira de Educação (ABE), que apoiava reformas ao sistema de ensino. (Xavier, Ribeiro & Noronha, 1994).

A teoria da escola como aparato ideológico de Estado representa a reflexão feita por Louis Althusser, filósofo francês, baseado no pensamento de Marx, sobre a seguridade da produção pela garantia de reprodução de suas condições materiais. As condições materiais que estão postas na modificação da natureza em cultura se dão por meio da ideologia. A exploração e a dominação de uma classe são mascaradas, de modo que a classe trabalhadora acredita serem valores universais aqueles impostos pela classe dominante. O Estado, como aparelho repressivo (em que o indivíduo respeita as leis para não ser punido) e ideológico (instituições que garantem a dominação pela ideologia), visa cobrir a ordem vigente, tendo como um de seus instrumentos a escola. Roger Establet e Christian Baudelot, usando a matriz teórica marxista, retomando Althusser e criticando Bourdieu e Passeron em alguns pontos, escrevem sobre a divisão da escola e desenvolvem a teoria da escola dualista, na qual a escolarização atende de maneiras diferentes a burguesia e o proletariado, tendo, portanto, a escola, a função de reproduzir as divisões sociais entre trabalho intelectual e trabalho manual. (Marsiglia, 2011).

A partir de 1968, acende o processo por educação, diante da política de recuperação econômica, expandindo a crise no setor educacional. Esta crise acaba por favorecer os acordos de cooperação internacional que ficaram conhecidos como acordos Ministério da Educação (MEC)/ Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento (USAID). Estes acordos apresentaram importante influência na reorganização do sistema de ensino na perspectiva economicista de educação e ainda na difusão ideológica deste pensamento na política educacional dos períodos

seguintes. A visão de educação presente nestas políticas era tecnicista e utilitária, propendendo à preparação para o mercado de trabalho. Em 1982, observa-se também um movimento intenso de educadores em prol do ensino público e na reorganização do campo educacional. São criadas entidades como o Centro de Estudos de Educação e Sociedade (CEDES), a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação (ANPED) e a Associação Nacional Docentes de Ensino Superior (ANDES). (Xavier, Ribeiro & Noronha, 1994).

Pondera-se ainda, que mesmo com todos esses processos em busca da educação algumas intenções do Estado não são bem esclarecidas, desse modo, cabe destacar que:

Diante do quadro de profundas crises (política, econômica e social), o Estado procura instrumentos de aproximação e de incorporação das massas populares mostrando a “intenção” de diminuir as desigualdades e de assistir os despossuídos. A Educação passa a representar uma das estratégias destinadas a realizar a “justiça social”. (Xavier; Ribeiro & Noronha, 1994)

Na sociedade capitalista, a educação tem duas funções: 1) qualificação profissional; 2) formação em controle político. Como descrito anteriormente, essas funções respondem à sociedade de classes, pois na função de formar o controle político aqueles que decidem os rumos da sociedade estarão bem-preparados enquanto os trabalhistas manterão a estrutura social. Todas as teorias deste grupo tiveram um papel importante e ainda desempenham um papel importante nas atividades pedagógicas realizadas, tendo o impacto da escola como a adaptação do indivíduo à sociedade. Nessas concepções, o critério de verdade é estabelecido a partir do que melhor convém a cada indivíduo em seu cotidiano evitado. (Marsiglia, 2011).

Neste mesmo sentido, a partir da década de 1990, surgem as políticas de Educação Para Todos, com base no compromisso assumido na Conferência Mundial de Educação Para Todos, financiada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Banco Mundial e Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A Carta de Jomtien, publicada a partir da conferência, impôs a educação básica não apenas à escola, mas também às instâncias como a família, a comunidade e os meios de comunicação. Neste documento, priorizou-se a universalização da Educação Básica, que ainda no caso do Brasil correspondesse Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio, resumiu-se ao Ensino

Fundamental. Neste sentido, nasce um primeiro problema quanto à expressão “Para Todos”. Um segundo problema diz respeito à concepção ideológica que adverte a natureza do ensino a ser ministrado, pois prevê para estratos sociais diferentes, ensinos diferentes, já que as necessidades básicas de um e outro não poderiam ser as mesmas. (Shiroma, Moraes & Evangelista, 2000)

Os aspectos históricos e ontológicos da formação humana unem-se no pensamento de Marx numa perspectiva dialética de criação das condições de humanização a partir das relações sociais alienadas. Superar a alienação para alcançar-se o pleno desenvolvimento da individualidade livre e universal: essa é a perspectiva da sociedade comunista em Marx. (Saviani & Duarte, 2012)

Nesses preceitos, Sardagna (2006), afirma que o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, a Constituição Federal de 1988 e a Lei nº 9.394/96 denominada de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), são ações do Estado em que a questão educacional é abordada neste mesmo sentido, promover a equidade.

Saviani (2007) destaca que o Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE), ação também do Compromisso Todos Pela Educação, veio ao encontro dos clamores da sociedade pela qualificação da Educação Básica, frente aos apavorantes índices de insucesso escolar apontados por indicadores nacionais e internacionais. Apesar disso, é importante observar que os mesmos empresários que compõem o Compromisso Todos Pela Educação, permanecem obstinados a ampliação do acesso e qualificação dos níveis superiores de educação, colocando-se contrários ao financiamento público do Ensino Superior, defendendo o fim de sua gratuidade e que sua gestão seja realizada pela iniciativa privada.

É imprescindível dizer que o ambiente escolar para qualquer criança é um espaço natural de interação com outras crianças. É neste espaço que é possível a estabelecer comunicação, sentir a necessidade de movimentar-se, a par de outras competências que compreende os humanos. As habilidades de aprendizagem são muito mais significativas quando a criança está imersa em um ambiente compartilhado que permite interação e participação. A inclusão escolar é uma oportunidade para as crianças com deficiência física não ficarem isoladas, realizarem atividades que são simplesmente condicionais e sem sentido. (Bersch & Machado, 2007)

Em cada um de seus períodos históricos, o Brasil apresenta realidades e contextos diferentes, mas claramente não diferente do modelo de educação para as classes trabalhadoras: uma educação domesticadora, elitista, reflexiva, diferente de

uma educação verdadeiramente de qualidade, liberal, transformadora e democrática. Embora as leis elaboradas ao longo dos anos tenham indicado mudanças, a realidade permaneceu praticamente inalterada e a educação é, em toda a sua extensão, destinada a beneficiar a classe dominante em detrimento das classes dominadas, enquanto ela deveria promover a formação aos sujeitos da história. (Souza, 2018)

Conseqüentemente, resolver o problema da marginalização na educação, sendo exilado os semianalfabetos, analfabetos e os analfabetos funcionais, desta maneira a escola passar a existir como um antídoto à ignorância. São estes os princípios da Pedagogia Tradicional. Em linhas gerais, pode-se dizer que em relação ao problema da marginalização, as teorias tradicionais podem ser divididas em dois grupos. Em primeiro lugar, temos as teorias que entendem que a educação é um instrumento de igualdade social, superando assim a desvantagem. De acordo com a segunda teoria, existem teorias que entendem que a educação é uma ferramenta de discriminação social e, portanto, um elemento de marginalização social. Sendo, a pessoa marginalizada não mais estritamente uma pessoa ignorante, mas rejeitada. Alguém é incluído não quando é representado, mas quando se sente aceito pelo grupo e, por meio dele, pela sociedade como um todo. A classe dominante detém tal poder absoluto que qualquer reação da classe dominada se torna irreal. (Saviani, 2012)

No âmbito pedagógico a escola tem papel fundamental no ensino aos estudantes com deficiência, pois, compreende-se, que leitura é um procedimento complexo e abrangente de decifrar sinais e interpretar e compreender o mundo desafia severamente o cérebro, a memória e as emoções. Observada como a aptidão simbólica e com a destreza de interação mediada pela palavra. É um trabalho que abarca frases, signos, sentenças, contextos, provas formais e informais, intenções, objetivos, ações e motivações. (Garcez, 2001)

A escola, não só como instrumento de igualdade social, mas também como elemento de marginalização social: transforma os alunos em marginalizados, não só pelo seu envolvimento com a cultura privada, mas também com o próprio movimento proletário, que busca para explorar a força de trabalho desse movimento (exclusão) de todos os envolvidos no sistema educacional. Na base da igualdade, a pedagogia do essencial será estruturada, e assim a burguesia se tornará a classe dominante, a partir de meados do século XIX ela estruturou o sistema nacional de educação familiar e a política de escola para todos. Educar todos os homens era condição para converter servos em cidadãos, para que esses cidadãos participassem do processo político e,

participando do processo político, fortaleciam a ordem civil, a democracia burguesa, é claro. (Saviani, 2012)

O fenômeno mencionado acima se manifesta externamente, pois as pessoas têm suas origens no processo de desenvolvimento da educação, a princípio coincidente com o próprio comportamento de vida, depois gradualmente diferenciado até atingir uma certa idade, caráter institucional cuja forma mais ostensiva se revela no surgimento das escolas. Esta apareceu inicialmente como uma manifestação secundária e foi derivada de processos educacionais mais gerais, mas mudou lentamente ao longo da história até se tornar a forma primária e dominante de educação. Essa transição da escola para a forma dominante de educação coincide com um período histórico em que as relações sociais passaram a prevalecer sobre as relações naturais, estabelecendo a primazia do mundo cultural (mundo feito pelo homem) em relação ao mundo natural. Assim, o conhecimento metódico, sistemático, científico, elaborado, passa a prevalecer sobre o conhecimento espontâneo, "natural", que não é sistemático, daí a especificidade da educação, determinada pela forma da escola. O período histórico de referência não se esgotou, correspondendo ao surgimento e desenvolvimento da sociedade capitalista, suas contradições exigindo cada vez mais sua superação. (Saviani, 2011)

Salienta-se, que existem muitos obstáculos que impedem que alunos com deficiência ingressem e continuem a frequentar escolas, sejam públicas ou privadas. Essas barreiras promovem o isolamento desses alunos em suas famílias, negando-lhes seus direitos constitucionais iguais como cidadãos, de pertencimento e de participar das atividades escolares junto com seus pares. Em relação aos obstáculos à aprendizagem, não é aconselhável olhar para as crianças com deficiência pelo que elas expressam em relação aos problemas e deficiências de aprendizagem, mas sim pelo contexto em que foram criadas. (Mendonça, 2013)

A doutrina materialista da mudança das circunstâncias e da educação esquece que as circunstâncias são mudadas pelo homem e que o próprio educador deve ser educado. Portanto, ele tem que dividir a sociedade em suas partes - a primeira divisão que é colocada acima da sociedade. A coincidência entre a mudança das circunstâncias e a atividade humana ou autocorreção só pode ser entendida de forma razoável e adequada como uma prática revolucionária. (Freire, 1968)

No inatismo variavelmente do comportamentalismo a tendência natural de que a linguagem é adquirida é vista como uma habilidade intrínseca ao organismo

humano; nesse padrão, a criança tem antecipadamente condições para desenvolver a gramática da língua à qual está sendo exposta já que biologicamente ela está equiparada para essa cognição, sendo que esta é advinda de uma predisposição inerente. Outra concepção de linguagem é a baseada na estrutura genética de Piaget chamada cognitivista, pois nessa percepção o foco são os feitos do desenvolvimento cognitivo humano; a criança é capaz de estabelecer e compreender como o mundo funciona através de suas ações incidindo por uma série de fases que são: atividade sensorial – do nascimento aos 18 meses – pré-operacional – dos 18 meses aos 7 anos – atividades concretas – dos 7 aos 11 anos e das operações educiais – dos 11 anos em diante – nesse espectro, o desenvolvimento cognitivo além o desenvolvimento da linguagem sendo que há aspectos da linguagem que a criança só domará após atingir um nível de controle cognitivo correspondente. (Barreto, 2012)

Complementando o exposto anteriormente, destaca-se que do ponto de vista pragmático, é importante dialogar e usar a linguagem na comunicação. Esse conceito surgiu na década de 1970, influenciou o trabalho para crianças surdas e trouxe um novo pensamento para o campo da aquisição da linguagem. Por fim, a perspectiva interacionista surgiu na década de 1980, onde a interação social era considerada, com base nas ideias de Vygotsky. O desenvolvimento das funções cognitivas nessa visão ocorrerá na interação da criança com os membros mais experientes, que serão os mediadores entre a criança e o mundo. (Barreto, 2012)

Ainda sobre os caminhos de aprendizagens, cabe enfatizar que a linguagem é muito importante e é a partir da linguagem que os alunos podem dominar a escrita, assim sendo, Ferreiro (2010), assevera que:

Quando falamos de *construção* da escrita na criança, não estamos falando de emergência mais ou menos espontânea de ideias engenhosas, ideias curiosas, ideias às vezes extraordinárias que as crianças têm – o que em inglês se costuma dizer *wonderful ideas*. É algo mais que isso. Tampouco se trata de algumas coisas que se constroem e que em seguida há uma espécie de adição linear do já construído. Em algumas conversas com colegas percebo que a ideia de construção tem sido incorporada de uma maneira parcial: consideram que algumas coisas iniciais se constroem, porém depois parece que o resto se adiciona, como se se tratasse de um momento construtivista inicial e, no que se segue, o associacionismo volta a aparecer, de alguma maneira. Algo muito importante e pouco compreendido é que um processo de construção envolve processos de reconstrução, e que os processos de coordenação, integração, diferenciação etc. também são processos construtivos. (Ferreiro, 2010, p. 79)

Diante do exposto, nota-se que a educação precisa ser transformada, e ser embasada em um mundo tecnológico e globalizado, as instituições de ensino não

podem parar no tempo, devem evoluir e agir de acordo com suas necessidades, a imagem que servem. A escola deve ser um espaço propício à construção e desenvolvimento do conhecimento por meio da troca e discussão de saberes envolvendo todo o ambiente escolar e a comunidade. Com a ajuda das novas tecnologias como ferramenta de ensino, professores e seus alunos proporcionarão oportunidades para que os alunos pesquisem, experimentem e desenvolvam formas de comunicação e interação social. (Souza, 2019)

Quanto aos espectros concernentes a escola, destaca-se que:

[...] uma instituição cujo papel consiste na socialização do saber sistematizado.

Vejam bem: eu disse sistematizado; não se trata, pois, de qualquer tipo de saber. Portanto, a escola diz respeito ao conhecimento elaborado e não ao conhecimento espontâneo; ao saber sistematizado e não ao saber fragmentado; à cultura erudita e não à cultura popular.

Em suma, a escola tem a ver com o problema da ciência. Com efeito, ciência é exatamente saber metódico, sistematizado. (Saviani, 2003, p. 14)

Segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN, 1997), as escolas são um ambiente acolhedor para pessoas das mais diversas culturas, e os programas devem ser projetados para levar em conta populações maiores. Por meio do ensino com tecnologia, os alunos poderão obter conhecimento sobre a mudança e a permanência da sociedade, além de fornecer críticas aos alunos. A história deve fornecer aos alunos do ensino fundamental a capacidade de comparar eventos em tempo real, reconhecer semelhanças e diferenças sociais e reconhecer diferenças culturais entre seu modo de vida local e o seu próprio. Pode estabelecer relações entre presente, passado e futuro.

A Declaração de Salamanca “As escolas regulares com orientação para a educação inclusiva são o meio mais eficaz no combate às atitudes discriminatórias, propiciando condições para o desenvolvimento de comunidades integradas, base da construção da sociedade inclusiva e obtenção de uma real educação para todos”. (UNESCO, 1994, p. 09).

Gomes e Monteiro (2005, p. 14), preconizam que “A escola é uma das possibilidades de desenvolvimento para o ser humano, seja em que idade for. Sendo assim, os professores precisam prestar atenção ao período de formação e ao contexto de desenvolvimento de seus alunos”. Embora se haja muitas discussões sobre o processo de inclusão do aluno com deficiência, ainda há um grande contingente de

alunos que cursam apenas a escola de Educação Especial. (Boettger, Lourenço & Capellini, 2013)

A prática em sala de aula diante das dificuldades é importante recomendar a conhecer e compreender as práticas socioculturais de leitura e escrita de crianças e adolescentes de diferentes culturas, principalmente dos alunos com deficiências. Na educação, a formação continuada é essencial, por isso é preciso esperar algo novo, criticar o que já existe, enfatizam a necessidade de as escolas formarem leitores e escritores, alertando-os para tentarem ir além dos estreitos limites de sua exclusividade escola a praticar o conhecimento e o compartilhamento da diversidade textual que seus alunos vivenciam, concentrando maiores forças para uma educação inclusiva de qualidade. (Rojo, 2000)

Moran (2000), assegura que a educação é uma parceria para professores e alunos em escolas e organizações para transformar suas vidas em um processo de aprendizagem ao longo da vida. Trata-se de ajudar os alunos a construir a sua identidade, o seu percurso pessoal e profissional no seu projeto de vida, no desenvolvimento das competências cognitivas, emocionais e de comunicação que lhes permitam reencontrar a sua vida pessoal, social e profissional e tornarem-se cidadãos realizados e produtivos. Em relação a educação inclusiva, é importante salientar que cada coisa, pessoa ou ideia que existe, ouve-se, sente-se, toca-se, experimenta-se, lê, compartilha e sonha; à medida que se aprende em todos os espaços onde vive em família, na escola, no trabalho, no lazer favorece o ensino e aprendizagem das pessoas com deficiência, logo cabe os professores e escolas educar estes alunos de maneira a integrar o real e o virtual em novas compilações; presente e passado olhando para o futuro; ciência, arte e tecnologia; razão e emoção.

Portanto, a inclusão nunca acontecerá enquanto a sociedade se sentir no direito de incluir somente aqueles que escolherem. Preconceitos inerentes a muitos profissionais da educação, na sociedade e em muitos familiares, impedem que muitos desses profissionais exerçam seu direito de incluir crianças com deficiência nas escolas. Esta não é uma tarefa fácil para a escola, assim como para aqueles que estarão envolvidos. É preciso um novo olhar, ter uma prática pedagógica reflexiva, posicionar-se conscientemente diante de tempos conflituosos, buscar uma educação comprometida com a realidade apresentada. O trabalho inclusivo é guiado pela ideia de que todos os alunos podem aprender, no seu próprio ritmo e à sua maneira. A

amplitude, profundidade e adaptação das atividades são desafios para os professores inclusivos ao trabalhar com conteúdo. (Mantoan, 2003)

1.3 A Inclusão Escolar e a Aprendizagem do Discente com Deficiência

As pessoas com deficiência têm limitações e isso é um obstáculo para esse aprendizado. Desenvolver recursos acessíveis seria uma forma concreta de quebrar essas barreiras e expor o indivíduo aos ambientes de aprendizagem proporcionados pela cultura. Outra dificuldade que as restrições trazem são os estereótipos a que as pessoas com deficiência estão sujeitas. Desenvolver recursos acessíveis também significa lutar contra esses estereótipos, pois quando eles têm oportunidades de interagir e aprender, e têm seus pensamentos explicados, as pessoas com deficiência facilmente serão consideradas “iguais”. (Mendonça, 2018)

As questões sobre inclusão referem-se não apenas às políticas e instituições de educação especial e continuada, mas também ao próprio conceito de integração. Não é compatível com a integração, pois prevê uma inserção escolar profunda, completa e sistemática. Todos os alunos, sem exceção, devem frequentar as aulas regulares da escola. (Mantoan, 2008)

A educação inclusiva desafia a escola a mudar a si mesma para atuar nas necessidades de seus alunos, buscando uma educação de qualidade para todos. As escolas inclusivas visam uma educação de qualidade não apenas para pessoas com deficiência. Combate à exclusão pelos mais variados meios. (Martins, 2008)

Em uma educação inclusiva, busca, sobretudo, remover as barreiras que de alguma forma impedem que os alunos sejam incluídos na sala de aula regular com propostas de aprendizagem concretas e socialmente adequadas, tanto dentro como fora desta escola. (Mendonça, 2013)

Assim sendo, a proposta de uma pedagógica de transformação da pessoa portadora de deficiência e da sociedade, deve ter como desígnio a “Educação que, desvestida da roupagem alienada e alienante, seja uma força de mudança e de libertação” (Freire, 2007, p.44)

Além disso, Mendonça (2015), ressalva questionamentos sobre os aspectos concernentes a inclusão, referindo-se que:

A inclusão implica mudanças: questiona não somente as políticas e a organização da educação especial e da regular, mas também o próprio conceito de integração. Ela implica mudanças de perspectiva educacional,

porque não atinge apenas os alunos com deficiência e os que apresentam dificuldade de aprender, mas todos os demais [...]. (Mendonça, 2015, p. 06).

Segundo Beatón (2015), os pesquisadores soviéticos foram convidados a realizar uma pesquisa que criasse as condições necessárias para a organização programas educacionais e desenvolvimento infantil. Essas investigações foram feitas em partindo dos pressupostos contidos na Abordagem Histórico-Cultural, embora a partir de nosso método dialético e materialista histórico, também foram considerados, mas criticamente outros concepções existentes, como as da pedagogia operacional ou construtivista Piagetianos, psicométricos como os de Lorenzo Filho, Brunet e Lezine, behavioristas e neoconductistas entre outros, em voga na época.

Observa-se que devido a uma variedade de circunstâncias, primeiro como resultado das condições de criação, a criança tem uma atitude falsa e distorcida em relação à realidade. O principal é que a operação ainda depende de interesses emocionais. Realiza-se, principalmente, pelo prazer imediato que se obtém da atividade, pelo fato de evocar uma série de sensações agradáveis e, finalmente, pelo fato de uma ampla gama de impulsos emocionais obterem uma aparente satisfação fictícia, que também substitui para a satisfação real dos processos emocionais. (Vygotski, 2001)

A inclusão escolar deve seguir alguns preceitos para que seja possível desenvolver o indivíduo em todos os aspectos, dessa forma, é importar criar uma programação diária individual, um sistema de trabalho individual, atividades ajustadas particularmente para o trabalho independente, obrigações diárias oferecidas visualmente, atividades recreativas e atividades motoras, dando suporte suplementar com a orientação visual do modo como a sala é mobiliada e usada. (Nilsson, 2003)

Goulart (1995), descreve que Piaget enfatizava que as crianças têm controle sobre sua percepção e organização de sua experiência com o mundo exterior, fazendo contato visual e manual de formas alternadas, como colher, cheirar e degustar etc. Para Piaget, o conhecimento não é uma qualidade estática, mas uma relação dinâmica. A forma como um indivíduo aborda a realidade é sempre construtivista e, portanto, relacionada ao seu posicionamento, ao seu conhecimento prévio e às características do objeto. Por outro lado, uma coisa só é objeto de conhecimento quando há uma interação entre ela e o órgão cognitivo que a constitui como objeto.

No construtivismo piagetiano, o comportamento representa uma clara diferença na capacidade de construir o ambiente, nessa perspectiva pode-se entender que em cada momento do desenvolvimento intelectual, uma estrutura é responsável por uma forma particular de constituir o meio e emitir uma resposta, é essa estrutura que determina a qualidade da resposta, por isso não é incompleta, evoluindo para a forma que tomaria em humanos grandes. Wallon, formulou uma psicologia genética e uma proposta pedagógica que, segundo suas características, podem ser consideradas construtivistas. (Goulart, 1995)

Piaget distinguiu aprendizagem de maturação, enfatizando que a maturidade se baseia unicamente em processos fisiológicos e distinguindo que aprender a partir de conhecimento é, para ele, definido pela soma de coordenações, após um lento processo de desenvolvimento, é disponibilizada ao organismo em várias etapas. Portanto, o conceito de aprendizagem, no sentido escrito, refere-se às conquistas que advêm principalmente das entradas do ambiente externo. Conforme descrito por Chiarottino, compreender o conceito de esquema na teoria piagetiana implica considerar os aspectos endógenos e exógenos constitutivamente relevantes desse mecanismo. Assim, Piaget também distingue aprendizagem de equilíbrio, que regula o desenvolvimento de padrões de atividade de acordo com entradas internas do corpo. Todo aprendizado pressupõe o uso de construtos não estendidos, ou seja, pressupõe o uso de um sistema lógico (ou pré-lógico) capaz de organizar novos conhecimentos. Portanto, este princípio é precisamente na base do equilíbrio. (Palangana, 2001)

Cabe ressaltar que a educação especial é cada vez mais comum nas escolas regulares, o que faz com que professores e demais profissionais da educação se sintam despreparados para praticá-la, enquanto pais e/ou responsáveis de crianças com deficiência exercem o direito de matricular seus filhos nessas unidades escolares. Os obstáculos ocorrem no ambiente escolar, bem como na família. Portanto, isso mostra que seus filhos são incapazes de frequentar uma escola regular, impossibilitando-os de aprender. As escolas regulares, em sua maioria, não possuem os pré-requisitos necessários para cumprir seu papel de fornecer conhecimento às crianças com deficiência. Falta de profissionais capacitados, acessibilidade em seu ambiente físico, professores capacitados e capazes de acolher esses alunos em sala de aula no ensino regular, entre outros entraves. Os resultados são proporcionais à importância da inclusão da deficiência, que depende de ampla implementação,

principalmente na prática, no reconhecimento e respeito às diferenças e na implementação do princípio da dignidade. (Mendonça, 2013)

Diante disso, pode-se reafirmar que “A Educação Inclusiva parte do propósito de que todos os alunos devem estar na escola regular, sem deixar ninguém para trás. [...] A inclusão é uma provocação, cuja intensão é melhorar a qualidade do ensino das escolas, atingindo a todos que fracassem em suas salas de aula”. (Mantoan, 2006b, p. 16). Além disso, a inclusão é uma política que busca compreender e atender às necessidades educacionais especiais de todos os alunos, na sala de aula geral, dentro do sistema de ensino regular, para apoiar a aprendizagem e o desenvolvimento individual de todos os alunos. (Silva, Reveles & Gaiato, 2012)

Complementam, Mesibov & Mesibov (2010), que é papel do professor compreender seu aluno, encontrar seus pontos fortes, identificar seus déficits e localizar os meios facilitadores para ajudá-lo no processo de adaptação e aprendizado.

Vygotski (2001), também propõe uma apologia ao ensino do conhecimento científico, que não é cotidiano, cuja concepção de conceitos reorganiza todas as funções psíquicas, ou seja, qualifica-se para o sistema psíquico. Segundo o autor, no processo de requisitar funções espirituais, a escolarização desempenha uma de suas principais funções: influenciar a personalidade do indivíduo, pois nela estão agregados todos os atributos que moldam a cultura.

A própria educação inclusiva é uma proposta ousada na medida em que evidencia o que os torna semelhantes aos humanos sem tirar os olhos do que nos distingue como sujeitos. Essa busca incansável pela diversificação dos grupos requer metodologias adequadas e adaptativas para tornar o conhecimento apreensível por todos, porém, sabe-se que não existe uma verdade absoluta, pelo contrário, ao olhar para muitas estratégias que surgiram e outras que ainda vão surgir hipóteses de caráter inclusivo da diversidade. Diante da diversidade e disparidade que se observa no ambiente escolar hoje, é preciso pensar de uma forma que não se limite à fragmentação do conhecimento em campos indizíveis, juntos e desvinculados. (Costa *et al.* 2018)

O objetivo da educação inclusiva será tornar a escola um ato que permita a inclusão das crianças nela, maximize suas potencialidades, amplie o acesso de alunos deficientes às salas de aula regulares, forneça suporte técnico a esses professores de sala de aula que ajude a estabelecer formas inovadoras de trabalhar com esses

estudantes, estabelecer novas formas de avaliação que atendam às suas necessidades e, sobretudo, dar continuidade ao desenvolvimento profissional das equipes escolares inclusivas. Muito se tem falado sobre 'inclusão' e 'integração', alguns usando os termos de forma intercambiável, outros claramente distinguindo-os dizendo que são experiências completamente diferentes enquanto 'integração' no Brasil é discutida e interpretada há pelo menos duas décadas, tem sido um grande tema de debate na última década. (Barroso, 2012)

Conseqüentemente, em cada estágio de desenvolvimento, o indivíduo tem uma forma específica de se relacionar com esse ambiente e construir seu conhecimento. Por outro lado, os substratos são diferentes em cada microcultura. A educação da Wallon é uma realidade social; o homem é uma entidade social e um membro de uma determinada sociedade. Ele vive e age em uma realidade social e concreta e busca mudá-la. Por isso, argumenta que o objeto a ser buscado conhecer é o humano concreto, ou seja, a pessoa biologicamente, psicologicamente, e socialmente contextualizada, e admite que são ignorados os aspectos políticos e sociais da educação.

Há uma psicologia construída sobre os princípios do materialismo dialético e histórico com o apoio dos psicólogos Vigotsky, Leontiev e Luria. No entanto, o momento mais importante do desenvolvimento intelectual, dando origem às formas abstratas e práticas da inteligência humana, ocorre quando fala e atividade prática, formas de desenvolvimento independente, montagem capacitor. A criança passa assim a controlar seu ambiente por meio da fala e novas relações são estabelecidas entre ela e o ambiente físico e social. (Goulart, 1995)

Cabe destacar, que a inclusão tem sido um movimento de âmbito mundial concernente a luta pelas pessoas com deficiências (PCD) e seus familiares tendo como principal desígnio a busca dos direitos desses indivíduos e por um lugar na sociedade. Dessa forma, é importante dizer que o termo inclusão por si só já traz implícito a ideia de exclusão, visto, que só é plausível incluir alguém que já foi excluído. (Santos *et al.*, 2013)

A natureza humana não é oferecida ao homem, contudo é por ele determinada sobre a base da natureza biofísica. O trabalho educativo é, portanto, o ato de produzir, direta e propositalmente, em cada indivíduo a humanidade produzida historicamente e coletivamente por um grupo de homens. A educação não pode ser reduzida ao ensino, sendo um aspecto da educação que se engaja na própria natureza do

fenômeno educacional, o que acreditasse ser ilustrado com as considerações gerais apresentadas acima pela educação escolar. Esse exemplo é legítimo porque a institucionalização da pedagogia pelas escolas é um indicativo da especificidade da educação, pois se a educação não tem identidade própria, a institucionalização não será possível. Nesse sentido, a escola configura uma situação privilegiada a partir da qual se pode descobrir o aspecto pedagógico que existe na prática social global. (Saviani, 2011)

Pondera-se que as terminologias da Organização Mundial de Saúde (OMS) contribuem para a concepção de que a deficiência não é como algo fixado no indivíduo. Sendo inaceitável a naturalização de negar os processos de evolução e de interação com o ambiente. A conceituação da deficiência convém, portanto, para promoção de políticas de acolhimentos, recursos materiais, condições sociais e escolares. A mesma organização não nega a deficiência, mas cumpre notar que a sua intenção não é a de discriminação. Fazendo assim a diferenciação pela deficiência para julgar quais as necessidades do indivíduo. A Guatemala, promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, deixa clara a proibição de qualquer distinção que implique exclusão ou restrição de acesso a direitos fundamentais. Mas, essa diferenciação deve ser feita toda vez que ela beneficie a pessoa com deficiência. (Bersch & Machado, 2007)

Não há como negar que a educação inclusiva beneficia todas os estudantes na sala de aula regular. Cada um aprende a partir da sua perspectiva, com conselhos recebidos de professores inclusivos, focados na aprendizagem, com base na individualidade de cada um, independentemente da deficiência, pertencentes a uma determinada idade, serem ou não os alunos “normais”. A convivência motiva a todos, sem exceção, a se comportarem de forma solidária, para que se ajudem, respeitem as diferenças, valorizem a diversidade e protejam os direitos das pessoas e da sociedade, assim como das pessoas com deficiência como reflexo de uma sociedade inclusiva. (Mendonça, 2013)

Segundo a visão de Piaget, o problema do conhecimento está intrinsecamente relacionado ao problema da aprendizagem: aprender é saber fazer (alcançar) e conhecer é compreender uma situação distinguindo entre a relação necessária e a relação contingente. Isso prova que é preciso dar sentido às coisas, analisar não apenas os aspectos explícitos do fenômeno, mas sobretudo os latentes e principais. Assim, o processo de construção do conhecimento segue uma linha evolutiva que se

inicia com a ação consciente e leva ao pensamento formal, ou seja, ao conhecimento lógico-matemático. A análise da relação desenvolvimento/aprendizagem, antes de natureza psicológica, era essencialmente epistemológica. Diante do exposto, é importante ressaltar que ela está, em última instância, vinculada à relação sujeito/objeto do conhecimento. (Palangana, 2001)

Ao se referir a inclusão escolar, Ferreira (2001, p. 99), diz que “[...] se hoje discute-se a escola inclusiva como forma de garantir o princípio da igualdade, verifica-se num passado não muito remoto, que também na educação, o portador de deficiência não era contemplado”. Além disso, o mesmo autor enfatiza, que “O momento mais significativo desse novo modo de pensar em relação ao aluno portador de deficiência, ocorreu com a Declaração de Salamanca- na Conferência Mundial sobre necessidades educativas especiais: acesso e qualidade, de junho de 1994”. (Ferreira, 2001, p. 99)

No entendimento de Mantoan (2003, p. 12), para que ocorra inclusão escolar e a aprendizagem do discente com deficiência, tornam-se necessárias grandes mudanças, sobretudo, no âmbito educacional, visto, que “A inclusão, portanto, implica mudança desse atual paradigma educacional, para que se encaixe no mapa da educação escolar que estamos retrazendo”. Logo, na abordagem relacionada a inclusão, cabe destacar, mais do que uma instituição de ensino onde o ensino é realizado inteiramente com o auxílio de livros didáticos, a escola tem a missão de estabelecer uma relação agradável entre as diversas áreas do conhecimento e do aprendizado. Ao mesmo tempo, deve ser visto como um ambiente em que o conhecimento é transmitido em todas as circunstâncias, de forma criativa e livre, com o apoio de recursos que permitem que o conhecimento inove, promova e estimule a curiosidade. (Freitas, 2007)

Ainda há um conflito de entendimento em relação a integração e a inclusão dos estudantes no âmbito educacional, portanto, ao abordar a inclusão dos estudantes com deficiência, é fundamental levar em conta, os conceitos abordados no dicionário Michaelis, o qual conceitua a integração e inclusão como:

Ato ou efeito de integrar-se; condição de constituir um todo pela adição ou combinação de partes ou elementos; ação pela qual, substâncias estranhas ao indivíduo passam, por assimilação, a fazer parte integrante dele; processo que consiste na assimilação cultural, linguística e jurídica, de forma plena, por indivíduos estrangeiros em qualquer comunidade ou nação.

Ato ou efeito de incluir-se; introdução de uma coisa em outra, de um indivíduo em um grupo etc.; inserção; política educacional que consiste em incluir indivíduos com necessidades especiais em turmas consideradas regulares,

fazendo-os participar de atividades não só educacionais, mas também comunitárias, esportivas e sociais. (Michaelis & Vasconcelos, 2022)

Em relação aos aspectos que fazem uma escola ser inclusiva, destaca-se, que em primeiro lugar, um bom projeto pedagógico, que começa pela reflexão. Variavelmente do que muitos possam pensar, inclusão é mais do que ter rampas e banheiros adaptados. A equipe da escola inclusiva deve debater o motivo de tanta dependência e indisciplina, de os professores não darem conta do recado e de os pais não participarem. Um bom projeto estima a cultura, a história e as experiências anteriores da turma. As práticas pedagógicas também necessitam ser inspecionadas. Quanto a seleção e planejamento das atividades que possibilitam a aprendizagem de todos, hoje, muitas escolas diversificam o programa, mas acreditam que no fim das contas todos contenham os mesmos resultados. Os alunos precisam de liberdade para aprender do seu modo, de acordo com as suas condições. E isso vale para os estudantes com deficiência ou não. (Cavalcante, 2005)

Cada indivíduo é considerado intrinsecamente desigual; os indivíduos são fundamentalmente diferentes, e devem ser respeitadas a diferença entre os indivíduos. Logo, há os alunos mais lentos; há pessoas que se preocupam com isso e pessoas que se preocupam com aquilo. Nesse sentido, o processo educacional é a aquisição de conhecimento para promover a emancipação; nesse sentido, os governantes não se libertam se não dominarem o que os governantes dominam, afirmando que a abordagem recomendada deriva de uma concepção claramente prescritiva de educação e sociedade e assim vê a sociedade em que vivemos dividida em classes com interesses opostos. Para promover a transformação social, deve-se dar lugar às forças populares, inserir as escolas no processo de mudança social, com a atuação dos professores em sala de aula embasada no politicamente reacionário. (Saviani, 2012)

A educação inclusiva na sala de aula do ensino regular surge como uma alternativa que pode proporcionar contatos sociais e promover não só o desenvolvimento da criança, mas também de outras crianças, pois elas aprendem sobre as diferenças e se tornam um adulto menos preconceituoso. Isso envolve e fornece oportunidades para a criança aprender e praticar habilidades por meio de reforço positivo ou encorajamento, ou seja, recompensando e elogiando-a por cada comportamento bem-feito. (Ferreira, 2016)

Para a efetivação da inclusão escolar é essência a compreensão, que é preceituada por Lima (2021, p. 02), da seguinte forma:

A compreensão é uma palavra de origem latina, está presente no universo freiriano e, em linhas gerais, significa agarrar, abraçar, prender a partir de uma perspectiva dialógica dada pelo prefixo com o mesmo de comunidade e comunicação. Compreender é uma ação transitiva e que só pode ser realizada a partir de um debruçar-se que implica, necessariamente, inclinar-se na direção do território e do outro. Um conhecimento fundamentado a partir da compreensão, necessariamente evoca um envolvimento orgânico e dialógico. (Lima, 2021, p.02)

Em relação a inclusão dos indivíduos com deficiência, cabe destacar, que no contexto histórico de todas as culturas houve diversas fases, por exemplo, “Ela começou praticando a exclusão social de pessoas que - por causa das condições atípicas- não lhe pareciam pertencer à maioria da população”. (Sasaki, 2003, p. 16).

Assim sendo, o ambiente escolar promove os desafios de aprendizagem. Privação de uma criança ou um jovem dos desafios das escolas geram o seu não o desenvolvimento. O estudo da plasticidade neural demonstra que os seres humanos são ilimitados e que, apesar das condições genéticas ou neurológicas, o ambiente tem uma forte intervenção nesses fatores. Quanto mais apoio para promover situações difíceis para os indivíduos, mas ele reagirá a esses desafios e se desenvolverá. Ao propor situações de acordo com os limites da criança, ela não verá motivos para se sentir desafiada. (Bersch & Machado, 2007)

Desse modo as metodologias educativas, tem papel essencial na busca por auxiliar docentes e alunos na compreensão sistemática e crítica das distintas concepções teóricas do contexto educacional. (Saviani, 2012)

A inclusão é a capacidade que o ser humano tem de entender e reconhecer o outro e, desse modo, consegue ter o privilégio de viver e compartilhar com pessoas diferentes. A educação inclusiva acolhe a todos, sem exceção. Destina-se ao estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Portanto, estar junto é se aglomerar como no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar e interagir com o outro. (Cavalcante, 2005)

A contínua ênfase no discurso da força educacional como solução para os males sociais repousa em um claro misticismo ideológico. Ao contrário, deve-se usar

o discurso crítico, tentando explicar a relação entre educação e sua condição social, destacando a determinação recíproca entre prática social e prática educativa, ela mesma entendida como um modo particular de prática social. E esta é, sem dúvida, uma marca distintiva da pedagogia histórico-crítica. (Saviani. 2011)

Entretanto, para falar da inserção das pessoas com deficiência no âmbito escolar, é importante mencionar, que em 1988 foi criada a Constituição Federal que instituiu no artigo 5º que todos são iguais perante a lei, assim, esse aparato evidencia que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]”. (Brasil, 1988)

Para Barroso (2012), os modos de organização do pensamento e da linguagem transcendem os modos de ouvir. Eles são de uma ordem diferente, a ordem das imagens, e, portanto, possuem características que podem ser de difícil compreensão para os ouvintes. Eles se expressam a partir do magnetismo coletivo formado pelas línguas de sinais. Dentre as formas de comunicação com estudantes portadores de deficiência destaca-se a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que é a língua de sinais utilizada pela comunidade surda nos centros urbanos do Brasil. Essa língua não pode ser estudada através da língua portuguesa, pois possui uma gramática própria, diferente da do português. Desse modo, cabe destacar que:

As línguas de sinais são consideradas línguas naturais e, conseqüentemente, compartilham uma série de características que lhes atribui caráter específico e as distingue dos demais sistemas de comunicação, por exemplo, produtividade ilimitada (no sentido de que permitem a produção de um número ilimitado de novas mensagens sobre um número ilimitado de novos temas); criatividade (no sentido de serem independentes de estímulo); multiplicidade de funções (função comunicativa, social e cognitiva – no sentido de expressarem o pensamento); arbitrariedade da ligação entre significado e significante, e entre signo e referente; caráter necessário dessa ligação, e articulação desses elementos em dois planos – o do conteúdo e o da expressão. As línguas de sinais são, portanto, consideradas pela linguística como línguas naturais ou como um sistema linguístico legítimo, e não como um problema do surdo ou como uma patologia da linguagem. Stokoe, em 1960, percebeu e comprovou que a língua de sinais atendia a todos os critérios linguísticos de uma língua genuína, no léxico, na sintaxe e na capacidade de gerar uma quantidade infinita de sentenças. (Quadros, 2008, p. 30)

Visto, que por sua vez, é na troca que as interações onde os valores são compartilhados e aceitos. Se aceita, a cadeia ideológica (de avaliação) de um determinado grupo se expandirá e será retomada por outros indivíduos. Assim, entende-se que nos diários estão registrados momentos vivenciados no contexto da

formação profissional que levam à construção (deposição, combinação, negação, assimilação...) de características percebidas, formas possíveis (e/ou aspectos identificadores). (Tápias-Oliveira, 2015)

Portanto, “Nas sociedades divididas em classes sociais antagônicas (opressores e oprimidos), todavia, nem todos estão interessados em pronunciar o mundo, em transformá-lo. O diálogo libertador é limitado àqueles que desejam transformar o mundo”. (Lima, 2021, p. 52)

Confere-se que o aprendizado começa muito cedo. Durante as fases iniciais do desenvolvimento infantil, a criança especializa-se e aumenta as suas relações e expressão através dos movimentos e sensações que os proporcionam; as ações que tem sobre o meio ambiente; sobre a resposta do ambiente, foi novamente percebido por ela. Sentimentos vivenciados, expressos emocional e intelectualmente, armazenados e usados, reaproveitados e percebidos em novas relações, etc., formam um banco de dados que, no futuro, será resumido em processos cada vez mais complexos e abstratos. À medida que a criança cresce no controle de sua postura e se especializa em seus movimentos, consegue se mover cada vez mais e aumenta sua capacidade de explorar seu ambiente, ela estabelece as bases para seu aprendizado, O corpo da criança é marcado por infinitas e novas sensações. (Bersch & Machado, 2007)

É fundamental que alunos, professores e auxiliares de ensino se integrem e “se aproximem” para que haja vantagens no processo de ensino e aprendizagem. É preciso considerar a documentação pertinente ao processo de ensino-aprendizagem, a seleção e uso do currículo que será fornecido para cada tecnologia utilizada, e se o ator principal do processo, o aluno, tem acesso com a tecnologia para ser usado ou não no curso. (Gomes, 2008). Conseqüentemente, a “Linguagem não é algo que se treina. A comunicação, quando em um ambiente favorável, variado e agradável, ocorre o tempo todo. (Schirmer & Bersch, 2007, p. 83)

Além do mais, os aspectos pertinentes ao processo de ensino e aprendizagem devem ser pautados em:

Uma pedagogia articulada com os interesses populares valorizará, pois, a escola; não será indiferente ao que ocorre em seu interior; estará empenhada em que a escola funcione bem; portanto, estará interessada em métodos de ensino eficazes. Tais métodos situar-se-ão para além dos métodos tradicionais e novos, superando por incorporação as contribuições de uns e de outros. Serão métodos que estimularão a atividade e iniciativa dos alunos sem abrir mão, porém, da iniciativa do professor; favorecerão o diálogo dos alunos entre si e com o professor, mas sem deixar de valorizar o diálogo com

a cultura acumulada historicamente; levarão em conta os interesses dos alunos, os ritmos de aprendizagem e o desenvolvimento psicológico, mas sem perder de vista a sistematização lógica dos conhecimentos, sua ordenação e gradação para efeitos do processo de transmissão-assimilação dos conteúdos cognitivos (Saviani, 2008, p. 55-56)

Giroto, Poker & Omote (2012), preconizam que a Educação Especial passa, ainda, a assumir uma nova responsabilidade, pois compõe o alicerce no qual o aluno com deficiência irá se amparar para efetivar sua aprendizagem escolar. Deve estar inteiramente interligada à escolaridade comum e, por conseguinte, aos desafios que as deficiências sensoriais, intelectual, física, motora, os TGD e as altas habilidades/superdotação atribuem nesse processo de inclusão escolar. Conforme o Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, o AEE será concretizado nas escolas por várias ações. Dentre elas consta a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado realizado nas salas de recursos multifuncionais, definidas como:

[...] espaços da escola onde se realiza o Atendimento Educacional especializado para os alunos com necessidades educacionais especiais, por meio do desenvolvimento de estratégias de aprendizagem, centradas num novo fazer pedagógico que favoreça a construção de conhecimentos pelos alunos, subsidiando-os para que desenvolvam o currículo e participem da vida escolar. (Brasil, 2008b)

Além disso, a escola deve ser um ambiente essencial para a aprendizagem e a inclusão do estudo, diante disso, é preciso valorizar os “[...] cantinhos de leitura, de modo a identificar o que esses espaços e objetos propiciam, no sentido de tornar mais ou menos significativo o tempo que as crianças passam na escola”. (Teixeira, 2009, p. 233)

Necessariamente, a aprendizagem é a absorção de novas informações, experiências em um eixo construtivo e decisivo para o futuro ou mesmo para o presente. Aprender não é memorizar, você tem que entender antes de colocar em prática o que aprendeu. A aprendizagem pode transformar um indivíduo. Portanto, cabe enfatizar que:

Aprendizagem é um processo de mudança de comportamento obtido através da experiência construída por fatores emocionais, neurológicos, relacionais e ambientais. Aprender é o resultado da interação entre estruturas mentais e o meio ambiente. De acordo com a nova ênfase educacional, centrada na aprendizagem, o professor é coautor do processo de aprendizagem dos alunos. Nesse enfoque centrado na aprendizagem, o conhecimento é construído e reconstruído continuamente. (Hamze, 2010, p. 01)

O extraordinário de tudo é trabalhar os meios cognitivos de cada aluno, o pensar e o fazer, Moran (2009), descreve que a sala de aula pode transformar-se em um ambiente de começo e de finalização de atividades de ensino-aprendizagem, interposto com outros tempos em que os alunos participam de atividades externas – pesquisa, projetos – muitas no ambiente digital. Alves, Zambalde & Figueiredo (2004), relatam qualquer pessoa, independentemente de idade, ocupação tempo e lugar pode fazer uso dessa tática.

O movimento da inclusão, é compreendido como a garantia de acesso, permanência e sucesso da criança com deficiência, com transtornos globais do desenvolvimento ou com altas habilidades/superdotação, garantindo um diferencial para a educação de todas as crianças. A presença desta criança na sala regular tem determinado um conjunto de estratégias e metodologias de ensino diferente daquele utilizado em escolas especiais. O avanço tecnológico tem, ainda, proporcionado ferramentas que, apropriadas ao contexto e às necessidades de cada aluno, podem acrescentar a probabilidade de desenvolvimento do desempenho acadêmico de cada um e de todos. Entretanto, a disponibilização destas ferramentas no ambiente escolar depende exclusivamente da adesão do professor a elas. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Um caso de incapacidade que pode ser transformado é a situação de um aluno com deficiência visual – baixa visão, que frequenta a sala de aula do ensino regular. Ele tem uma deficiência, mas se a escola possibilita a ampliação das letras dos textos usuais na sala de aula, confecciona cadernos com pautas espaçadas, possui lupas manuais ou eletrônicas, certamente ele não terá uma inaptidão de lidar com a escolarização, pois o ambiente possibilitou condições de acessibilidade. (Bersch & Machado, 2007)

Ferreira (2001), cita que apesar dessas dificuldades, a realidade é que a inclusão de pessoas com deficiência é a forma mais efetiva de manter a cidadania dessa parcela da comunidade, mas essa inclusão deve ser completa e não apenas parcial, ou seja, a inclusão deve ocorrer com:

- a) inclusão econômica - proporcionando trabalho ao deficiente;
- b) inclusão social- diminuindo o preconceito em relação ao portador de deficiência;
- c) inclusão educacional - que vem a ser o processo de inclusão dos portadores de deficiência na rede comum de ensino em todos os seus graus;
- d) inclusão ambiental no sentido mais amplo do termo - que representa a queda das barreiras arquitetônicas. No caso específico da educação

inclusiva, mais que adaptar o aluno à escola, torna-se vital adaptar a escola ao aluno.

Quando todo este processo de inclusão se verificar, pode-se afirmar que a pessoa portadora de deficiência é um cidadão em sua plenitude. (Ferreira, 2001, p. 101)

Portanto, a proposta de inclusão educacional faz mais do que garantir o direito de todos os alunos frequentarem as salas regulares de ensino. Considera, também, a adequada formação profissional de professores do ensino regular e do AEE, que transcorre pelo empoderamento de conhecimentos metodológicos que permitem compreender e lidar com as diferenças presentes no contexto escolar. Prediz mudanças atitudinais por parte de professores, gestores e demais profissionais que operam na escola bem como a articulação com as mais diferentes instâncias envolvidas na efetivação da educação inclusiva. Além disso, gera a adequada infraestrutura do sistema educacional para que inclusive as TIC, de modo geral, e o conjunto de recursos compreendidos como tecnologia assistiva, em especial, possam subsidiar a aprendizagem dos alunos acompanhados no AEE. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Um grande exemplo é a UNESCO que emprega as TICs com ênfase na inclusão digital para pessoas com deficiência e ao mesmo tempo na educação, proporcionando suporte aos programas oficiais. A Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI) aconselha o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) em todos os níveis de educação, exercício e desenvolvimento de recursos humanos.

Toma-se como exemplo a Unesco que aborda as TICs com destaque na inclusão digital para pessoas com deficiência e também na educação, apresentando suporte aos programas oficiais:

A Cúpula Mundial da Sociedade da Informação (CMSI) recomenda o uso das tecnologias de informação e comunicação (TIC) em todos os níveis de educação, treinamento e desenvolvimento de recursos humanos (Declaração dos Princípios: Artigo 30). Conforme os líderes da área educacional implementam reformas e mudanças para vencer este desafio, o uso das TIC acessíveis emerge sistematicamente como um componente fundamental para permitir que os alunos aprendam de forma compatível com as suas habilidades e estilos de aprendizado individuais. (Unesco, 2011)

As estratégias cognitivas referem-se a suposições feitas sobre o significado de uma palavra, uma expressão, uma estrutura ou parte dela, ou mesmo um texto inteiro. São os procedimentos de reconhecimento rápido realizados pelo cérebro que auxilia

no entendimento do texto. Essas estratégias incluem táticas de uso do conhecimento, cujo uso depende dos objetivos do interlocutor, da quantidade de conhecimento disponível a partir do texto e do contexto, bem como crenças e atitudes, e as atitudes permitem a construção do sentido do texto. As estratégias de interação social são aquelas que focam na atitude do interlocutor no momento da interação verbal e, assim, interferem no comportamento da fala, como é o caso das estratégias de preservação da imagem, da autoimagem, da polidez, da negociação, do esclarecimento, do mal-entendido etc. (Salles, 2004)

1.4 O Contexto Histórico do Ensino Fundamental

Conforme preconizam Voigt *et al.* (2021), os movimentos globais provocaram mudanças significativas nos currículos nacionais da educação básica e, conseqüentemente, nos processos de formação básica de professores nas escolas. Na disposição dos horários, critica-se o descompasso entre o currículo da educação básica e a formação de professores, de modo que, nesse contexto, a lacuna que surge no processo de ensino transpõe barreiras ao ensino e à formação dos alunos pelos professores. As políticas curriculares incentivam a mudança nos currículos, na prática e na formação de professores. Considerando o contexto social e cultural em que a escola está inserida, a adequação do currículo deve ser condizente com a identidade e as características da realidade escolar, o que exige o desenvolvimento coletivo de programas extracurriculares e formação de professores de longa duração.

Essas hipóteses, consideradas a causa primária ou primordial de uma educação formadora de consciência, ou seja, uma educação que produz desenvolvimento humano, são preparadas ou condicionadas a assumir, mais tarde e de forma mais completa, o que Vygotsky e a história cultural, em meio a outra revolução revolucionária, no início do século 20, também dizia cientificamente que a educação produz ou leva ao desenvolvimento, não pode ser usada uma vez, então a terceira causa é o que essa união cria. (Beatón, 2015)

Estudos mostram que a possibilidade de avanços na educação básica nacional implica investimentos na reorganização da formação docente, encontrar a residência docente pautada na autonomia curricular, considerar o suporte teórico e metodológico dos professores como intelectuais críticos e transformadores, visando

desconstruir/reconstruir agendas e planos dando um novo significado para o seu ensino profissionalizante. (Voigt *et al.*, 2021)

As conquistas da Educação são, portanto, produto de um processo de desenvolvimento social e cultural humano mediado pelas condições históricas, sociais e culturais pelas quais ela passou e, desta forma ou de outra, estão atrelados ao legado da História Cultural, baseado na cultura pedagógica e sistema educacional criados por nossos pensadores do século XIX e as demandas de um processo revolucionário. (Beatón, 2015)

Até a segunda metade do século XIX, o estudo da natureza humana era um atributo da filosofia. Os seguidores de John Locke, na Inglaterra, desenvolveram sua concepção empiricista da mente, que enfatizava a origem das idéias a partir de sensações produzidas por estimulação ambiental. O maior problema da análise psicológica, para esses empiricistas ingleses, era descrever as leis de associação pelas quais sensações simples combinam-se para produzir idéias complexas. (Vygotsky & Cole, 1991)

Mori & Sander (2015, p. 03), evidenciam que “A partir da Idade Média, a educação europeia influenciou diretamente e expressivamente do restante do mundo com suas ideias e práticas pedagógicas. Estas informações históricas”. Durante a construção do conhecimento, a relevância da educação para a vida está no contexto em que o indivíduo pode internalizar o objeto de aprendizagem em seu cotidiano, reforçando assim o conceito que está sendo ensinado, aqui discutido, segundo o qual a aprendizagem deve ser percebida como mais do que a transmissão do conhecimento, mas também o envolvimento direto do indivíduo no que está sendo ensinado, caracterizando assim um processo emocional de absorção de conhecimento, produzido por um processo contínuo. Inicialmente, as experiências específicas da pessoa serão a base para observação e reflexão. Com o processo de observação e reflexão, formam-se conceitos abstratos e generalizações, que serão testados experimentalmente em novas situações. Dessa forma, novos conhecimentos são construídos. (Kolb, 1987)

No continente europeu, os seguidores de Immanuel Kant afirmavam que idéias de espaço e tempo e conceitos de quantidade, qualidade e relação originavam-se na mente humana e não poderiam ser decompostas em elementos mais simples. Ambos os grupos mantinham-se irredutíveis em suas posições. Ambas as tradições filosóficas desenvolviam-se tendo como pressuposto, originado a partir dos trabalhos de René

Descartes, que o estudo científico do homem deveria restringir-se ao seu corpo físico. À filosofia estava designado o estudo de sua alma. Apesar de o conflito entre essas duas abordagens se estender até os dias de hoje, os termos dessa discussão, por volta de 1860, foram mudados irrevogavelmente, pela publicação quase que simultânea de três livros. (Vygotsky & Cole, 1991)

Pode-se considerar consensual a aceção da educação como formação humana. A questão, por conseguinte, que necessita ser examinada é em que consiste a formação humana. Assumindo que determinados homens, as crianças e os jovens são formados por outros homens, os adultos, compete averiguar se isso é possível e, em caso positivo, se é legítimo. Eis a diante uma questão filosófica por excelência, ligada ao problema da possibilidade, da legitimidade, do valor e dos limites das ações humanas. (Saviani & Duarte, 2012)

Os pensamentos de Lev Semyonovich Vygotsky ganharam destaque na psicologia americana por meio da publicação, em 1962, da sua monografia *Pensamento e Linguagem* (*Thought and Language*). Um abreviado estudo desses ensaios mais que depressa persuadiu de que o escopo do trabalho de Vygotsky estendia-se muito além do expresso em *Pensamento e Linguagem*. Aliás, tornou-se evidente que a imagem que muitos dos nossos colegas faziam de Vygotsky, como sendo um neobehaviorista do desenvolvimento cognitivo, poderia ser, de forma conclusiva, desfeita por esses dois ensaios. (Vygotsky & Cole, 1991)

Por conseguinte, não se perder de vista que a educação, apesar de sua fundamental relevância na conscientização das massas, não é redentora da humanidade, pois compete a um sistema de instituições sociais, sendo necessário avaliar que todos os fatores sociais agem (ou deveriam agir) dialeticamente. (Marsiglia, 2011)

Ao abordar o contexto relacionado ao ensino fundamental, destaca-se, que a educação escolar como processo privilegiado, no quadro da transmissão de saberes, opõe-se às referidas desigualdades. A serviço do desenvolvimento igualitário dos indivíduos, a educação escolar surge como um processo responsável por proporcionar possibilidades de aquisição de conhecimento historicamente sistematizadas - riqueza. do universo de sentido -, com o objetivo de ir muito além do sentido imediato e óbvio produzido dimensões puramente empíricas dos fenômenos. Reconhecer o papel da educação escolar no desenvolvimento de um indivíduo requer uma análise do conteúdo que ela veicula, ou seja, indica a direção essencial do

conhecimento transmitido. Essa afirmação nos leva a duas observações sobre a formação de uma imagem subjetiva da realidade e a construção do conhecimento. (Martins, 2011)

Ademais Flech (2015), destaca que a ampliação da oferta no ensino fundamental teve maior evidencia na década de 1990 por meio do processo de democratização do acesso a esta fase da educação básica fundamentada pela mudança na legislação educacional, a qual atraiu o interesse dos agentes administrativos, dentre outros motivos, em função de questões de ordem financeira. Toda a estrutura ideológica em circulação nas políticas educacionais em relação à educação obrigatória, desde a década de 1970 até os primeiros anos de 2000, contribuíram tanto para o progresso quanto para expor os limites da organização educacional brasileira.

É notório que a educação deve ser para todos, uma vez, que é um direito integral de cada indivíduo previstos em lei, independentemente, de sua deficiência. Sendo assim, Mendonça (2015, p. 05), pondera que a:

Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9394/96 no Capítulo V da Educação Especial, torna-se necessária e urgente a conscientização de inspetores e administradores escolares, supervisores, coordenadores pedagógicos e principalmente professores que assumam a responsabilidade quando da presença de alunos com deficiências na sala de aula, assumirem o seu papel de educador e desenvolver uma educação onde todos deverão ser beneficiados com o resultado desta ação voltada para a aprendizagem de todos. (Mendonça, 2015)

Diversos avanços podem ser relatados nesse contexto: educação gratuita e obrigatória, passagem no ensino fundamental (quatro anos) e ingresso no ensino fundamental (oito e nove anos); articular de forma mais efetiva os recursos financeiros para a manutenção e o desenvolvimento da educação por meio Lei no 9.424/96 FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério), porquanto essa vinculação já era prevista, contudo não praticada; ampliação do tempo escolar de 180 para 200 dias letivos e de 720 para 800 horas de trabalho escolar; a apreensão, nem sempre são claras e coerentes, no que diz respeito à melhoria dos resultados de aprendizagem dos alunos. (Flach, 2015)

Ratifica Leher (2007), que o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) é a concretização destas medidas a nível nacional, e sob o discurso do crescimento econômico e social, encontra o consenso para aplicar as políticas necessárias a este processo de reprimarização atuando assim, como fator de agravamento da condição

capitalista condicionada do país no contexto político e econômico mundial. O autor ressalta ainda a precariedade da política de investimentos para educação proposta pelo PAC, uma vez que conforme as avaliações dos organismos internacionais o problema da educação refere-se à gestão dos sistemas de ensino e não aos baixos investimentos na educação. Desta forma, caberia ao Estado administrar um sistema de avaliação que monitore a qualidade da educação e realize os ajustes necessários na gestão de seus recursos.

Cabe salientar que o cenário educacional brasileiro, o Ensino Fundamental é o eixo central das discussões volvidas para garantir o direito à educação. A estrutura e a organização dessa etapa da Educação Básica mudam em busca de melhorias que promovam a qualidade social a partir das DCN (Diretrizes Curriculares Nacionais) de 2013 e da Resolução nº 4 de 13 de julho de 2010, entendida para além do acesso de estudantes à escola, mas também garantindo sua permanência no processo escolar, através da democratização do conhecimento e da formação integral rumo à emancipação, ou seja, qualidade que se configura como questão de Direitos Humanos. (Tiné, 2013)

Portanto, quando se fala da Educação Inclusiva no ensino fundamental, é importante destacar que o que acontece em uma escola regular traz muitas vantagens para a criança com deficiência, pois ela é colocada em um ambiente com indivíduos que representam a normalidade e que podem, em um ambiente inclusivo, ajudar os alunos com dificuldades de aprendizagem. Ressalta-se que há vários benefícios da educação inclusiva. Tanto para alunos quanto para professores. Para os discentes, podemos listar: viver diferente, adaptar-se bem à convivência, estar mais próximo dos alunos, ajudar quem precisa, aulas mais diversificadas e significativas, mais socialização, mais interação professor/aluno, famílias na escola, alunos aprendendo a ser humanos e relações sócio-sócio-sociais sem tensão competitiva, mas com espírito de solidariedade e participação. (Mendonça, 2015)

Já em relação à reconfiguração do modelo educacional brasileiro pós-ditadura militar, especialmente sobre a oferta do ensino fundamental, mostra-se de essencial importância as influências das Agências Internacionais na demarcação de políticas públicas para o setor educacional nos países periféricos. Tais influências estão no vestígio da opinião envolvida com o desenvolvimento do processo de internacionalização do capital, ainda denominado de globalização da economia. Adota-se como recorte para o desenvolvimento de tal ideário as propostas chegadas

a termo no conhecido encontro realizado em 1989, nos Estados Unidos, cujas conclusões ficaram populares como “Consenso de Washington”. As orientações do Consenso de Washington estão intimamente ligadas à redução do Estado e à abertura dos mercados em nome da concorrência que excite produtividade-competitividade. As influências do ideário comprometido com a produtividade-competitividade se despontaram presentes no campo educacional de tal forma que o governo brasileiro se viu imerso na corrente de pensamento que passou a definir as políticas públicas para o setor educacional a partir dos anos 1990. (Flach, 2015)

Nesse sentido, sendo a escola um espaço cuja função primordial é democratizar o conhecimento, é importante considerar que trabalhar com as linguagens em anos iniciais do Ensino Fundamental pressupõe a articulação entre Língua Portuguesa, Arte e Educação Física, expressões verbais ou não que, devidamente trabalhadas, colaboram com as aprendizagens e o desenvolvimento de estudantes. (Tiné, 2013)

A partir da década de 1990, um importante documento influenciou a educação brasileira - a Declaração Mundial de Educação para Todos, a qual foi formada a partir da Conferência Mundial de Educação realizada em março de 1990 em Jomtien, na Tailândia. O evento foi marcado pela participação de governos, agências internacionais, organismos não governamentais, associações profissionais e autoridades educacionais advindos do mundo inteiro. Os 155 países (dentre os quais o Brasil) que subscreveram a Declaração adotaram o compromisso de garantir a educação básica de qualidade para todas as pessoas (crianças, jovens e adultos). (Flach, 2015)

Pode-se dizer que o compromisso com a educação básica universal no contexto brasileiro tem sido entendido como a necessidade de democratizá-la. Isso tem acontecido, principalmente no que diz respeito ao acesso universal, sem levar em consideração a melhoria interna do sistema educacional, como currículos, formação de professores, avaliação etc. A educação é a base do crescimento econômico e do desenvolvimento social e um dos principais meios de melhorar o bem-estar humano. Sendo assim, aumenta a capacidade produtiva das sociedades e suas instituições políticas, econômicas e científicas e, ao mesmo tempo, contribui para a redução da pobreza, aumenta o valor e a eficácia do trabalho dos pobres e mitiga as consequências da pobreza nas questões vinculadas a população, saúde e nutrição. (Torres, 2000)

Nesse sentido, o currículo deve ser dinâmico, não estático, como os PCNs do ensino fundamental mencionaram dessa importância. O currículo é a expressão dinâmica do conceito que as escolas e os sistemas de ensino têm sobre o desenvolvimento dos alunos e se propõe a realizar com e para eles. Portanto, qualquer orientação apresentada não pode chegar ao coletivo pedagógico como prescrição para o trabalho a ser feito. (Brasil, 2001b)

Ressalta-se a importância dos eixos integradores, pois devem articular conteúdos com aspectos socioculturais, históricos, afetivos, lúdicos e motores relevantes para a prática em direção a uma escola com qualidade social, democratizando o conhecimento e oportunizando a todos de aprender. Assim, amplia-se o conceito de aprendizagem ao trabalhar significativamente com o sistema de escrita (alfabetização), de forma articulada as práticas sociais de leitura e escrita (letramento), o que se dá prazerosa e criativamente por meio do jogo, da brincadeira e do brinquedo (ludicidade). (Tiné, 2013)

A Constituição Federal apontou os aspectos relacionados ao amparo dos direitos humanos o artigo 4º aponta que dentre esses princípios destacam-se:

Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

- I - Independência nacional;
- II - Prevalência dos direitos humanos;
- III - Autodeterminação dos povos;
- IV - Não-intervenção;
- V - Igualdade entre os Estados;
- VI - Defesa da paz;
- VII - solução pacífica dos conflitos;
- VIII - repúdio ao terrorismo e ao racismo;
- IX - Cooperação entre os povos para o progresso da humanidade;
- X - Concessão de asilo político.

Parágrafo único. A República Federativa do Brasil buscará a integração econômica, política, social e cultural dos povos da América Latina, visando à formação de uma comunidade latino-americana de nações. (Brasil, 1988)

Diante disso, o século XX parece um parêntesis histórico, uma espécie de sonho (para os socialistas) ou um pesadelo (para a burguesia) de que o capitalismo seria superado, cedendo lugar a uma sociedade socialista. Assim, no final desse século, os primeiros com a desilusão de que foi apenas um sonho e o pequeno tempo de alívio foi somente um pesadelo. A perspectiva histórico-ontológica da formação humana se faz presente ao longo de toda a obra de Karl Marx. “Nos Manuscritos econômico filosóficos de 1844”, que a formação humana é avaliada na relação entre o processo histórico de objetivação do gênero humano e a vida do indivíduo como um

ser social. O que faz do indivíduo um ser genérico, isto é, um representante do gênero humano, é a atividade vital, a qual é definida por Marx como aquela que assevera a vida de uma espécie. No caso dos seres humanos, sua atividade vital, que é o trabalho, distingue-se daquelas de outras espécies vivas por ser uma atividade consciente que se objetiva em produtos que passam a ter funções definidas pela prática social. Por meio do trabalho o ser humano incorpora, de forma historicamente universalizada, a natureza ao campo dos fenômenos sociais. Nesse processo, as necessidades humanas ampliam-se, ultrapassando o nível das necessidades de sobrevivência e surgindo necessidades propriamente sociais. (Saviani & Duarte, 2012)

Por volta do início da Primeira Guerra Mundial, os estudos introspectivos dos processos cognitivos humanos foram atacados de duas maneiras. Nos Estados Unidos e na Rússia, os psicólogos, insatisfeitos com a controvérsia sobre a correta descrição introspectiva dos sentimentos, e a consequente esterilidade dos resultados da pesquisa, abandonaram o estudo das ideias. Aproveitando o potencial sugerido pela pesquisa de Pavlov sobre reflexos condicionados (que evoluíram de Sechenov) e as teorias de Darwin do contínuo evolutivo entre animais e humanos, essas correntes psicológicas abriram muitos campos de estudo científico do comportamento animal e humano. Em um ponto importante, porém, eles concordavam com os antagonismos internos: sua estratégia básica era identificar unidades de atividade humana (substituindo a sensação por unidades responsivas a estímulos) e então definir as regras que esses elementos se combinam para criar fenômeno mais complexo e combinação. (Vygotsky & Cole, 1991)

Essa estratégia, portanto, concentra-se em processos psicológicos compartilhados por animais e humanos, traduzindo processos psicológicos superiores em pensamento, linguagem e comportamento voluntários. Uma segunda linha de ataque contra a descrição do conteúdo da consciência vem de um grupo de psicólogos que se opõe a uma visão com a qual Wundt e os behavioristas concordam: a validade de analisar os processos mentais em seus elementos constituintes básicos. Esse movimento, conhecido como psicologia da Gestalt, demonstrou que muitos fenômenos intelectuais (os estudos de Kohler sobre macacos, por exemplo) e fenômenos perceptivos (por exemplo, o trabalho de Wertheimer sobre a aparência do movimento de luzes piscantes) não podem ser explicados pelos postulados dos elementos básicos da consciência nem por teorias comportamentais baseadas na

unidade estímulo-resposta. Em princípio, os teóricos dos gestos rejeitam a possibilidade de explicar processos mais complexos por processos psicológicos simples. (Vygotsky & Cole, 1991)

Tendo como estrutura ideológica todas as orientações externas, a organização da educação brasileira também está acordada nos interesses internos. Tais interesses não são homogêneos e verdadeiramente ligados às indigências da maioria da população, mas propagam o movimento contraditório do contexto histórico de determinada época, o qual pode ser analisado como a síntese das relações existentes entre as oportunidades econômicas mais amplas, os interesses e possibilidades financeiras do poder público, a influência dos compromissos político-partidários, as exigências sociais e as necessidades da população que faz uso da escola pública brasileira. É nessa realidade que se demonstraram as estratégias para atender os interesses em disputa dos envolvidos, seja através da legislação, dos acordos ou das ações implementadas pelo Estado. (Flach, 2015)

Assim sendo, o método de Bourneville tinha como finalidade adequar a criança deficiente às normas sociais, à aprendizagem de hábitos, da leitura, da escrita e de uma profissionalização. Por meio das atividades que empregou percebe-se qual a concepção que tinha sobre a criança: um ser sensível às influências externas e que, por isso, suas condutas poderiam ser modificadas através de atividades ocupacionais. (Silva, 2009)

Com a implementação da Lei Nº 13.146, de 06 de julho de 2015, que constitui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, ou seja, é o Estatuto da Pessoa com Deficiência, o artigo 1º dessa lei *in verbis*:

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Parágrafo único. Esta Lei tem como base a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, ratificados pelo Congresso Nacional por meio do Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008, em conformidade com o procedimento previsto no § 3º do art. 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, em vigor para o Brasil, no plano jurídico externo, desde 31 de agosto de 2008, e promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009, data de início de sua vigência no plano interno. (Brasil, 2015)

Leite e Carvalho (2015), preconizam que a Constituição Federal de 1988 aplica uma nova fisionomia ao Estado brasileiro, tendo em conta que não somente o sagrou

democrático, contudo, ressaltou também o seu caráter fundamentalmente social. Entretanto, o tratamento da pessoa com deficiência se transforma, mas sua maior inquietação é com a inclusão social. Mas, sua introdução, promulgou a intenção de estabelecer um Estado Democrático preocupado com uma sociedade mais fraternal, pluralista e sem preconceitos, que alicerça a igualdade, dentre os fundamentos que alicerçam o Estado Democrático de Direito brasileiro. Já o seu artigo 1º, III, aponta que o valor da dignidade da pessoa humana é composto como o princípio fundamental desse novo Estado. O artigo terceiro aponta como objetivos basilares os seguintes aspectos:

- I - Construir uma sociedade livre, justa e solidária;
- II - Garantir o desenvolvimento nacional;
- III - erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;
- IV - Promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. (Brasil, 1988)

A partir de diversas informações dispostas sobre o contexto histórico do ensino fundamental, muitas são esclarecidas e divulgadas, porém outros conhecimentos são descartados e considerados como não relevantes. (Bersch & Machado, 2007). Perante esse aspecto o documento do Ministério da Educação (MEC), corrobora que a inteligência se constrói através da troca entre o organismo e o meio, mecanismo pelo qual se dá a concepção das estruturas cognitivas. O organismo com sua bagagem hereditária, em contato com o meio, altera-se, desequilibra-se e, para superar esse desequilíbrio ao se adaptar, constrói novos planos. Dessa forma, as ações da criança sobre o meio: brincar, fazer coisas e resolver problemas podem causar formas de conhecer e pensar mais complexas, combinando e criando novos esquemas, permitindo novas formas de fazer, compreender e interpretar o mundo que a cerca. (Brasil, 2003)

No entendimento de Quadros (2008, p. 40), “[...] é preciso conhecer a diferença de saber língua e analisá-la, sugerindo que no Ensino Fundamental as atividades devem girar em torno do ensino da língua e apenas subsidiariamente se deverá apelar para a metalinguagem”.

Beatón (2015), salienta que outra análise essencial que complementa e aliás reforça esta da natureza educação social e cultural, que produz e promove o desenvolvimento integral e multilateral do ser humano, é a concepção otimista do processo de formação e desenvolvimento mecanismos de compensação cultural, no

caso de escolares com algum tipo de déficit biológico. Em outras palavras, mesmo no ambiente escolar as dificuldades biológicas não determinam o aprendizado destes discentes.

O autor assegura ainda que outros conteúdos importantes para a formação dos professores são os conhecimentos e ações com objetos, o papel dos jogos no desenvolvimento das crianças, a importância de orientar o desenvolvimento das crianças. estágios, consciência de pré-leitura, escrita e processos subsequentes da educação primária e básica. Os elementos essenciais dessa abordagem também derivam dela, embora os efeitos das políticas e do trabalho de construção do mundo na educação tenham sido pequenos, e ao levar em conta mais do que isso: a necessidade de criar uma mentalidade específica para os professores ajuda a reforçar suas crenças. sobre desenvolvimento e educação, o conceito amplo de educação na família, escola e sociedade, a imprescindibilidade do desenvolvimento humano, o desenho das diretrizes operacionais, os fundamentos norteadores da aprendizagem, o papel da comunicação, a modelagem gráfica e a linguagem, entre outros, tem sido o tema norteador para o processo de colocar esse conhecimento em prática educativa. (Beatón, 2015)

Por esse caminho a pedagogia adquire condições de assumir o ponto de vista ontológico, abrangendo a educação, isto é, o processo de formação humana, como o ininterrupto movimento de apropriação das objetivações humanas produzidas ao longo da história. Eis como a filosofia competirá, na educação, para, a partir das relações alienadas, revogar os entraves que a forma social capitalista vem conferindo ao desenvolvimento plenamente livre e universal do ser humano e de sua formação. (Saviani & Duarte, 2012)

Assim sendo, em um ambiente aberto à diferença, pode-se desenvolver uma educação transformadora em que cada um se coloque no lugar do outro, estabelecendo relações baseadas no diálogo e valorizando as diferenças existentes. Logo, uma educação que valoriza a diversidade, como premissa de reflexão, de troca de experiências, e não como mecanismo de discriminação e exclusão promove uma educação que enfatiza a aceitação do outro e a superação dos desafios que cada nova situação pode apresentar. A diversidade é um rico elemento de aprendizagem e desenvolvimento pessoal. O respeito pela diversidade e especificidade é essencial para alcançar uma educação de qualidade e inclusiva que trabalhe em prol da igualdade de direitos para todos. (Santos & Reis, 2015)

1.5 O Papel do Docente na Inclusão Escolar no Ensino Fundamental I

A vida escolar é especial e todos têm o direito de viver essa experiência. Afinal, é na organização escolar que se aprende a conviver em grupo, socializar, a trabalhar em grupo e a conviver com as diferenças. Os professores devem sistematizar e organizar métodos de ensino para ensinar de forma eficaz. Então, nos programas de adaptação, tem como função transformar a atividade original, dando estrutura adicional, caso a criança precise. É organizar um jogo com um sistema de apoio visual ou trabalho que facilite a compreensão das regras, ofereça oportunidade de trabalhar de forma independente e forneça ferramentas com linguagem expressiva para se orientar. (Ferreira, 2016)

A interação da criança com os familiares e com as redes de proteção social garante a sobrevivência da criança e a relação com o mundo, além de contribuir para o desenvolvimento psicossocial da criança. Em seu relacionamento com os adultos, ela assimila habilidades construídas pela história social ao longo do tempo, como se sentar, andar, falar e muito mais. (Brasil, 2012)

O professor cujo trabalho pedagógico será complementar o conhecimento existente e proporcionar as condições para novas pesquisas situa-se no ponto de encontro entre a cultura e as crianças. A criança assimila constantemente tudo o que encontra em seu ambiente; os professores devem conhecer as realidades da sala de aula, constituindo a metodologia do seu trabalho. Construir uma aparência de ver, observar, sentir, fazer, expressar e refletir, um projeto concreto, em salas de aulas do mundo real. O que se produz faz parte do que se percebe e as abordagens são voltadas para a construção do conhecimento real. (Rosa, 2019)

Dessa maneira, a educação inclusiva deve focar na aprendizagem escolar a partir de uma interação complexa entre alunos, professores, conteúdo e o próprio ambiente educacional, os docentes precisam estimular os alunos e propor desafios acionáveis que os levem ao sucesso em seus estudos. Os educadores devem ser sensíveis em sua prática, utilizando métodos de ensino que os aproximem de seus alunos e lhes permitam modificar, enriquecer e construir novas formas de interpretar o conhecimento, pois o aluno sempre será o agente da aprendizagem. Nessa visão, os Parâmetros Curriculares Nacionais indicam que o conhecimento é resultado de um processo de revisão, construção e reorganização utilizado pelos alunos para assimilar e interpretar o conteúdo. É fundamental que o professor adote uma postura crítica e

conte com métodos de ensino adequados, permitindo assim que os alunos ensinem de forma eficaz na percepção da realidade. (Fonseca *et al.*, 2015)

Para esse modelo ou essa hipótese histórico-cultural que é derivada das hipóteses de Vygotsky e implementada pela sociedade, a energia existe, ou seja, a energia move o objeto nesta direção ou na outra, mas não é intrínseca, não é entregue de uma vez por todas, tudo é um produto histórico-cultural individual, é criado pela dinâmica intermediária entre o conteúdo social e cultural, sua organização e orientação, e o conteúdo que constitui e se o sujeito seja produto dessa mesma dinâmica de desenvolvimento ou de diferentes situações. Por fim, pode-se considerar que uma das grandes contribuições da História Cultural e de Vygotsky para a educação, suas hipóteses, que ainda são trabalhadas para esclarecer e refinar, ajustar funções ou processos espirituais superiores, inclusive emocionais. (Beatón, 2015)

Tardif (2002), assinala que um professor profissional não é apenas um aplicador de saberes produzidos por outros, não é apenas um agente determinado por mecanismos sociais: é um agente no sentido forte do termo, ou seja, um sujeito presuntivo de sua prática por meio dos significados que ele mesmo lhe dá, um sujeito cujo saber e saber-fazer derivam de sua própria atividade e da qual ele a estrutura e dirige.

Os professores são vistos como comunicadores e, para que os alunos tenham sucesso em seus estudos, depende muito de conseguir alcançar alunos que falam uma língua que eles entendem e que se preocupam com eles, atendendo-lhes de acordo com suas dificuldades. A comunicação eficaz não é tarefa fácil, é inútil sinalizar para um aluno que não pode ser visto, assim como é inútil gritar para um aluno que não pode ser ouvido. Os professores devem cumprir seu compromisso social com os alunos deficientes, esse papel não é suficiente para as escolas, os professores devem ser capazes de conviver com o "diferente", ultrapassando os preconceitos em relação à minoria, permanecendo sempre preparado para adaptar-se as novas conjunturas que surgirão em sua prática docente, permitindo a essa pessoa, no mínimo, o direito ao ingresso e permanência na escola e assegurar, antes de tudo o direito a uma educação. O que se espera de tudo isso é uma inclusão significativa na vida não só dos alunos deficientes, mas em todas as áreas da escola, possibilitando o restabelecimento do sentido da educação inclusiva. (Barroso, 2012)

Para Soares (2003), O professor deve organizar o processo de construção da leitura e da escrita de forma sistemática e metódica. É importante que as atividades desenvolvidas com os alunos possam facilitar o acesso às práticas sociais de leitura e escrita, bem como permitir o aprendizado das técnicas do alfabeto escrito – habilidades necessárias para treinar as crianças a ler e escrever textos falados e escritos.

Por meio do estudo realizado por Boettger, Lourenço & Capellini (2013), verificou-se, que durante a observação, as atividades educativas têm conteúdo acadêmico, ensinam conceitos, estimulam a comunicação e a linguagem, preparam os alunos para a vida, o trabalho e a autonomia, pouco ensinadas e quando oferecidas, muito superficiais. Para justificar a importância da realização dessas atividades, que desenvolvem os aspectos citados acima, são citados diversos autores que tratam desse tema. Analisando os trabalhos com atividades educativas, percebe-se que a forma como são ministradas aos alunos, não os prepara para a autonomia sobre as rotinas da vida diária, em especial, ao considerar os alunos que apresentam necessidades ou alguma deficiência, pois não são atividades funcionais. Algumas atividades de aprendizagem e algumas atividades de vida diária foram realizadas, porém, muito pouco e principalmente para não os estimular ou ensiná-los a agir de forma independente, pois na maioria das vezes, outros o fizeram com eles.

A personalidade do professor é uma variável interveniente na ação educativa, pois a educação exige uma postura política e pedagógica clara, pressupondo sempre a ação intencional do educador, incluindo a permanente tomada de decisão. A consciência, por sua vez, é a presunção da consciência e o cerne da personalidade, de onde decorre que nenhum ato de educação não está imbuído da personalidade do educador. Ao perceber sua importância, entendemos que é necessária uma compreensão sólida do que é. (Martins, 2001)

Logo, é importante refletir sobre alguns aspectos que envolvem a organização de práticas e discussão sobre a importância do planejamento para o desenvolvimento de ações autônomas e efetivas dos profissionais da educação. (Silva, 2008)

Verbera Garcez (2001), que reconhecer e compreender a organização sintática, o léxico, analisar o gênero e o tipo de texto, assim como entender os implícitos, as ironias, as analogias constituídas Intra, Inter e extratexto, é o que "torna a leitura produtiva". No caso dos surdos, certos procedimentos são necessários, e os professores devem sempre orientar cuidadosamente seus alunos por etapas,

envolvendo aspectos macroestruturais: gênero, tipografia, pragmática e semântica (texto e discurso) e microestrutura: gramática/lexical, sintética e morfologia semântica (vocabulário e frases).

Nessa teoria, formação primitiva do profissional traz em si o tema da *construção* de uma *identidade* do docente acadêmico constituída por *imagens (ethé)*, valores, opiniões, ideias sobre os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais. Um ponto que parece interessar aos sujeitos em sua jornada para a formação de sua identidade é o conhecimento. Em diferentes momentos, muitos deles expressaram, por meio de metáforas, como entendiam o conteúdo. (Zabala, 1999).

Para Freire (1971, p. 43), o diálogo tem papel fundamental no ensino fundamental e, sobretudo, na conclusão dos estudantes com deficiência, desse modo, cabe destacar que:

Ser dialógico é não invadir, é não manipular, é não sloganizar. Ser dialógico é empenhar-se na transformação constante da realidade. Esta é a razão pela qual, sendo o diálogo o conteúdo da forma de ser própria à existência humana, está excluído de toda relação na qual alguns homens sejam transformados em 'seres para outro' por homens que são falsos 'seres para si'. É que o diálogo não pode travar-se numa relação antagônica. (Freire, 1971)

Freire persiste dizendo que “não é possível o diálogo entre os que querem a pronúncia do mundo e os que não a querem; entre os que negam aos demais o direito de dizer a palavra e os que se acham negados deste direito”. (Mantoan, 1977a, p. 93)

Em muitos casos, a deficiência “[...] representa um grande desafio para pais, familiares, educadores e pessoas à sua volta, principalmente porque há uma grande necessidade de uma abordagem adequada e eficiente para que estes possam se desenvolver, mesmo que de forma lenta”. (Mantoan, 1997, p. 08)

Nesse contexto, o professor tem papel mediador importante. Um dos desafios principais que surgem da proposta de escola inclusiva é a formação do professor, que para Fávero (2009) é exatamente o pensar e ressignificar a própria concepção de educador. Isso pois o processo educativo incide na criação e no desenvolvimento de contextos educativos que permite a interação crítica e criativa entre sujeitos singulares, e não unicamente na transmissão disciplinar de conceitos e comportamentos estereotipados.

Nesse sentido, é necessário ampliar a orientação formativa, cujo objetivo não é simplesmente adquirir conhecimento, mas estimular a curiosidade e desenvolver a capacidade de adquirir conhecimento. Assim como seus alunos, os professores

precisam se sentir incluídos. Em uma sala de aula inclusiva, o aluno não é um ouvinte, nem um assistente, ele realiza atividades, resolve problemas, desenvolve projetos, participa, dá ideias, cria, analisa e não precisa memorizar nada. Escolas inclusivas são escolas de alunos que pensam, fazem e criam, não alunos que ouvem, copiam, anotam, memorizam e reproduzem em um teste. E pensando, fazendo e criando, cada um pode fazer do seu jeito, no seu ritmo e sem a necessidade de estereótipos. (Barreto, 2012)

Essas novas referências, feitas por discursos bastante contundentes, ao valor do homem e de sua subjetividade, à importância do conhecimento adquirido por meio da experiência, à criatividade das atividades docentes, à articulação entre aprendizagem e vida cotidiana etc. Representam também estratégias para o trabalho educativo absolutamente mais vazio. Os professores não precisarão mais aprender o conhecimento acumulado na história, pois não precisarão mais ensiná-lo a seus alunos, e tanto professores quanto alunos, cada vez mais pobres, ficarão cada vez mais pobres. Isso significa que eles poderão compreender e intervir na realidade, com mais bases, o que fará com que ela se adapte ao primado da alienação. (Martins, 2001)

Enquanto a inteligência prática e a capacidade de usar sinais podem funcionar independentemente em crianças pequenas, a unidade dialética desses sistemas em adultos constitui a natureza do comportamento humano complexo. Nossa análise atribui a atividade simbólica a uma função organizacional específica que penetra no processo de uso de ferramentas e cria fundamentalmente formas de comportamento. O momento mais importante do desenvolvimento intelectual, dando origem a formas puramente abstratas e práticas da inteligência humana, vem quando fala e ação prática, quando as duas linhas se desenvolvem completamente, independentes, convergentes. Antes de controlar seu próprio comportamento, a criança começa a controlar o ambiente com a ajuda de palavras. Isso cria novas relações com o ambiente, bem como uma nova organização comportamental em si. A criação de comportamentos humanos típicos mais tarde cria inteligência e forma a base do trabalho produtivo: a forma específica de uso humano de ferramentas. (Vygotsky & Cole, 1991)

Quando se refere ao papel do docente na inclusão escolar no ensino fundamental, a escola deve se adequar em vários aspectos para a inclusão, pois, além de fazer adequações físicas, a escola precisa proporcionar atendimento educacional

especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência no mesmo local. Desse modo, uma criança cega, por exemplo, assiste às aulas com os colegas que enxergam e, no contraturno, treina mobilidade, locomoção, uso da linguagem braile e de instrumentos como o soroban, para fazer contas. Tudo isso ajuda na sua integração dentro e fora da escola. (Cavalcante, 2005)

O educador, como atuante mais experiente, é um mediador deliberado entre a criança e o mundo, buscando o máximo de possibilidades de desenvolvimento pessoal. O professor vivencia o uso social dos objetos e, ao se relacionar com a criança, faz com que ela viva a experiência de uma atividade organizando uma atividade inter-relacionada, fora do objeto, que será internalizada na medida em que também tem experiência pessoal, voltado para si mesmo, no objeto cultural que lhe é apresentado. Esse arranjo expõe o sujeito à cultura que deve ocorrer no que Vygotsky chama de nível de desenvolvimento iminente. Para compreendê-lo, é preciso também conhecer o conceito de nível efetivo de desenvolvimento, que estabelece o que a criança já sabe e pode fazer sozinha. (Marsiglia, 2011)

Prontamente, a atuação dos professores, como agentes fundamentais da promoção da educação inclusiva, merece atenção representando um desafio especial para as Universidades e gestores das instituições educacionais, na adoção de empenhos coletivos para a inclusão acerca das TIC e sua aplicabilidade no âmbito educacional, quer seja na formação dos profissionais que agem nesse contexto, quer seja nos recursos didático-pedagógicos a serem empregados na educação de pessoas com deficiência. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Assim, superadas as relações sociais alienadas, as relações das pessoas com os produtos já existentes na cultura e com os produtos criados pelas atividades do indivíduo mudarão radicalmente. A objetividade que os indivíduos alcançam por meio de sua atividade torna-se um processo em que sua individualidade se torna um objeto social, um objeto de realização pessoal e enriquecimento para os outros. Da mesma forma, a apropriação de objetos sociais já existe na cultura que molda o indivíduo como pessoa. A visão de Marx de uma sociedade comunista é aquela em que as pessoas formam os ricos. (Saviani & Duarte, 2012)

Uma vez que, a educação precisa focar mais junto com a competência intelectual e a preparação para o sucesso profissional, a construção de pessoas cada vez mais livres, desenvolvidas, independentes e socialmente responsáveis. Assim, aprender é juntar, buscar, terminar, e criar sínteses a partir das descobertas. O modelo

de entrega de conteúdo e cobrança por sua substituição não é suficiente. (Moran, 2009)

Para mencionar o ensino e a inclusão de estudantes do ensino fundamental, Cagliari (1994), diz que por mais difícil que pareça, há muita confusão entre ensinar e aprender entre os educadores. O mais comum é pensar apenas no ensino, pensar que o aprendizado acontece automaticamente, como um resultado inevitável do ensino, o que é um grande erro. Muitas pessoas aceitarão alegremente as diferenças na teoria, mas a prática mostra que a confusão é visível e presente a cada passo. Na concepção de Cagliari (1998), o melhor método de trabalho para um professor deve partir da sua experiência, baseada no conhecimento aprofundado e sólido da matéria que está ensinando. Além disso, como parte do processo de ensino, ele organizará suas atividades em geral: o que transmitirá aos alunos, quando e como. Mas, segundo o autor, entre os dois deve haver um equilíbrio, os professores devem ensinar os alunos a participar do processo. Portanto, a essência da educação é baseada em dois métodos: método de ensino e método de aprendizagem.

As atividades de ler e criar um texto estão inter-relacionadas no ensino de uma língua. Se, na pedagogia da língua materna, a ação produtiva passa necessariamente pela recepção de informações de outra natureza (linguística, sociocultural etc.) por meio da leitura, então no ensino de uma segunda língua esse processo é de fundamental importância. Em particular, no caso dos surdos, o sucesso de uma obra escrita depende muito dos insumos a que é exposto. Em outras palavras, quanto mais o professor coloca o aprendiz na situação em que a atividade proposta acontece, mais “insumos”, ou seja, o contexto linguístico e a situação da língua estrangeira, e apresentado ao aprendiz, melhores são os resultados. Nessa visão, argumenta-se que um texto é sempre “gerado” a partir de outro (s) texto (s), sendo, portanto, dependente de suas próprias condições de produção. (Salles, 2004)

Preconiza Beatón (2015), que no ensino fundamental, também deve-se trabalhar os pressupostos das abordagens históricas e culturais, criando uma abordagem fônica, analítica e sintética para a aquisição da leitura e da escrita, como caminho e desenvolvimento mais adequado para as crianças desde a pré-escola. Em estudo realizado pelo autor, o conhecimento adquirido ao estudar os requisitos do método de leitura aplicado, o método escolhido não impede os professores de utilizarem outros, quando necessário para atingir o objetivo de que as crianças adquiram esses equipamentos culturais essenciais no primeiro ano ou o mais tardar

no segundo ano. Ao desenvolver o método, foi levado em consideração o desenvolvimento da própria linguagem das crianças e, sobretudo, o que foi alcançado na educação infantil, para analisar e sintetizar frases e palavras típicas da linguagem infantil em seu contexto, além da pedagogia e história cultural.

Os professores têm o papel de proporcionar aos alunos com deficiência uma melhor vida escolar, autonomia no desempenho de suas funções e ampliação de suas habilidades de mobilidade, comunicação e aprendizagem. No caso de um aluno com deficiência grave de mobilidade necessitar de cuidados com alimentação, movimentação e uso de equipamentos ou suprimentos médicos, é necessário um acompanhante durante a participação do aluno em uma aula regular. São esses recursos humanos que possibilitam que os alunos com deficiência física tenham autonomia, segurança e comunicação, para que possam ser inseridos no ensino regular. (Bersch & Machado, 2007)

Dessa forma, fica claro que a responsabilidade dos professores especialistas que atuam no AEE é fornecer aos alunos que acompanham este serviço o que é específico para suas necessidades educacionais, ajudando-os a superar suas limitações, dificultando ou impedindo sua interação com o ambiente, relacionar-se com as turmas, participar de atividades, ou melhor, acessar o espaço, o conteúdo, o conhecimento necessário para o estudo na escola. Embora as atividades desenvolvidas no AEE sejam diferentes daquelas realizadas na sala de aula regular, elas devem constituir a base do aprendizado do aluno, ou seja, programas que enriqueçam o currículo, a instrução, os idiomas de instrução e sistemas específicos de sinalização e comunicação, assim como todos os recursos utilizados, devem estar vinculados à proposta pedagógica da educação geral. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Fazenda (2003), menciona que aprender a pesquisar, a estudar é uma característica da educação interdisciplinar, segundo dados, deve começar na pré-escola. Uma das possibilidades de realização de um projeto interdisciplinar na universidade é a pesquisa coletiva, na qual há um estudo central que catalisa os interesses de diferentes pesquisadores, e a pesquisa satélite em que todos podem ter seus próprios pensamentos individuais e solitários. Na pesquisa interdisciplinar, é possível que cada pesquisador possa revelar seu próprio potencial, sua própria capacidade.

No decorrer do ensino fundamental as crianças de seis a dez anos são curiosas, questionadoras, sociáveis e cheias de imaginação, agitação e desejo de

aprender, sendo o lúdico bem peculiar dessa fase. Independentemente de sua condição de vida, procuram referências para o desenvolvimento de princípios a fim de enfrentar ocorrências do cotidiano. Este é o momento em que a aptidão de simbolizar, perceber e compreender o mundo e suas diversidades, através de relações socioculturais, permite a estruturação de seu modo de pensar e agir no mundo, além da construção de sua autonomia e de sua identidade. Ao agenciar experiências pessoais e coletivas com o objetivo da formação de estudantes colaborativos, pesquisadores, críticos, corresponsáveis por suas aprendizagens, a escola traz outro sentido ao currículo articulando conteúdos com eixos transversais e integradores. (Tiné, 2013)

González (2002), pondera que na concepção do ensino como processo de comunicação didática e com foco na interação comunicativa, são evidentes a versatilidade e acessibilidade dos meios audiovisuais e informáticos para a comunicação e interação social dos sujeitos com deficiência. Não se esquecendo que, para muitos indivíduos, esses recursos técnicos e tecnológicos e, em especial, os recursos tecnológicos informáticos, compõe a via de acesso ao mundo, à interação social e à comunicação ambiente. O emprego das diferentes estratégias e recursos tecnológicos permite diminuir as dificuldades que alguns sujeitos com necessidades educativas especiais têm não só durante o período de escolarização, como em sua posterior incorporação ao mundo do trabalho.

A verbalização é essencial na aprendizagem dos discentes com deficiência, nesse sentido, uma pesquisa realizada por Tápias-Oliveira (2015), corroborou ser professor agência a verbalização do que se é, ou que se pode/quer ser (ou não quer ser!), ou métodos diferentes para poder. Isso se refere a certas mudanças nos papéis de alunos e professores. Além disso, a pesquisa do autor possibilitou notar os esforços para mudanças de postura e opinião de docentes universitários:

Verbalização do obvio - o obvio precisa ser dito, explicitado, seja ele um conceito, um sentir em relação a aprendizagem, uma prática de estudo, uma estratégia de pesquisa, um objetivo de leitura, uma forma de avaliação, um processo de produção escrita, uma imagem que acompanha uma música, um comercial de TV, uma cena de filme, uma escolha de ângulo de uma fotografia a no hipertexto... há tantos significados que ninguém é obrigado a saber tudo, e todos têm algo a aprender, a partilhar. Ao professor cabe explicitar o obvio a todos os alunos;

Entendimento dos próprios valores (de vida, de profissionalismo, de atuação em sala de aula...) e dos seus alunos, pois, quando partilhados verbalmente, em sala de aula ou por um instrumento de diálogo, como o diário, levam a um aceleração da formação profissional;

Atenção, por parte do professor, quanto a forma de apresentar o aprendizado novo, não só com relação a heurística, mas também ao estabelecimento de

relações entre o que é ensinado na disciplina e a futura profissão, de modo que aprender seja funcional, pragmático, interessante e instigante, para o futuro profissional;

Partilha, entre professor e alunos, das próprias experiências metacognitivas e meta-afetivas, durante a aprendizagem, faz do primeiro um profissional mais humano e, do segundo, uma pessoa-futuro-profissional mais forte e capaz de se superar;

Atenção para com o que o aluno efetivamente aprende (observando-se sua metacognição) e o que sente ao aprender (atentando-se a meta-afetividade); isso implica percepção sobre o aprender do aluno;

Recapitulação intencional de aprendizados, solicitando-se que as experiências passadas (“Antes, eu...”) e presentes (“Hoje percebo...”) sejam confrontadas pelos próprios alunos, para que a verbalização conduza a percepção de (possíveis/desejadas/indesejadas) mudanças. Assim, passa-se a ter o controle deliberado para a ação e construção de si e de sua vida profissional, e ele vale para projeções futuras e para confronto com o presente e o passado: o movimento de percepção dos/nos tempos situa os navegantes;

Atenção ao modo de expressão do aluno: muitas vezes, o modo de falar pode ser assertivo, mas essa assertividade pode não advir de um *saber*, mas de vivências hegemônicas anteriores que, no *mundo figurado* do Ensino Superior, estão constantemente em xeque para a mudança do indivíduo-profissional;

Conhecimento dos *pontos fracos e fortes* da aprendizagem, para que cada aluno possa atuar neles diferentemente: nos *fracos*, para superá-los (com atenção, metacognição); nos *fortes*, para se sentir empoderado (meta-afetividade positiva) (Tápias-Oliveira, 2015, p. 99, *apud*, Vygotsky, 1987, p. 90);

Valorização do ponto de vista fundamentado do aluno, mesmo que seja diferente daquele do professor, pois isso leva o aluno a ser crítico com embasamento;

Valorização do *debate*: nesse diálogo, há compreensão partilhada, salvaguardam-se faces, expõem-se dúvidas, revisam-se conceitos, e tudo isso ajuda o aluno a sair da posição de conforto de “aluno tradicional” para a posição privilegiada de aluno participativo de Ensino Superior;

Diálogo entre professores e alunos para entendimento de que os processos de produção de leitura/escrita e resultado de parceria, tanto nos aspectos cognitivos/metacognições, quanto nos aspectos afetivos/meta-afetivos; o diálogo pode acontecer presencialmente ou por diário;

a postura do professor e basilar, para o “bem” e para o “mal”: seu modo de tratar o conteúdo, de se dirigir aos alunos e de acolhê-los em sala de aula ajudara a construir o novo profissional, que assimilara, ou não, as qualidades (boas e ruins) do seu professor. (Tápias-Oliveira, 2015, p. 97-99)

Quando o assunto é aprendizagem, os professores necessitam compreenderem-se como profissionais pesquisadores-reflexivos. O processo de aprendizagem de cada aluno precisa ser incluso, porque a interação entre professor e estudantes com vistas à aprendizagem depende da compreensão de que há estratégias individualizadas para aprender e produzir dentro e fora da escola, e que elas são próprias do sujeito em ação. Já a reflexão sobre a própria prática pedagógica é elemento imprescindível tanto de nossa atuação profissional quanto de nossa formação permanente. A diversidade que surge no pensar-aprender-produzir das crianças é a essência do processo educativo. (Tiné, 2013)

Nessa diversidade de métodos focados no ensino de estudantes deficientes “O professor deve assumir uma nova atitude, ainda que desempenhe o papel de especialista, que possui conhecimentos e experiência, ele pode ser alguém que colabora para dinamizar o trabalho com o aluno, aquele que trabalha em equipe”. (Masetto, 2000, p. 142)

Segundo Junges, Ketzer & Oliveira (2018), ao observar um passado não tão distante, os professores/educadores do século XXI foram convidados a refletir sobre questões importantes e muitas vezes contestadas sobre currículo, papéis e significados, da avaliação e da capacidade de dar mais “autonomia” aos alunos. No entanto, deve-se reconhecer também que, até recentemente, o papel do professor era planejar sua aula ou simplesmente recriar o que foi ensinado no ano anterior, ir à escola e “derramar” ao aluno tudo o que ele considera importante para seus estudos. Em outras palavras, os valores são adquiridos em casa com os pais, na igreja, e a função da escola é apenas proporcionar aos alunos a oportunidade de aprender ou sistematizar seus conhecimentos.

Os autores complementam que, de um momento para o outro, o professor passa a assumir um papel até então não destinado a ele, deve saber ouvir os alunos, trabalhar com as diferenças individuais, treinar para a sociedade, treinar para a vida, ensinar valores e desenvolver métodos de ensino para manter a atenção dos alunos que a escola é significativa para eles. De fato, toda educação está em constante mudança para um “conceito de vida” que reflete, em cada época, a filosofia dominante definida em seu tempo pela estrutura da sociedade. Nesse sentido, são os professores os mais profundamente afetados e obrigados a mudar nas condições atuais. (Junges, Ketzer & Oliveira, 2018)

Notadamente, é claro que a influência da Tecnologia da Informação e Comunicação no campo da educação não pode ser negada. A presença dessas tecnologias no cotidiano dos alunos e em todos os locais com os quais entram em contato, inclusive na escola, é um fato indiscutível. A sociedade contemporânea rendeu-se a estas tecnologias e esta ligação é cada vez mais inseparável, pelo que os que se dedicam ao ensino e à aprendizagem não podem ficar indiferentes a este facto. Esta nova fase de remodelação social exige que a escola encontre formas de implementar o uso das TIC’s como forma de melhorar o processo de ensino-aprendizagem, facilitando o desempenho dos alunos em geral. Graças à TI, os estudantes ampliam sua gama de habilidades e potencial. As TIC’s desempenham um

papel importante na aprendizagem, de forma a reduzir as dificuldades e proporcionar oportunidades reais de integração e aquisição de conhecimentos. Com o uso da tecnologia, é possível fazer um trabalho que tenha como foco a formação de múltiplas inteligências, ajudando a superar possíveis dificuldades. (Santos & Reis, 2015)

1.6 A Necessidade Formativa do Professor para dar Respostas aos Planejamentos da Educação Inclusiva no Ensino Fundamental I

Ensinar em um processo contínuo e estimulante de reconstrução do ensino-aprendizagem requer uma consciência inovadora das mudanças sociais e tecnológicas, para que os alunos aprendam de forma significativa e não sobrecarregados fisicamente. Essa estratégia é fundamental para a aprendizagem, pois a divulgação de conteúdo sem análise contextual pode atrasar o desenvolvimento cognitivo dos aprendizes. (Moreira, 2011)

Preconiza Nóvoa (1992), que a continuidade da formação docente não pode limitar-se a uma formação que se constrói a partir da acumulação de cursos, saberes ou técnicas, mas sim através de um trabalho de reflexão substancial sobre a prática, construir, (re)construir a identidade pessoal e profissional. Partindo do pressuposto de que os professores aprendem a partir de sua própria prática docente, é essencial que os cursos em serviço levem em consideração o que os próprios professores apresentam sobre preocupações, pontos de vista etc.

O autor salienta que, na formação de professores, é importante ouvir as vozes dos professores envolvidos no processo. Em outras palavras, a capacidade de contar suas histórias de vida e refletir por meio da formação continuada sobre sua prática cotidiana, bem como exemplos que funcionaram ou não funcionaram em aplicações reais e materiais. As concepções atuais, as estratégias utilizadas no estágio, são reflexões teóricas, pois as reflexões apresentadas nem sempre condizem com as realidades da escola. (Nóvoa, 1992)

Os desafios na formação de professores e no desenvolvimento profissional, hoje, decorrem principalmente de políticas curriculares recentes, que, embora apresentadas em um formato descentralizado e pesado de regulamentação, na prática cotidiana ou por meio de testes externos ou avaliações em larga escala, impostas nacional e internacionalmente. As mudanças sociais e culturais da sociedade atual, em meio às demandas da tecnologia digital, exigem um novo projeto

político-pedagógico nas escolas de educação básica; os professores devem rever seus planos para desenvolver novos métodos e práticas de ensino. Para que esses momentos mobilizem uma ação pedagógica que tenha como foco a reflexão do professor como intelectual transformador, os processos de formação e desenvolvimento profissional de professores se entrelaçam com a (des.) construção e (ré) construção do sujeito de objetivos educacionais e novas maneiras de fazê-los. (Voigt *et al.*, 2021)

Ligar o conhecimento à socialização do trabalho e a um problema social significa construir um ambiente interativo formativo, em que a renúncia ao individualismo projeta um processo de educação e libertação, onde a mudança de paradigma seria uma característica essencial do cotidiano docente. Deve haver reciprocidade entre formadores e profissionais em formação, caso contrário a formação corre o risco de não dar certo, pois é claramente demonstrado que as necessidades básicas dos docentes e funcionários interdisciplinares não são satisfeitas, pois ambos são responsáveis pela saudável emancipação da educação. (Junges, Ketzer & Oliveira, 2018)

Masetto (2000), diz que para atingir esses objetivos, os professores são treinados para valorizar o conteúdo e as aulas acima de tudo, e priorizar as técnicas de ensino para ministrar essas aulas, dessa forma, a avaliação é realizada em forma de teste para verificar o nível de assimilação das informações pelos alunos. No ensino superior brasileiro, esse conceito permanece até hoje, dando importância à transmissão de informações, experiências, técnicas, pesquisas de um determinado especialista para formar novos especialistas. Além disso, o autor Libâneo (2004, p. 227), destaca que “[...] a formação continuada é o prolongamento da formação inicial, visando o aperfeiçoamento profissional teórico e prático no próprio contexto de trabalho”.

Portanto, entende-se que deve haver presença interdisciplinar no sistema de formação e nos professores em formação, uma vez que a identificação com os diferentes campos que compõem o ambiente escolar deve ser compreendida de forma coerente. prática e conhecimento fundamenta a prática pedagógica na criação do conhecimento e no respeito mútuo entre os saberes. Nesse sentido, avaliar a mudança de paradigma significa refletir e não apenas olhar horizontalmente para a esfera educacional, mas também verticalmente, de todo o contexto escolar. (Junges, Ketzer & Oliveira, 2018)

A ideia profundamente enraizada de continuar a formar é essencial porque a formação inicial tem muitas limitações e problemas, e em muitos casos torna-se extremamente precária. Nesse sentido, a Educação Permanente surge da necessidade de preencher as lacunas deixadas pela formação inicial, que tem forte impacto no trabalho docente. Em outras palavras, sugere-se que a formação em serviço deve formar um professor que carece de conhecimentos gerais e pedagógicos e tem poucas habilidades docentes. Segundo os defensores deste modelo "déficit", a situação está se agravando com as necessidades educacionais de uma sociedade tão complexa, levando à necessidade de desenvolver políticas de formação de professores em profundidade, amplas e pensadas, essenciais para melhorar a qualidade da educação. Por outro lado, também existem modelos que veem a importância da formação continuada como consequência da percepção de que o campo da educação é dinâmico, obrigando os educadores a enfrentarem constantemente novos conhecimentos sobre o processo ensino-aprendizagem. Portanto, é necessário que a base conceitual e as habilidades pedagógicas dos professores sejam constantemente ampliadas e aprimoradas para que possam atender às novas exigências da profissão. (Dannemann, 2011)

Nota-se, que hoje, a busca por qualificação profissional está cada vez mais presente na vida de professores e demais profissionais. Com isso, cursos extensos, palestras e outros momentos de exposição sobre temas relacionados às áreas de interesse tornam-se importantes para a qualificação profissional. Cabe ao gestor manter a qualificação do professor, pois desta forma é possível atender as necessidades de seus alunos bem como da sociedade, tendo em vista que o mercado de trabalho busca profissionais altamente qualificados, flexíveis e receptivos. Além disso, a qualificação na educação especial se faz imprescindível para os docentes, visando a melhoria da educação e do ensino. Portanto, hoje apenas a formação inicial não é suficiente para garantir a qualificação dos professores. (Mileo & Kogut, 2009)

Destaca-se que a formação continuada de professores está garantida na LDB nº 9.394/96 e preconizada pelos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de 1ª a 4ª série. Mais recentemente, as políticas públicas de educação têm incorporado a garantia da formação continuada, por considerarem de fundamental importância a melhoria contínua e sucessiva da formação docente. Com os desafios da sociedade do século XXI, a instituição de ensino escolar assumiu vários novos papéis neste campo em constante mudança, onde o professor deve passar por

transformações urgentes, pois nesse contexto, ele tem a responsabilidade de formar alunos, que deve ser capaz de refletir sobre si e sobre suas ações, no sentido de intervir na realidade emergente. Nesse contexto, percebe-se que o planejamento das práticas docentes de resistência à abstinência de velhas práticas dá lugar a novos saberes que permitem aos alunos se perceberem como atores ativos no processo de aprendizagem, na construção de seu conhecimento. (Fonseca *et al.*, 2015)

Novos contextos exigem novos especialistas. No campo da educação não é diferente. No Brasil, com sua diversidade de contextos regionais e locais, Voigt et al. (2019), apontaram que a formação docente nas universidades brasileiras, as condições de trabalho e a promoção na carreira, concretizadas pelas políticas extracurriculares nacionais, ainda precisam avançar no sentido de considerar a volta à escola e sua função social na definição do conteúdo do curso. Segundo os autores, em muitos casos, situações precárias na formação de professores e nas condições de trabalho nas escolas são agravadas pelas diferenças no processo de aprendizagem em todas as regiões do Brasil. O cenário atual da educação básica nacional apresenta um novo aluno, se por um lado fácil acesso às informações locais e globais, por outro carece de cultura, inclusão digital e conhecimento.

Levando em conta que a educação é para todos, cabe destacar que os professores necessitam estar capacitados para atender e perpetrar o ensino inclusivo, nessa senda:

As autoridades da educação comum são responsáveis pela educação de pessoas com deficiências em ambientes integrados. Elas devem garantir que educação de pessoas com deficiência seja uma parte integrante do planejamento educacional nacional, do desenvolvimento do currículo e da organização escolar (Unesco, 1994, p. 02)

A educação continuada deve ser continuada por motivos importantes como: compensar a obsolescência dos conhecimentos adquiridos na graduação; pela necessidade de adquirir novas competências, aprender a trabalhar em equipes multidisciplinares; desejo de progredir na carreira; expandir o mercado e introduzir novas tecnologias e; também em busca de empregabilidade (Plonski, 2001)

Na visão de Freire (1996), a formação continuada é concebida como um processo contínuo e permanente de desenvolvimento profissional, sendo a reflexão crítica sobre a prática fundamental para o aprimoramento da ação docente.

A partir da visão explicada acima, há outro fato que pode auxiliar a compreender os motivos do uso da tecnologia na educação: nos próprios cursos de formação de

professores (cursos de graduação) e de pedagogia, os acadêmicos encontram esse conteúdo em áreas específicas das disciplinas pedagógicas. Por vezes professores de cursos de história, geografia, matemática, física, ciências, biologia, sociologia e outros afirmam que é importante formar um professor que domina o conteúdo dos respectivos cursos. A frequência das disciplinas pedagógicas é uma obrigação para o bacharelado e para o exercício da docência, mas a competência docente não tem valor. Nos próprios cursos de ensino superior, não é tão comum o uso de tecnologia que se adapte ao processo de aprendizagem e à diversidade para motivar os alunos, o que dificulta os novos professores do ensino fundamental. (Masetto, 2000)

Decisivamente, não há nada mais compreensível hoje, seja qual for a posição dos países em desenvolvimento, o interesse em formar professores continuamente para que possam trabalhar melhor em um mundo globalizado instável. Com efeito, as escolas passam a exigir urgentemente a Formação Continuada dos seus professores, como condição indispensável para poderem enfrentar os desafios que a profissão lhes impõe. O grande quadro que é uma oferta educativa baseada apenas na formação inicial do professor e/ou na prática cumulativa já não é concebível. A mudança de rumo esperada requer e é suportada por uma formação contínua e, portanto, pela atualização dos recursos humanos disponíveis. Para melhor compreender a situação da educação continuada no Brasil, é necessário investigar e categorizar os principais modelos e conceitos de educação continuada na literatura especializada. Não há como negar esse esforço organizacional para apresentar uma visão ampla do campo. Por outro lado, seria de pouco valor se não considerar que nenhum modelo está em estado puro, geralmente apresentando as características de várias propostas ao mesmo tempo. (Dannemann *et al.*, 2011)

Salienta-se, que a formação continuada é essencial para o sucesso do educador, partindo do pressuposto de que o conhecimento é incompleto, por isso o educador deve estar sempre atento e atualizado, pois vive-se em uma sociedade globalizada em que a velocidade da informação ainda está em um ritmo frenético, e esse método clássico de ensino já não consegue despertar o interesse dos alunos. No entanto, além da especialização contínua dos professores, as escolas devem ter infraestrutura para possibilitar o uso das novas tecnologias em sala de aula, pois para que os educadores estejam abertos aos processos de mudança, não é diferente do espaço em que é promovido. A formação de professores não se limita à qualificação, mas vai muito além, pois deve abranger toda a sua trajetória profissional, pois a cada

vez e sua forma de ensinar muda, a formação de professores deve sempre se transformar na bancada de estudos, pois não é a única pessoa que detém o conhecimento na sala de aula. (Libâneo, 2004)

Os educadores precisam conhecer as habilidades necessárias para cada idade, de acordo com o currículo nacional, para poder planejar as atividades. Não adianta fazer uma infinidade de atividades que não funcionam para ensinar algo em algum momento da vida da criança, além de que seus ensinamentos necessitam atender à necessidade de todos os discentes. (Ferreira, 2016)

Além disso, “a formação de professores, os cursos de formação (inicial e continuada), as políticas educacionais e a organização das próprias escolas deveriam dedicar um espaço privilegiado à reflexão em torno da educação inclusiva”. (Beyer 2013, p. 67)

A formação de futuros professores, como toda construção de identidade, é social, e como é social, é também um ato dialético: passa do cultural (mediado pelas atividades desenvolvidas em sala de aula) para o individual; por outro lado, também vem de dentro do indivíduo que traz sua experiência e conhecimento para a cultura, e há uma troca, sempre única, individual, diferente de pessoa para pessoa, seguindo os diferentes ritmos e histórias de vida de cada pessoa. A prática do diário vertical facilita esse movimento cognitivo, social e dialético de ser professor ao possibilitar que o sujeito pare e (com ele mesmo) analise o que está passando. Isso é feito pelo sujeito de acordo com seu ritmo, ritmo e diferenças individuais, o que se reflete no estilo/gênero que cada pessoa adota para se expressar. (Tápias-Oliveira, 2015)

Além desses desafios, os professores devem estar preparados para possibilitar novas formas de construção do conhecimento, vendo os alunos de hoje como parte de uma geração exposta às novas tecnologias e fontes de acesso ao conhecimento. Portanto, é necessário investir em atividades pedagógicas inovadoras para preparar os alunos para o exercício da verdadeira cidadania, de modo a atender às necessidades da sociedade que exige uma educação de qualidade. Notou-se, que os professores estruturam sua prática a partir do conhecimento adquirido através da experiência prática diária, desta forma os professores continuam a formação que começou nas instituições. (Fonseca *et al.*, 2015)

Se a educação não pode ser reduzida ao ensino, ainda é certo que ensinar é educação e, como tal, participa da própria essência do fenômeno educacional. Assim, uma atividade de ensino, como uma sala de aula, é uma prática que se assume diante

tanto da presença do professor quanto da presença do aluno. Em outras palavras, o ato de ensinar não pode ser separado de sua produção e consumo. Assim, a sala de aula é produzida e consumida (produzida pelo professor e consumida pelos alunos). Com efeito, se a educação, no campo do trabalho imaterial, envolve ideias, conceitos, valores, símbolos, hábitos, atitudes, saber-fazer, então esses fatores não estão, porém, interessados em si mesmos, como algo externo ao homem.

Nessa forma, ou seja, considerados em si mesmos, como algo externo à pessoa, esses elementos constituem o objeto de interesse das chamadas humanidades, ou seja, sobre isso Dilthey chamou de "ciência de espírito" em oposição à "ciência da natureza". Por outro lado, do ponto de vista da educação, ou seja, falar de pedagogia é entendido como ciência da educação, esses elementos estão em causa desde que as pessoas precisem assimilá-los, para formar algo como uma segunda natureza. (Saviani, 2011)

A educação tradicional esteve unida a fase revolucionária da burguesia, protegendo o princípio de que todos os seres humanos nascem essencialmente iguais, ou seja, nascem uma tabula rasa, que se contrapunha a concepção medieval, segundo a qual os seres humanos nasceriam fundamentalmente diferentes e defendia a reforma da sociedade. (Marsiglia, 2011). Desse modo, os professores devem buscar testar em seu exercício os potenciais da teoria, propendendo a trazer novos elementos que expandam e reforcem a consistência da proposta educativa traduzida na pedagogia histórico-crítica. (Saviani, 2011)

Portanto, "Segundo os preceitos da Escola Nova, a educação deve contribuir para que todos os indivíduos sejam aceitos na sociedade com suas diferenças, sejam elas quais forem". (Marsiglia, 2011, p. 14)

A abordagem do uso do computador como meio de comunicação de informações para os alunos mantém a prática pedagógica atual. De fato, já existem computadores usados para informatizar os processos de ensino. Isso tem facilitado muito a implantação do computador nas escolas, pois não atrapalha a dinâmica aplicada por ele. Além disso, não requer muito investimento na formação de professores. Para poder utilizar o computador neste processo, basta estar treinado na técnica de utilização de cada software. No entanto, os resultados quanto à adequação dessa abordagem para preparar os cidadãos para lidar com as mudanças pelas quais a sociedade está passando permanecem questionáveis. A educação tradicional e sua informatização preparam um profissional ultrapassado. (Valente, 2011)

Esta é certamente uma área importante na construção do cotidiano e tem sido pouco explorada nos processos educacionais. Sua divulgação poderia, portanto, ser um meio de muito mais progresso do que a divulgação em torno das chamadas "grandes decisões" e dificilmente fornece uma resposta mais concreta à ocorrência de um padrão educacional mais igualitário. Acima de tudo, tais considerações ganham mais importância quando consideramos a atual fase que a sociedade atravessa, onde os rumos do desenvolvimento são sustentados pela disseminação e (re) construção de sistemas, novo sistema de valores, de modo que a mesma injustiça e uma ordem injusta são mantidos. Nesse contexto, não se pode esquecer que esses são os processos em que a educação, a política e as formas afins são (novamente) chamadas de fundamentais. (Azevedo, 2004)

Para refletir sobre a atuação do professor, é preciso considerar as condições concretas de realização de seu trabalho, pois a idealização deve servir-nos como aquilo que se busca, mas deve ser pensada a partir daquilo que se vive. Os esforços em manter o trabalho pedagógico num ideário que desvaloriza o caráter político da educação imergem o professor em práticas que, traduzindo sua alienação particular, a reproduzem em seus educandos partindo de práticas valorativas do cotidiano e que impedem a reflexão crítica e transformadora. (Marsiglia, 2011)

Para Libâneo (1998), acredita-se que momentos formativos contínuos levam os professores a uma ação reflexiva. Uma vez, após desenvolver sua prática, os professores podem reformular as atividades para a próxima, repensando os pontos positivos e negativos ocorridos durante o curso. Portanto, procure melhorias em atividades e exercícios ineficazes e produtivos durante o horário de aula.

Asseveram Oliveira & Moura (2015), que ensinar com novas mídias será revolucionário se mudar simultaneamente os modelos convencionais de ensino que separam professores e alunos. Caso contrário, aplicar um esmalte moderno sem tocar no essencial. A Internet é um novo meio de comunicação, ainda na infância, que pode auxiliar a rever, ampliar e modificar muitas das formas atuais de ensino e aprendizagem.

Portanto, ao realizar o planejamento que possibilite a inclusão dos educandos, o professor deve definir áreas específicas para tarefas de aprendizagem que defina limites claros e torne os materiais facilmente acessíveis, ajudando os alunos independentes a saber onde devem estar e onde obter seus próprios materiais. Como todo novo comportamento, ele precisa ser ensinado, mostrado como é feito, apontado

os objetos, modelado, reforçando as respostas adequadas, sempre criando estratégias, atividades, situações e ordem dos estímulos de armazenamento. (Fonseca & Ciola, 2014)

O planejamento é um dos principais instrumentos utilizados para dinamizar o tempo do professor, dessa maneira, “Ao planejar o ensino são realizadas escolhas quanto á forma de organizar as turmas, a distribuição do tempo em uma jornada, aos recursos didáticos adotados, aos espaços escolares onde serão desenvolvidas as práticas pedagógicas”. (Ferreira e Rosa, 2012, p. 01). Planejar as aulas é essencial, “[...] a organização de um conjunto de atividades educativas que favoreçam a apreensão de níveis progressivos de conscientização”. (Faria, 1987, p. 45)

A tecnologia assistiva, com seu imenso arsenal de recursos e serviços, possibilita a apropriação desta tecnologia pelo professor para a promoção não só sua aplicação para aqueles alunos reconhecidamente com deficiência, mas para aqueles que, por algum motivo, tem exibido dificuldades para acessar os conteúdos escolares. O uso das tecnologias de informação e comunicação com crianças com altas habilidades/superdotação, além de atrair a atenção do indivíduo, aponta para a probabilidade de uso de tais estratégias em favor do desenvolvimento dele. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

O termo Tecnologia assistiva é usado para definir todo o espectro de recursos e serviços que ajudam a fornecer ou desenvolver as habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, portanto, promover uma vida independente e inclusiva. Nesta definição, enfatizamos que a TA inclui recursos e serviços. Um recurso é um dispositivo usado por um aluno que possibilita ou facilita o desempenho de uma tarefa. Um serviço de apoio técnico na escola é um serviço que buscará solucionar problemas de funcionamento do aluno, dentro do espaço escolar, encontrar alternativas para que os alunos participem e realizem ações positivas em diferentes atividades nesse contexto. (Bersch, 2007)

Neste contexto, o que impressiona o experimentador é a maior liberdade incomparável nas atividades das crianças, sua maior independência da estrutura da situação visual particular. As crianças, com a ajuda das palavras, criam habilidades maiores do que os macacos podem perceber por meio de ações. Uma manifestação importante dessa maior flexibilidade é que a criança é capaz de ignorar a linha direta entre a gente e alvo. Em vez disso, ele se envolve em várias ações preliminares, usando o que chamamos de métodos instrumentais ou intermediários (indiretos). No

processo de resolução de um problema, a criança pode incluir estímulos que não estão presentes em seu campo visual. Ao usar as palavras (um grupo desses estímulos) para criar um plano de ação específico, a criança realiza uma variedade maior de atividades, usando não apenas os objetos à mão como ferramentas, mas também para encontrar e preparar esses estímulos de uma forma que os torne útil para resolver problemas e planejar ações futuras. (Vygotsky & Cole, 1991)

Sabe-se, para que o aluno possa ganhar o apoio necessário que beneficie a sua aprendizagem, além de recursos, é imprescindível que o professor tenha uma formação correspondente e esteja em sintonia no atendimento as suas demandas educacionais. É importante valorizar o educador, oferecendo-lhe aperfeiçoamento técnico-pedagógico, onde possa estimular sua vontade de construir ideais coletivos, sendo pedagógicos e sociais, para assim se tornar um profissional seguro e ciente de seu papel de mediador do conhecimento, Para Chaves, (1999, p. 02), “A educação e a aprendizagem são processos que acontecem dentro da pessoa – [...]. Tanto a educação como a aprendizagem (com a qual a educação está conceitualmente vinculada) acontecem onde quer que esteja o indivíduo que está se educando ou aprendendo”.

Logo, enfatiza-se que “Com efeito, se a educação é uma atividade específica dos seres humanos, se ela coincide com o processo de formação humana, isso significa que o educador digno desse nome deverá ser um profundo conhecedor do homem”. (Saviani & Duarte, 2012, p. 423)

Acreditar que a identidade profissional pode ser construída, e em constante evolução, e aceitar que ela se manifeste, em imagens de forma, nos diferentes rostos em diferentes situações de comunicação, pode-se compreender que o curso universitário para a formação de futuros professores é um vasto mundo visual em que novos aspectos de nós mesmos se constrói a identidade profissional-acadêmica-pessoal do sujeito. (Tápias-Oliveira, 2015)

Conforme preconizam Vygotsky & Cole (1991), as atividades reais de uma criança, por assim dizer, tornam-se muito menos impulsivas e espontâneas do que as de um macaco. Estes muitas vezes fazem uma série de tentativas descontroladas para resolver o problema em questão, diferente da criança verbal divide sua atividade em duas partes consecutivas. Através de seu discurso, ela planeja como resolver o problema, então implementa a solução apresentada com uma atividade visível. A manipulação direta é substituída por um complexo processo psicológico através do

qual motivações e intenções internas, atrasadas no tempo, estimulam seu próprio desenvolvimento e realização. Essa nova forma de estrutura psicológica não existe nos macacos, nem mesmo nas formas primitivas. Por fim, é muito importante notar que as palavras, além de permitir que as crianças manipulem objetos de forma eficaz, também controlam seu próprio comportamento. Assim, com a ajuda da fala, as crianças, adquirem a capacidade de ser tanto o sujeito quanto o objeto de seu próprio comportamento.

Não se pode ignorar as limitações intransponíveis da pedagogia tradicional, que se deve principalmente ao fato de ser uma pedagogia burguesa e, portanto, desconhecer completamente a existência da vida, a luta de classes e seus efeitos na produção e distribuição do conhecimento social, de forma que transforma o conhecimento ensinado nas escolas em algo não histórico. Mas não é por isso que a escolarização tradicional, no final do século XIX e início do século XX, tornou-se alvo de críticas por parte dos defensores da “nova pedagogia”. Essas críticas mostram suas raízes sociais no fato de que a burguesia precisa restabelecer sua hegemonia (Saviani, 2008). Além de que há “[...] a necessidade de se compreender o professor como pessoa, ou seja, reconhecer que aquilo que ele diz e faz e mediado por aquilo que ele e, por sua personalidade”. (Martins, 2001, p. 29)

Dentre as iniciativas de inclusão digital são realizadas hoje em dia pelo governo federal, como o projeto Um Computador por Aluno - UCA – em fase primária de testes e capacitação de professores. O Projeto de Capacitação tem como público-alvo aproximadamente 340.000 docentes que estão recebendo cursos de informática básica e de TIC's a serem aplicados à Educação. Um dos fatores decisivos para alcançar o sucesso desses programas tem sido creditado à inabilidade dos educadores no emprego dessas tecnologias, e utilizá-las no cotidiano de sua profissão. Este ponto tem sido avaliado com grande importância, pois o professor é o elo entre o conhecimento e as condições de preparo do aluno na busca do conhecimento. (Serra, 2015)

Diante desses aspectos, o planejamento da educação inclusiva no ensino fundamental deve estar ligado a uma atividade de ensino e aprendizado sem que haja proximidade entre professor e alunos, em que a comunicação bidirecional entre os vários sujeitos do processo (professor, alunos, monitores, administração seja realizada por meio de algum recurso tecnológico intercessor, como cartas, textos

impressos, televisão, radiodifusão ou ambientes computacionais. (Alves, Zambalde & Figueiredo, 2004)

Evidencia-se que o planejamento de aula é fundamental na melhoria do ensino-aprendizagem, nesse sentido, identifica-se uma ferramenta a ser entendida como um momento de promoção da aprendizagem, além disso, é uma boa forma de os alunos tirarem o máximo proveito dela, mantendo uma relação dinâmica com o conteúdo para que se possa compreender o que o professor propõe como objetivos educacionais. Portanto, não se deve aceitar e deixar a sala de aula ser um período de improvisação, onde o professor atua livremente sem associar e combinar com os assuntos estudados, com os conhecimentos prévios dos alunos, sem nenhuma estrutura de sequência de atividades que não responda à aprendizagem. Isso acontece porque a sala de aula, como toda atividade humana que ocorre formalmente em condições pré-estabelecidas, necessita de uma organização mental para a prática, portanto, carece de instrumentos que interligue todo contexto a ser estudado. (Inforsato & Robson, 2011)

O planejamento deliberado de forma e conteúdo, ações didáticas e saberes historicamente sistematizados, do ponto de vista da qualidade da educação nas escolas que se diferenciam de outras formas informais, assistemáticas e cotidianas de educação. Para esse autor, a relevância do conteúdo representa o dado central da educação escolar, pois, na ausência de conteúdo importante, a aprendizagem torna-se vazia, virando um jogo, paródia do que deveria ter sido. (Saviani, 2008)

Cita Libâneo (1998), que os professores desenvolvam uma especialização contínua que reconheça que eles podem mudar, aprender e reaprender diante dos desafios que surgem em sua prática. Isso se dá por meio de uma ação crítica e reflexiva que é praticada pelo professor ao final de sua aula, marcando assim o que precisa ser melhorado e o que deve ser mantido em sua programação.

Conforme Coburn et al. (1988), é indispensável que sejam implantados projetos de capacitação para os docentes na área das tecnologias para implementar o instrumento pedagógico, isto é, eles voltarão à condição de aprendizes, admitindo um importante papel - a aprendizagem, passando a ter uma nova posição, mesmo sempre sendo o mediador do conhecimento em sala de aula, neste processo ele exercerá/assumirá a papel de estudante, aprendendo a empregar os equipamentos tecnológicos como uma instrumento no processo de ensino-aprendizagem.

No ambiente escolar, pode se encontrar alunos com diagnósticos diferentes. Para os professores, informações sobre se a condição é progressiva ou estável, e alterações ou não na sensibilidade tátil, ao calor ou à dor serão importantes; se houver outras complicações relacionadas, como convulsões ou problemas de saúde que exijam cuidados e medicamentos (respiratórios, cardiovasculares, etc.). Essas informações ajudarão os professores especialistas a trabalhar com os alunos e orientar os professores de educação geral em sala de aula sobre questões de cuidados específicos. Os alunos serão por vezes impedidos de frequentar as aulas com a regularidade necessária, porque a hospitalização ou os cuidados de saúde devem ter precedência. Nesse momento, o especialista pode oferecer apoio educacional no hospital ou no atendimento domiciliar, até que o aluno retorne ao grupo, assim que os problemas de saúde se estabilizarem. (Bersch & Machado, 2007)

A reorganização do sistema de ensino, do ponto de vista da inclusão, indica um novo modelo de escola e, assim, um novo modelo de formação de professores que exige que o professor esteja preparado para atuar na escola praticando diferentes formas de aprender e ensinar, em contraposição à cultura escolar tradicional vigente até então, historicamente, seletivamente, excludente, baseada em um modelo pedagógico homogêneo. Portanto, deve garantir recursos, estratégias e serviços diferenciados e alternativos para atender às características pedagógicas dos alunos que necessitam de AEE. Também é importante notar que as TIC por si só não garantem a aprendizagem do aluno. É um conjunto de ferramentas disponibilizadas para o ensino que pode contribuir efetivamente para o importante mediador entre aluno e conhecimento. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Segundo Luckesi (1989), a educação tem papel essencial para a construção do processo civilizatório, não importando a sua modalidade. Moran, Masetto & Behrens (2006), descrevem que as alterações na metodologia educacional, mesmo que não seja fácil é necessária, visto como, a inclusão tecnológica muitas vezes não é feita de forma homogênea originando as distinções na democratização da educação.

Nesse sentido, espera-se que os professores trabalhem em serviços especializados, entre outras habilidades, explore documentos e recursos em salas de recursos multifuncionais. Descubra não apenas os recursos disponíveis neste espaço escolar, mas também desenvolvem materiais para ajustar as necessidades educacionais do aluno associadas à AEE e gerencie o uso desses materiais no ambiente da sala regular. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Aponta Nóvoa (2009), que a cinco termos essenciais para a definição atual de professor: conhecimento, cultura profissional, engenhosidade pedagógica, trabalho em equipe e compromisso social. A autora acredita que a formação de professores também se dá na prática no espaço escolar, com outros especialistas da área que, por sua própria experiência e vivência, contribuem para a aquisição e aprimoramento da prática na docência profissional.

Cabe ao professor utilizar os recursos mais sofisticados que agregam maior tecnologia ao mais simples material confeccionado artesanalmente, o professor especializado adota a responsabilidade, inclusive, pela disseminação, na escola, do uso de diferentes tecnologias de informação e comunicação, ao efetivar a parceria com os professores do ensino regular na superação de obstáculos que impedem ou dificultam o acesso e aprendizagem do conteúdo curricular proposto, por parte de alunos com deficiências, com TGD ou altas habilidades/superdotação. Além disso, contribui para que muitos desses recursos sejam também aplicados pelos professores do ensino regular com os demais alunos na otimização do aproveitamento curricular. Os desígnios aos quais se destina o AEE e as salas de recursos multifuncionais evidenciam, portanto, a formação de professores como um aspecto extremamente importante, visto que as atribuições do professor são essenciais para a implementação da pedagogia inclusiva. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Aliás as deficiências físicas nem sempre ocorrem de forma isolada e que em muitos casos encontraremos associações com déficits sensoriais (visão ou audição), deficiência mental, autismo etc. e assim, o conhecimento dessas outras áreas também ajudará o professor responsável por atender esse aluno a melhor compreender e fornecer o necessário Apoio à Educação Especial - AEE. Existe uma ligação frequente entre deficiência física e problemas de comunicação, como é o caso dos alunos com paralisia cerebral. Mudanças nos tônus musculares nessas crianças também alteram as funções de regulação do tom, onde a voz pode estar prejudicada ou ausente. O distúrbio de comunicação que resulta em dificuldade na avaliação cognitiva dessa criança é muitas vezes referido como deficiência intelectual. Nessas circunstâncias, o conhecimento e a prática da Comunicação Complementar e Alternativa, no espaço da educação em serviço, serão de fundamental importância para a escolarização desse aluno. (Bersch & Machado, 2007)

Os autores Giroto, Poker & Omote (2012), relatam que o uso das TIC's está se disseminando abordando gradativamente a escola e, por conseguinte, a prática

pedagógica utilizada pelos professores, nas salas de aula. Porém, apesar desse notório movimento, a maioria dos Cursos de Pedagogia ainda não coligou a matriz curricular esse importante conteúdo. Nem os professores em serviço e nem os milhares de professores que estão se graduando para atuar na rede pública de ensino tem conhecimento aprofundado sobre o uso, na prática pedagógica, das Tecnologias de Informação e Comunicação.

Apesar de se constatar que a maior parte das escolas públicas tem recebido do Estado, recursos e instrumentos tecnológicos diversificados, diversos gestores e professores ainda não sabem como empregá-los. Em geral os materiais e recursos recebidos não são aproveitados de forma adequada ou são subutilizados. Em relação ao uso das TIC's no AEE, a situação é ainda mais grave. A falta de profissionais capazes de utilizar os recursos de tecnologia assistiva enviados pelo Estado para as salas de recursos multifuncionais pode lesar ou mesmo impedir o desenvolvimento dos alunos que dependem, muitas vezes, dessas ferramentas tecnológicas para terem acesso ao currículo e participarem das atividades propostas em sala de aula. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Ao distribuir as salas de recursos multifuncionais para os municípios distribuídos em diferentes regiões do país, o governo federal aloca à disposição das escolas uma relação de materiais e equipamentos de inovadora tecnologia de informação e comunicação. Dentro desse contexto torna-se indispensável ao professor o conhecimento sobre as TIC's e sobre sua utilização na construção de práticas pedagógicas inclusivas. Certamente, esse tema causa impacto no cotidiano das escolas. Tal choque pode ser explicado pela carência da discussão sobre o tema nos cursos de formação inicial de professores gerando insegurança nos profissionais que desconhecem os diferentes tipos de tecnologias existentes. Além do mais, poucos professores sabem como utilizar estes recursos no processo de ensino e aprendizagem de alunos com deficiências, TGD ou altas habilidades/superdotação. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Atualmente a educação tem passado por várias mudanças, assim sendo, na realidade atual tem sido adotado o uso do computador, fornecendo ao professor da disciplina curricular ter ciência sobre os potenciais educacionais do computador e ser capaz de alternar apropriadamente atividades tradicionais de ensino-aprendizagem e atividades que usam o computador. Contudo, o uso de computadores pode ser feito tanto para continuar transmitindo informações aos alunos, para reforçar o processo

de ensino, quanto para permitir que os alunos construam seu conhecimento por meio da criação de ambientes de aprendizagem integrados ao computador. (Valente, 2011)

O que torna essencial um planejamento adequado que possibilite e facilitem a interação e a aprendizagem dos estudantes. Salienta-se que o conhecimento acerca da TIC está previsto na Resolução CNE/CP nº 1, de 2006, que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia. Em seu Art.5º consta que o graduado do curso de Pedagogia deverá estar apto a “Relacionar as linguagens dos meios de comunicação à educação, nos processos didáticos-pedagógicos, demonstrando domínio das tecnologias de informação e comunicação adequadas ao desenvolvimento de aprendizagens significativas”. (Brasil, 2006)

Deve-se notar que toda esta tecnologia existente representa um meio, não um fim em si mesmo. Vale ressaltar que não é o uso em si que constitui o fim. A formação de professores não pode se limitar ao domínio das ferramentas de tecelagem. No entanto, os objetivos a serem alcançados com esses recursos devem ser muito claros. Isso exige que esses professores compreendam efetivamente os princípios e recomendações relacionados à educação inclusiva, para desenvolver atitudes que realmente acolham a diferença e defendam a inclusão. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Essa construção acontecerá de qualquer maneira, mas se for feita em diálogo, na prática geral do Ensino Superior, enquanto os docentes ainda estão em formação, as atividades de gestão e prática de letramento podem ser imaginadas, desejadas e esperadas por esses futuros professores; por seus comentários, eles vivenciarão o acolhimento, o diálogo e a convivência com o saber, atributos que, no futuro, se tornarão instrumento de reflexão e qualidade profissional. (Tápias-Oliveira, 2015).

Tal contribuição será mais eficiente quanto mais o professor for capaz de abranger os vínculos da sua prática com a prática social global. (Saviani, 2012)

Esta é a fonte natural que deve ser encontrada para delinear os métodos e formas de organização de todas as atividades da escola, ou seja, do currículo. Encontrando-se ainda o conceito abrangente de currículo: a organização de todas as atividades básicas distribuídas no espaço e no tempo da escola. Um currículo é, portanto, uma escola em funcionamento, ou seja, uma escola que cumpre sua própria função. Portanto, analisa-se que para a existência da escola não basta a existência de um conhecimento sistematizado. As condições para sua transmissão e assimilação devem ser facilitadas. Isso envolve quantificação e sequenciamento para que o aluno adquira gradualmente um domínio que não tinha. No entanto, o conhecimento é

dosado e sequenciado com a finalidade de transmiti-lo e assimilá-lo no espaço escolar, dentro de um período de tempo definido, o que se convencionou chamar de “saber escolar”. (Saviani, 2011)

A prática de formação continuada permite que o educador reflita também sobre sua prática em sala de aula, além de permitir que ele aprenda e aprimore essas ações, mas tudo isso deve ser feito em sala de aula. Portanto, os educadores precisam assumir uma postura que valorize a interação entre alunos e professores, visando transformá-los em cidadãos morais, estéticos e políticos capazes de transmitir conhecimentos adquiridos nas instituições de ensino para o cotidiano. Para o autor, o educador deve entender que o novo contexto histórico e social e, desta forma, ele deve estar pronto para enfrentar as mudanças e se adaptar e, assim, deve estimular a indagação dos alunos, por meio da orientação, sendo facilitadores ao trabalhar com novas tecnologias, e muitas vezes devem estar dispostos a aprender com seus alunos, que são capazes de manusear dispositivos tecnológicos incríveis. (Libâneo, 2007b)

É importante garantir que a formação produza uma mudança real na prática educativa, uma vez que a formação é dirigida aos professores em serviço e tem como função primordial ajudar los a expandir e modificar seriamente o próprio desempenho e gerir a sua própria formação apresentando o investimento feito pelos gestores na melhoria das práticas educativas, ao longo da carreira profissional. (Fonseca *et al.*, 2015)

Junges, Ketzer & Oliveira (2018), mencionam que vários modelos têm sido propostos para a formação de professores, no sentido de que eles são o sujeito social de suas ações, rompendo assim com a transmissão e imposição, focando mais nas formas de ensinar, no processo de transformação e na dinâmica de formação. Logo a formação continuada de professores é como um divisor de águas na prática educativa.

Com maior responsabilidade, as escolas de hoje devem ser capazes de fornecer o conhecimento necessário para o aprendizado, mas também devem contribuir para a formação cívica. Nessa perspectiva, o papel do professor, que interage diretamente com os alunos, foi ampliado. Sua função hoje é levar o aluno a compreender a importância do que está aprendendo e estimular a busca contínua pelo conhecimento, necessariamente o ensino para todos, logo, é imprescindível que o docente o aplique da melhor maneira para as pessoas deficientes. A formação constante do professor torna-se um suporte adicional para que o professor possa

trabalhar e desempenhar sua função perante a sociedade, sabendo compreender as ações para que o ensino inclusivo seja de melhor proveito a esses alunos. (Mileo & Kogut, 2009)

Os métodos que a escola usa podem interferir no aprendizado de uma criança. Isso exige que os professores sejam capazes de determinar a melhor abordagem inclusiva para uma criança, escolhendo um método de transição de sala de aula, permitindo que os alunos tenham uma melhor oportunidade de escolher o que ler ou escrever, no entanto, é necessário estabelecer os limites da tarefa. Dessa forma, motivar e estimular os alunos, para que eles prosperem em seu aprendizado. (Petrolino, 2007)

Nessa senda, a criança tem que passar por cada estágio em uma sequência regular, ou seja, estágios sequenciais de desenvolvimento cognitivo. Se a criança não for estimulada ou encorajada no momento certo, ela não conseguirá superar seu atraso no desenvolvimento. Afinal, o desenvolvimento infantil acontece à medida que a criança cresce e se desenvolve a partir do ambiente em que vive e dos estímulos recebidos por ela. Além da família, não se deve esquecer a escola, que está se tornando rapidamente um importante contexto de socialização, principal responsável pela mediação do conhecimento. A criança estabelece relações privilegiadas com aqueles que com ela interagem, com manifestações comportamentais, mentais e emocionais. Portanto, cabe enfatizar a importância do ensino inclusivo, tornando o ambiente escolar apto a promover o ensino tanto para crianças com necessidades especiais como para as que não apresente alguma deficiência. (Brasil, 2012)

Denota-se a imprescindibilidade da formação e o desenvolvimento profissional, como uma proposta deliberada e planejada visando a necessária mudança dos profissionais da educação. Nesse processo, que exige pensamento crítico e criativo, não se deve esquecer que a formação e o desenvolvimento profissional docente podem ser entendidos como um movimento construído pela sociedade, e nos ambientes escolar e de formação, espaços nos quais se mobilizam diferentes apropriações de conhecimentos e habilidades pedagógicas. (Camargo, 2018)

Nesse sentido, como foi apontado, deve-se ressaltar a importância do professor, que deve se preocupar com as necessidades emocionais e intelectuais de seus alunos, bem como com a função social da educação - o próprio exercício como construtor político do projeto pedagógico educativo. Em um sentido amplo, os professores devem ser capazes de replicar suas práticas. Ele deve ser aquele que,

com formação, contribuirá para as mudanças necessárias na sociedade, na medida em que uma única prática pode determinar a transformação da qualidade da educação. Entende-se que a sala de aula e a aprendizagem ao longo da vida devem estar harmonizadas na vida escolar, na convivência dos professores em seus ambientes de trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nas salas de aula e nos movimentos sociais e nas expressões culturais. (Junges, Ketzner & Oliveira, 2018)

1.7 O Uso das Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) no Trabalho Pedagógico

A equidade e a inclusão social na educação brasileira são desafios que têm sido alvo de muito debate, devido à necessidade de garantir uma educação de qualidade e igualitária para todos. O objetivo principal é proporcionar igualdade de acesso aos recursos de aprendizagem, especialmente as tecnologias da informação e comunicação (TICs), com base no uso de ferramentas e aplicativos eletrônicos (*Whatsapp, Google Meet e Instagram*) e recursos de comunicação, essenciais para que alunos e professores possam aprender e interagir. (Miranda *et al.*, 2020)

Constata-se que as escolas não acompanham o desenvolvimento da tecnologia, nas salas de aula quase tudo ainda é o habitual: lousas, cadernos, livros didáticos. Observa-se que há um número significativo de alunos que passam a maior parte do dia se conectando com diferentes tecnologias, o que pode ser um dos motivos pelos quais perdem a motivação em seus estudos. É por isso que os professores precisam encontrar recursos, como tecnologia, jogos, atividades e outros recursos tecnológicos para tornar o ensino divertido, prazeroso, mostrando que o ensino hoje não é o mesmo de dez anos atrás. O uso de softwares de tecnologia assistiva é uma importante ferramenta para auxiliar pessoas deficientes no acesso ao uso da tecnologia, facilitando o acesso a diferentes mecanismos para que elas dominem o ensino e a aprendizagem. (Rocha, 2016)

Atualmente, a educação especial, abrange as condições físicas e mentais, especialmente a vulnerabilidade social das crianças, ganha importância e visa garantir o direito de acesso à educação para todas as crianças. Neste sentido, a inclusão social deve garantir a igualdade de acesso à aprendizagem, proporcionar as condições necessárias à implementação de um projeto de educação inclusiva, constituir um

desafio para todos os intervenientes na comunidade, permitindo, nomeadamente, a introdução de recursos e tecnologias assistivas. (Miranda *et al.*, 2020)

Nesse sentido, cabe enfatizar que “[...] o uso de tecnologias no contexto educacional fomenta um campo fértil de boas práticas pedagógicas, das quais docentes e discentes se beneficiam de maneira exponencial”. (Monteiro, 2019, p. 01). Porém, “[...] a incorporação de computadores e sua aplicabilidade na prática docente alteram a estrutura cognitiva, à medida que exigem uma relação de significado entre a prática tradicional, uma prática que supõe renovação e uma ferramenta desconhecida”. (Junqueira & Cecílio, 2009, p. 11)

A educação especial é um método de ensino que visa acima de tudo educar as pessoas com deficiência nas escolas regulares. Deve ser incluída em todas as unidades escolares públicas e/ou privadas, da educação infantil ao ensino médio, no currículo da educação básica. A proposta da educação especial é acolher e possibilitar que as pessoas com deficiência exerçam seus direitos no que diz respeito à educação inclusiva, isso vale também para todos os indivíduos, não havendo discriminação de cor, raça, etnia ou religião. A educação especial é apoiada por leis globais e brasileiras que exigem que alunos com deficiência se matriculem e permaneçam em escolas regulares. A tecnologia está se infiltrando nas escolas e não pode ficar à margem das mudanças tecnológicas, especialmente as escolas inclusivas, mas deve criar estratégias de comunicação inovadoras, novos estilos de trabalho, principalmente novas formas de promover e acessar o conhecimento, utilizando as mais diversas ferramentas tecnológicas para despertar cada vez mais a alegria de aprender nos alunos. (Mendonça, 2018)

Presencia-se, que em diferentes setores da sociedade, o número de pessoas com algum tipo de deficiência aumentou significativamente. Apesar do processo de inclusão em constante evolução, é visível, mesmo dentro das instituições de ensino, barreiras e visões limitadas sobre o assunto. Promover a inclusão, em todos os seus domínios (acesso a escolas, deslocamento, prédios etc.), continua sendo um desafio no século 21. No entanto, nota-se um processo de crescente aceitação de ideias holísticas em nossa sociedade. A preocupação em não excluir as pessoas deficientes dos papéis que podem ser na sociedade é um tema recente. No âmbito da Educação Inclusiva, é importante salientar sobre a Educação Especial, que é uma ação educacional voltada a alunos deficientes. (Tavares & Camargo, 2010)

A sociedade passou por transformações devido ao grau de inserção da tecnologia nas atividades humanas, o que deu origem a um modo diferente de desenvolvimento da estrutura social e a uma nova forma de comunicação implementada por meio da mediação do computador. Essas TIC's provocam mudanças na forma como as pessoas veem, sentem e influenciam suas atividades sociais. Ajudam o homem a aprender e a mudar, ao mesmo tempo que modificam o meio em que vive. (Castells, 1999)

Ressalta-se que o desenvolvimento da tecnologia da informação relacionada à educação tem gerado muita discussão entre os pesquisadores da área sobre as implicações do uso da tecnologia na construção do conhecimento, autonomia individual e o papel do educador como mediador. Este pode ser entendido como um conjunto de manipulações pedagógicas que contribuem para o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, ajudando a desenvolver e aprimorar competências básicas para o crescimento intelectual e autocontrole dos alunos. (Silva & Lemos, 2012)

No contexto educacional atual, muito se discute sobre as diferentes formas de utilização das tecnologias assistivas de educação como ferramentas para aumentar a qualidade do ensino e da aprendizagem, bem como formas de melhorar a qualidade do ensino e da aprendizagem, respeitar o processo de aprendizagem dos alunos, promover o trabalho em equipe, estudos de viabilidade, pensamento crítico, tomada de decisão e habilidades interdisciplinares. O uso das novas tecnologias também influenciou a educação especial, principalmente no alcance da inclusão, que, de acordo com a atual política de educação inclusiva, assume um papel coadjuvante para a formação continuada, ou seja, apoia a aprendizagem de alunos deficientes nas salas regulares de ensino. (Poker, Navega & Petitto, 2012)

O uso de tecnologias por si só não representa uma mudança pedagógica, se elas são utilizadas apenas como auxílio tecnológico para ilustrar a sala de aula, torna-se necessário que sejam utilizadas como meio de aprendizagem para melhorar o processo de ensino-aprendizagem. Vendo-se como um coadjuvante da prática docente dos professores, a introdução das tecnologias na sala de aula deve ser acompanhada de uma metodologia adaptada às necessidades dos alunos, utilizando-a de forma plena e significativa, questionando os objetivos que pretende alcançar, tendo em conta os pontos positivos e as limitações que representam. (Pereira & Freitas, 2009)

As TIC's devem ser empregadas em diversos tipos de atividades nas escolas, a fim de atender as necessidades dos estudantes, desse modo o termo, a educação inclusiva pressupõe a vontade da escola em atender adequadamente as diversas necessidades dos alunos da escola regular. Assim, a inclusão pressupõe uma escola certa para todas as crianças, em vez de esperar que uma determinada pessoa deficiente seja capaz de se adaptar à escola. Mas, sobretudo, deve-se entender que a missão da escola é ensinar os alunos a compartilhar conhecimentos, o sentido das coisas, os sentimentos; discutir e trocar experiências e pontos de vista. A educação inclusiva envolve uma mudança de paradigma para transformar a educação para o benefício de todos. Alunos com diferentes realizações alcançarão o mesmo objetivo em sala de aula, que é aprender. (Mendonça, 2015)

Nessa senda, a educação inclusiva é um desafio notório no dia a dia dos professores, uma vez, que carece maior empenho, cabe destacar que:

Um dos grandes desafios para o educador é ajudar a tomar a informação significativa, a escolher as informações verdadeiramente importantes entre tantas possibilidades, a compreendê-las de forma cada vez mais abrangente e profunda e a tomá-las parte do nosso referencial. Aprendemos melhor quando vivenciamos, experimentamos, sentimos.

Aprendemos quando relacionamos, estabelecemos vínculos, laços, entre o que estava solto, caótico, disperso, integrando-o em um novo contexto, dando-lhe significado, encontrando um novo sentido.

Aprendemos quando descobrimos novas dimensões de significação que antes se nos escapavam, quando vamos ampliando o círculo de compreensão do que nos rodeia, quando, como numa cebola, vamos descascando novas camadas que antes permaneciam ocultas à nossa percepção, o que nos faz perceber de uma outra forma. Aprendemos mais quando estabelecemos pontes entre a reflexão e a ação, entre a experiência e a conceituação, entre a teoria e a prática; quando ambas se alimentam mutuamente.

Aprendemos quando equilibramos e integramos o sensorial, o racional, o emocional, o ético, o pessoal e o social.

Aprendemos pelo pensamento divergente, por meio da tensão, da busca, e pela convergência - pela organização, pela integração.

Aprendemos pela concentração em temas ou objetivos definidos ou pela atenção difusa, quando estamos de antenas ligadas, atentos ao que acontece ao nosso lado. Aprendemos quando perguntamos, questionamos.

Aprendemos quando interagimos com os outros e o mundo e depois, quando interiorizamos, quando nos voltamos para dentro, fazendo nossa própria síntese, nosso reencontro do mundo exterior com a nossa reelaboração pessoal.

Aprendemos pelo interesse, pela necessidade. Aprendemos mais facilmente quando percebemos o objetivo, a utilidade de algo, quando nos traz vantagens perceptíveis. Se precisamos nos comunicar em inglês pela Internet ou viajar para fora do país, o desejo de aprender inglês aumenta e facilita a aprendizagem dessa língua.

(Moran, 2000)

Fala-se de descon sideração das formas tradicionais de ensino, para sintetizar questões de pesquisa sobre novas formas de adap tação e desenvolvimento do trabalho pedagógico. Esse novo conhecimento reitera a capacidade de desenvolver autonomia instrucional no currículo, que é vista como a capacidade dos professores de tomar decisões no processo de ensino extracurricular. Ao modificar o conteúdo do programa, novas culturas estudantis, integração digital, especialidades locais e introdução de novos tópicos são necessários para a formação e desenvolvimento completos. (Morgado, 2004)

É evidente que a tecnologia evoluiu e, de certa forma, tem cooperado significativamente na aquisição e processamento da informação. O mundo de hoje pode ser visto como o mundo digital, e a partir dessa consideração surgem mudanças nas relações de trabalho, nas relações de comunicação e na própria educação. As tecnologias de informação e comunicação podem melhorar o processo de ensino e aprendizagem dos alunos, incluindo as pessoas com deficiência. Pedagogicamente falando, enfrentar uma grande dificuldade na inclusão e uso dessas tecnologias em sala de aula. Eles chegam ao ambiente escolar, mas os professores ainda não os dominam perfeitamente, ou seja, não os conhecem por falta de formação contínua e específica. É necessário mais domínio dessas ferramentas para que elas sejam realmente auxiliares de ensino para os professores. (Rodrigues & Santos, 2020)

Professores e alunos já usam televisão, vídeo, DVD e rádio há algum tempo e têm usado computadores, internet e pen-drive. Quanto aos livros didáticos, sabemos que livros como outras mídias, jornais, televisão, revistas e computadores têm contribuições, cujo papel é construir conhecimento e proporcionar aos alunos a capacidade de aprender, analisar, compreender e julgar os acontecimentos. (Pereira & Freitas, 2009). O celular também pode ser utilizado em sala de aula, em atividades que envolvam cálculos matemáticos, conversão numérica de pesos e medidas. Este dispositivo pode ser usado para trabalhar com traduções e pesquisas do Google, gravações e sequências. Embora o potencial de acesso à Internet dos celulares mais modernos seja alto é importante também, priorizar atividades independentes da conexão, pois sabe-se que o acesso à Internet em algumas escolas é bem precário dificultando muitas vezes o uso da tecnologia na educação como recurso didático no processo de estudo. Por esta razão, é aconselhável explorar as outras funcionalidades desta ferramenta tecnológica. (Bento & Cavalcante, 2013)

Além disso, a tecnologia, na área da educação, vem sendo introduzida de diversas formas na maioria das escolas do Brasil, como: uso de lousas digitais, projetores, computadores, televisores e até tablets em sala de aula. Como resultado, o processo de ensino e aprendizagem tem feito progressos e mudanças notáveis. Grande parte dos alunos, inclusive alunos deficientes de escolas públicas, tem ou está usando smartphones, que se conectam à Internet, o que dá acesso a milhões de conteúdos e informações de todo o mundo. Portanto, na era atual da revolução tecnológica, os professores devem se atualizar constantemente com as ferramentas tecnológicas à sua disposição, para melhorar o processo de ensino e aprendizagem. Sabendo da importância da tecnologia na vida dos jovens e das dificuldades que os professores enfrentam ao utilizar esses dispositivos inteligentes em sala de aula, necessita-se desenvolver cursos que sejam mais relevantes para a realidade, a tecnologia para os alunos, com foco no engajamento em sala de aula e um processo educacional eficaz. (Monteiro, 2019, p. 32)

Ressalta-se a importância que as novas tecnologias trazem para o sucesso do ensino e da aprendizagem, mas essa ferramenta deve ser utilizada em conjunto com o planejamento para que os objetivos educacionais dos alunos sejam alcançados. Acima de tudo, para que os professores saiam das salas de aula convencionais do antigo sistema tradicional e realmente tenham um forte relacionamento com seus alunos e com as novas ferramentas tecnológicas, é preciso muito treinamento relacionado entre si, porque muitas vezes os alunos, são os chamados “nativos digitais” que superam o professor na facilidade de manuseio deste dispositivo, o que mostra a necessidade do emprego dessas ferramentas para que os docentes perpetrem a inclusão dos estudantes com deficiência no ambiente escolar e para aprimorar o ensino-aprendizagem. (Souza, 2019)

No entanto, como todos os recursos, é necessário aprender a usar a Internet. Os professores precisam orientar os alunos sobre como nortear o uso desse recurso para atividades de pesquisa, busca de informações, construção de conhecimento e construção de livros. Essa orientação é fundamental para que uma ferramenta de aprendizagem tão rica não se torne uma forma mais complexa de colagem de texto como tem sido feito com textos de revistas ou livros catalogados da biblioteca, mas sim que demonstre a capacidade de construir trabalhos e produzir conhecimento, fruto da reflexão individual e do estudo e discussão em grupo, e não apenas copiar textos pré-escritos. (Masetto, 2000)

Consequentemente, a construção do conhecimento é feita de forma gradual, tanto que Piaget rapidamente percebe que a lógica não é inata; pelo contrário, é um fenômeno que se desenvolve gradualmente. Em princípio, o modelo teórico proposto por Piaget poderia se qualificar como um modelo de interação. Ele argumentou que o conhecimento não existe tanto no sujeito quanto no objeto, mas é construído na interação entre os dois polos. No sistema teórico de Piaget, conhecer significa organizar, estruturar e interpretar a realidade a partir das experiências vividas. Para ele, porém, conhecer é modificar, mutar um objeto, é compreender seu mecanismo de transformação e, portanto, a forma como o objeto é construído. E, finalmente, o conhecimento sucessivo é o produto da ação do sujeito em relação ao objeto. (Palangana, 2001)

Estudos evidenciam que quando o cérebro recebe novos estímulos e exercícios, ele se "reprograma", criando novos caminhos entre os neurônios. Quanto se aprende, mais vias neurais são formadas. Esse é o princípio da psicoterapia: estimular a criança com técnicas de modificação comportamental para que o cérebro se reorganize para aprender coisas novas, lembrar de situações novas e se adaptar, para tornar essas mudanças permanentes. (Silva, Reveles & Gaiato, 2012)

Partindo do pressuposto, que o conhecimento é adquirido ao longo da vivência e aspectos abordados na escola, pode-se dizer que:

E necessário que o professor defina suas ferramentas teóricas, estabeleça o ponto de referência com os quais poderá exercer sua dimensão hermenêutica: atribuir sentidos, produzir interpretações do que vive nas ações pedagógicas desenvolvidas, inserindo-as em uma vertente teórica e tendo condições de propor a continuidade de uma reflexão-ação sobre seu projeto educativo. Vale dizer: ao educador cabe analisar informações e teorias, construir um todo de conhecimentos sólidos para fundamentar suas práticas pedagógicas. (Ferreira, 2003. p. 03)

Quanto ao conceito sobre Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), cabe mencionar, que está se estabelece como “[...] um conjunto de recursos tecnológicos que, se estiverem integrados entre si, podem proporcionar a automação e/ou a comunicação de vários tipos de processos existentes nos negócios, no ensino e na pesquisa científica, na área bancária e financeira, etc.” (Oliveira & Moura, 2015, p. 89). Nesse contexto, “Acrescente-se que, nesse caso, os recursos gráficos e visuais constituem um instrumento auxiliar de excelência”. (Salles, 2004, p. 18)

Destaca-se que a tecnologia é alavanca para o desenvolvimento científico da humanidade. Desde a criação de instrumentos e técnicas para a caça primitiva até o

lançamento e conservação da Estação Espacial Internacional, o ser humano sempre procurou, através das tecnologias, criar maneiras de facilitar ou inovar os processos cotidianos. (Silva, Kalhil & Nicot, 2015)

Os jogos digitais, por permitirem a simulação em ambiente virtual, oferecem momentos de exploração e controle de elementos ricos. Nele, os jogadores - crianças, jovens ou adultos - podem explorar e descobrir, por meio de suas ações, o significado de elementos conceituais, visualizar situações da vida real e possíveis resultados, possibilidade de ativar fenômenos reais. Ao combinar ambientes lúdicos e virtuais, tornam-se uma poderosa ferramenta narrativa, ou seja, possibilitam a criação de histórias nas quais os jogadores estão engajados, potencializando a capacidade de ensino-aprendizagem. (Ribeiro et. al., 2006). Além do mais, os ambientes virtuais de aprendizagem que permitem a interação entre alunos e assuntos de interesse e representam motivação, despertam nos alunos o desejo de interagir e organizar seus conhecimentos, ampliar sua visão de mundo e seus conhecimentos. As interações dos alunos com a Internet podem criar uma inovação na leitura e na escrita. (Monteiro, 2019)

O conhecimento intuitivo não justifica a existência de uma escola. Da mesma forma, a sabedoria baseada na experiência de vida rejeita e até mesmo desconsidera a experiência escolar, mesmo se cristalizando em ditos populares como: “melhor praticar gramática” e “crianças aprendem independente da escola. É a necessidade de adquirir conhecimento sistematizado das novas gerações que torna a existência de escolas necessárias. Portanto, as escolas existem para criar condições favoráveis para os alunos, adquirindo ferramentas que dão acesso a conhecimentos complexos (científicos), bem como acesso a esse conhecimento rudimentar. Se isso se chama currículo, então pode-se dizer que é a partir do conhecimento sistematizado que se estrutura o currículo do ensino fundamental. Agora, o conhecimento está sistematizado, a cultura da ciência, é a cultura da alfabetização. Assim, a primeira condição para acessar esse tipo de conhecimento é aprender a ler e aprender a escrever. Além disso, também é necessário conhecer a linguagem dos números, a linguagem da natureza e a linguagem da sociedade. É aí que estão os fundamentos do ensino fundamental: ler, escrever, contar, os rudimentos das ciências naturais e sociais. (Saviani, 2011)

Considerando as funções que permitem que as pessoas realizem operações mentais ("psicológicas") para construir o conhecimento da linguagem escrita, algumas

ferramentas são essenciais, por exemplo, os gestos de alcance, movimentos e/ou ferramentas culturais, onde destaca-se brinquedos, lápis, cadernos, calculadoras, etc noções básicas para resolver problemas como memorização, comparar coisas, relatório, seleção, etc. isso contribui para que a criança consiga desenvolver a capacidade de controlar e direcionar seu próprio comportamento e essa capacidade, como contar nos dedos, amarrar um barbante nos dedos para lembrar de algo. (Vygotsky, 1989)

Corroboram Scheller, Viali & Lahn (2014, p.01) que “nos últimos 30 anos as tecnologias estão sendo objeto de pesquisas e utilizadas num ritmo cada vez mais intenso na área educacional”. O termo TIC é a ligação da tecnologia ou Informática com a tecnologia da comunicação, a Internet é um exemplo claro disso. As TIC's quando são empregadas, melhoraram o processo de ensino, pois criam ambientes virtuais de aprendizagem, colaborando com os alunos na assimilação do conteúdo. Segundo Oliveira & Moura (2015), os computadores e a Internet capturam a atenção dos alunos desenvolvendo habilidades de adquirir informações. Essas informações se manifestam de formas cada vez mais rápidas e interativas, que muitas vezes não são assimiladas pelos envolvidos no processo de ensino.

As tecnologias educacionais como computadores ou internet, por meio de recursos interativos em rede, promovem novas formas de acesso à informação e comunicação, ao mesmo tempo em que ampliam os recursos da sala de aula, criam realidades no presente, abrindo espaço para a entrada de novos mecanismos e ferramentas que facilitam a conexões necessárias para responder aos novos processos cognitivos do século XXI. (Bruzzi, 2016)

Observou-se que nas últimas décadas, os sistemas digitais passaram a integrar dados devido a uma crescente precisão de troca de informações em tempo real, grande parte devido à automatização nos serviços bancários, no comércio e a popularização da internet. Desde então, as chamadas TIC's - Tecnologias de Informação e Comunicação tem exercido uma função cada vez mais imprescindível na forma de se comunicar. Através da padronização dos protocolos na comunicação e nos programas dos sistemas operacionais empregues nos computadores, foi possível transformar a informática em uso cotidiano e globalizado, seja profissionalmente, no entretenimento ou lazer. (Serra, 2015)

Atualmente, o mundo está em um potente desenvolvimento de recursos tecnológicos, em especial aqueles propiciados pela microinformática, os quais

concebem um espetacular panorama de recursos que podem ser empregados para a escolarização de alunos com as mais variadas necessidades educacionais especiais. As novas gerações estão crescendo em uma sociedade da informação e os sistemas educacionais necessitam se adaptar a essa nova realidade, não ficando alheios a tal fato. Os recursos das TIC devem ser largamente empregues a favor da educação de todos os alunos, mas especialmente daqueles que apresentam particularidades que lhes impedem ou dificultam a aprendizagem através das convencionais. (Giroto, Poker & Omote, 2012). Todos esses aspectos requerem cuidadosa consideração de propostas para proteger os interesses e objetivos de ensino e aprendizagem neste momento, a fim de adotar propostas abrangentes que levem em conta as especificidades do aluno com deficiência. (Rodrigues & Santos, 2020)

As orientações exteriores que são agrupadas às políticas educacionais, não o são de forma mecânica e homogênea para todas as sociedades em que são sobrepostas, uma vez que passam por um processo de contextualização com base nas características históricas da sociedade a que se propõem, assim, vale mencionar que:

Os padrões definidos pelos rumos da globalização são localmente ressignificados, apesar de não perderem as marcas advindas das decisões em escala mundial. Nesse sentido, é preciso considerar que a estruturação e implementação das políticas educativas constituem uma arquitetura em que se fazem presentes, dentre outras dimensões: as soluções técnico-políticas escolhidas para operacionalizar internamente os princípios ditados pelo espaço global; o conjunto de valores que articulam as relações sociais; o nível de prioridade que se reserva à própria educação; as práticas de acomodação ou de resistência forjadas nas instituições que as colocam em ação, seja nos sistemas de ensino ou nas próprias escolas. Na medida em que as orientações globalizadas se direcionam para contextos socioculturais que não são homogêneos, resultam em processos que buscam articular a lógica do global, do regional e do nacional, e, no interior das sociedades, as lógicas que regem as instituições e, em particular, os espaços, locais. (Azevedo, 2004, p. 15)

Além disso, a mesma autora diz, que neste processo, ainda que a política educacional se exhiba como um fenômeno com atributos comuns a nível global, localmente reveste-se das singularidades cômodas de cada contexto. Logo, sua apreensão agencia uma análise relacional sobre a forma como estes níveis diversos se articulam, buscando-se, portanto, o entendimento das contradições específicas que resultam das conseqüências globais. (Azevedo, 2004)

Oliveira & Moura (2015), preconizam que a sociedade está passando por um período de mudanças. Essas mudanças ocorrem devido às novas tecnologias de

informação e comunicação, que gradativamente vão conectando as atividades educativas. A revolução da tecnologia da informação trouxe inúmeros impactos e para diversas áreas da sociedade. A educação não é exceção a essa mudança. A tecnologia está cada vez mais presente nas escolas e no aprendizado dos alunos, seja por meio do uso de dispositivos tecnológicos ou por meio de projetos educacionais e relacionados à tecnologia. Diante das mudanças pelas quais a sociedade vem passando nos últimos anos, a educação é uma das indústrias mais afetadas por essas transformações. A penetração dos computadores e da Internet na vida dos alunos trouxe um turbilhão de informações que as escolas e os professores muitas vezes não estão dispostos a absorver. Adaptar as escolas ao uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) continua a ser um desafio para alguns educadores, pois muitos não têm um domínio firme das ferramentas tecnológicas.

Muitos aspectos carecem de serem discutidos para uma efetiva abordagem do uso das TIC's, uma vez, que este universo vem se introduzindo cada vez mais no ambiente escolar, logo, Voigt *et al.* (2021), verbera que:

Os movimentos da prática e da formação docente estão interligados aos desafios que decorrem especialmente das mudanças sociais e culturais contemporâneas, que se materializam em novas políticas curriculares, indicando novas análises, mediações e domínios do processo curricular nas áreas de atuação. Tais constatações levam a promover novas formas de (re)construção da formação e do desenvolvimento profissional docente.

Percebe-se que os desafios em relação às propostas curriculares e à formação e ao desenvolvimento profissional docente estão vinculados aos contextos regulatórios, à adequação às mudanças contemporâneas, à inclusão digital, às novas metodologias e novas identidades profissionais. Portanto, percebe-se a necessidade de desconstrução de formas hegemônicas e homogeneizantes da prática curricular, reconstruindo possibilidades de relacionar os avanços que exige a ação curricular à constituição da identidade profissional e à construção da autonomia curricular docente. A ideia é possibilitar, de forma urgente, que os docentes ocupem seus lugares, tomando consciência de sua identidade, para alargar suas fronteiras profissionais de forma autônoma, plural e coletiva.

Diante dessas considerações, a possibilidade de avanços na Educação Básica nacional implica investimentos na reorganização da formação de professores, buscando uma residência docente, pautada em princípios de autonomia curricular, que considere o apoio teórico-metodológico aos professores como intelectuais críticos e transformadores, visando à desconstrução/reconstrução de agendas e planejamentos que ressignifiquem a profissionalidade (ou identidade profissional) docente. (Voigt *et al.*, 2021, p. 846)

É evidente que o uso da tecnologia está arraigado em nosso cotidiano, sendo ratificado através do uso de smartphones mesmo em sala de aula, o binômio entre o ensino e tecnologia requer ainda muitas alterações por parte do sistema educacional.

Principalmente sobre o papel do professor e da escola na condução do processo de aprendizagem, para um bom emprego dos recursos disponíveis. Por outro lado, ainda é forte a obstinação dos professores no uso das TIC's na sala de aula, apesar de usarem, tal qual seus alunos, desses mesmos recursos em seu cotidiano. (Serra, 2015)

Paiva & Costa (2015), salientam que a tecnologia pode ser um bom aliado no ensino das crianças, diferente do que se pensam, e tanto nas escolas como em casa, no convívio familiar, o uso delas necessita ser ajuizado e fiscalizado para que seja evitado influências negativas e não se torne uma ferramenta que inutilize o desenvolvimento sadio da criança.

Quanto a evolução do ensino e o uso das TIC's nesse cenário, Saviani & Duarte (2012), que “Superando o imediato e o conjuntural e direcionando o processo educativo para os aspectos essenciais e as disposições duradouras, o recurso ao clássico opera, também, como antídoto à polemização o campo pedagógico”. Mas, é imprescindível a efetivação de nossas práticas, a fim de aprimorar o ensino-aprendizagem.

Os governos reconheceram a necessidade de implantar essa acessibilidade da tecnologia e indicaram onde os recursos devem ser fornecidos. Ao mesmo tempo, verificou a necessidade de formar pessoal qualificado para desempenhar o papel do professor neste novo ambiente, substituindo o giz e a lousa por computadores e internet. A tecnologia da informação não promete apenas inovar os processos educacionais, por meio de recursos didáticos, mas a relação ensino-ensino, para os professores, com novas exigências. (Serra, 2015)

Mesmo que o uso de instrumentos pela criança durante o período pré-verbal seja análogo àquele dos macacos antropoides, assim que a fala e o uso de signos são incorporados a qualquer ação, está se demuda e se organiza ao longo de linhas inteiramente novas. Realiza-se, assim, o uso de instrumentos especificamente humano, indo além do uso possível de instrumentos, mais limitado, pelos animais superiores. (Vygotsky & Cole, 1991)

Segundo Andrade (2010), uma das informações mais utilizadas globalmente é a informação automática. Essa tecnologia tem se expandido e propiciando a utilização de computadores e suas redes virtuais que abrangem todas as áreas. Através do avanço da informática e particularmente o desenvolvimento enorme da *Internet* o mundo já não é mais o mesmo, tem se transformado com muita rapidez. A grande

rede é usada por muitos, sejam profissionais: professores, administradores, advogados, engenheiros, médicos, economistas etc. ou até mesmo jovens que são apenas estudantes. Tendo em vista que os ambientes virtuais é uma realidade compreende-se que pouco a pouco a educação presencial vai dividindo espaço com a chamada educação virtual. Sendo esse tipo de educação evidenciada a partir de técnicas e ferramentas que possam ajudar na rapidez da comunicação de pessoas e instituições distintas e distantes. Ao analisar a história da educação pode-se observar que o século XXI trouxe avanços expressivos com uma educação inovadora, mas também cheia de dúvidas.

Teixeira (2010), diz que dentre as importantes transformações que a escola e o professor precisam incorporar, destaca-se o emprego das Tecnologias de Informação e Comunicação - TIC, que compõem um diversificado conjugado de recursos tecnológicos, tais como: computadores; internet, ferramentas que compõem o ambiente virtual como chats e correio eletrônico; vídeo digital e fotografia; rádio digital e TV; *Wi-fi*; telefonia móvel; *Voip*; *websites* e *home pages*, ambiente virtual de aprendizagem para o ensino a distância, entre outros.

Além de muitos recursos tecnológicos, a tecnologia da informação trouxe esperança para melhorias no processo de ensino e aprendizagem da educação inclusiva. As TIC's permitem adaptação do contexto e as situações do processo de aprendizagem à diversidade de sua sala de aula. A tecnologia fornece recursos didáticos adaptados à singularidade e às necessidades de cada aluno. As possibilidades encontradas no uso das TIC's são diversas, permitindo que os professores apresentem as informações de forma diferenciada. Graças às TIC's, ocorre o fornecimento de informações de acordo com as preferências e necessidades de cada aluno. (Oliveira & Moura, 2015)

Assim sendo, o Atendimento Educacional Especializado pode fazer emprego das seguintes modalidades da Tecnologia Assistiva, propendendo à realização de tarefas acadêmicas e a adequação do espaço escolar:

- a) Uso da Comunicação Aumentativa e Alternativa, para atender as necessidades dos educandos com dificuldades de fala e de escrita.
- b) Adequação dos materiais didático-pedagógicos às necessidades dos educandos, tais como engrossadores de lápis, quadro magnético com letras com ímã fixado, tesouras adaptadas, entre outros.
- c) Desenvolvimento de projetos em parceria com profissionais da arquitetura, engenharia, técnicos em edificações para promover a acessibilidade arquitetônica. Não é uma categoria exclusivamente de responsabilidade dos professores especializados que atuam no AEE. No entanto, são os

professores especializados, apoiados pelos diretores escolares, que levantam as necessidades de acessibilidade arquitetônica do prédio escolar.

d) Adequação de recursos da informática: teclado, mouse, ponteira de cabeça, programas especiais, acionadores, entre outros.

e) Uso de mobiliário adequado: os professores especializados devem solicitar à Secretaria de Educação adequações de mobiliário escolar, conforme especificações de especialistas na área: mesas, cadeiras, quadro, entre outros, bem como os recursos de auxílio à mobilidade: cadeiras de rodas, andadores, entre outros. (Bersch & Machado, 2007, p. 27-28)

Entende-se que as TIC's são todos os meios técnicos utilizados para processar informações e facilitar a comunicação. Em outras palavras, as TIC's incluem a computação, bem como todas as formas de transmissão de informações e correspondem a todas as tecnologias que interferem e mediam os processos de informação e comunicação dos organismos. Na informação e comunicação, as capacidades tecnológicas surgiram como uma alternativa à era moderna, facilitando a educação com a introdução de computadores nas escolas, possibilitando e aprimorando os alunos no uso da tecnologia, no acesso à informação e na realização de muitas tarefas, auxiliando em vários aspectos da vida humana, além de professores qualificados por meio da criação de redes e comunidades virtuais. (Oliveira & Moura, 2015)

Os computadores, por exemplo, são comumente usados para atividades educacionais, profissionais e/ou recreativas e geralmente envolvem o uso da Internet, jogos, e-mail e/ou escrita criativa. Pessoas com deficiência física, devido à dificuldade de mobilidade e comunicação, tendem a usar mais os computadores e, como resultado, podem acessar os lugares e conhecimentos que lhes interessam. Para pessoas com dificuldades de comunicação, os computadores podem se tornar uma ferramenta de expressão quando usados para comunicar ideias, necessidades, sentimentos etc. (Browning, 2007)

Assevera-se que o professor é o responsável por empregar estas tecnologias em sala de aula, por conseguinte cabe salientar que:

[...] é necessário que os professores conheçam a diversidade e a complexidade dos diferentes tipos de deficiência física, para definir estratégias de ensino que desenvolvam o potencial do aluno. De acordo com a limitação física apresentada é necessário utilizar recursos didáticos e equipamentos especiais para a sua educação buscando viabilizar a participação do aluno nas situações práticas vivenciadas no cotidiano escolar, para que o mesmo, com autonomia, possa otimizar suas potencialidades e transformar o ambiente em busca de uma melhor qualidade de vida. (Brasil, 2006, p. 29)

Em suma, na deficiência física, a título de exemplo possui uma variedade tipos e graus de comprometimento que agenciam um estudo sobre as necessidades específicas de cada aluno. Para que o discente com deficiência física possa acessar ao conhecimento escolar e interagir com o ambiente ao qual ele frequenta, se faz cogente criar as condições adequadas à sua locomoção, comunicação, conforto e segurança. É o Atendimento Educacional Especializado, municiado preferencialmente nas escolas do ensino regular, que precisará realizar uma seleção de recursos e técnicas adequados a cada tipo de comprometimento para o desempenho das atividades escolares. O objetivo é que o aluno tenha um atendimento especializado capaz de melhorar a sua comunicação e a sua mobilidade. (Bersch & Machado, 2007)

Dentre os recursos de tecnologia assistiva disponibilizados pelo Ministério da Educação nas salas de recursos multifuncionais concebem materiais didáticos e paradidáticos em braile, áudio e LIBRAS, laptops com sintetizador de voz, softwares para comunicação alternativa, entre outros que promovem o acesso ao currículo. Perante esse contexto, em que a legislação garante o AEE para os alunos com deficiências, TGD ou altas habilidades/superdotação e em que os materiais de tecnologia assistiva estão sendo difundidos nas escolas, é cogente que professores e gestores tenham acesso aos conhecimentos determinados na área da educação especial, bem como reconheçam e incorporem saberes sobre as novas tecnologias de informação e comunicação na sala de aula. Muitas vezes esses recursos são imprescindíveis para facilitar, e até ainda superar as barreiras físicas e atitudinais que obstaculizam ou impedem a escolarização dos alunos com deficiências, TGD ou altas habilidades/superdotação. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Portanto, não se pode discorrer sobre o “[...] uso de uma tecnologia sozinha ou isolada, seja na educação presencial ou na virtual. Requer um planejamento para várias atividades integrem-se em busca de objetivos determinados e que as técnicas sejam escolhidas, planejadas para que a aprendizagem aconteça”. (Masetto, 2000, p. 145)

No entanto, o processo de descrever, pensar e depurar não é feito simplesmente colocando o aluno na frente do computador. A interação entre o aluno e o computador deve ser mediada por um profissional, tanto do ponto de vista computacional, pedagógico e psicológico. Esse é o papel do professor, além disso, o aluno como entidade social é colocado em um meio social constituído, localmente, por seus pares e globalmente, por seus pais, amigos e até mesmo sua comunidade. Os

alunos podem usar todos esses elementos sociais como fonte de ideias, conhecimentos ou problemas a serem resolvidos através do uso de computadores. (Valente, 2011)

Em relação a essa nova política, a Educação Especial deve ser ofertada em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino por meio do Atendimento Educacional Especializado (AEE), que disponibiliza recursos, serviços e táticas pedagógicas caracterizadas para os alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento (TGD) ou altas habilidades/superdotação, bem como garante as condições de acesso, constância e, especialmente, de aprendizagem desses alunos nas salas regulares de ensino, junto com os colegas da mesma faixa etária. Ressalta-se que os recursos podem e devem ser aproveitados no contexto educacional de forma a favorecer a aprendizagem dos alunos de modo geral e, em especial, dos alunos com deficiências, TGD ou altas habilidades/ superdotação, já que também incluem parte dos recursos contemplados pelas salas de recursos multifuncionais, sob a denominação de tecnologia assistiva. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Ao mesmo tempo, pode se mencionar que o Atendimento Educacional Especializado (AEE), auxilia:

No desenvolvimento de sistemas educacionais inclusivos as ajudas técnicas e a tecnologia assistiva estão inseridas no contexto da educação brasileira, dirigida à promoção da inclusão de todos os alunos na escola. Portanto, o espaço escolar deve ser estruturado como aquele que oferece também as ajudas técnicas e os serviços de tecnologia assistiva. (Brasil, 2006, p. 19)

Por exemplo, “Uma criança com atraso no desenvolvimento motor, ou com uma paralisia cerebral, quando incluída em ambiente escolar inclusivo, tem inúmeras razões para se sentir provocada a desenvolver habilidades que não desenvolveria em um ambiente segregado”. (Bersch & Machado, 2007)

Diante disso, o Decreto nº 5.296/04 no artigo 61 institui que é fundamental o emprego de “Produtos, instrumentos e equipamentos ou tecnologias adaptados ou especialmente projetados para melhorar a funcionalidade da pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida, favorecendo a autonomia pessoal, total ou assistida. (Brasil, 2004)

Além disso, o Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999 menciona quais são os recursos assegurados às pessoas com deficiência e entre eles encontramos:

Equipamentos, maquinarias e utensílios de trabalho especialmente desenhados ou adaptados para uso por pessoa portadora de deficiência; elementos de mobilidade, cuidado e higiene pessoal necessários para facilitar

a autonomia e a segurança da pessoa portadora de deficiência; elementos especiais para facilitar a comunicação, a informação e a sinalização para pessoa portadora de deficiência; equipamentos e material pedagógico especial para educação, capacitação e recreação da pessoa portadora de deficiência; adaptações ambientais e outras que garantam o acesso, a melhoria funcional e a autonomia pessoal. (Brasil, 1999)

No entanto, no contexto educacional atual, a discussão sobre o uso das TIC's começa a se difundir no ambiente escolar e, mais especificamente, na educação especial. Pesquisas mostram que o uso sistemático das TIC's no processo de ensino e aprendizagem dos alunos, possibilita o desenvolvimento de suas habilidades para superar barreiras à aprendizagem causadas por fatores sociais, sensoriais, intelectuais, neurológicos, motores ou outros. As TIC's têm a capacidade de serem integradas no processo educativo como recursos didáticos ou auxiliares de ensino; como ferramenta diferenciada de avaliação do aluno e como ferramenta de aprendizagem porque, com alguns programas de computador, por exemplo, os alunos podem não só adquirir informação, mas também criar, relacionar, inferir, autoexpressão, enfim, aprender. As TIC's podem constituir o próprio conteúdo do currículo, estando seu uso vinculado a diversas disciplinas escolares, além de ampliar as possibilidades de interação e comunicação entre os membros da comunidade escolar. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Por outro lado, o uso de computadores na criação de ambientes de aprendizagem que enfatizam a construção do conhecimento apresenta enormes desafios. Primeiro, envolve entender os computadores como uma nova forma de representar o conhecimento, alterando as dimensões de conceitos conhecidos e possibilitando a busca e compreensão de novas ideias e valores. A utilização de computadores para este fim requer uma análise aprofundada do que significa ensinar e aprender e considerar o papel do professor neste contexto. Em segundo lugar, esta formação de professores inclui mais do que apenas fornecer conhecimentos de informática. A preparação do professor não pode ser uma simples oportunidade de transmitir informações, mas deve proporcionar uma experiência viva. É o contexto escolar, a prática do professor e a presença do aluno que determinam o que precisa ser abordado na formação. Portanto, a formação deve permitir que os professores construam conhecimentos de engenharia da computação e entendam por que e como integrar computadores em sua prática de ensino. (Valente, 2011)

A educação baseada na diversidade valoriza as diferentes formas de ensinar e aprender e democratiza as formas de ensino, diversificando-as com o objetivo de atingir todos os integrantes do contexto escolar. A educação nessas orientações respeita os diferentes ritmos de aprendizagem, pois utiliza diversos recursos e métodos para atender às necessidades específicas de cada aluno. Foi nesse contexto que nasceu a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC). Usadas com sabedoria como recurso educacional, as TIC's podem ajudar a superar as dificuldades enfrentadas pelos alunos e, assim, promover a educação inclusiva. Com o advento das TIC's, a recuperação de informações em tempo real, a resolução de problemas digitais e a coexistência virtual tornaram-se cada vez mais parte da cultura de todos. Todas essas transições acabarão sendo refletidas em ambientes educacionais que precisam adotar esses avanços e usá-los para aprimorar habilidades e habilidades e capturar o interesse dos alunos. (Santos & Reis, 2015).

Dessa forma, espera-se que as futuras políticas públicas de informação no Brasil sejam amparadas pelas necessidades da sociedade atual, para aumentar a competência informacional (um processo de aprendizagem necessário para desenvolver habilidades específicas para encontrar e usar a informação), que deve fazer parte da escola. Além da inclusão digital, acesso e domínio das tecnologias de informação e comunicação (TIC), para promover a cidadania estudantil amparando todos os alunos e a educação inclusiva e a proteção cultural (Rodrigues & Santos, 2020, p. 01)

1.8 O Emprego das Tecnologias Da Informação e da Comunicação (TIC) no Planejamento da Educação Inclusiva no Ensino Fundamental I

A Tecnologia Assistiva tecnológicas, comunicações alternativas e aumentativas é uma ferramenta que visa aumentar a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem, bem como novas formas de planejar e avaliar os processos de escolarização. Portanto, é um instrumento muito importante para a formação continuada onde são incluídos alunos com deficiência e demais alunos, permitindo aos alunos acesso garantido aos conteúdos programáticos e demais atividades. Entre os serviços de educação especial que os sistemas de ensino devem fornecer estão os profissionais de apoio à educação, como aqueles necessários para promover a

acessibilidade, para atender às necessidades específicas dos alunos sobre o acesso ao currículo. (Poker, Navega & Petitto, 2012)

Observa-se que a sociedade muda na forma como se organiza, produz bens, comercializa-os, joga, ensina e aprende. Muitos dos métodos de ensino de hoje não fazem mais sentido. Perde-se muito tempo, aprendendo muito pouco, além das constantes falhas. Professores e alunos têm uma sensação clara de que muitas salas de aula convencionais estão desatualizadas e possibilitando uma maior desigualdade em relação aos alunos deficientes. O setor da educação está sob grande pressão por mudanças, como é o caso de outras organizações. Reconhece-se que a educação é o meio básico de transformação social. Isso abre um enorme mercado atraindo grandes grupos econômicos ávidos por ganhar dinheiro, investir nesse novo nicho e importar os processos de reorganização e gestão trazidos pelas empresas. (Moran, 2000)

Antes da era da adoção de novas tecnologias, a escola era apenas um chamado espaço bancário em que os alunos iam apenas para adquirir conhecimento, em oposição a um novo processo educacional que permitia aos alunos construir seu próprio conhecimento para interagir com seus pares educadores por meio de prática pedagógica e relevância para as realidades sociais. O objetivo primordial do uso das novas tecnologias na educação é transformar os alunos em uma sociedade mais ativa, crítica e participativa, onde os professores contribuam para criar uma nova forma de construir o conhecimento, contornando uma forma tradicional de ensinar. (Souza, 2019). A tarefa de promover o desenvolvimento da autonomia e independência das crianças desde cedo e em contato com os objetos e atuar com eles como um trabalho educativo necessário e inicial promover a percepção, memória, linguagem em sua função de comunicação, a formação e desenvolvimento de símbolos, em signos e significados e no aprimoramento integral motora e do intelecto. (Beatón, 2015)

Hoje, a tecnologia da informação tem feito muito para reduzir as barreiras na educação de alunos com deficiência. As novas tecnologias permitiram uma gama de softwares e programas para ajudar a orientar a aprendizagem de alunos com deficiências cognitivas e sensoriais. Essa é uma mudança que a escola regular deve fazer para poder trazer mais alunos com deficiência para a escola. É importante ressaltar que embora o uso da tecnologia na educação ainda possa ser discutido, seu uso na educação inclusiva deve ser obrigatório, pois muitos alunos precisam desse

meio para aprender. Além de facilitar a aprendizagem significativa, engaja e fortalece as relações professor-aluno. (Mendonça, 2018)

Atualmente, voltando ao movimento da nova pedagogia (ou Escolanovismo), a pedagogia do “aprender a aprender” tem se afirmado de forma hegemônica, com a criação de diferentes discursos (pedagogia ideológica), pedagogia de habilidades, pedagogia de projeto, pedagogia da reflexão do professor, etc.) o mesmo projeto. O desenvolvimento da sociedade (tecnologia, ciência, etc.) se deve ao acúmulo de conhecimento produzido ao longo da história humana. Esse acúmulo é repassado de geração em geração, é objeto de apropriação pelos indivíduos e permite avançar nas conquistas e complexidades da sociedade. (Marsiglia, 2011)

Com o desenvolvimento e integração dessas tecnologias, criou-se um potencial de transformação dos meios educacionais, onde a informação gratuita e instantânea é vista como uma verdadeira revolução, além de ser um recurso didático inovador que estabelece o ambiente criativo, que às vezes é considerado uma verdadeira panaceia. (Oliveira, 1997). Nesse sentido, o aluno passa da condição de sujeito passivo, que apenas observa e nem sempre compreende, para um sujeito ativo e engajado. A tecnologia também ajuda os professores a encontrar conteúdo atualizado, para tornar as aulas envolventes e eficazes. Então a ideia não é renunciar ao quadro-negro, mas trazer novas tecnologias para a sala de aula. Em outras palavras, é importante refletir sobre como as tecnologias de informação e comunicação podem ser utilizadas para promover a educação e, portanto, a inclusão social, em termos de uma cultura tecnológica que permite às pessoas transcender a exclusão e a falta de acesso à informação, ou seja, inclusão. (Mendonça, 2018)

Verbalizam Oliveira & Moura (2015), que a utilização de recursos tecnológicos no processo de ensino, é cada vez, mais necessária, pois torna a sala de aula mais envolvente, proporcionando aos alunos uma forma diferente de ensinar. Para que isso aconteça de uma forma que beneficie todas as partes interessadas, a questão das TIC's deve ser bem fundamentada. Formas de ensinar e aprender podem se beneficiar dessas tecnologias, como a Internet, que disponibiliza uma variedade de informações, mídias e softwares que auxiliam nesse aprendizado. Perante os perigos da utilização das TIC's na educação, é necessário analisar e refletir sobre os benefícios, desenvolvimentos e conhecimentos necessários para a correta aplicação destas tecnologias na aprendizagem do aluno.

O uso de tecnologias educacionais tem sido caracterizado a partir de duas perspectivas; a primeira está relacionada ao uso da mídia pela mídia e a segunda é a resposta da “família” às questões educacionais. Essa última visão foi difundida no Brasil até meados da década de 1980, quando a tecnologia educacional era entendida essencialmente como a relação entre tecnologia e educação, concretizada em um conjunto de princípios e processos de ação educacional dinâmicos e abertos, desde a aplicação de conhecimentos científicos e organizados a solução ou orientação de solução para problemas educacionais. Brito & Purificação, 2012)

Com o avanço das pesquisas informatizadas e o aumento do acesso à Internet e às ferramentas disponíveis nos ambientes virtuais, bem como a ampliação das políticas públicas voltadas para o AEE, as TIC's tornaram-se uma necessidade de acesso informações e aos conteúdos curriculares, bem como organizar diversas atividades para atender as condições e características dos alunos, ou seja, de acordo com suas individualidades. Atualmente, é possível verificar a presença da TIC's na maioria dos casos da sociedade e os professores não conseguem impedir as mudanças causadas pelo uso de tecnologias interferentes no ambiente escolar. Implicações culturais e técnicas certamente virão para os professores que devem enfrentar o medo do desconhecido e desenvolver as habilidades para usar essas ferramentas corretamente. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

Em resumo, é fundamental compreender que o TIC's no planejamento da educação inclusiva no ensino fundamental I deve ser considerado como uma “estratégia desenvolvida por sistemas educativos para oferecer educação a setores ou grupos da população que, por razões diversas, têm dificuldade de acesso a serviços educativos regulares”. (Meireles, 1999)

Tendo em vista, que “Os métodos nasceram nas salas de aula. Em todos os casos foram o produto da criatividade dos professores e por eles foram aperfeiçoados, através de sucessivas experiências que visavam responder às demandas crescentes de uma população que enfatiza sua necessidade de aprender”. (Braslavsk,1988, p. 44)

Referindo-se à relação de interdependência entre sensações e experiências, demonstra-se a partir de observações empíricas que a interrupção do fluxo de informação circundante (estímulos) devido a trauma ou perda de sensação - mesmo parcial, como cegueira ou surdez -que limita a capacidade espiritual geral do cérebro desenvolvimento. Assim, afirma que só uma educação por métodos especiais, que

favoreça a criação de vias sensoriais alternativas, como o desenvolvimento compensatório do tato, pode garantir um desenvolvimento mais próximo do normal. (Luria, 1991a, p. 2)

As Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC), apresentam-se como promissoras em termos de implementação e fortalecimento de sistemas de educação inclusivos, devido à sua infinita capacidade de construir recursos que facilitem o acesso à informação, conteúdos e informações, conteúdos extracurriculares e conhecimentos gerais, por qualquer diversidade de pessoas, incluindo portadores de necessidades especiais. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

A utilização das TIC's na prática escolar implica a necessidade de renovar e reafirmar um compromisso fundamental com a melhoria da qualidade do ensino. Os alunos, independentemente de sua deficiência, devem ser compreendidos, respeitados e acolhidos no ambiente escolar, por meio de ações específicas para desenvolver métodos e recursos instrucionais adequados às suas necessidades. De uma perspectiva inclusiva, os professores devem se envolver em um trabalho interdisciplinar e colaborativo. O acesso a recursos e serviços educacionais utilizáveis maximiza o crescimento acadêmico e social e promove o crescimento de escolas inclusivas. (Souza & Miranda, 2020)

Uma vez que o aprendizado e a necessidade de replanejamento pedagógico são motores essenciais desse processo contínuo e complexo. Qualquer plano bem elaborado deve ter objetivos de aprendizagem claros, pois eles ajudarão na avaliação. O processo de avaliação da aprendizagem deve ocorrer todos os dias: fala, produção de escrita, gestos, manipulação de materiais, reflexos oculares, perguntas infantis, cartas na mesa e fora do caderno ou mesa de atividades, recusa-se a realizar uma operação entre outras. (Tiné, 2013)

Portanto, ao realizar um planejamento para os alunos do Ensino Fundamental I é preciso pensar sobre os recursos tecnológicos são elementos de acesso ao currículo, fazendo parte do conjunto de modificações concretizadas para o aluno conseguir os objetivos e conteúdos previstos no programa de ensino. Acrescente-se a esses fatores a probabilidade de interação proporcionada pela tecnologia. As respostas das tecnologias para a diversidade devem ser vistas como um meio de engajar o acesso à participação dos sujeitos na construção de seu conhecimento e cultura para poderem eleger uma vida independente e autônoma. (González, 2002).

Uma das formas de comunicação com os estudantes portadores de deficiência é o Sistema de comunicação através da troca de figuras (PECS), desse modo, é importante destacar que:

O PECS foi desenvolvido para ajudar crianças e adultos com autismo e com outros distúrbios de desenvolvimento a adquirir habilidades de comunicação. O sistema é utilizado primeiramente com indivíduos que não se comunicam ou que possuem comunicação, mas a utilizam com baixa eficiência.

O nome PECS significa “sistema de comunicação através da troca de figuras”, e sua implementação consiste, basicamente, na aplicação de uma sequência de seis passos.

O PECS visa ajudar a criança a perceber que através da comunicação ela pode conseguir muito mais rapidamente as coisas que deseja, estimulando-a assim a comunicar-se, e muito provavelmente a diminuir drasticamente problemas de conduta.

Tem sido bem aceito em vários lugares do mundo, pois não demanda materiais complexos ou caros, é relativamente fácil de aprender, pode ser aplicado em qualquer lugar e quando bem aplicado apresenta resultados inquestionáveis na comunicação através de cartões em crianças que não falam, e na organização da linguagem verbal em crianças que falam, mas que precisam organizar esta linguagem. (Mello, 2007, p. 39).

As formas que conduzem os processos educativos conforme Candau (2013, p. 13) são assim descritas:

A pluralidade de espaços, tempos e linguagens deve ser não somente reconhecida, como promovida. A educação não pode ser enquadrada numa lógica unidimensional, aprisionada numa institucionalização específica. É enérgica de vida, de crescimento humano e de construção social. O importante é seu horizonte de sentido: formar pessoas capazes de ser sujeitos de suas vidas, conscientes de suas opções, valores e projetos de referência e atores sociais comprometidos com um projeto de sociedade e humanidade. Não podemos inibir o horizonte utópico da educação para colocá-la numa lógica funcional ao mercado e puramente instrumental. Sem horizonte utópico, indignação, admiração e o sonho de uma sociedade justa e solidária, inclusiva, onde se articulam políticas de igualdade e de identidade, para nós não existe educação. Pode haver instrução, treinamento, por mais sofisticados que sejam, mas o dinamismo da educação é cerceado. (Candau, 2013, p. 13)

Carvalho (2001), expõe que a informática e as demais tecnologias de informação e comunicação não representam um fim em si mesmas. São metodologias que poderão melhorar as respostas educativas da escola e colaborar, no âmbito da educação especial, para que alunos cegos, com deficiência cognitiva, surdos, com paralisia cerebral, paraplégicos, autistas, multideficientes, superdotados, dentre outros, possam atingir maior qualidade nos seus processos de aprendizagem e de exercício da cidadania.

Portanto, é fundamental a efetivação de um planejamento focado na interdisciplinaridade, nesse contexto, Fazenda (2002), realizou um estudo que

demonstrou que é quase impossível recomendar práticas interdisciplinares, ações baseadas apenas em princípios teóricos e que não podem responder a realidades educacionais que se concentram em modelos pré-definidos, começando assim pela análise de custos. Detalha-se, que as práticas desenvolvidas nas escolas consideradas interdisciplinares para obter maior clareza sobre como os professores ter claro conhecimento das disciplinas, pedagogia e experiência para tecer suas ações pedagógicas, ou seja, atitudes interdisciplinares, passaram a ser estudadas e descritas, e dessa forma o papel do sujeito tornou-se importante na construção da interdisciplinaridade.

Deste modo, sem recursos, estratégias e materiais adaptados que consintam às suas necessidades educacionais especiais, seria muito difícil afiançar a participação efetiva nas atividades propostas, bem como a interação com os outros alunos e professores. Tendo um papel de acolhimento complementar, e não mais substitutivo, se estabelece em uma proposta pedagógica inovadora que ambiciona compreender e atender às necessidades educacionais especiais de forma a dar a complementação, o suporte necessário, para garantir a aprendizagem dos alunos com deficiências, TGD ou com altas habilidades/superdotação. (Giroto, Poker & Omote, 2012)

No Planejamento da Educação Inclusiva no Ensino Fundamental I, é de extrema relevância que se aplique as TIC's, Moran (2000), preconiza que:

Uma das áreas prioritárias de investimento é a implantação de tecnologias telemáticas de alta velocidade, para conectar alunos, professores e a administração. O objetivo é ter cada classe conectada à Internet e cada aluno com um *notebook*. Começam a investir significativamente no mercado ainda pouco explorado da educação a distância, da educação contínua, principalmente dos cursos de curta duração.

Como em outras épocas, há uma expectativa de que as novas tecnologias nos trarão soluções rápidas para o ensino. Sem dúvida as tecnologias nos permitem ampliar o conceito de aula, de espaço e tempo, de comunicação audiovisual, e estabelecer pontes novas entre o presencial e o virtual, entre o estar juntos e o estarmos conectados a distância. Mas se ensinar dependesse só de tecnologias já teríamos achado as melhores soluções há muito tempo. Elas são importantes, mas não resolvem as questões de fundo. Ensinar e aprender são os desafios maiores que enfrentamos em todas as épocas e particularmente agora em que estamos pressionados pela transição do modelo de gestão industrial para o da informação e do conhecimento. (Moran, 2000, p. 13)

O Censo Escolar (2020), delinea que o ensino fundamental, da rede municipal, “[...] é a que menos dispõe de recursos tecnológicos, como lousa digital (9,9%),

projektor multimídia (54,4%), computador de mesa (38,3%) ou portátil (23,8%) para os alunos ou mesmo internet disponível para uso destes (23,8%)” (Brasil, 2020, p. 55).

Portanto, há um paradoxo entre a simplicidade do ensino que o direciona para a paternidade da formação para o aluno, mas que inclui a complexa tarefa do professor de compreender o sistema desse aluno e elaborar documentos de acordo com percepções pré-existentes de seu conhecimento, para ajudá-lo nesse movimento em reduzir as arestas dessa proposta de aprendizagem do ponto de vista do pensamento significativo que é o uso estratégico das ferramentas digitais. O objetivo, portanto, é conectar os três elementos do processo educacional: o professor, o aluno e o conteúdo, para que não apenas a estratégia inicial, mas também o seu desenvolvimento, aconteça porque conhece e acaba ligando os elementos e seus sistemas. Nesse sentido, considera-se que as ferramentas digitais de informação e comunicação se tornaram o elo de medição para descobrir a correlação entre os fatores de ensino. Assim, a eficácia da aprendizagem é visualizada quando as ferramentas estrategicamente selecionadas para esse grupo de alunos se mostram eficazes e produtivas. (Melo & Melo, 2020)

Notadamente, a Tecnologia da Informação e Comunicação está cada vez mais presente na sociedade contemporânea, fazendo parte da grande maioria dos espaços sociais. As instituições de ensino estão entre os espaços sociais que se beneficiam dessas tecnologias. A utilização da Tecnologia da Informação e Comunicação como recurso pedagógico nas instituições de ensino permite o desenvolvimento de uma prática pedagógica diversificada e significativa que respeita as particularidades de cada aluno. Eles podem ser usados para ajudar os alunos com necessidades educacionais especiais a superar suas limitações e participar efetivamente do processo educacional, pois permitem compreender diferentes interpretações do conhecimento aplicado nas instituições de ensino. Portanto, é essencial que os professores encontrem nas Tecnologias de Informação e Comunicação uma ajuda para tornar a sua prática mais acessível a todos os alunos. Nessa perspectiva, é importante compreender o papel do professor nesse contexto de inclusão, bem como as possíveis contribuições da Tecnologia da Informação e Comunicação como ferramentas para adquirir conhecimentos, novas informações e desenvolver nos alunos com deficiência. (Santos & Reis, 2015)

1.9. A Interdisciplinaridade no Ensino Fundamental

O lema da inclusão é não deixar ninguém sair do programa de educação regular, desde o início da escolarização. Isso mostra claramente que as crianças com deficiência de qualquer idade devem ir à escola. Assim sendo, as escolas devem estar preparadas para acolher crianças em todos os níveis, desde a educação infantil e até nos berçários, onde começarão a conviver com outras crianças que representam a normalidade, promovem o amadurecimento e várias lições da vida quotidiana, como os cuidados de higiene, participar de jogos diferentes, fazer dieta sozinho etc. (Mantoan, 2006)

O trabalho educativo é uma variável que interfere no desenvolvimento da psique humana, e funções complexas não se desenvolvem a partir de atividades que não as requerem. Assim, no contexto da educação escolar, o grau de complexidade exigido nas ações dos indivíduos e a natureza dos arranjos disponíveis para sua atuação condicionam a formação de uma imagem subjetiva, perspectiva da realidade e servem para construir esta, uma sistematização de ensino que guiados por conteúdos não cotidianos, por conteúdos clássicos, historicamente codificados pela humanidade, a fim de preservar a combinação de psicologia histórico-cultural e metodologia crítica histórica. (Martins, 2011)

Preocupa-se mais com o ensino de a qualidade do que com a educação com qualidade. Ensino e educação são conceitos diferentes. No ensino, umas variedades de atividades didáticas são organizadas para ajudar os alunos a compreender áreas específicas do conhecimento (ciências, história, matemática). Na educação, além do ensino, é uma questão que ajuda a integrar ensino e vida, conhecimento e moral, pensamento e ação, para obter uma visão abrangente. A educação é ajudar a integrar todos os aspectos da vida, encontrados no caminho intelectual, emocional e profissional que é certo para todos e contribui de maneira significativa para a mudança da sociedade. (Moran, 2000)

As palavras de Vygotsky, acerca deste assunto, demonstram claramente o grau de dependência do desenvolvimento espiritual da educação escolar. Da mesma forma, destacam a diferença qualitativa entre o ensino orientado por conceitos espontâneos ou voltado para a formação de conceitos científicos. Esses dados são, portanto, relevantes para as teorias pedagógicas que podem orientar a educação escolar para objetivos de desenvolvimento. (Martins, 2011)

As discussões sobre educação inclusiva e interdisciplinar têm aumentado nas últimas décadas, sendo esse crescimento demonstrado por meio da educação inclusiva e da educação interdisciplinar em geral ser capaz de responder às mudanças que ocorrem na sociedade atual, na qual a diversidade de sujeitos é cada vez mais evidente. Nessa visão, o ambiente escolar é um lugar privilegiado, onde realmente acontece o respeito e a aceitação dessa heterogeneidade de sujeitos e da diversidade de suas necessidades básicas. Ou seja, a educação inclusiva acolhe as diferenças e, por isso, é necessária a interdisciplinaridade para dialogar com elas e sua diversidade social. (Costa *et al.*, 2018)

Quanto aos desígnios “A interdisciplinaridade busca superar a fragmentação disciplinar do saber, designando uma nova concepção de ensino, que permite estabelecer o diálogo entre os conhecimentos contidos nos extremos das disciplinas, facilitando as relações entre os sujeitos”. (Costa *et al.*, 2018, p. 05)

Verbera Fonseca et al. (2015), que no Brasil, a interdisciplinaridade começou a ser discutida partir da Lei de Diretrizes e Bases Nº 5.692/71, se fortaleceu com a nova LDB Nº 9.394/96 e com os Parâmetros Curriculares Nacionais. Desde então, sua presença no cenário educacional brasileiro tornou-se mais presente nas palestras e práticas de alguns professores. A utilização da interdisciplinaridade como meio de desenvolver um trabalho integrando o conteúdo da disciplina com outras áreas do conhecimento foi uma das propostas apresentadas pelos PCNs como contribuição para a aprendizagem dos alunos, porém, estudos têm demonstrado que a interdisciplinaridade ainda é pouco conhecida.

Nos anos de 1990, a proliferação de práticas intuitivas e de projetos interdisciplinares desafiou os pesquisadores a explicitar o caminho percorrido pela interdisciplinaridade na escola. Foi o momento de explosão do debate acerca das incompreensões das práticas interdisciplinares desenvolvidas em contexto escolar. São muitos os autores que conceituam e caracterizam as ações interdisciplinares. Uma interessante possibilidade para superar os impasses apontados e superar a visão fragmentada do conhecimento decorrente da formação acadêmica dos docentes, é tentar investir na formação continuada oportunizando a construção de projetos que despertem uma visão interdisciplinar. (Carlesso & Tolentino Neto, 2017)

No entanto, para observar a interdisciplinaridade, é preciso compreender que as disciplinas escolares são fruto de seleção e redução arbitrárias, constituídas a partir da história, de manifestações de interesses e relações de direitos, força que valoriza,

oculta ou nega o conhecimento. Assim, é necessário compreender claramente a distinção entre disciplinas de ciências e escolas. A disciplina científica designa um tipo de conhecimento sistematizado, baseado no conhecimento científico, enquanto as disciplinas escolares, especificamente no nível pré-escolar, não se destinam a produzir conhecimento, mas sim a permitir que os alunos absorvam o conhecimento gerado pelas ciências. (Fonseca *et al.*, 2015)

Uma criança com deficiência física não pode estar em um mundo próprio para desenvolver suas habilidades motoras. É necessário que ela receba benefícios tecnológicos e restauradores em constante interação com o ambiente ao qual pertence. Faz muito mais sentido desenvolver as habilidades de fala de uma criança se ela tiver alguém com quem se comunicar. Da mesma forma, é mais importante desenvolver a mobilidade se for garantido o direito de ir e vir. (Bersch & Machado, 2007)

O currículo escolar segue uma perspectiva de “aprender a aprender”, que perde relevância para o conteúdo que está sendo ensinado, pois deve focar nas experiências cotidianas e nas culturas dos alunos. O conhecimento histórico construído e acumulado na história humana é considerado como um conhecimento não textual e discreto, pois não é relevante para a vida cotidiana. Demonstrando uma homenagem ao cotidiano, Philippe Perrenoud, evocando a pedagogia das competências, afirmou em entrevista à revista Nova Escola que as competências devem ser fruto da necessidade cotidiana de cada indivíduo e, como tal, não podem tornar-se comuns. Os sujeitos são preparados para serem flexíveis e adaptáveis às necessidades do mercado; tornam-se dóceis aos desígnios do capitalismo; A exploração do homem é naturalizada pelo homem e a classe dominante se exime de sua responsabilidade de prover as condições para o desenvolvimento máximo de todos os indivíduos. (Marsiglia, 2011)

Assim sendo, cabe ainda estimular e promover os princípios básicos do trabalho de linguagem escrita com crianças para estimular a exploração e o uso lógico do pensamento na construção de palavras e textos, bem como na representação de fonemas; proporcionar oportunidades para escrever e ler espontaneamente; explorar constantemente as diferentes funções da escrita (não apenas a produção de texto, mas também cartas e notas); e explicar a diferença entre linguagem falada e escrita. É importante que a criança tenha plena consciência de que falar e escrever são formas diferentes de expressão linguística. (Schirmer; Fontoura & Nunes, 2004)

Desse modo, as teorias Crítico-Produtivistas, se identificam entre si, as quais trazem a discussão sobre a escola enquanto reprodutora das contradições sociais e das relações sociais, a educação com o papel relacionado a reprodução da ordem. (Saviani, 2012)

A organização curricular, baseada em programas estabelecidos, dispostos em disciplinas isoladas, deixa de ser uma opção metodológica capaz de colaborar na formulação de disciplinas e domínios não documentados de acordo com a realidade estudantil. Assim, a interdisciplinaridade é uma alternativa para superar a dispersão do conhecimento, pois visa ampliar a educação por meio da relação “entre” os saberes escolares, formando atores sérios de direitos civis que, por meio de um espectro do mundo, possam buscar mudar a realidade em que estão inseridos. (Costa *et al.*, 2018)

Cabe destacar, que a criança com deficiência deve ter atividades multidisciplinares criadas por profissionais habilitados a fim de proporcionar o seu desenvolvimento, por exemplo: a musicoterapia, para melhorar suas habilidades de comunicação social, estímulos musicais tem sido responsáveis por ativar as regiões do cérebro associado ao processamento de emoções. (Wan & Schelaug, 2010)

Assim, Amaro (1997) aponta que a interdisciplinaridade, no contexto escolar, representa as etapas de superação do pensamento discursivo e desorganizado, que pode levar a uma ideia que se complementa de forma recíproca.

Veiga-Neto (1994, p. 145), afiança que dentre os vários subsídios pertinentes ao ensino interdisciplinar, observa-se:

- a) um maior diálogo entre professores, alunos, pesquisadores etc. de diferentes áreas do conhecimento;
- (b) um melhor preparo profissional e uma formação mais integrada do cidadão;
- (c) uma Ciência mais responsável, já que seria possível trazer a problematização ética para dentro do conhecimento científico;
- (d) a reversão da tendência crescente de especialização, de modo que se desenvolveria uma visão holística da realidade;
- (e) a criação de novos conhecimentos, graças a fecundação mútua de áreas que até então se mantinham estanques e;
- (f) reverter um suposto desequilíbrio ontológico de que padece a Modernidade, isto é, reverter o descompasso entre uma pretensa natureza última das coisas e as ações humanas que têm alterado tal natureza. (Veiga-Neto, 1994, p. 145)

Várias são as implicações da abordagem teórica e do método experimental de Vygotsky. A primeira é que os resultados experimentais podem ser quantitativos e qualitativos. Descrições detalhadas, baseadas em observações cuidadosas, são uma parte importante dos resultados experimentais. Para alguns, essas descobertas

podem parecer puramente anedóticas; Para Vygotsky, porém, tais observações, se feitas objetiva e cientificamente rigorosas, dariam o status do evento confirmado. Outra consequência dessa nova abordagem experimental é a remoção de certas barreiras tradicionais entre estudos de "laboratório" e "de campo". (Vigotsky & Cole, 1991)

Desta forma, observações e intervenções experimentais podem ser realizadas em um brinquedo, escola ou ambiente clínico, muitas vezes tão bom ou melhor quanto em um laboratório. As observações sensíveis e as intervenções imaginativas relatadas neste livro atestam essa possibilidade. Finalmente, ao invés do método clássico, um método empírico que busca traçar a história do desenvolvimento das funções psicológicas está mais alinhado com outros métodos históricos das ciências sociais, incluindo a história cultural e os aspectos sociais da história da criança. Para Vygotsky, os estudos antropológicos e sociológicos complementam o grande campo de observação e experimentação destinado a explicar o progresso da consciência e da inteligência humana. (Vigotsky & Cole, 1991)

Dentre os processos educativos, destaca-se a forma de educação escolar, cuja função principal é apoiar o desenvolvimento dos indivíduos, levando em consideração suas necessidades, para a conquista e reforço de comportamentos complexos formados culturalmente, pois enfatiza seu papel, sobretudo, na qualidade da imagem subjetiva da realidade construída. Essa qualidade, por sua vez, não foi deixada indiferente à natureza das atividades promovidas pela educação escolar, o que significa que nem toda educação escolar está, de fato, atrelada a um projeto humano. Nesse sentido, encontra-se na pedagogia histórico-crítica, elementos que estão em sintonia com as propostas da teoria histórico-cultural, postas a serviço do desenvolvimento máximo dos indivíduos. (Martins, 2011)

O pensamento interdisciplinar começa com o princípio de que nenhuma forma de conhecimento é válida por si só. Por isso, procura dialogar com outras formas de conhecimento, deixando-se infiltrar umas nas outras. Nesse contexto, é fundamental que os professores utilizem conceitos interdisciplinares, a importância de agregar conhecimentos disciplinares para possibilitar relações enriquecedoras com os outros e com o mundo. Com a inclusão, surgem sérias implicações para os professores, que são desafiados a construir novos conhecimentos e praticar uma pedagogia clara, em resposta às peculiaridades dos alunos com deficiência, agora incluídos na sala de aula do ensino regular. Nesse contexto, os professores se deparam com uma nova

realidade na qual devem renovar sua prática, adaptando-se a novas situações de ensino capazes de atender a todos os alunos. Para isso, deve basear-se em uma proposta interdisciplinar, em um método de ensino que os aproxime e possa modificar, enriquecer e construir processos de interpretação do conhecimento novo, pois o aluno será sempre o agente da aprendizagem. (Fazenda, 2002)

Necessariamente, o processo de humanização em sua relação com a apropriação do conhecimento objetivo historicamente sistematizado, preconizado pela pedagogia histórico-crítica, revela-se como um problema inter-relacionado, intimamente relacionado à formação de imagens subjetivas da realidade concreta. A penetração dos signos, a formação dos conceitos, a primazia dos conceitos científicos em relação aos conceitos cotidianos, etc., são amplamente defendidos pela cultura da psicologia histórico-cultural, encontra o eco mais absoluto no presente do pensamento pedagógico, onde a formação de a consciência não se desvia da construção do conhecimento, especialmente porque a qualidade dessa formação não está isenta da natureza do conhecimento que está sendo transmitido. (Martins, 2011)

A proposta de trabalho no Ensino Fundamental, com as diferentes áreas do conhecimento, requer uma atividade educativa e pedagógica sustentada nos eixos transversais do programa da educação básica. Considerar a importância de articular os componentes curriculares de forma interdisciplinar e contextual. Para que o programa de aprendizagem seja vivenciado e aperfeiçoado no cotidiano da escola, é imprescindível a organização do trabalho pedagógico da escola. A utilização de estratégias didático-pedagógicas deve ser estimulante e provocativa, levando em consideração a construção dos alunos, seus pressupostos e suas estratégias de resolução dos problemas apresentados. A prioridade é dada aos conselhos de classe com a participação da comunidade, a análise da aprendizagem para reorganizar as atividades pedagógicas, a formação continuada nas escolas, a articulação do ensino como espaço e tempo de trabalho coletivo, entre outros, são aspectos fundamentais desse processo de construção. (Tiné, 2013)

Os cenários educacionais estão em constante mudança e representam um desafio diário para o ensino em sala de aula, obrigando os educadores a buscar auxílio nos recursos educacionais mais adequados ao contexto de ensino e estudo. Nesse contexto, a utilização de recursos didáticos bem elaborados fomenta vínculos importantes entre educadores, saberes e alunos, criando estímulos motivadores com resultados positivos no processo de aprendizagem do aluno. (Martines *et al.*, 2018)

Em relação ao uso da tecnologia ensino fundamental deve-se levar em consideração que alguns fatores dificultam a inserção dessas ferramentas na escola, dentre os quais destacam-se:

a) a falta de conhecimento; b) insegurança; c) infraestrutura das escolas e; da carga horária dos docentes, que muitas vezes, é dividida em mais de uma escola, dificultando a continuidade de uma ação mais efetiva, por causa da falta de tempo para a preparação de aula, devido ao deslocamento do professor para as unidades em que está locado. (Winter, Caus & Cândido, 2019, p. 01)

Os educadores precisam pesquisar e se preparar para saber como utilizá-los de forma benéfica em seus métodos de ensino. Como as TIC's são utilizadas no dia a dia dos alunos, este produto visa solucionar problemas decorrentes da possibilidade de utilização das TIC's na educação, da observação das tecnologias existentes nos estudos das escolas, além de ilustrar algumas das atividades que podem ser geradas a partir do seu uso, particularmente na área de tecnologia da informação e sem falar em vários cursos de desenvolvimento profissional para educadores. (Garutti & Ferreira, 2015)

Quando se fala da interdisciplinaridade e da inclusão de estudantes com deficiência, é importante destacar, que a realização do trabalho interdisciplinar pode causar, como qualquer ação desconhecida, sobrecarga de trabalho, medo de cometer certos erros e perda de privilégios e direitos estabelecidos. A abordagem interdisciplinar da prática pedagógica envolve a quebra de hábitos e a adaptação, envolve a busca por algo novo e desconhecido. Isso é definitivamente um grande desafio. (Sorte, 2001)

Salienta-se que interdisciplinaridade atua como complemento necessário ao conhecimento escolar, infundindo um novo impulso na metodologia aplicada. Esse conceito se torna aparente quando se assume que todo conhecimento mantém um diálogo perpétuo com outros conhecimentos que podem ser questionados, validados e aplicados. (Fonseca *et al.*, 2015)

Propõe-se o trabalho em salas de aula heterogêneas, como forma eficaz de superar as necessidades educacionais existentes dentro delas, promovendo a igualdade de oportunidades e *ethos*. de cada aluno, ênfase na aceitação das diferenças, falta de conceituação, eliminação de estereótipos rotulados para propostas de políticas de educação inclusiva que possibilitem o desenvolvimento do potencial das crianças em sala de aula. (Lopes, 2021)

Necessariamente, cita Carneiro, (2009, p.21), que “com base na difusão e utilização das TIC em escala global, a humanidade vem modificando significativamente os modos de comunicar, de entreter, de trabalhar, de negociar, de governar e de socializar”.

A chamada escola tradicional tem o ensino centralizado na autoridade do professor, os conteúdos não estão pertinentes a realidade e, o aluno deve aprender pela repetição e memorização. Entretanto, ao longo do tempo essa escola foi sendo progressivamente criticada por alguns autores, por exemplo, Saviani em 2008, na sua obra Escola e democracia. Nas diferentes teorias educacionais, encontra-se a visão de escola, professor e aluno que norteia cada uma delas e logo é possível reconhecer nesses modelos a manutenção do status quo ou a luta para fazer da escola um espaço democrático e colaborador para as transformações da sociedade. (Marsiglia, 2011)

Diante disso, Ferreira (2001, p. 100), assegura que “Na verdade, a educação assume um papel relevantíssimo quanto ao destino do portador de deficiência com efeito não obstante as inúmeras definições legais do que vem a ser uma pessoa portadora de deficiência”. Mantoan (2004, p. 05), diz que:

De acordo com o princípio da não discriminação, trazido pela Convenção da Guatemala, espera-se que na adoção da máxima, tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, admitam-se as diferenciações com base na deficiência apenas com o propósito de permitir o acesso ao direito e não para negar o exercício dele. (Mantoan, 2004, p. 05)

Ressalva-se que o ambiente educativo rico em recursos, materiais didáticos atrativos e diversificados, e situações problematizadas que contemplem todas as áreas de conhecimento, disponibilizados aos estudantes, causa a reconstrução das aprendizagens através da ação investigativa e criadora. Atendendo a importância da articulação de componentes curriculares de forma interdisciplinar e contextualizada, o currículo propõe ainda eixos integradores: alfabetização, somente para o Bloco Inicial de Alfabetização (BIA), letramentos e ludicidade para todo o Ensino Fundamental. (Tiné, 2013)

Verbera-se que a relação entre palavras e ações é dinâmica ao longo do desenvolvimento da criança. As relações estruturais podem mudar mesmo durante o teste. A mudança-chave ocorre da seguinte forma: no início, as palavras da criança seguem as ações da criança e refletem os altos e baixos do processo de resolução de problemas de forma dispersa e caótica. Em um estágio posterior, a palavra se move cada vez mais para o início do processo, de modo que com o tempo ela precede a

ação. Assim, ele atua como um complemento a um plano já concebido, mas não realizado, no nível comportamental. As crianças pequenas só nomeiam seus desenhos depois de terminarem; eles precisam vê-los antes de decidir o que são. Ao crescer, as crianças têm a capacidade de decidir com antecedência o que vão desenhar. A variação temporal do processo de nomeação indica uma mudança na função da fala. (Vigotsky & Cole, 1991)

Os objetivos do Ensino Fundamental estão distinguidos nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e ressignificados pelas Diretrizes Pedagógicas desta Secretaria de Educação:

- Possibilitar as aprendizagens, a partir da democratização de saberes, em uma perspectiva de inclusão considerando os eixos transversais: Educação para a Diversidade, Cidadania e Educação em e para os Direitos Humanos e Educação para a Sustentabilidade;
- Promover as aprendizagens tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo e a formação de atitudes e valores, permitindo vivências de diversos letramentos;
- Oportunizar a compreensão do ambiente natural e social, dos processos histórico-geográficos, da diversidade étnico-cultural, do sistema político, da economia, da tecnologia, das artes e da cultura, dos direitos humanos, e de princípios em que se fundamentam a sociedade brasileira, latino-americana e mundial;
- Fortalecer vínculos da escola com a família, no sentido de proporcionar diálogos éticos e corresponsabilização de papéis distintos, com vistas à garantia de acesso, permanência e formação integral dos estudantes;
- Compreender o estudante como sujeito central do processo de ensino, capaz de atitudes éticas, críticas e reflexivas, comprometido com suas aprendizagens, na perspectiva do protagonismo infanto-juvenil. (Tiné, 2013, p. 09-10)

Imagina-se ser válida essa diretriz para o apropriado encaminhamento do processo de formação humana. Em vez de disputar-se para saber quem está mais alinhado com as últimas novidades, cabe abrigar o convite para entrar na fase clássica, que é aquela em que já se deu uma depuração, incidindo a superação dos elementos da conjuntura polêmica com a recuperação daquilo que tem caráter constante porque resistiu aos embates do tempo. (Saviani & Duarte, 2012)

Levando em consideração que a história de vida é essencial na formação do sujeito em sua totalidade, por outro lado a secundarização da educação escolar concebe minimizar conteúdos e formas de assimilação dos conhecimentos historicamente construídos. Portanto, significa contribuir para o projeto neoliberal que impede a ação dos homens na realidade concreta. (Marsiglia, 2011)

Enfatiza Tiné (2013), que os conteúdos são organizados a partir de diferentes campos do conhecimento, mas são articulados em termos de unificação, progresso e

generalização, que estão diretamente ligados à função social. Cada área do conhecimento coloca o desafio de fomentar a aprendizagem ampliada em contexto, diálogo e significado, onde o ponto de partida deve ser guiado por uma investigação sobre os conhecimentos prévios do grupo de alunos com quem o professor está trabalhando.

Acontece que é quase impossível propor práticas interdisciplinares, ações baseadas apenas em princípios teóricos não conseguem responder a realidades educacionais que se concentram em modelos pré-definidos, partindo, assim, de uma análise detalhada de práticas desenvolvidas em escolas consideradas interdisciplinares para maior clareza de como os professores apresentam o conhecimento da matéria, a pedagogia e a experiência para tecer essas práticas. A sua atividade pedagógica, ou seja, as atitudes interdisciplinares passaram a ser estudadas e descritas, e assim o papel do sujeito tornou-se importante na construção da interdisciplinaridade. (Fazenda, 2002)

Logo, a organização interna é assim suportada tendo em conta as especificidades de cada área, no sentido de explicitar o essencial para a aprendizagem e promover um trabalho interdisciplinar articulado com eixos transversais, transparência e integração curricular. Nesse sentido, as linhas pontilhadas nas metas e tabelas de conteúdo representam a capacidade do aluno de progredir academicamente. Essa dinâmica faz parte do conceito de currículo integrado e de progresso contínuo. (Tiné, 2013)

Desse modo a formação identitária é fundamental, na concepção de Holland *et al.* (1998) as identidades e comportamentos que lhes são atribuídos são sempre concebidos e reformados em relação a contextos históricos específicos. Cabe a esse mundo figurativo da graduação acolher as vozes (opiniões), as posições que os egressos têm em sua história, dialogar com elas, questioná-las, levá-las para outras realidades, trazendo-as de diferentes vozes e locais, uma percepção diferente (sobre si e sobre os que os cercam), para que tenham responsabilidade e certeza sobre sua própria capacidade de atuar, como futuros professores e possivelmente, no mundo real. outros, em situações inusitadas, reiteram/revisam/renovam/ construir mundos novos e profissionais, praticar novos letramentos, gerir o seu trabalho profissional com razão e reflexão, segundo o sentido mais concreto da palavra que se materializa, pronuncia, interfere na nossa consciência.

O professor, do ponto de vista interdisciplinar, não é um mero transmissor de conhecimento, mas aquele que reconstrói com seus alunos. Portanto, o professor é um pesquisador que também facilita aos alunos a prática da pesquisa. A problematização como metodologia de recriação de estruturas permite que o aluno se movimente no quadro de teorias, de diferentes campos do conhecimento, construindo estruturas de relações que o tornarão autônomo diante da autoridade do saber. O professor-pesquisador é, assim, um agente necessário da formação de base interdisciplinar. (Tomazetti, 1998)

De acordo com Saviani (2011), é por isso que se pode falar de diferentes tipos de conhecimento, tais como: sensível, intuitivo, emocional, intelectual, lógico, racional, arte artística, estética, conhecimento axiomático, conhecimento religioso e até mesmo conhecimento prático e conhecimento teórico. Do ponto de vista da educação, essas diferentes formas de conhecimento não têm interesse em si mesmas; eles são contados, mas são fatores que os indivíduos da humanidade devem assimilar para se tornarem humanos.

Além disso o autor salienta que o homem não se torna humano por natureza; não nasceu para saber ser homem, ou seja, não nasceu para saber sentir, pensar, avaliar e agir. Saber pensar e sentir; para saber querer, agir ou julgar é preciso aprender, o que envolve um trabalho pedagógico. Assim, o conhecimento diretamente interessado na educação é o conhecimento que surge como resultado do processo de aprendizagem, fruto do trabalho educativo. Agora, para isso, a educação deve começar, deve ser tomada como referência, como matéria-prima para sua atividade, conhecimento objetivo historicamente criado. (Saviani, 2011)

Conforme Junges, Ketzer & Oliveira (2018), a formação continuada de professores é tão fundamental para a transformação dos atores envolvidos no processo educativo que é considerada uma das discussões mais claras e relevantes do ensino. A formação de professores é condição para poder reconhecer professores em diferentes casos de conhecimento, pois tem significados pedagógicos, práticos e transformadores.

Nessa senda, os autores complementam que, de certa forma, a ideia de um professor reflexivo tem suas raízes em uma atividade de formação. As opiniões em torno do debate professor-pesquisador são levantadas em uma série de estudos. O uso compartilhado do conhecimento entre áreas afins pode ser visto como agente transformador, ajudando a diferenciar a formação para aprimorar o modelo

pedagógico já existente nos cursos de formação continuada. Porque, a nova era está em constante desenvolvimento, no contexto das dificuldades educacionais, ainda existem muitas dificuldades, então dois dos fatores que precisam ser considerados, em primeiro lugar na prática docente são a compreensão e a flexibilidade dos modelos pedagógicos para trazer os indivíduos para o ensino e práticas da sociedade, preparando-os para a autonomia e a cidadania, com condições de agir e modificar o meio em que vivem. (Junges; Ketzer & Oliveira, 2018)

Em relação a profissão do educador atualmente, é importante [...] abandonar a concepção dominante no século XIX de mera transmissão do conhecimento acadêmico, de onde de fato provém, e que se tornou inteiramente obsoleta para a educação dos futuros cidadãos em uma sociedade democrática: plural, participativa, solidária, integradora. (Imbernón, 2006, p. 7)

Sendo assim, há a necessidade de rever a epistemologia e a metodologia no campo da educação e da formação de modo a criar possibilidades claras e eficazes para um contexto interdisciplinar que se reimagine com base nos princípios de uma sociedade, associação democrática. Dentre as muitas dificuldades educacionais, profundamente relacionadas às dificuldades sociais, em um país notoriamente pobre e carente das condições mínimas de sobrevivência, não se pode deixar de dizer que muitas perspectivas educacionais condicionadas pelos conceitos de dominação política, ou seja, com a situação de construção da nação.

Portanto, Junges, Ketzer & Oliveira (2018), corroboram que essas questões são relevantes, principalmente, porque, ao considerar que a educação brasileira, como mostra grande parte da história educacional do país, muitas vezes ainda é limitada e limitada por posições ideológicas. O professor, nesse sentido, acaba sendo submetido a pressões ideológicas, tanto no que diz respeito à forma quanto ao desenvolvimento do próprio ensino. A consequência prática dessas pressões ideológicas está se configurando como um déficit educacional devido à dificuldade de os professores trabalharem com autonomia, principalmente em um momento conflituoso sobre a crescente desvalorização da profissão e da sociedade para os educadores refletirem em sua formação. (Junges; Ketzer & Oliveira, 2018)

Com a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na rede de ensino regular, houve grande diversidade e mudança no cenário escolar. Não é mais possível pensar o ensino desconectado das tecnologias existentes. As escolas têm sido lentas para garantir os recursos e fornecer o equipamento mínimo necessário

para diferenciar as atividades em sala de aula. Tem-se a impressão de que a educação sempre acompanha o desenvolvimento de recursos que podem ser utilizados em sala de aula. Os professores precisam de formação contínua, além de sua formação acadêmica. Educando-se constantemente, em um processo contínuo, sempre surgem novas buscas, questionamentos, dúvidas, enfim, novas construções. Os professores carecem de formação e informação continuadas nesta sociedade em constante mudança. A sala de aula há algumas décadas já não era o que é hoje, levando a uma mudança na formação continuada dos professores. Sabe-se que os cursos de formação não resolverão os problemas da educação, mas são extremamente importantes para a educação. (Pereira & Silva, 2014)

O acesso à tecnologia, agora, pode ser entendido como um requisito contemporâneo para uma educação de qualidade, e o sistema educacional deve possibilitar que os alunos acessem e interajam por meio da tecnologia. A utilização destes e a acessibilidade das informações na WEB tem mostrado que os alunos podem desenvolver habilidades como a busca ativa de informações e conhecimentos em que os alunos podem questionar, analisar e analisar informações, analisar, pensar e discutir. A integração da TI no processo pedagógico trará mais oportunidades do que se seguissem o modelo tradicional de sala de aula. No passado, o conhecimento estava principalmente na sala de aula, mas hoje o conhecimento fora da sala de aula é muito mais. Cada vez mais, o papel do educador é facilitar a aprendizagem, não apenas transmiti-la. A aprendizagem torna-se um processo de desenvolvimento ao invés de um conjunto de tarefas pré-estabelecidas, e na relação do educador com o educando, o papel do educador muda de autoridade, sabe tudo, torna-se um facilitador da aprendizagem. (Garutti & Ferreira, 2015)

Embora, a tecnologia dentro da sala de aula contribua muito para o processo de aprendizagem, é imperativo que os educadores não dupliquem métodos de ensino com dispositivos tecnológicos. Em contrapartida, o uso da tecnologia deve ser visto como uma abordagem complementar, voltada para a construção do conhecimento, ou seja, a própria ferramenta não deve substituir a informação do professor, nem deve preceder o conteúdo e, no mínimo, não pretende ser um escudo de incompetência ou despreparo profissional. Fica claro, portanto, que as tecnologias, mesmo que se sobreponham positivamente às classes, devem ser usadas com sabedoria. Este recurso é visto, portanto, como um caminho mais dinâmico do que os chamados cursos tradicionais graças ao uso de computadores, tablets, celulares e seus diversos

programas que permitem um ambiente de nova interação, estímulo, conscientização e educação. (Martines *et al.*, 2018)

A Educação Especial no Brasil possui uma lei representativa de inclusão, mas ainda há espaço para discussão e compreensão, tanto em termos de análise interpretativa quanto de cumprimento efetivo do sigilo, a fim de promover a interação entre acesso e inclusão. Investimento adequado, qualificação, conscientização e remuneração orientam o uso de ferramentas tecnológicas, inegavelmente essenciais à educação contemporânea. Agora, as TICs fazem a diferença no desenvolvimento dos alunos, com as necessárias adaptações extracurriculares, preparando-os para o mundo que importa - construir, trabalhar às suas especificidades, melhorar as competências e promover a autonomia na construção do conhecimento, promovendo assim uma observação mais seletiva. (Lopes, 2021)

Mantoan (2004), afirma que, embora existam pessoas com deficiência grave, não se deve esquecer que, como estudantes, eles têm o mesmo direito de acesso à educação, no mesmo ambiente escolar, juntamente com estudantes da mesma idade com deficiência mais leve e estudante sem deficiência. Portanto, a participação de alunos desfavorecidos deve ser assegurada nas classes regulares para que eles beneficiem do ambiente normal de ensino e aprendam da melhor maneira possível. Na verdade, são esses alunos que trouxeram mudanças drásticas e necessárias na organização escolar e são eles que fazem seus colegas e professores experimentarem a diferença em sala de aula.

De acordo com Schneider (2003), as escolas inclusivas devem reconhecer e responder aos diversos desafios de seus alunos, adaptar-se a diferentes estilos e velocidades de aprendizagem e garantir educação de qualidade e equitativa por meio de seu currículo, ensino apropriado, mudança organizacional, educação, recursos e parcerias com a comunidade. A inclusão, em sentido amplo, exige novos posicionamentos da escola brasileira, o que envolve esforços para atualizar e reestruturar as condições existentes, modernizar o ensino, aprimorar e formar professores.

Deste modo, o crescimento do papel do computador como auxiliar de ensino preciso tem sido acompanhado de questionamentos sobre o papel da escola e a função do professor. O desempenho do aparato educacional não deve ser ensinar, mas promover o aprendizado. Isso significa que os professores deixaram de ser transmissores de conhecimento, os computadores podem e fazem isso com muito

mais eficácia do que os professores, tornando-se criadores do ambiente de aprendizagem e facilitadores do processo de aprendizagem. E as novas tendências do uso do computador na educação sugerem que ele pode ser um importante aliado nesse processo que estamos começando a entender. (Valente, 1991)

Sugerem-se a formulação de metodologias que utilizem o computador para criar um ambiente construtivista, contextual e significativo, no qual os alunos possam aprender os conceitos um a um de forma lúdica, favorecendo o contato e a experiência coletiva, avaliando potencialidades e habilidades. Dito isto, à medida que a tecnologia se desenvolve cada vez mais, o mais importante é ter educadores intelectual e emocionalmente maduros, ávidos por aprender, entusiasmados, de mente aberta, prontos para agir, membros e diálogo. Então a tecnologia entra como suporte, para auxiliar no aprendizado mais humanizado. (Moran, 2005)

Evidencia-se que o dinamismo, também caracterizado pelo crescente desenvolvimento da tecnologia da informação, provoca profundas mudanças no mundo do trabalho e no campo da educação. São dificuldades e desafios que exigem a geração de novos conhecimentos, além da busca por propostas educativas que atendam às necessidades dos tempos e dos novos cenários. Esse processo mostra que, se houver uma expansão da tecnologia, ela não necessita de técnicos; pelo contrário, requer uma formação completa que permita ampliar as diferentes formas de interagir com os diversos mundos que hoje se cruzam, ou seja, lê-lo, reconhecê-lo e interpretá-lo. O problema, portanto, é criar formas de (re)educar as pessoas, de lidar não com a maquinaria da tecnologia, mas com as informações obtidas por esse novo tipo de conhecimento ou por ele fornecidas. (Oliveira, 2003)

Fundamentalmente, Schneider (2003), menciona que para uma escola inclusiva, significa antes de tudo acreditar no princípio de que todas as crianças podem aprender e que os diretores devem proporcionar a todas as crianças iguais acesso ao currículo básico, riqueza e qualidade da educação. Nota-se algumas estratégias para a integração na vida escolar cotidiana:

1. Promover objetivando práticas mais cooperativas e menos competitivas nas salas de aulas e na escola;
2. Estabelecer rotinas na sala de aula e na escola em que todos recebam apoio necessário para participarem de forma igual e plena;
3. Garantir que toda as atividades da sala de aula tenham acomodações e a participação de todos ativamente, inclusive daqueles que apresentam necessidades educacionais especiais;
4. Infundir valores positivos no sistema escolar de respeito, solidariedade, cooperação etc.

5. É preciso desenvolver rede de apoio, sendo um grupo de pessoas que se reúnem para debater, podendo ser constituída por alunos, diretores, pais, professores, psicólogos, terapeutas e supervisores para resolverem problemas, trocarem ideias, métodos, técnicas e atividades, com a finalidade de ajudar não somente aos alunos, mas aos professores para que possam ser bem-sucedidos em seus papéis.;
6. Desenvolver uma assistência técnica organizada e contínua que deve incluir:
 - a) Os funcionários especializados para atuarem como consultores e facilitadores;
 - b) Uma biblioteca prontamente acessível com materiais atualizados, recursos em vídeo e áudio que enfoquem a reforma da escola e as práticas educativas inclusivas;
 - c) Um plano abrangente, condizente e contínuo de formação em serviço;
 - d) Oportunidades para educadores que apoiam os alunos a reunirem-se para tratarem de questões comuns e assim ajudarem-se mutuamente no desenvolvimento criativo de novas formas de aprendizagens;
 - e) Oportunidades para os professores aumentarem e aperfeiçoarem suas habilidades, observando, conversando e moldando suas práticas com colegas com mais experiência no apoio aos alunos no regular e;
 - f) Oportunidades para educadores novos em práticas inclusivas de visitarem outras escolas e distritos, que tenham experiências e implementação novas na educação inclusiva em conjunto com esforços de reformas da escola.
7. Os educadores devem desenvolver a dimensão da flexibilidade para responderem aos desafios de apoiarem os alunos com dificuldades para aprender na participação das atividades da escola, como compromisso de fazer o ensino inclusivo acontecer, com espontaneidade e a coragem de assumirmos riscos, trabalhando em equipes, desenvolvendo novas habilidades e promovendo uma educação de qualidade a todos os alunos;
8. Examinar e adotar várias abordagens de ensino, para trabalhar com alunos com diferentes níveis de desempenho, reavaliando as práticas e determinando as melhores maneiras possíveis de promover a aprendizagem ativa para os resultados educacionais desejáveis;
9. Comemorar os sucessos e aprender com os desafios, sendo importante que os sistemas escolares cultivem a capacidade dos membros do seu pessoal de pensar criativamente, pois assim respondem aos desafios que inevitavelmente surgem quando as novas oportunidades de aprendizagem e desenvolvimento se apresentam e;
10. Os educadores estarem dispostos a romperem paradigmas e manterem-se em constante mudanças educacionais progressivas criando escolas inclusivas e com qualidades. (Schneider, 2003, p. 02-03)

Logo, segundo os preceitos articulados na Constituição Federal do Brasil e no Estatuto da Pessoa com Deficiência, no processo de integração, o professor é um elemento essencial e, de forma importante, deve basear-se em conhecimentos inovadores e engajar-se em atividades pedagógicas humanizadas que respeitem efetivamente todas as disposições legais que garantem o direito à educação das pessoas com deficiência. (Brasil, 1988; Brasil, 2015)

Portanto, o direito de acesso ao contexto escolar deve ser assegurado, inclusive levando em consideração as diferenças e singularidades dos alunos em desenvolvimento e escolarização, e a escola deve ser capaz de considerar as diversas necessidades e ritmos de aprendizagem dos alunos, seja por meio de

novos/alternativos. estratégias instrucionais ou mesmo novos formatos de programas. Oferecer situações ricas que permitam o desenvolvimento da aprendizagem, com intervenções pedagógicas individualizadas, aceitando e reconhecendo as diferenças e habilidades dos alunos, respeitando o ritmo de cada aluno. Estabelecer um processo de aprendizagem colaborativo com apoio pedagógico que promova relações interdisciplinares e saudáveis entre escola e casa. (Franco & Gomes, 2020)

CAPÍTULO 2 - METODOLOGIA DA INVESTIGAÇÃO

2.1 Justificativa da investigação

Segundo Sampieri, Collado & Lucio (2006), “A pesquisa tem a ver com a realidade e todos os seres humanos pesquisam com frequência assuntos diversos no seu dia a dia”. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 219) “A justificativa difere da revisão da bibliografia e, por este motivo, não apresenta citações de outros autores”. Ainda segundo os autores Sampieri *et al.* (2013, p. 64), “A maioria das pesquisas é realizada com um propósito definido”.

A ideia de abordar a formação continuada bem como o planejamento nas series iniciais é meramente para responder os questionamentos que muitas vezes ficam sem respostas, entre os quais: como planejar para o aluno especial de forma que o conteúdo aplicado envolva todos? Qual enfoque teórico pedagógico pesquisar para planejar? Por que fala se tanto em educação especial e inclusão, mas o acesso aos conteúdos didáticos e livros ainda são limitados ou restritos?

Diante disso, percebe -se que as políticas públicas apenas se preocupam em inserir o aluno na educação, porém, não formulam estratégias para que de fato possa proporcionar a formação para o professor, incluir o estudante e ainda o fazer se sentir incluído no contexto escolar. Para Mantoan, (2011, p.60), “Superar o sistema tradicional de ensinar é um propósito que temos de efetivar urgentemente nas salas de aula. As escolas são as incubadoras do novo e têm um papel inestimável e imprescindível na formação dos cidadãos deste milênio que desponta”.

Dessa forma, esta pesquisa consiste em uma explanação completa, com razões e motivos de ordem teórica e prática de grande importância para análise dos resultados. Portanto, será explanada a construção metodológica deste trabalho, que tem como pesquisa científica “Análise da Relevância da Capacitação Pedagógica do Docente na Implementação dos Planos de Ensino da Educação Especial nos Primeiros Anos do Ensino Fundamental I: Um estudo no município de Ariquemes - RO/Brasil”.

2.2. Problema de Investigação

O problema norteador desta investigação é analisar se o sucesso da educação especial esta respaldada em grande medida, por um planeamento qualificado para responder as necessidades diferenciadas de seus estudantes, os professores estão planejando para dar respostas a uma aprendizagem de sucesso?

Sob a luz desta problematização, outros questionamentos que têm o foco de contribuir para a resposta da pergunta principal, relatadas a seguir:

- Quais ações pedagógicas que a coordenação desenvolve junto aos professores da educação especial?
- Quais as contribuições da formação continuada no processo de criticidade e criatividade pedagógica dos Educadores?
- Quais são as competências e habilidades que devem ter os professores que atendem os estudantes da educação especial?

2.3. Objetivos

2.3.1 Objetivo geral

Analisar as necessidades de formação dos professores de Educação Especial no desenvolvimento do trabalho docente.

2.3.2 Objetivos específicos

- Analisar a necessidade formativa para dar suporte aos planejamentos do professor na educação especial.
- Descrever sob a luz dos teóricos as atividades propostas e desenvolvidas pelos docentes em sala de aula regular se evidenciam claramente o ensino aprendizagem e interação inclusiva.
- Indagar a realidade quotidiana da práxis educativa em sala de aula do professor na educação especial.
- Apontar a oferta de cursos de formação continuada voltados à área da educação especial e nível de interesse e participação dos professores;

- Analisar o trabalho de acompanhamento da práxis educativa do docente na educação especial por parte da equipe pedagógica da unidade escolar.

2.4. Desenho Metodológico

Sampieri *et al* (2006) asseveram que a pesquisa qualitativa utiliza amostras não probabilísticas, como a seleção de indivíduos típicos com a vaga ideia de que sejam casos representativos de uma determinada população. Corroborando Gil (1999) que a pesquisa qualitativa é subjetiva ao objeto de estudo, baseada na dinâmica e nos métodos da questão em estudo, e tem como objetivo descrever e decodificar interpretativamente os componentes de um sistema complexo de significados, sem se preocupar em mensurar o fenômeno, pois ela permeia a compreensão do fenômeno.

A pesquisa realizada é a não experimental porque as variáveis não são estudadas e o objetivo é analisar como se dão e se comportam os fenômenos em seu contexto. Desta forma existem diferentes critérios para classificar as pesquisas não experimentais e segundo Mejía, Naranjo e Santamaría, (2018, p. 79):

En este tipo de investigación las variables estudiadas no se manipula en forma intencionada, la finalidad de esta investigación es observar los fenómenos tal como se comportan en su contexto natural, para luego analizarla. En los estudios experimentales las situaciones son reales, se observan situaciones existentes. Existen diferentes criterios para clasificar la investigación no experimental, adoptaremos la dimensión temporal, es decir de acuerdo con el número de periodos en los cuales se recolectan los datos, a través de la aplicación de instrumentos debidamente aprobados por expertos. (Mejía, Naranjo & Santamaría, 2018)

Desta forma utilizando esta abordagem os dados estarão mais evidenciados no contexto hora tabulado. Seguindo o raciocínio de; Mejía, Apoud, (2018, p. 41):

La investigación descriptiva, trabaja sobre realidades de hecho y su característica fundamental es la de presentar una interpretación correcta. Esta puede incluir los siguientes tipos de estudios: Encuestas, Casos, Exploratorios, Causales, De Desarrollo, Predictivos, De Conjuntos, De Correlación. (Mejía, Naranjo & Santamaría, 2018)

De acordo com, Sampiere *et al* (2013, p. 102) “Os Estudos Descritivos Buscam especificar propriedades, características e traços importantes de qualquer fenômeno que analisar-mos. Descreve tendências de um grupo ou população”.

Assim sob a luz dos teóricos este projeto segue a linha descritiva tendo em vista que todo contexto contara com a tabulação de dados da pesquisa no formato explicativo.

2.5. Tipo de enfoque da pesquisa

Esta pesquisa faz uma análise sobre a necessidade formativa do professor sobre a alusão dos planejamentos da educação especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental I, o que requer extensa pesquisa para encontrar informações acessíveis para aqueles focados na análise. Além disso, a singularidade de cada método e suas limitações são legitimadas pela multiplicidade de métodos, o uso de métodos mistos facilita a condução da pesquisa ao utilizar as contribuições tanto dos métodos qualitativos quanto dos quantitativos, e amplia as questões que existem sobre a pesquisa realizada. Isso porque a utilização de métodos mistos pode ampliar os resultados, trazendo benefícios significativos às investigações na área da educação.

Na presente pesquisa, as variáveis estudadas não são manipuladas intencionalmente.

Dessa forma esta pesquisa é de cunho mista, haverá apenas uma fase de coleta de dados e será utilizado o método predominante, quantitativo/qualitativo com a junção destes métodos entende ser que será de fácil entendimento a interpretação uma vez que esse alinhamento pode significar que o método misto incorporado e aborda questões de diferentes níveis.

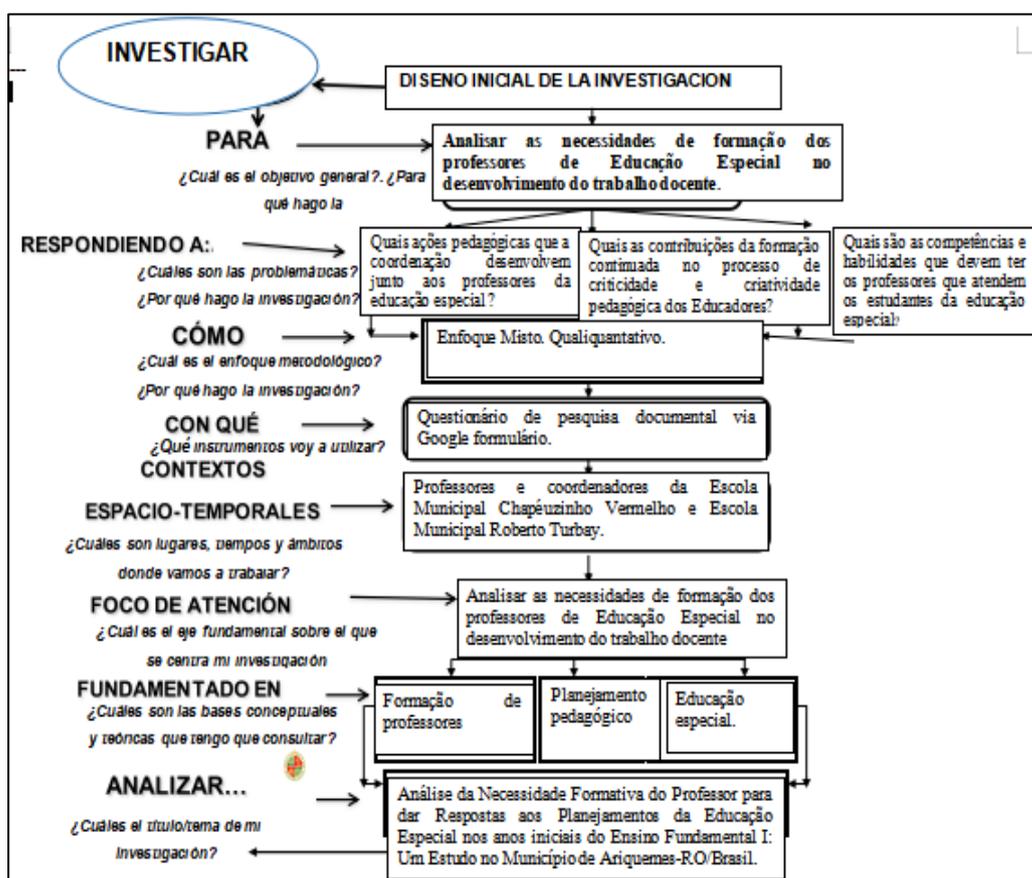
Os dados quantitativos incluem informações fechadas, usadas para medidas, quantificar o objeto de estudo. Já os dados qualitativos são informações abertas. Segundo Sampieri, Collado, Lucio, (2013, p. 30), “Enfoque Quantitativo utiliza a coleta de dados para testar hipóteses, baseando-se na medição e na análise estatística para estabelecer padrões e comprovar teorias”. Para Campoy Aranda, (2019, p. 131), “*Las técnicas dentro de este paradigma se basan en la asignación al azar de las muestras representativas de la población, cuestionarios cerrados, grandes tamaños de las muestras y los procedimientos estadístico para el analisis de los datos.*”

Por outro lado, a análise de dados qualitativos são perguntas ou textos argumentativos geralmente envolve dividi-los em categorias para entender a diversidade de ideias reunidas durante a coleta de dados. Ainda segundo os autores, Sampieri, Collado, Lucio, (2013, p. 33), “Enfoque Qualitativo utiliza a coleta de dados

sem medição numérica para descobrir ou aprimorar perguntas de pesquisa no processo de interpretação”.

O objetivo dos estudos descritivos é procurar especificar importantes propriedades, características e perfis de pessoas, grupos, populações, comunidades ou qualquer outro fenômeno observado. Para Marconi e Lakatos, (2003, p.187), “Quantitativo-Descritivos - consistem em investigações de pesquisa empírica cuja principal finalidade é o delineamento ou análise das características de fatos ou fenômenos, a avaliação de programas, ou o isolamento de variáveis principais ou chave.” As autoras citam ainda que: “explicativa - leitura com o intuito de verificar os fundamentos de verdade enfocados pelo autor (geralmente necessária para a redação de monografias ou teses)”. (Marconi & Lakatos, 2003, p. 23)

Figura 4. Esquema metodológico



Fonte: Arquivo Pessoal

2.6 Delimitação de pesquisa

Esta pesquisa é sobre a “Análise da Relevância da Capacitação Pedagógica do Docente na Implementação dos Planos de Ensino da Educação Especial nos Primeiros Anos do Ensino Fundamental I: Um estudo no município de Ariquemes - RO/Brasil. O município possui muitas escolas, sendo 27 escolas públicas municipais, 08 escolas estaduais e 05 escolas particulares (privadas). Em média, são 11 mil estudantes na rede de ensino municipal, com o quadro de 930 professores.

Como mencionado, o foco da pesquisa está localizado na cidade de Ariquemes, estado de Rondônia. Sendo um dos 27 estados do Brasil, o estado de Rondônia localiza-se na porção oeste da região Norte do Brasil. Em território nacional, faz divisa, ao norte e noroeste, com o Amazonas e Acre, e, ao leste e sudeste, com o Mato Grosso. A oeste o estado se limita com a Bolívia. Possui extensão territorial de 237.765,240 km², com a população de 1.581.016 (um milhão quinhentos e oitenta e um mil e dezesseis) habitantes segundo o censo de 2022 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e se encontra no bioma Amazônia. Apesar disso, características de Cerrado podem ser encontradas em alguns pontos do território."

Figura 1. Localização do Brasil na América do Sul



Fonte: IBGE, 2020.¹

Figura Localização de Rondônia no Mapa do Brasil

¹ Disponível em: <<https://www.institutoclaro.org.br/educacao/para-ensinar/planos-de-aula/qual-a-localizacao-do-brasil-no-mundo>>. Acesso em: 10 mar.2024.



Fonte: IBGE, 2020.²

Ariquemes é um município brasileiro do estado de Rondônia e cidade principal do Vale do Jamari. Fundado em 21 de novembro de 1977, seu nome é uma homenagem a tribo extinta de indígenas Arikeme, habitantes originais dessa região, estes índios falavam o txapakura, pertencente ao tronco linguístico tupi. Ariquemes é a terceira maior cidade do estado de Rondônia e um dos maiores polos de educação superior da região. A cidade se destaca pela economia primária, baseada principalmente na Pecuária e extração de Cassiterita.

Por volta de 1794, o Vale do Jamari, onde surgiu o núcleo que deu origem ao município de Ariquemes, era conhecido pela abundância de suas especiarias nativas, destacando o cacau e o látex da seringueira. A região habitada por extrativistas e índios possuía vários seringais, principalmente o Seringal Papagaios. Nessa época, a Amazônia era desconhecida.

A ocupação do Vale do Jamari ocorreu por volta de 1900, principalmente durante o primeiro ciclo da borracha, mas sua ocupação efetiva começou a partir de 1909 com a construção da linha telegráfica de Cuiabá a Santo Antônio do Rio Madeira, uma maratona de muito trabalho e sacrifício, cuja expedição era chefiada pelo Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon, em sua terceira viagem pela Amazônia.

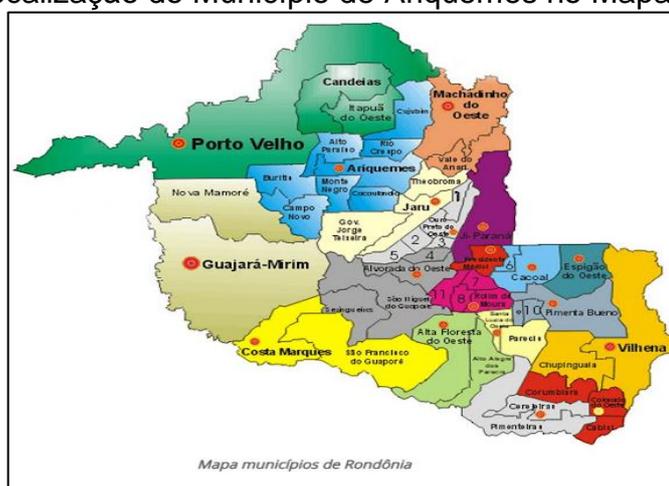
² Disponível em: <<https://mundoeducacao.uol.com.br/geografia/mapa-brasil.htm>>. Acesso em: 10 mar.2024.

Por volta de 1794, o Vale do Jamari, onde surgiu o núcleo que deu origem ao município de Ariquemes, era conhecido pela abundância de suas especiarias nativas, destacando o cacau e o látex da seringueira. A região habitada por extrativistas e índios possuía vários seringais, principalmente o Seringal Papagaios. Nessa época, a Amazônia era desconhecida.

O 1º Ciclo da borracha foi um período de grande migração nordestina, com os migrantes ocupando terras e extraíndo riquezas naturais, especialmente o látex da borracha, de grande procura internacional por conta da 1ª guerra mundial e do crescimento da indústria automobilística.

Em 11 de outubro de 1977, através da Lei nº 6.448, Ariquemes adquire sua emancipação política com a instalação política do município no dia 21 de novembro. Através da Lei nº 6.921, de 16 de junho de 1981, o município cedeu da sua área territorial para a criação do município de Jaru. Em 1988, através da lei nº 198 de 11 de maio, o município cedeu área, desta vez para a criação do município de Machadinho d'Oeste. Pelas Leis nº 364, 374, 375, 376 e 378 de 13 de fevereiro de 1992, foram consecutivamente doando áreas para a formação dos seguintes municípios: Jamari (atual Itapuã do Oeste), Alto Paraíso, Cacaúlândia, Monte Negro e Rio Crespo. Há também o Garimpo Bom Futuro, um dos distritos do município com aproximadamente 2500 habitantes, localizado a 95 km de Ariquemes. A População de Ariquemes está estimada em 96.833 (noventa e seis mil oitocentos e trinta e três) pessoas segundo o IBGE/2022.

Figura 3. Localização do Município de Ariquemes no Mapa de Rondônia



Fonte: IBGE, 2020.³

³ Disponível em: <<https://mapasblog.blogspot.com/2012/01/mapas-de-rondonia.html>>. Acesso em: 10 mar.2024.

2.7. População e Mostra

A pesquisa será realizada em duas escolas municipais, uma no centro da cidade com estudantes de classe social renda média, e outra no centro periférico da cidade considerados de classe social renda baixa. Será comparado os dados coletados, trata-se de uma pesquisa exploratória-descritiva. Exploratória por proporcionar uma visão geral sobre o que está sendo analisado e descritiva por apontar as características da população pesquisada estabelecendo relações entre variáveis.

2.7.1 Perfil das Escolas participantes

A escolha das duas escolas para efetivação da pesquisa se deu para delimitação da pesquisa e pelas escolas ofertarem o ensino fundamental I e estarem centralizadas dentre as 27 escolas municipais com contextos socioeconômico diferentes com ampla diversidade espacial e cultural. Possuem contextos diferentes, a Escola Chapeuzinho vermelho oferta o ensino infantil pré I e II e fundamental I, ciclo de alfabetização 1º e 2º ano. A Escola Roberto Turbay oferta o ensino infantil pré I e II, o ensino fundamental II até o 6º ano, com oferta de educação em tempo integral do 1º ao 6º ano. Diante desse universo diferenciado efetivou a ideia concreta da pesquisa sendo os professores e coordenadores de ambas as escolas o foco principal desta investigação.

- **Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Chapeuzinho Vermelho – Ariquemes - RO**

A Escola Municipal de Educação Infantil Chapeuzinho Vermelho está vinculada a SEMED (Secretaria Municipal de Educação), teve seu Decreto de Criação de n. 134/85 de 28/08/85, Decreto de Denominação n. 3325 de 03/01/2002, Resolução de Autorização Nº. 06/C.M. E/ARQ. /2017. Localizada na rua Vitória, Nº: 2924 Setor 03 CEP: 76870-352, centro.

A origem do nome: O nome da Instituição foi escolhido pela comunidade escolar em homenagem a história Infantil Chapeuzinho Vermelho, que foi criada com base na estória da Literatura Infantil com riquezas dentro de momentos históricos da

época, trazendo informações fictícias e reais com propostas de despertar a curiosidade e o interesse das crianças pela literatura Infantil e conseqüentemente o gosto pelos estudos. Ao todo são 68 funcionários, 21 professores e 02 (duas) coordenadoras pedagógicas e 02 (duas) orientadoras.

A Escola Chapeuzinho oferece a Educação Infantil (Pré I e II) e o Ensino Fundamental (Ciclo de Alfabetização) com a modalidade de Educação Especial. Os horários de atendimento são: matutino: 7h20 as 11h30 e vespertino 13h20 as 17h30.

A instituição atende na Educação Infantil: período matutino 02 turmas de Pré I, 02 turmas no Pré II. E no período vespertino 02 turmas no Pré I e no Pré II. A escola atende também o Ciclo de Alfabetização: período matutino 03 turmas de 1º ano sendo 03 em cada turno; 03 turmas de 2º anos e 03 turmas de 3º anos e período vespertino 03 turmas de 1º ano sendo 03 em cada turno; 03 turmas de 2º anos e 03 turmas de 3º anos, atendendo atualmente 687 estudantes.

A área total do terreno da escola é de 5.834,19m², tendo uma área constituída de 15 salas de aulas em alvenaria, sendo que, duas delas novas já em fase de término. 04 banheiros masculino e 04 femininos, já adaptados para os estudantes com necessidades especiais. No bloco da Educação Infantil os banheiros também são adaptados e na altura específica para os pequenos estudantes.

No atendimento à merenda escolar possui 01 (uma) cozinha com 01(um) refeitório, 01 Laboratório de Informática, 01 biblioteca e 01 sala de Recursos, 01 sala de Orientação Educacional (adaptada) 01 sala de Recuperação Paralela, 01 sala para funcionários com banheiro, 01 sala para planejamento também adaptada, 01 sala para coordenação pedagógica, 01 sala para direção anexo a sala da secretaria e prestação de contas, com banheiro.

A escola também conta com vários espaços de área livre coberta e um parque de diversão arborizado. Todas as salas são mobiliadas de acordo com o público atendido. Cozinha equipada, com refeitório climatizado. A quadra poliesportiva, no momento, ainda não está disponível a comunidade por não dispor de banheiros e vestiários, mas está sendo utilizada para a realização de atividades internas por nossos estudantes.

Figura 4. Escola Municipal Chapeuzinho Vermelho



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 5. Com alunos na escola-evento. Frente da Escola



Fonte: Arquivo Pessoal

- **Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Roberto Turbay - Ariquemes - RO**

A E.M.E.I.E.F. Roberto Turbay situada a Rua México, 932 – Setor 10, Decreto de Criação nº. 1646 de 12.08.91, Decreto de Denominação nº. 3326/GP/02 de

03.01.2002, Resolução de Autorização de Funcionamento n. 10/C.M.E./ARQ/2018 de 14/09/2018 – CEP. 78932-000 Tel. (69) 3535-3891. localizada na rua México, Nº 932 – Setor 10 (região periférica). Foi criada em 12 de agosto de 1991, recebeu esse nome em homenagem a um pioneiro que veio do Espírito Santo para Rondônia em 1978, funcionário da Prefeitura de Ariquemes, sempre manteve um bom relacionamento com todos, sendo um cidadão útil, afável e prestativo, “porque fazia diferença”.

A Escola de Educação em Tempo Integral e Parcial possui 102 (Cento e dois) funcionários, 622 (seiscentos e vinte e dois) estudantes da Educação Infantil aos Anos Finais (6º ano) do Ensino Fundamental. 25 (vinte e cinco) professores, 04 (quatro) coordenadoras, 03 (três) orientadoras e 01 (uma) diretora.

A escola oferece atividades referente a Base Nacional Comum Curricular-BNCC. Para os alunos matriculados na educação em tempo integral, são disponibilizados além do Currículo Básico Nacional, são oferecidas também as Oficinas Curriculares de: Acompanhamento Pedagógico/Estudos Orientados, Saúde Educacional, Informática Educacional, Educação Alimentar e Ambiental, Atividades Artística Culturais, Atividades Esportivas e Motoras, fornecendo três refeições diárias a estes educandos. Porém, a todos os alunos que estudam em tempo integral e parcial é disposto a eles a Recuperação Paralela em horário oposto ao da base comum.

O espaço físico da escola conta com 11 salas de aula e mais 26 dependências entre: Direção; Coordenação; Orientação; Sala dos Professores; Secretaria; Cozinha; Refeitório; Padaria; Laboratório de Informática; Sala de Recursos; Sala Multiuso (Vídeo e Relaxamento no horário do almoço); Salinha para roupas, banheiros para alunos e funcionários. Almoxarifados, Quadra Poliesportiva e uma sala para isolamento devido a Pandemia do Covid 19.

O espaço interno da escola é arborizado e temos belas plantas expostas. Na parte externa, na frente da escola possui gramado, ao entorno dela há arborização. Possui também uma quadra esportiva coberta, onde os alunos realizam as atividades físicas e a comunidade utiliza para a prática de esportes a noite e nos fins de semana e feriados, é utilizada também para realização de alguns eventos da escola e da comunidade.

As reuniões de pais e outras são realizadas no pátio, espaço amplo, com condição para comportar um bom número de pessoas. As salas de aulas comportam em média 35 alunos.

Figura 6. Escola Municipal Roberto Turbay



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 7. Espaço interno



Fonte: Arquivo Pessoal

Figura 8. Evento na escola



Fonte: Arquivo Pessoal

2.7.2. Participantes

Esta investigação parte da ideia de que não se quer fazer generalização ou então escolher sujeitos de pesquisa os quais não estejam envolvidos com o objeto de estudo aqui proposto. Neste sentido considera a população total de professores e coordenadores do ensino regular/educação especial (fundamental I, 1º ao 5º ano) nas 02 (duas) escolas municipais que colaboraram para efetivação dos questionários.

Sampiere, Collado & Lucio (2014, p. 198) diz que precisamos definir se nos interessa ou não delimitar a população que isso seja feito antes de coletar dados. Ele ressalta que muitos estudos se baseiam em amostras que não descrevem o suficiente as características de uma população ou retiram a amostra de maneira automática, e acabam por fazer generalizações imprudentes. Assim participaram desta pesquisa 38 professores do ensino fundamental I e 05 coordenadores do ensino fundamental I.

Para Marcone e Lakatos, (2003, p. 163), “A amostra é uma parcela convenientemente selecionada do universo (população); é um subconjunto do universo.” Portanto a amostra se trata de um grupo pequeno dentro da população.

Nesta perspectiva, o foco desta pesquisa é analisar a necessidade formativa do professor para dar respostas aos planejamentos da educação especial nos anos iniciais do ensino fundamental I, tendo 02 (duas) escolas como base de análise.

Tabela 1. Tamanho Universo/população e amostra

POPULAÇÃO	MOSTRA ESCOLA Chapeuzinho Vermelho	MOSTRA TOTAL	INSTRUMENTOS
Número total de professores de la Escola Chapeuzinho Vermelho Cuantos Hay? 21 profesores	16 PROFESORES 01 OORDENADORES	38 PROFESORES	Questionário Google forms

Número total de coordenadores Cuantos Hay? 02 coordenadores		05 COORDINADORES	
	MOSTRA ESCOLA Roberto Turbay		
Número Total de professores da Escola Roberto Turbay Cuantos hay? 25 professores	22 PROFESORES 04 COORDINADORES		Questionário Google forms
Número total de coordenadores Cuantos Hay? 04 coordenadores			

Amostra é parte da população ou do universo, selecionada de acordo com uma regra ou um plano. Refere-se ao conjunto do universo ou da população, por meio do qual estabelecemos ou estimamos as características desse universo ou dessa população. A amostra pode ser probabilística e não probabilística (Prodanov e Freitas, 2013, p.98). No caso desta investigação, utilizou-se a amostra probabilística casual estratificada que segundo Santos (2016, p.138) “é aquela que é obtida por meio de um processo de amostragem casual”. Ainda sobre a análise de Santos, (2016, p.140), a amostra probabilística “divide a população em grupos menores ou subpopulação, selecionando uma amostra representativa de cada grupo” (Santos, 2016, p.140)

Amostras casuais estratificadas: a amostragem estratificada caracteriza-se pela seleção de uma amostra de cada subgrupo da população considerada. O fundamento para delimitar os subgrupos ou estratos pode ser encontrado em propriedades como sexo, idade ou classe social. Em seguida, de cada estrato, é retirada uma amostra casual simples. Essas subamostras são

reunidas, formando a amostra necessária. O número de estratos dependerá do tamanho da população e dos critérios preestabelecidos. Muitas vezes essas propriedades são combinadas, o que exige uma matriz de classificação. (Prodanov e Freitas, 2013, p.101)

Assim o foco desta pesquisa se concentrou na participação de 05 coordenadores e 38 professores nas duas escolas municipais.

Tabela 2. Caracterização dos participantes (Professores do fundamental I)

Questão	Alternativa	N (%)
Sexo	Feminino	94,7
	Masculino	5,3
Idade	25 a 32 anos	12,75
	33 a 39 anos	15,35
	40 a 45 anos	10,5
	46 a 50 anos	42,4
	51 a 55 anos	9,5
	56 a 59 anos	9,5
Escolaridade	Ensino Médio	5,3
	Graduação	28,9
	Especialização	65,8
Tempo de docência	06 a 11 anos	20,5
	12 a 15 anos	30
	16 a 20 anos	25
	21 a 28 anos	24,5

Fonte: Criado pela Autora

Tabela 3. Caracterização dos participantes (Coordenadores pedagógicos do fundamental I)

Questão	Alternativa	N (%)
Sexo	Feminino	100
	Quantidade	

Idade	29	01
	46	02
	56	01
	57	01
Escolaridade	Graduação	20
	Especialização	80
Tempo de atuação na Coordenação	06 anos	
	11 anos	
	16 anos	
	22 anos	
	25 anos	

Fonte: Criado pela Autora

Tabela 4. Quantidade de professores e coordenadores participantes da pesquisa por escola

Nº	Escola amostragem de	Quant. Professor	Quant. Coordenador
01	Chapeuzinho Vermelho	16	01
02	Roberto Turbay	22	04

Fonte: Criado pela Autora

2.7.3. Técnicas e instrumentos da Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada para os professores e coordenadores do ensino fundamental I das escolas supracitadas a partir de um questionário com questões fechadas (dicotômicas), de múltiplas escolhas e abertas, com a finalidade de verificar a efetivação do planejamento do professor da sala regular para os estudantes educação especial inseridos nas referidas salas, via Google formulário, o formulário foi disponibilizado através de um link do *Google Forms* no grupo de WhatsApp e também por e-mail em conformidade com a equipe gestora para a inserção do link nos grupos da escola.

2.7.4. Questionário

O questionário conforme discorre Gil (1999, p.128), pode ser definido “como a técnica de investigação composta por um número mais ou menos elevado de questões apresentadas por escrito às pessoas, tendo por objetivo o conhecimento de opiniões, crenças, sentimentos, interesses, expectativas, situações vivenciadas etc.”.

O questionário é uma base ordenada de perguntas que podem ser abertas ou fechadas e devem ser respondidas pelos participantes da pesquisa é um instrumento de coleta de dados. Para Prodanov e Freitas, (2013, p.98) “A linguagem utilizada no questionário deve ser simples e direta, para que o respondente compreenda com clareza o que está sendo perguntado”.

Para Parasuraman (1991), um questionário é tão somente um conjunto de questões, feito para gerar os dados necessários para se atingir os objetivos do projeto. O autor afirma que nem todos os projetos de pesquisa utilizam essa forma de instrumento de coleta de dados, o questionário é muito importante na pesquisa científica.

Os instrumentos utilizados na coleta de dados (questionário) foram previamente encaminhados ao núcleo de educação especial da secretaria municipal de educação sob a análise de (02) duas professoras, sendo uma Doutora em educação e uma Especialista em educação especial e inclusiva, com o propósito de análise e consequentemente propor alguma alteração que se torne relevante para pesquisa.

Diante disso, as especialistas seguiram dois critérios estabelecidos para validação:

- Coerência, na qual estabelece que as perguntas estejam correlacionadas com objetivos desta pesquisa.
- Coesão, observando se as perguntas propiciaram a compreensão por parte dos entrevistados.

Nesse sentido essa avaliação resultou em algumas sugestões para elaboração das perguntas no guia de questionários para inserir no Google Formulário, bem como todas as perguntas foram mantidas como planejadas desde o início, pois se apresentavam de acordo com os critérios estabelecidos para validação dos instrumentos.

Desta forma o questionário foi realizado para os professores e coordenadores com questões fechadas (dicotômicas), de múltiplas escolhas e abertas, com a finalidade de autenticar a validação desta pesquisa. Foi realizada a verificação a coerência das

perguntas elaboradas bem como se os objetivos da pesquisa propiciam a compreensão com clareza das perguntas para o entrevistado.

Assim, foram disponibilizados dois links, sendo um para o coordenador pedagógico e outro para o professor, via *Google Forms* para o registro online do questionário de forma rápida e sucinta.

2.7.5. Procedimento para Coleta de Dados

Antes de submeter os questionários para os professores e coordenadores responderem via link do Google Formulário, foi solicitado a autorização verbal e oficializada para as diretoras das duas escolas do município. Uma vez que foi autorizada a pesquisa foi encaminhado o link para as diretoras das duas escolas encaminharem nos grupos de WhatsApp e para alguns professores de forma individual, bem como também foi encaminhado o link via e-mail para escola e professores que assim preferiram.

Houve uma demora significativa da participação dos professores e coordenadores para responder o questionário, todos estavam envolvidos com formação que foi solicitada pelo Tribunal de Contas do Estado bem como a aplicação de avaliação diagnóstica para os estudantes da rede de ensino municipal também exigência do Tribunal de Contas do Estado. Diante disso o questionário foi fechado na plataforma do Google Formas no dia 31 de julho do corrente ano.

2.7.6. Técnicas de Análise e Interpretação dos Dados

O método de análise de dados é uma das fases importantes do trabalho de pesquisa, uma vez que, tendo como ponto de partida a análise das informações coletadas, são divulgados os resultados obtidos e a conclusão da pesquisa sobre Análise da Relevância da Capacitação Pedagógica do Docente na Implementação dos Planos de Ensino da Educação Especial nos Primeiros Anos do Ensino Fundamental I: Um estudo no município de Ariquemes - RO/Brasil. Serão apresentados os resultados obtidos na investigação, a partir dos instrumentos de coleta de dados aplicados aos professores e coordenadores pedagógicos do Ensino Fundamental I anos iniciais. Pantoja (2009, p. 108), cita que, *“El análisis de datos: es el estudio detallado de los datos que permiti-la la elaboración de los conceptos y teorías. El*

análisis supone el procesamiento de los datos cualitativos (reducción y categorización), elaboración de conclusiones descriptivas y la interpretación que lleva a la construcción de conclusiones”.

Desta forma a análise dos resultados se deu de forma minuciosa, absoluta e relativa, de igual modo não menos importante as questões de cunho dissertativo transcritas e organizadas para fácil deleite do interlocutor.

CAPÍTULO 3 - RESULTADOS DA PESQUISA

3.1. Apresentação da análise dos resultados

Nesta pesquisa foram expostos e analisados os resultados da investigação que envolve Análise da Relevância da Capacitação Pedagógica do Docente na Implementação dos Planos de Ensino da Educação Especial nos Primeiros Anos do Ensino Fundamental I: Um estudo no município de Ariquemes - RO/Brasil.

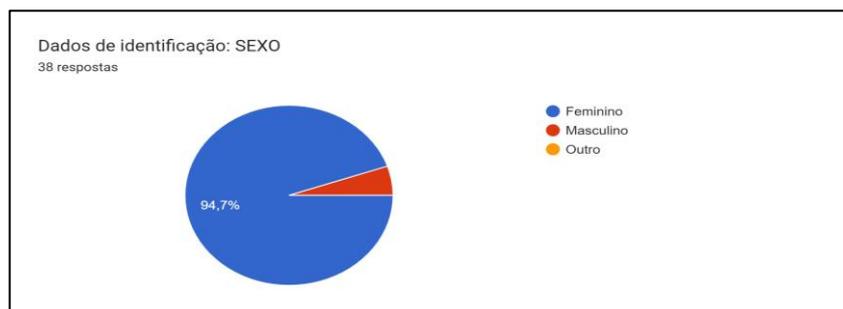
Nela foram apresentados os resultados dos participantes que foram divididos em dois grupos: os dos professores que atuam no Ensino Fundamental I e o grupo de coordenadores pedagógicos que acompanham o planejamento dos docentes nas instituições escolares, foi apresentado o perfil dos participantes que envolve os professores e após, os coordenadores pedagógicos.

3.2. Perfil dos Resultados dos professores do Ensino Fundamental.

Aos professores que atuam no Ensino fundamental I anos iniciais, foram aplicados um questionário com questões mistas, objetivas e dissertativas que serão apresentadas ao longo desta pesquisa. Deste ponto segue a apresentação da análise qualitativa dos questionários aplicado, composto por 30 perguntas fechadas, 06 perguntas de estilo aberto reflexivo, com a verificação absolutos dos percentuais.

Diante disso a coleta dos dados no campo envolveu um questionário baseado na escala Likert, constituído por questões fechadas e abertas que foram respondidas utilizando a plataforma Google formulário (Forms) o qual apresenta automaticamente a porcentagem das questões respondidas.

Figura 1

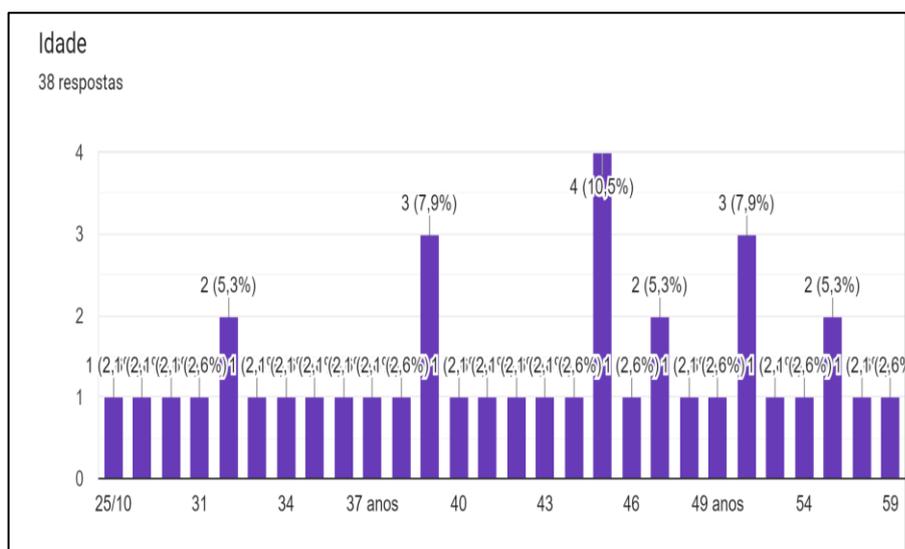


Fonte: Google Formulário

De acordo com a pesquisa analisada 94,7% dos professores são do sexo feminino, foi perguntado aos participantes se já participaram de algum curso específico para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com deficiência?

Foram 38 respostas cerca de 94,7%, eles afirmam que sim, que já fizeram cursos contextualizando a inclusão escolar dentro dos preceitos da deficiência.

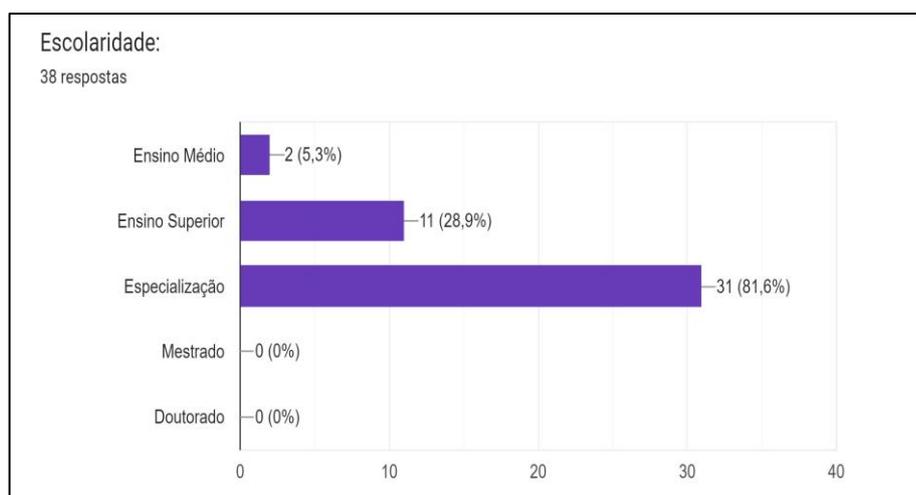
Figura 2



Fonte: Google Formulário

Este gráfico define a idade dos participantes desta pesquisa, demarcando a porcentagem por idade, sendo que 5,3% possuem idade entre 25 a 31 anos, 7,9% tem idade entre 34 a 37 anos, 10,5 possuem idade entre 40 a 43 anos, 5,3% tem 48 anos, 7,9% tem 54 anos e 5,3% possuem idade entre 55 a 59 anos.

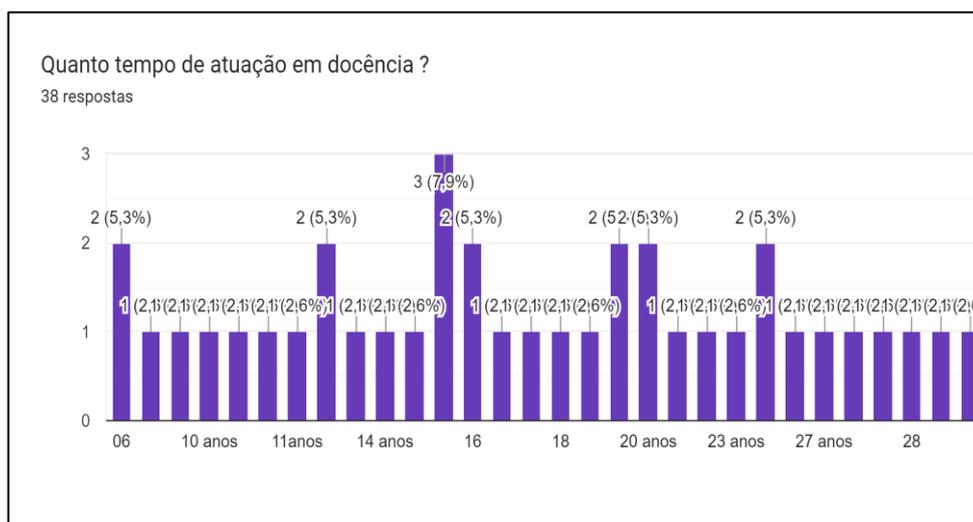
Figura 3



Fonte: Google Formulário

Este gráfico define a escolaridade dos profissionais aqui pesquisados, sendo que 5,3% possuem o ensino médio, 28,9% têm o ensino superior e 81,6% possuem especialização.

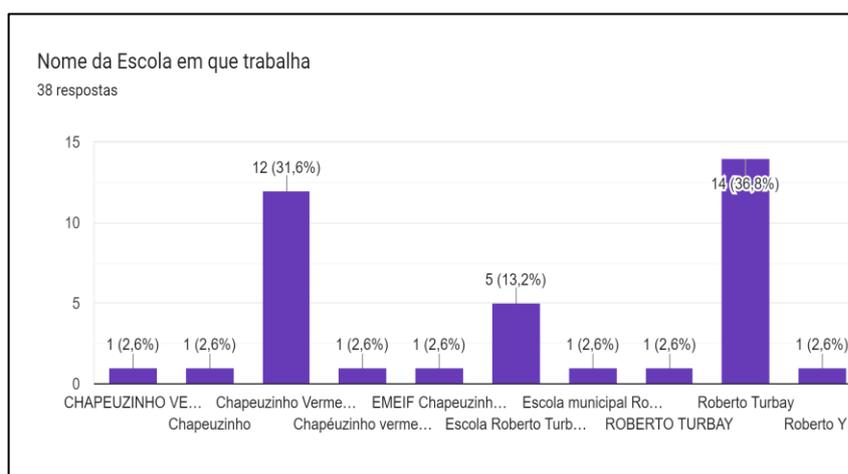
Figura 4



Fonte: Google Formulário

Sendo assim, dentre todos os pesquisados foi observado o tempo de atuação na docência que está entre 6 anos até 28 anos. Esses resultados destacam a importância de uma abordagem mais eficaz para a resolução de questões administrativas e a promoção de um ambiente propício ao relacionamento entre docentes e discentes contextualizando a deficiência em área escolar. Isso ajuda a aprimorar a experiência destes alunos e assim, a qualidade da educação se torna mais prazerosa.

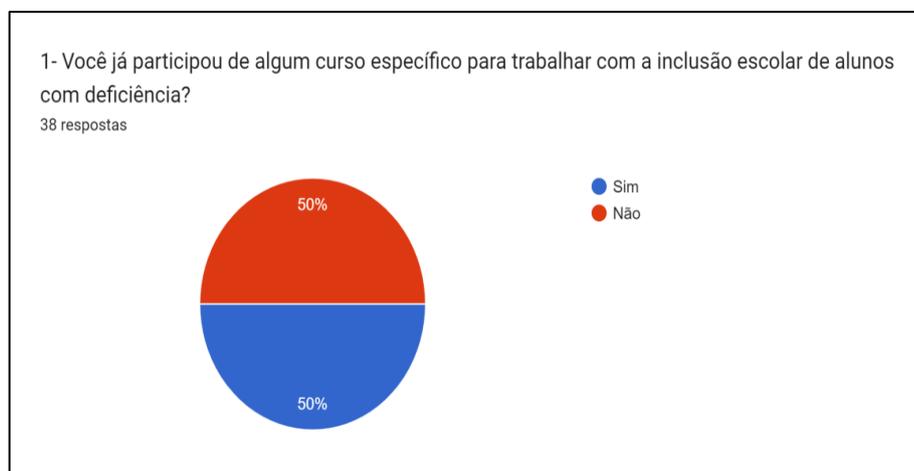
Figura 5



Fonte: Google Formulário

Conforme foi abordado das 38 respostas, 12(31,6% trabalham na Escola Chapeuzinho Vermelho e 14, (36,8%) na escola Roberto Turbay. Ambas as escolas dão bastante suporte a esses alunos que necessariamente precisam ser acompanhados.

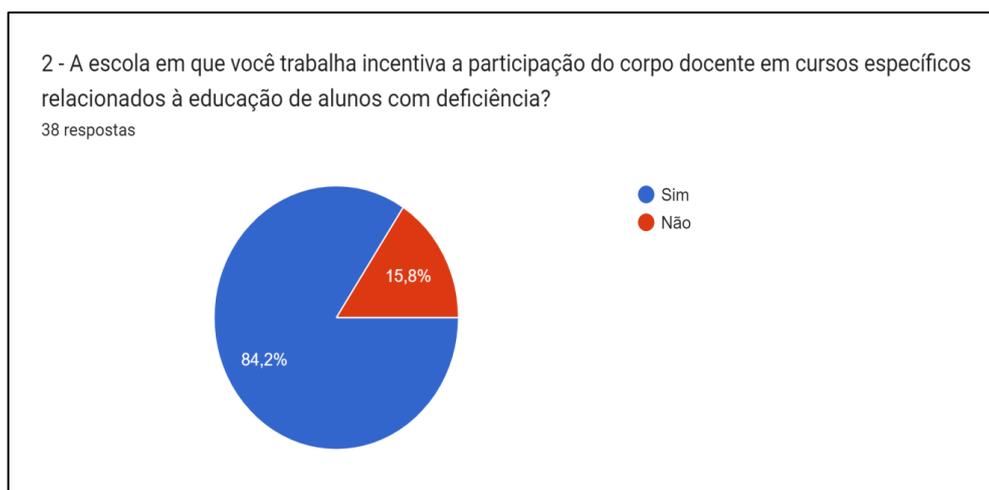
Figura 6



Fonte: Google Formulário

Conforme consta neste gráfico 50% dos docentes estão preparados e afirmam já terem participado de cursos e possuir formação continuada na área de inclusão escolar. Mas também se observou que 50% não estão preparados e isso é preocupante para a educação da inclusão de deficiência. É necessário que docentes se preparem para os tempos atuais.

Figura 7



Fonte: Google Formulário

Também foi perguntado sobre o incentivo da escola em relação da formação continuada e observar-se que os docentes são unânimes em responder que sim, 84,2% afirmam que possui cursos na área de inclusão e 15,8% afirmam não haver feito nenhum curso específico na área de inclusão.

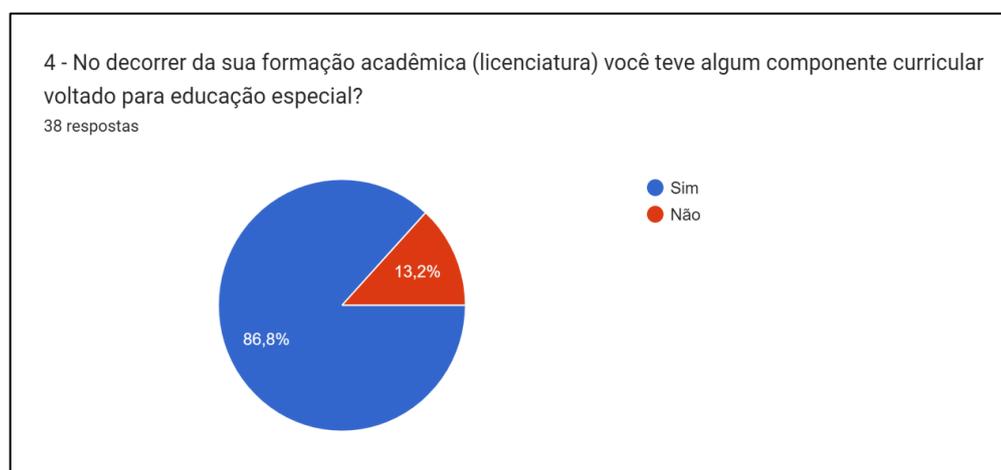
Figura 8



Fonte: Google Formulário

Este gráfico define a disponibilidade de recursos para os profissionais trabalhar com a inclusão de alunos com deficiência.

Figura 9

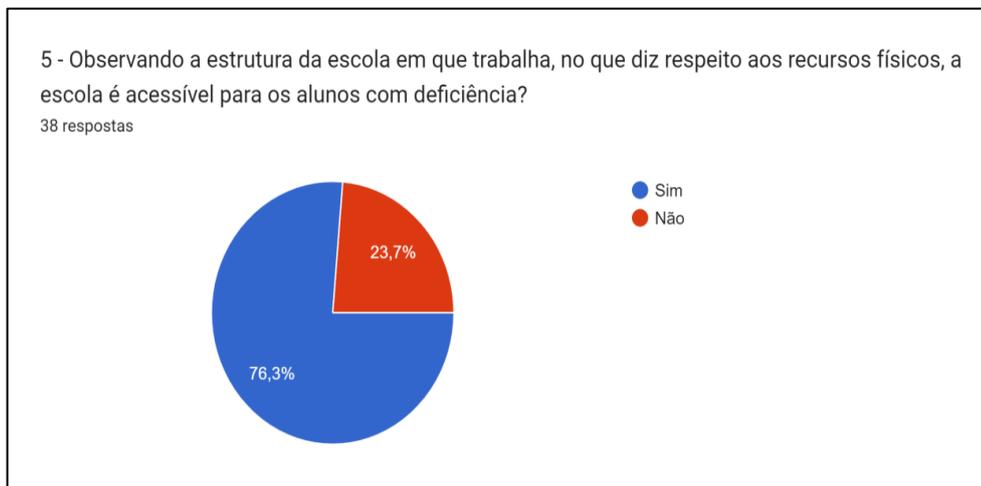


Fonte: Google Formulário

Para tanto 86,8% afirmam que dentro da sua formação acadêmica estudou disciplinas no componente curricular da educação especial e 13,2% afirmam não

haver tido formação dentro da grade curricular da educação especial. Chega a ser preocupante por se tratar que estão em sala de aula lidando com a inclusão.

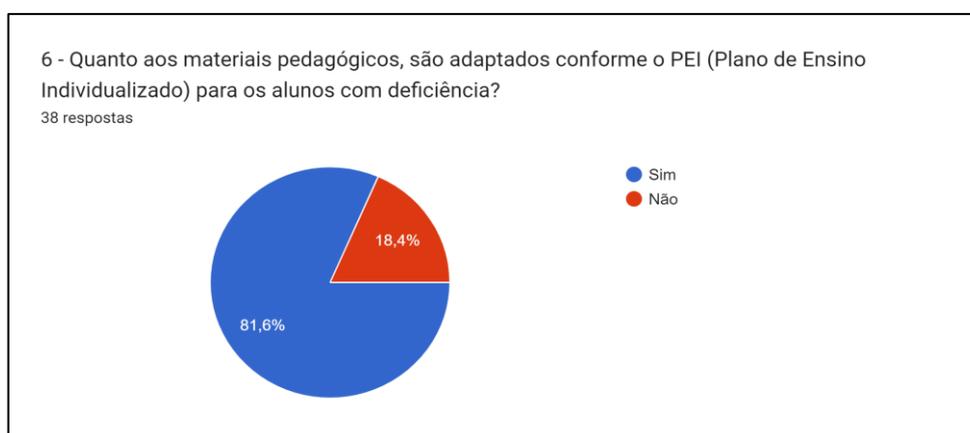
Figura 10



Fonte: Google Formulário

Sendo assim, 76,3% docentes afirmam que a infraestrutura da escola é muito boa e diz haver acessibilidade para os alunos e 23,7% afirmam não haver esta tal acessibilidade. Na atualidade é de vital importância que as escolas se adequem a contemporaneidade brasileira.

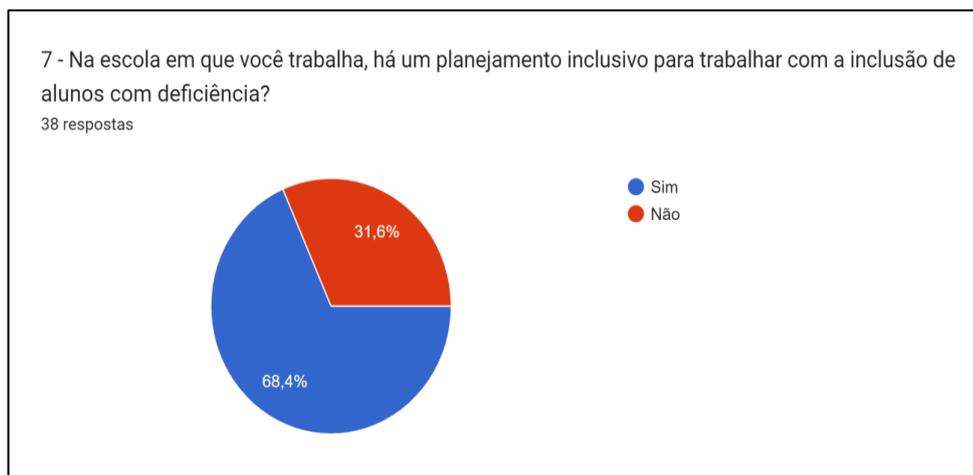
Figura 11



Fonte: Google Formulário

Este gráfico aborda os materiais pedagógicos conforme o PEI (Plano de Ensino Individualizado) 18,4% afirmam que sim e que 81,6% afirmam que não.

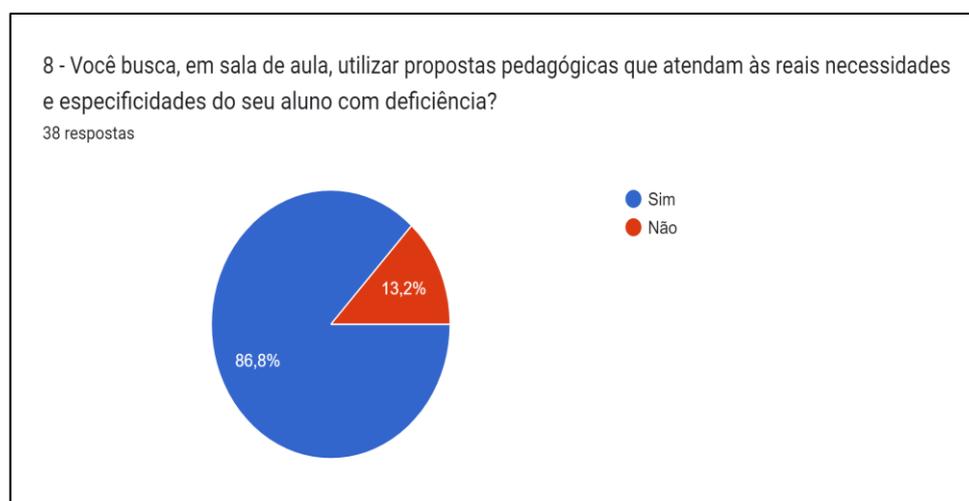
Figura 12



Fonte: Google Formulário

De acordo com as respostas destes gráficos, 68,4% dos professores responderam que há um planejamento inclusivo para trabalhar com os alunos com deficiência e 31,6% responderam que não.

Figura 13



Fonte: Google Formulário

Conforme indicado no gráfico 86,8% docentes afirmam utilizar novas propostas pedagógicas que atendam as necessidades especiais e a especificidades dos alunos com algum tipo de deficiência, 13,2% afirmam não utilizar nenhum tipo de proposta que dê suporte e qualidade de ensino aos alunos.

Figura 14

Fonte: Google Formulário

Conforme este gráfico 97,4% os estudantes de aulas regular afirmam ter ótima convivência e aceitam esta inclusão no contexto da sala de aula e no ensino aprendido, afinal educação é para todos.

Figura 15

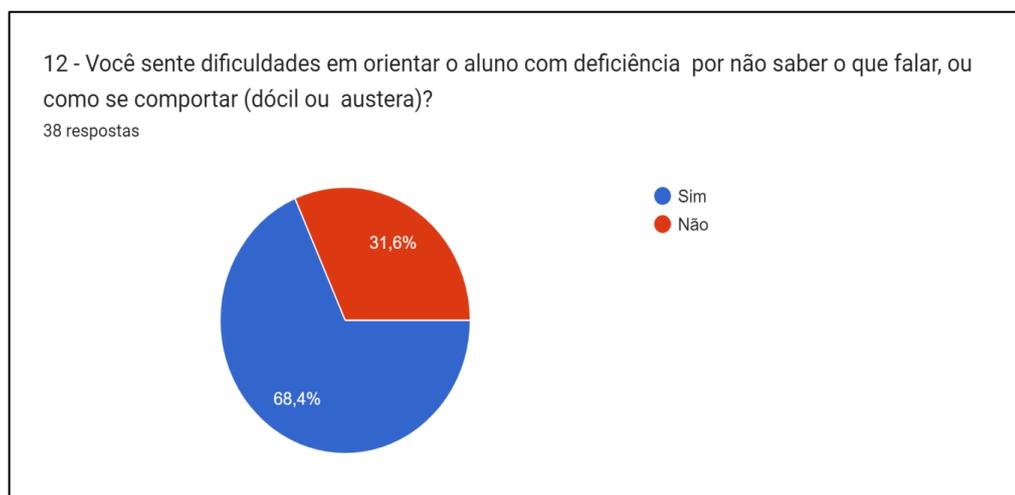
Fonte: Google Formulário

Então, 73,7% docentes afirmam haver interação entre a escola e a família, é de vital importância esta participação da família no contexto escolar e que participem do ensino aprendido imposto pela escola. Ainda assim, 26,3% docentes afirmam não haver essa interação entre família versus escola.

Figura 16

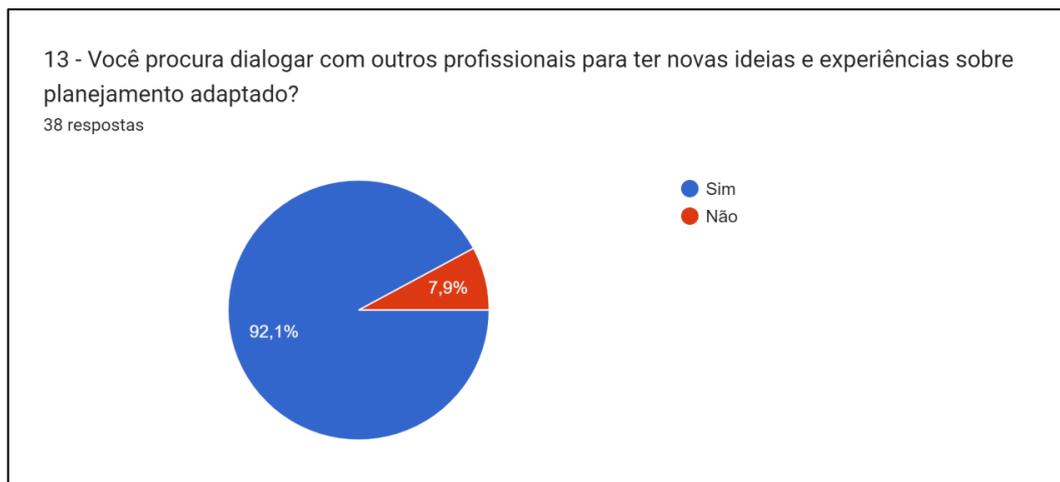
Fonte: Google Formulário

Entretanto 68,4% dos docentes afirmam que não aplicam atividades aleatórias sem planejamento e 31,6% afirmam que sim, que passam as atividades aleatórias e não adaptadas. De certa maneira é bom esse alinhamento entre docentes e discentes. E dentro do contexto geral é importante que se faça esse planejamento no ensino aprendizado e na inclusão desses alunos.

Figura 17

Fonte: Google Formulário

Conforme o gráfico 68,4% dizem ser dócil com os alunos que possui algum tipo de necessidades especiais e 31,6% afirma ter dificuldades. Certamente que a inclusão é um caminho a ser melhorado, em se tratando da educação, é necessário que os docentes invistam em cursos e que sejam humanizados.

Figura 18

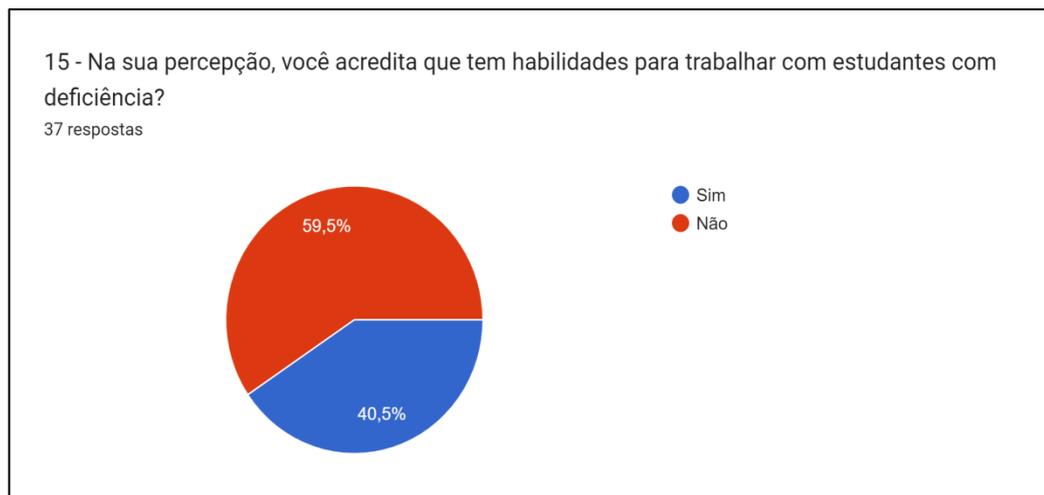
Fonte: Google Formulário

Conforme o gráfico 92,1% afirmam que mantêm diálogo com outros profissionais e 7,9% afirmam não haver esse diálogo. De uma forma natural, todos estão em processo de uma nova adaptação as necessidades especiais e inclusão na educação.

Figura 19

Fonte: Google Formulário

Conforme o gráfico 86,8% os docentes afirmam ter conhecimento sobre a PEI (Plano de Ensino Individualizado) e 13,2% afirmam não obter esse tal conhecimento. É de extrema importância que tenham esse conhecimento, pois traz um conhecimento individual de cada caso da inclusão.

Figura 20

Fonte: Google Formulário

Conforme o gráfico 59,5% afirmam que não tem habilidades para trabalhar com as dificuldades dos alunos com deficiências, e 40,5%, afirmam possuir essas habilidades contextualizando assim, a educação contemporânea.

Figura 21

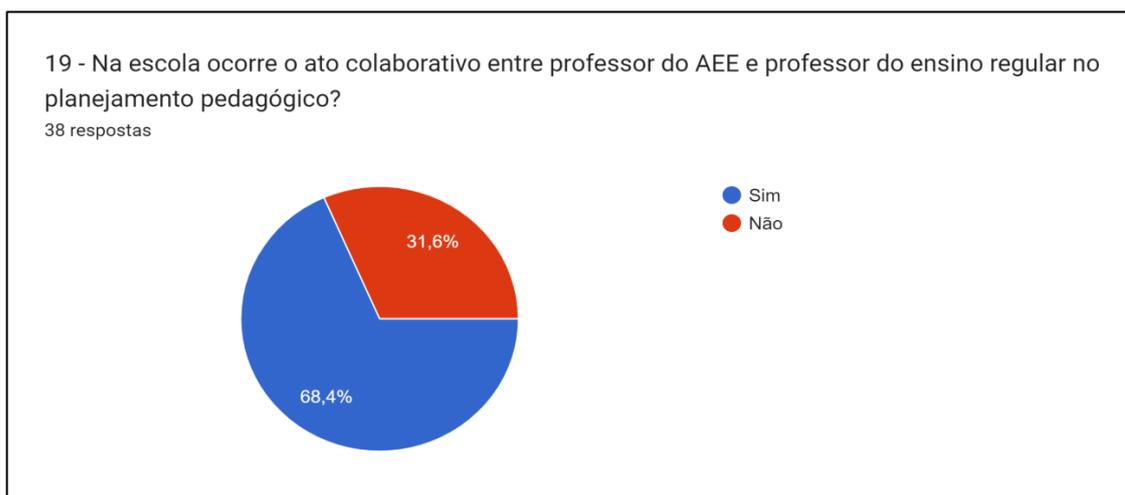
Fonte: Google Formulário

Conforme o gráfico 92,1%, os docentes afirmam que compreende a função do professor cuidador e 7,9% não entende essa função, na atualidade é de extrema importância essa função, os docentes se sentem mais valorizados e gostam dessa ajuda educacional na inclusão educacional.

O questionário 17 traz a seguinte pergunta: – A escola possui um espaço denominado sala de atendimento educacional (AEE) ou sala de recurso? E 100% dos participantes responderam que sim.

O questionário 18 pergunta: - Tem o professor Especialista para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)? 100% responderam que sim.

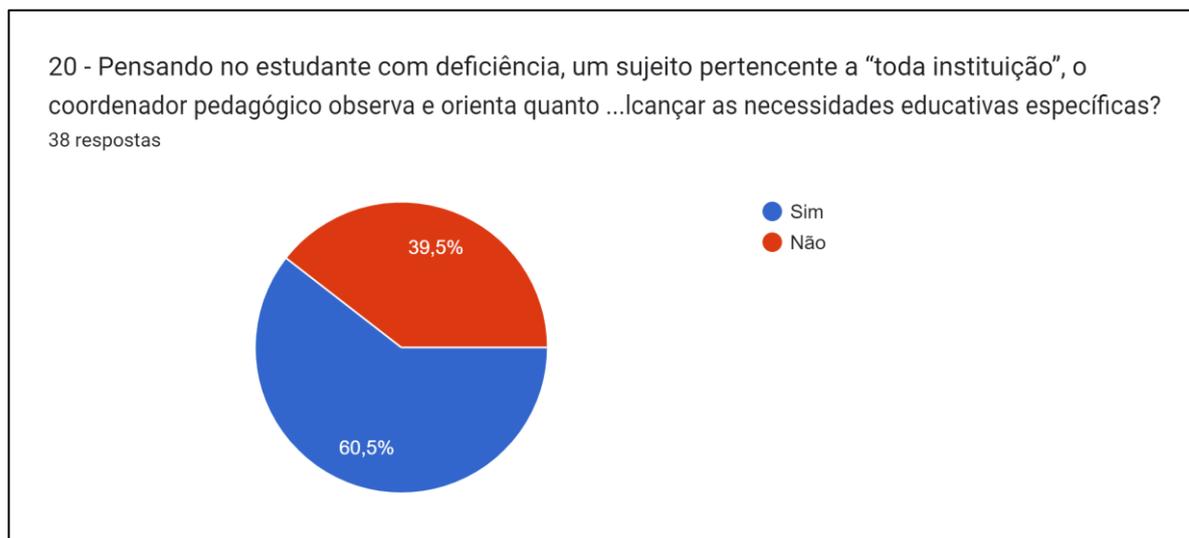
Figura 22



Fonte: Google Formulário

Conforme o gráfico 68,4% afirmam haver colaboração do professor do AEE e do professor do ensino regular. Essa parceria é muito relevante para a educação escolar.

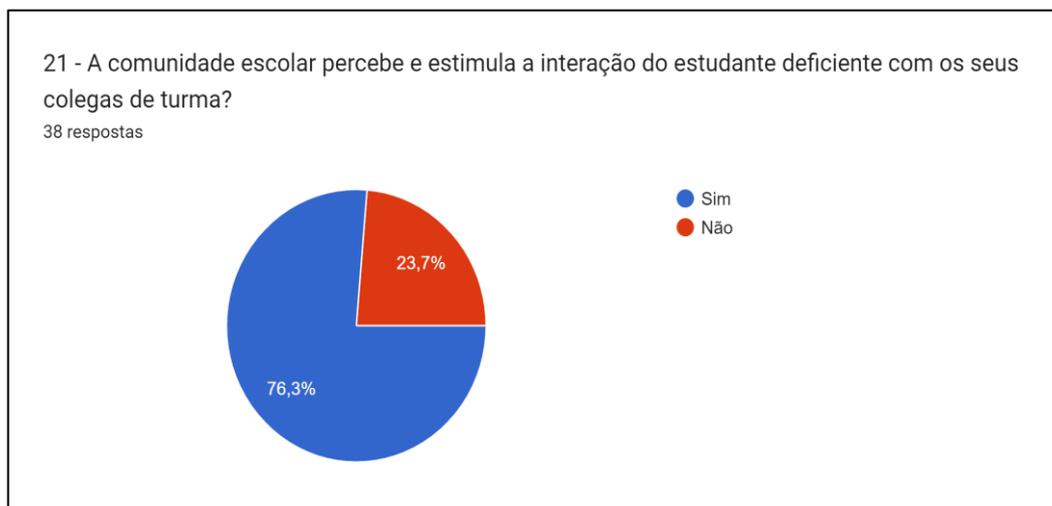
Figura 23



Fonte: Google Formulário

Conforme o gráfico 60.5% dos coordenadores pedagógicos afirma que orienta e observa os estudantes com deficiência a alcançar seus objetivos educacionais. Que em se tratando de melhorar os serviços educacionais estão sempre prontos a ajudar na inclusão.

Figura 24



Fonte: Google Formulário

Sendo assim, este gráfico afirma que 76,3% da comunidade escolar percebe e estimula a interação do estudante deficiente com seus colegas e no contexto educacional. E 23,7% afirmam que não há interação da comunidade escolar na inclusão.

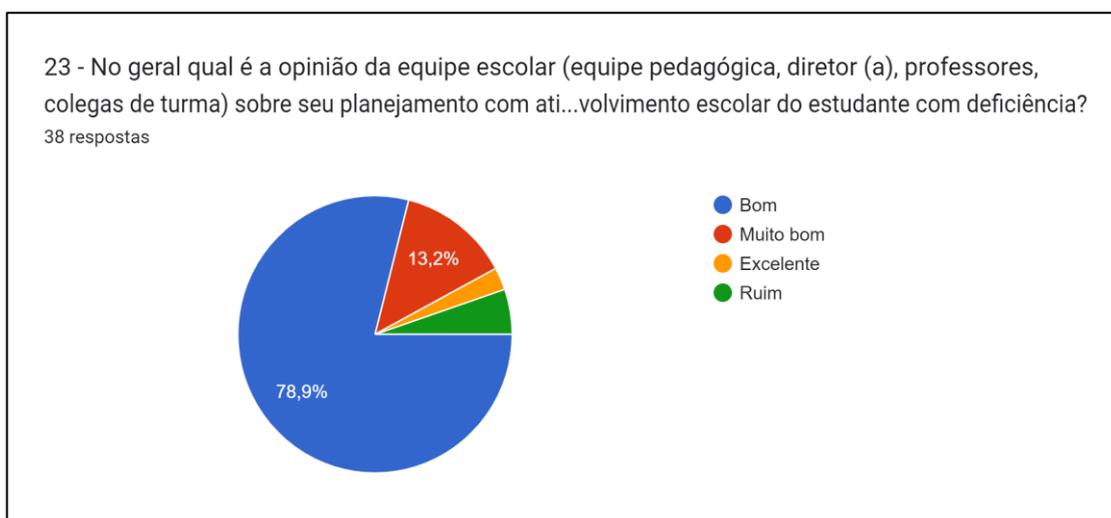
Figura 25



Fonte: Google Formulário

Conforme o gráfico os coordenadores afirmam haver acessibilidades para os estudantes, inclusive mobiliário e entre todos os aspectos de mobilidade para os estudantes que necessitam de inclusão. E 31,6% afirmam não haver a acessibilidade ou mobilidade para alunos que necessitam de inclusão escolar.

Figura 26



Fonte: Google Formulário

Conforme o gráfico 78,9% a coordenação e professores afirmam ser muito bom e haver planejamento e o envolvimento de todos os envolvidos na comunidade escolar, que há toda uma equipe trabalhando em prol dos estudantes com deficiência. E somente 13,2%, informaram ser muito bom esse tratamento dos envolvidos.

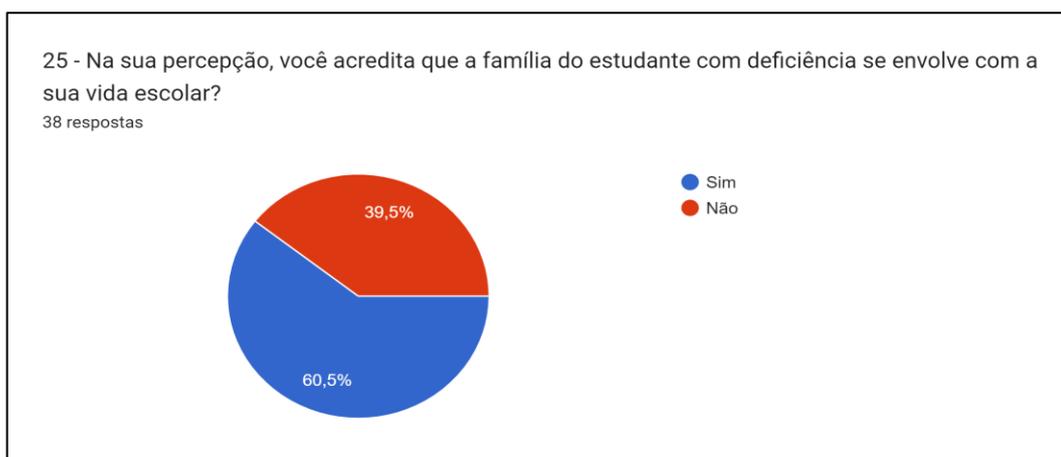
Figura 27



Fonte: Google Formulário

Conforme o gráfico 68,4% afirmam ser muito bom o envolvimento afetivo e social da turma de estudantes nas questões da inclusão, e 13,2% afirmam ser bom, 15,8% afirmam ser excelente o envolvimento dos estudantes no contexto social e educacional.

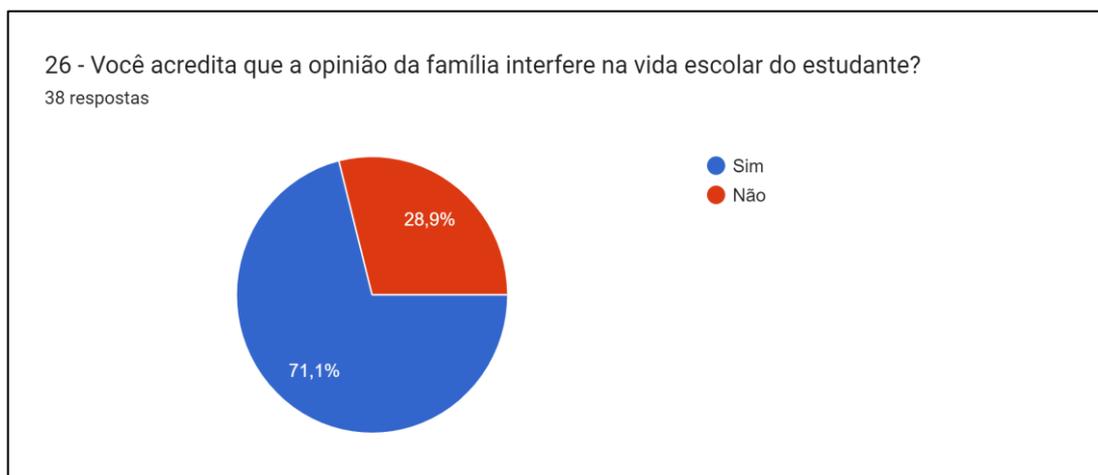
Figura 28



Fonte: Google Formulário

Conforme este gráfico 60,5% afirmam que acreditam que a família do estudante com deficiência se envolve na vida escolar dos seus filhos. E 39,5% não acredita nesse envolvimento. Mas é importante essa interação entre a família e a escola.

Figura 29



Fonte: Google Formulário

Conforme este gráfico os coordenadores acreditam que a opinião da família interfere sim na vida do estudante e 28,9% afirmam que não interfere, sendo assim, é muito que haja interação da família, eles precisam saber o que acontece no mundo escolar de seus filhos.

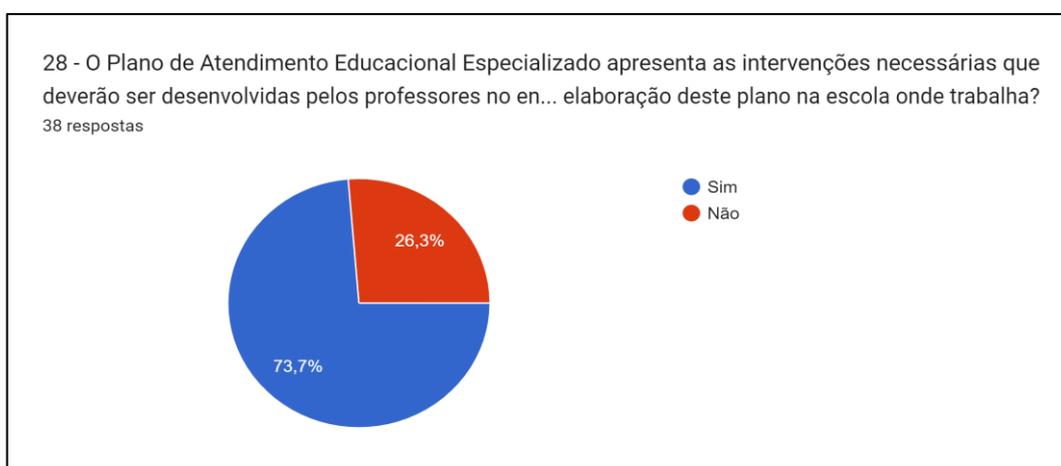
Figura 30



Fonte: Google Formulário

Conforme este gráfico 84,2% os coordenadores afirmam que família é muito participativa nas reuniões e nas comemorações e 15,8% afirmam não haver participação da família nas reuniões e comemorações das atividades escolar.

Figura 31



Fonte: Google Formulário

Conforme o gráfico 73,7% afirmam haver o Plano de atendimento educacional especializado e que apresenta as intervenções necessárias a ser desenvolvidas pelos professores e colaboração escolar. 26,3% afirmam que não sabem sobre o plano.

Figura 32

Fonte: Google Formulário

Conforme este gráfico 73,7% afirmam que eles participam integralmente das atividades propostas pela escola e 15,8% afirmam que só parcialmente e 10,5% não participa.

Figura 33

Fonte: Google Formulário

Conforme o gráfico eles afirmam que 89,5% que é possível identificar as habilidades e potencialidades dos estudantes deficiente e 10,5% afirmam não saber identificar essas deficiências.

1. Como você se sente ao planejar atividades adaptadas que contemplam o aluno com deficiência?

- **38 respostas**

- Bem. Tive uma ótima experiência com meu aluno podendo conhecer melhor ele e planejar as atividades
- É gratificante ver o avanço do aluno, levando em consideração suas limitações e acreditando no seu potencial.
- Sinto que devemos dar oportunidades a inclusão das crianças especiais como um todo.
- Realizada com os avanços dos alunos
- De grande relevância no desenvolvimento de sua aprendizagem, para que assim também possa alcançar as metas propostas de aprendizagem diante de suas delimitações.
- Às vezes me sinto um tanto aflita, mas no final da tudo certo.
- Fazendo o meu trabalho
- Normalmente igual ao planejamento geral.

Um Desafio

- Desafiado. Em uma turma de quinto ano com aluno com autismo severo e deficiente intelectual, a flexibilização do conteúdo torna-se impossível. Como flexibilizar um conteúdo de classes de palavras por exemplo, se sei que o aluno não se apropriou das vogais.
- Tento fazer o melhor
- Ao planejar as atividades diárias também preciso pensar no aluno com deficiência, pensar se ele irá conseguir realizar? Se vejo que meu aluno não irá conseguir então faço uma adaptação nas atividades caso necessário. Isso já é uma rotina para mim.

Sendo um professor mediador

- Muita dificuldade
- Meta cumprida, inclusão.

- As vezes alguma insegurança, será que vou atingir os objetivos proposto a ele, muitas vezes não temos os materiais pedagógico para cumprir o currículo destinado a eles.

Capacidade

- Sinto que estou fazendo meu dever, mesmo assim nem sempre o aluno tem correspondido.
- Com dificuldade, pois acho complexo encontrar atividades que minha aluna desenvolva.
- Satisfeita
- Dificuldade
- Com pouco tempo. pois são planejamento de 4h para tida turma onde encontramos crianças diferentes com aprendizagem diferente e incluir as atividades do aluno com deficiência o qual não é só um. Temos mais de um em sala e diferentes desenvolvimentos. Então ali já inicia a minha dificuldade. Planejar, elaborar. imprimir ou confeccionar. para todos os alunos inclusos naquela sala.
- Na nossa escola as atividades escritas são iguais as demais crianças.
- Me sinto responsável pelo processo de aprendizagem desse aluno, fazendo o que é de direito desse aluno.
- Sem apoio e impotente.
- Que preciso buscar mais, sem conhecimento.
- Sem habilidades para planejar
- Criativa
- Muitas vezes sem saber o que e como planejar
- Sem muita criatividade, porém pesando no bom desenvolvimento do estudante.
- Sem experiência para planejar
- Sem entendimento
- Sem habilidade para planejar de forma diferenciada
- Bem confusa
- Sem saber planejar
- Impotente e sem saber como lidar em sala com alunos deficientes
- Sem potencial

2 - A Educação Especial não é atual, mas é invisível na atualidade pelas autoridades e por alguns educadores. Esta invisibilidade também está presente nesta escola?

- **38 respostas**

- Sim
- Não
- Não.
- Acredito que após alguns anos já vem quebrando esse tabu, enquanto escola, desde o momento que o aluno tem acesso a escola e direito a um profissional que acompanha e atividades diferenciada, ele está sendo visível na escola...
- Não. Nossa escola procura a cada dia melhorar a Educação especial dos nossos alunos através do AEE.
- Pela maioria sim
- Através das políticas públicas o aluno tem garantido maior respeito e igualdade enquanto cidadão, mas que ainda necessita ainda mais um olhar dos órgãos competentes não seria apenas incluir, mas garantir maior suporte a tais alunos.
- Nunca, na escola onde trabalho temos um olhar aguçado, e sempre dispomos do nosso melhor para atender essas crianças, tive um autista o ano passado que não tinha laudo, mas trabalhamos e no final do ano já estava lendo e escrevendo palavras simples, essa criança era do primeiro ano, tínhamos saído de dois anos de uma pandemia, então acho que não estamos em um padrão de perfeição, mas já estamos nos saindo bem.
- Acredito que não
- NÃO
- Penso que a educação especial como está sendo posta tem excluído mais que incluído. Se um aluno qualquer não alcançou as habilidades necessárias em um ano escolar, tendo ele alguma deficiência ou não, e é promovido para o ano escolar seguinte, vejo isso como exclusão. Sendo assim, quando penso na quantidade de alunos em sala de aula, nas poucas alternativas disponíveis para atividades diferenciadas, na pouca participação da família, imagino sim que a realidade é de invisibilidade.
- Não, aqui na escola são super visível e acompanhados na medida do possível

- As vezes sim, devido a quantidade de alunos especiais nas salas, e não ter um profissional preparado para auxiliá-los.
- Não, pois é a escola que tem o maior número de crianças especiais do município.
- Sim
- Quando convidamos uma autoridade seja a competência que for para assistir as 4h de aula conosco. Eles nunca aceitam. Já começa aí o que eles acham da inclusão ou apoio que nós daremos. Nas eleições aparece... Salas muito lotadas.
- Em parte, sim, tem momentos que precisamos de ajuda e buscamos ajuda e não temos esse apoio imediato, em alguns momentos de crises da criança.
- Penso que sim. A educação especial para acontecer de forma significativo, precisa de mais investimentos do poder público tanto na estrutura física do ambiente, como mais valorização do professor para cuidar primeiramente da sua saúde mental. Salas superlotadas não ajuda no processo de aprendizagem do aluno com necessidades especiais.
- Sim. Muitos estudantes com deficiência em uma única sala de aula.
- Parcialmente para alguns familiares e equipe escolar
- Sim. Tem muito a ser revisado e melhorado.
- Sim. Muito ainda para se tornar ideal

3 - De acordo com a sua experiência na educação quais as maiores dificuldades pedagógicas para a aplicabilidade da Educação Especial de forma contextualizada e interdisciplinar ou desenvolvimento na Escola?

- **38 respostas**

Interdisciplinar

- A maior dificuldade é a falta de conhecimento nessa área.
- No início foi a aceitação dos alunos, momento de adaptação, falta de profissional para nos ajudar em sala (acompanhar e auxiliar), falta de conhecimento, dificuldade em preparar atividades, hoje grande parte dessas dificuldades foram sanadas.

- Sinto dificuldade porque cada criança vem com uma deficiência diferente, acho que não sou capacitada pra trabalhar, por falta de experiência nessa área.

Formação e materiais concretos

- Com a grande demanda de alunos com necessidades especiais em sala de aula que necessita de mais recursos tecnológicos para se trabalhar em sala de aula de forma mais interativa aguçando sua curiosidade e a contratação de mais profissionais que possam contribuir com os profissionais de educação, assim como os cuidadores.
- A resposta de um laudo médico, e muitas vezes a aceitação dos pais.

Formação voltada a Educação Especial

- Nessa tentativa dessa suposta inclusão, as salas de aulas lotadas somada com a presença de alunos com deficiência dificulta nas tratativas do dia a dia. Considerando que o aluno com deficiência tem mais dificuldade para compreender as atividades propostas, faz se necessário que se preste um tempo maior a ele de forma individualizada, com isso, num contexto de crianças muito agitadas, a sala de aula torna-se um ambiente de constante indisciplina.
- Falta de políticas públicas e acompanhamentos familiar
- Cursos para professores e principalmente para cuidadores como agir em momentos de crises, como lidar com essas crianças. Sempre participamos de palestra, relatos de experiências de mães entre outros..., mas não um curso que nos faz refletir o pq o aluno está agitado dessa maneira, como lidar com as crises desses discentes. Contratam cuidadora sem experiências e muitas vezes tem medo da própria criança, cuidadoras que não conseguem acalmar as crianças em momentos de crises.
- Depende do grau de deficiência do aluno.
- Muito aluno em sala, e somos uma para atender todos e todas as dificuldades de cada um
- Formação na área.
- São profissionais de apoio para um diálogo maior, e materiais e ter um tempo maior para o planejamento.
- Falta de um profissional preparado em psicologia para auxiliar os professores.

- Muitos alunos em sala, o professor não conseguiu fazer um atendimento individualizado aos alunos em especial aos com algumas necessidades especiais.
- A quantidade de estudantes em sala.
- Falta de cursos referente a educação especial
- Alguns recursos.
- Salas lotadas Salas pequenas sem espaço até para cantinho da leitura. Ou separar para uma atividade diferenciada. Muitas crianças com laudo em uma mesma sala e outras em investigação. Sem dizer que os alunos " normais eles têm as suas limitações, seus humores mudados, dificuldades de aprendizagem. todos os alunos em geral têm suas limitações ou exceções. Nossa escola recebeu muitos alunos com algum tipo de deficiência, tem sala com 2 ... 3 alunos e mais os que estão em investigação. Não é que somos incapazes de receber. Mas não é só querer receber e abraçar. Mas não termos estabilidade física e emocional para acolher toda as crianças com dificuldades e mais as cuidadoras que muitas vezes se desesperam com o que veem e querem amparar ajudar ... tem dias que são possíveis. Outros a gente pede a Deus que nos socorre. Para voltar forte no outro dia. Falo por mim e por meus colegas.
- Ajuda na criação de recursos materiais para que possamos atender esse público. E apoio psicológicos para nos professores. Passamos diariamente por constantes. momentos emocionais abalado em alto nível, participamos em sala de aula por constantes crises de crianças autistas e o quantitativo de crianças ex: 25 crianças e sendo 1 criança autista em nível moderado e outro e outro nível mais elevado crises constantes
- Minha maior dificuldade é que não estou totalmente preparada para atender cada pessoa com necessidade que tem em uma sala. As formações não preparam integralmente o professor. Pois cada pessoa tem sua singularidade e precisa ser estudada e infelizmente não temos esse tempo para conhecer a fundo a dificuldade de cada um e colocar isso em prática.
- Muitas dificuldades
- Todas as dificuldades possíveis
- Não tenho conhecimento sobre esse assunto
- Difícil dizer, pois cada aluno possui sua habilidade ou necessidade.
- Em realizar o planejamento adequado ou ideal

muitas dificuldades e muito a aprender

- Adaptar, contextualizar e aplicar o planejamento de forma homogenia.
- Dificuldades em planejar
- Em realizar o planejamento adaptado
- Não saber planejar e aplicar atividades para o aluno com deficiência
- Muita dificuldade
- Muitas dificuldades
- Várias

4 - No seu ponto de vista até que ponto é importante a Educação Especial no espaço escolar com vistas a minimizar o preconceito e desenvolver a inclusão?

- **38 respostas**

- Muito importante
- Bem importante
- Sim
- É muito importante essa interação entre todos no ambiente escolar.
- Sabendo que a educação é direta de todos, acredito que é uma maneira de trabalhar às diversidades e desigualdade social... Mostrando que cada um tem seu direito e dever, não importa o seu nível social, raça e cor.
- Acho que o estado, a prefeitura junto da SEMED deve dar cursos na área da inclusão todo ano para os docentes se aprimorar e estar preparados para receber essas crianças em sala de aula.
- Trazendo a família para dentro da escola e realizado palestra com os pais
- Durante todo o currículo escolar, pois é um processo.
- A conscientização é a alma do negócio, temos que falar sobre o tema o tempo todo pra mudar olhar, começando lá na base que é a educação infantil
- Não sei
- A escola é o melhor lugar para desenvolver a inclusão.

Essencial para Socialização e Respeito às Diferenças

- Ele é importante desde que busque o equilíbrio entre todos, não priorizando um pequeno grupo em detrimento dos demais. Sejam deficientes ou não.
- Trabalhar com os alunos e principalmente a família e
- É de suma importância, porém os pais junto com a equipe escolar precisam fazer cada um a sua parte e um ajudando o outro. Para que tudo possa ocorrer bem e da melhor forma possível.
- Os estudantes aprendem o convívio social
- Fundamental, porque todos são especiais em especial eles
- Trabalhar a importância da inclusão com todos envolvidos no contexto.
- A importância é saber que temos diferenças. E que cada um tem um saber diferente. Formas diferentes de aprender.
- Precisa diminuir a quantidade de aluno por sala, principalmente os com deficiência.
- Acho que é importante sim a inclusão dessas crianças na escola, mas está muito a desejar ainda, com relação aos números de alunos em sala e também a mais formação específica para o professor.
- É fundamental.... hiper importante.
- São necessários mais treinamento e assistência aos professores.
- Eu acredito que é importante sim desde que seja trabalhado num todo
- Em todo ponto de vista a inclusão é importante. Mas eu, eu acho que deveria ter laboratórios para alguns tipos de deficiência para que essas crianças participem e não necessariamente fiquem as 4h em sala de aula regular. Elas precisam ser assistidas dentro da limitação dela com aparelhos e tecnologias diferente. Temos o Anderson que poderia ter um aprendizado através de telas, sons, autistas que não aceitam lápis, escrita. Fica um pedido em sala e outro nesses laboratórios. Onde ficaria até 4 ou 5 crianças por atendimento. pra estimular a aprendizagem ou ver no que ele é capaz para trabalhar e desenvolver tal habilidade ... que uma professora com mais de 25 aluno em sala com várias outras habilidade desenvolvida ela não consegue a fino estigar do seu aluno especial. Porque o outro já fala... e assim. eu sei... eu consigo. A eu quero também tia ... e a sala já se agita. Inclusão e você incluir o aluno na sociedade escolar. Não pôr na sala e dizer. é sua professora. Toma conta.
- Acho relevante a inclusão, mas precisa ser revisto a questão do quantitativo de criança em sala de aula. Já entrei turma com 4 crianças autista em sala e

- O aluno tem o direito de estar em sala.
- É muito importante
- Prefiro não opinar
- É importante ter o estudante como um ser que precisa ser visto e atendido pela comunidade em geral, não só no espaço escolar, mas no geral com todos os direitos de ir e vir sem discriminação
- Muito importante.

5 - No seu ponto de vista, qual a relação existente entre Inclusão e educação Especial?

- **38 respostas**

- As duas precisam andar juntas.
- As duas tem que andar juntas
- Inclusão: onde eu devo estar ou fazer parte. Educação especial: preciso de algo diferenciado, de acordo com minhas limitações....
- Acho um pouco vago a inclusão nas escolas, mas podemos melhorar a cada dia com a ajuda dos políticos.
- Inclusão e conjunto de ações para a realização da educação especial com a sociedade provocadas pelas diferenças de classe social
- De suma importância para que as duas possam caminhar juntas, havendo de fato a inclusão refletindo assim diante da sociedade.
- Toda, incluir não é simplesmente colocar em sala de aula tem que dar suporte
- Precisa rever o contexto
- Um está ligado ao outro.

Interação X Socialização, Acesso e Permanência

- Acho que como está acontecendo estão se contrapondo. O aluno com deficiência necessita normalmente de acompanhamento multidisciplinar. Sendo assim, acaba ficando tudo a cargo do professor em ter que além de ter que se atualizar em busca de preparar suas aulas que atendam o currículo comum, tem se preocupar com outras áreas que não são de sua formação. Acho que uma educação realmente inclusiva aconteceria em instituições

multidisciplinar onde todos poderiam direcionar todo esforço para uma educação especial de qualidade. Simplesmente está nos meios de muitas pessoas fazendo algumas atividades adaptadas não têm demonstrado os melhores resultados, pelo menos o que percebe através do senso comum.

- Em parceria com os dois, somos mais
- É saber que tenho uma criança com deficiência, que esse aluno tem as suas limitações, e que precisa ser inserida em um ambiente de aprendizagem e incluir essa criança num contexto escolar num todo. É saber que todos somos diferentes uns dos outros, mas que precisamos respeitar cada um.
- Inclusão é fazer parte da educação como outro qualquer é isso contempla a educação especial.
- Deveria ter um elo melhor (com preparação para todos da escola)
- São sinônimas.
- Inclusão e incluir as crianças no espaço escolar. Já a educação especial ela é muito ampla. Muito pouco discutida na sociedade.
- Inclusão é incluir os alunos, Educação especial é saber conduzir os alunos especiais no ensino aprendizagem, para isso precisa ser um bom ambiente acolhedor não só para o aluno o professor também precisa de certas condições de trabalho.
- Inclusão todos os alunos com e sem deficiência têm a oportunidade de aprender juntos. Educação especial o ensino é totalmente voltado para os alunos com deficiência
- Total... uma enriquece e complementa a outra.
- A construção de aprendizagens diferenciadas.
- Acho falta muita coisa. Muito fraca
- Dito acima
- Precisamos ter formações mais específicas para esse público. E uma sala de recurso que dispunham de materiais para os professores trabalhar em sala com essas crianças.
- Inclusão é o conjunto de ações que combatem a exclusão aos benefícios da vida em sociedade, é oferecer oportunidades iguais de acesso a bens e serviços a todos. Educação especial é uma especialidade da educação oferecido a alunos com: transtornos gerais do desenvolvimento / transtorno do espectro autista; uma ou mais deficiências; altas habilidades ou superdotação.

- Não compreendo bem.
- Não sei diferenciar.
- Não sei definir uma da outra
- Não sei definir uma de outra.
- Não tenho conhecimento
- Preciso compreender essa relação.
- Muito o que aprender sobre ambas
- Não sei definir
- Não sei
- As duas são importantes.
- Não sei opinar
- Ambas são diferentes
- Não existe inclusão sem educação especial

6 - Como você acha que as pessoas (comunidade) podem colaborar para estabelecer os direitos e atualizar as políticas públicas na Educação Especial? Explique.

- **38 respostas**

- Sendo participativos.
- Lutar pelos direitos
- Participando nas reuniões de pais.
- Com reunião e ajuda do poder político
- Sim, acredito que é uma das melhores formas de fazer valer e garantir políticas públicas será a comunidade cobrar do poder público.
- Procurando seus direitos na parte pública e exigir uma capacitação para os docentes trabalhar com seus filhos especiais.
- Cobrando políticas públicas é participando.
- Percebendo que existem as leis que garante a inclusão, representar mais as pessoas com deficiências no âmbito político.
- Se respeitarem os direitos dessas crianças, ter um olhar humano e amoroso
- Falando sobre o assunto

- Com palestras, cursos, divulgação.

Parceiros, Presentes na Escola

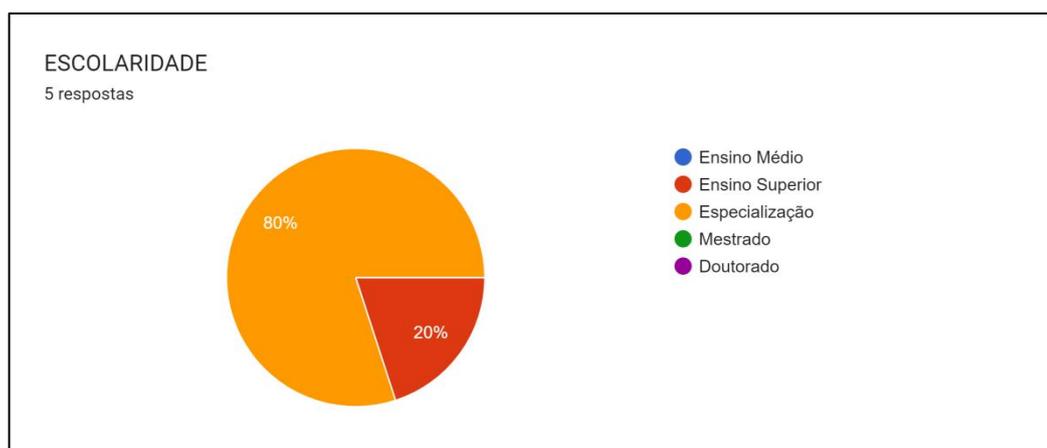
- Enquanto todos estiverem concordando com as coisas como estão nada mudará. É preciso olhar a educação como responsabilidade de todos. De nada vale cobrar resultado do professor, se ninguém conseguir estabelecer de forma muito clara quais são os direitos e os deveres de todos os agentes envolvidos no processo educacional. Enquanto o professor continuar a fazer papel de pai, assistente social, psicólogo, professor, terapeuta, gestor de conflitos, babá etc. não vejo que teremos muita coisa boa para comemorar.
- Quando elas ficam inseridas no contexto escolar
- Respeitando uns aos outros.
- Fazendo parte das políticas de inclusão.
- Valorizando-vos pequenos detalhes e avanços de cada dia
- Respeitar, conscientizar.
- É colocar a elas o que é a educação especial. Os direitos que essas crianças têm. Para isso precisamos ainda de muito diálogo entre comunidade, escola e sociedade.
- Votando em pessoas preparadas.
- Através de processos de escuta com a comunidade escolar e com as secretarias, cobrando e buscando conhecer os direitos das pessoas com deficiência.
- Participando do processo para conhecer as singularidades e cobrando dos órgãos competentes as melhorias devidas.
- Precisam entender mais a respeito.
- Se atualizando de todas as informações.
- Expliquei na 34
- Precisamos fazer essa união gestão escolar e comunidade e exigir poder público mais seriedade na aquisição de recursos específicos para esse público da educação inclusiva. Ter somente a sala recurso e faltar os recursos necessários para atender na escola.
- Participando, cobrando do poder público os direitos garantidos em lei.
- Sabendo realmente quais são as leis que estabelece esse direito.
- Ser mais unidos e lutar para que as leis sejam cumpridas

- Serem mais participativos e atentos as leis
- Entendendo qual o seu direito na sociedade e defendendo no coletivo.
- Estando ciente das leis existentes.
- Todos nós precisamos compreender as leis e lutar pelos nossos direitos
- Fiscalizar e fazer cumprir as leis
- Sendo participativos e sabendo eleger seus representantes políticos
- Sendo críticas e participativas

GRÁFICOS DOS RESULTADOS – COORDENADORES

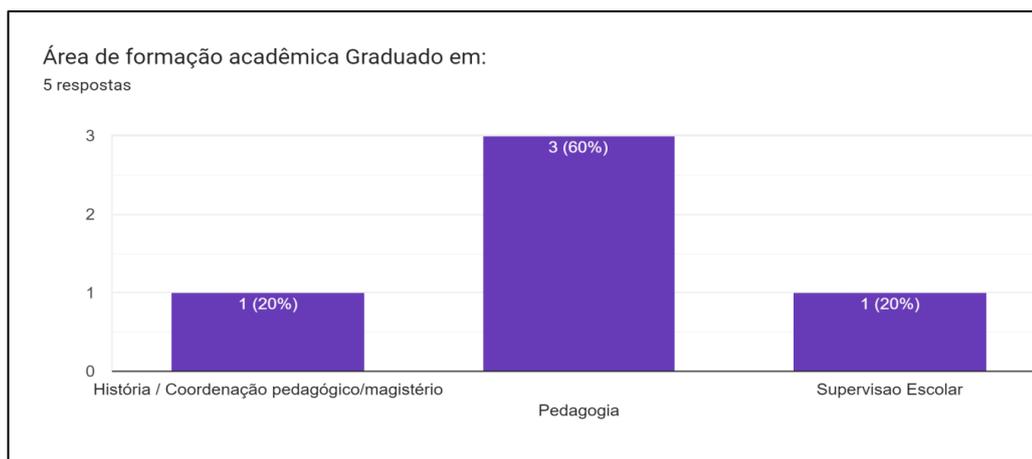
Conforme o resultado da pesquisa 100% dos coordenadores pesquisados são do sexo feminino.

Figura 1



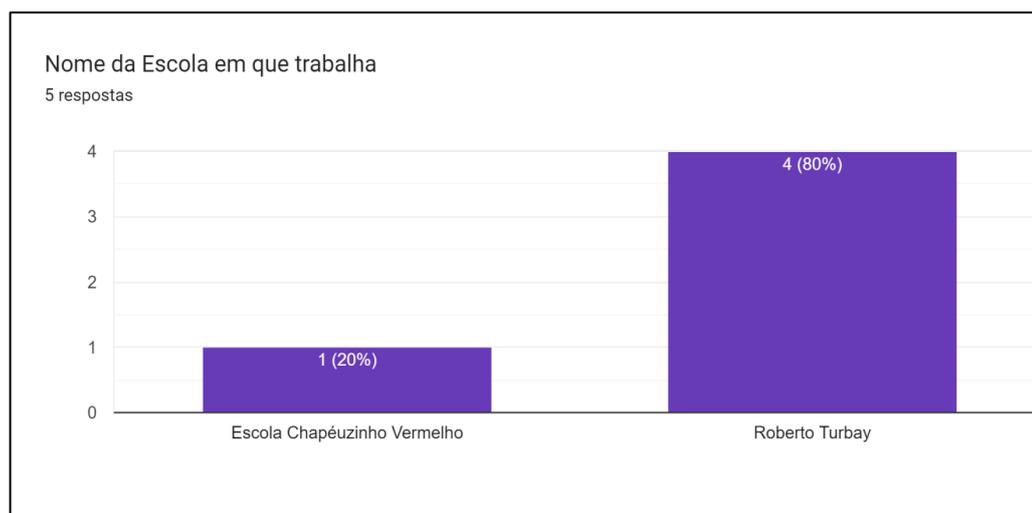
Fonte: Google Formulário

Este gráfico corresponde 80% dos profissionais (Coordenadores) com especialização e 20% com o ensino superior.

Figura 2

Fonte: Google Formulário

Gráfico dois (2) corresponde a área de formação dos acadêmicos graduados, (1) 20% na área de história, (3) 60% em pedagogia e (1) 20% na área de supervisão escolar.

Figura 3

Fonte: Google Formulário

Este gráfico mostra a quantidade e porcentagem sobre os coordenadores (1) 20% na Escola Chapeuzinho Vermelho e (4) 80% na Escola Roberto Turbay

Figura 4

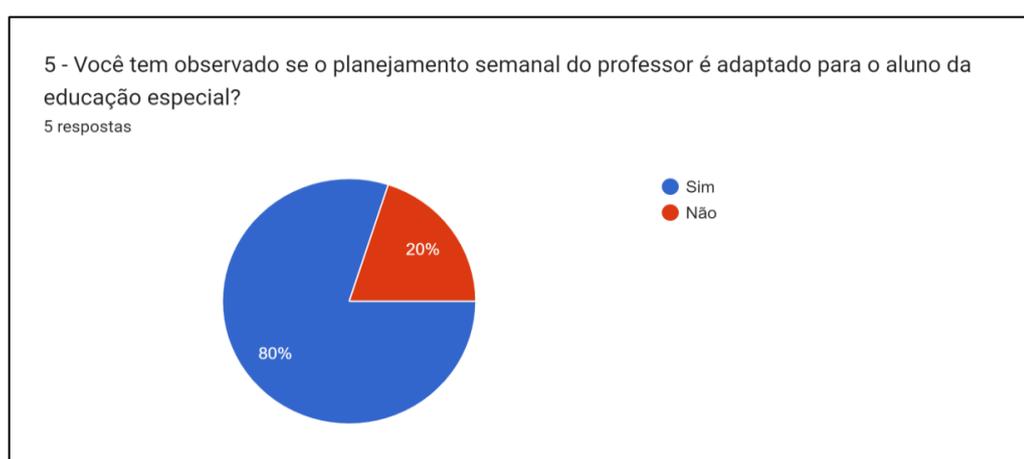
Fonte: Google Formulário

Este gráfico mostra que todos os projetos pedagógicos são avaliados pelos profissionais que nela trabalham, 40 % aprovam que sim e 60% não aprovam os projetos.

A questão 2 faz a seguinte pergunta: - Enquanto coordenador pedagógico Gestor (a) você está aberto (a) ao diálogo para apoiar e dar suporte ao professor da educação especial? 100% dos entrevistados disseram que sim.

A questão 3 pergunta: - Você é um (a) coordenador (a) aberto (a) para novas ideias e sugestões? 100% dos coordenadores pesquisados disseram que sim.

O questionário 4 faz o seguinte questionamento: - Você acompanha o planejamento do professor (a)? E 100% disseram que sim.

Figura 5

Fonte: Google Formulário

Este gráfico corresponde a observação semanal dos professores em relação ao planejamento da educação especial, 20% afirmam que observa e 80% não observa.

O questionário 6 pergunta: - Os professores sentem dificuldades em fazer um planejamento com atividades adaptadas? 100% responderam que sim.

Figura 6



Fonte: Google Formulário

Este gráfico afirma se o coordenador pedagógico sente dificuldade em orientar os professores nos planejamentos da educação especial, 20% afirmam que sim tem dificuldade e 80% afirmam não sentir nenhuma dificuldade.

O questionário 8 pergunta: - Você tem suporte da secretaria de educação em relação a educação especial? 100% responderam que sim.

O questionário 9 pergunta: A gestão da sua escola tem dado suporte em relação a materiais e a formação para você coordenador? 100% responderam que sim.

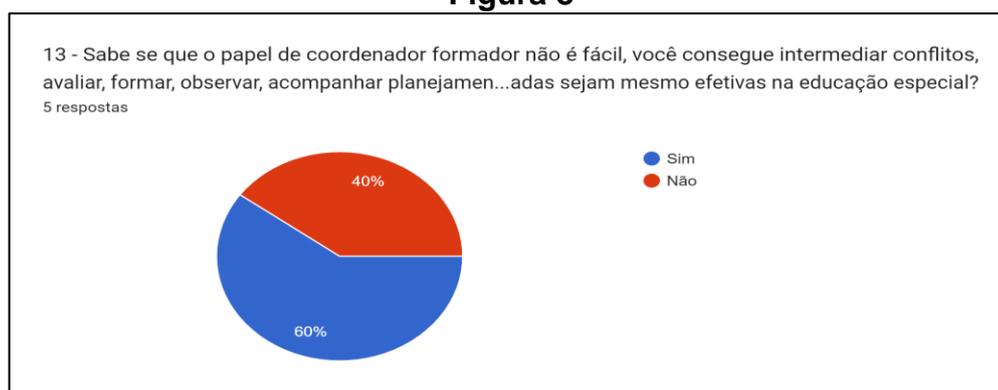
A questão 10 pergunta: - A gestão da sua escola tem dado suporte em relação a materiais e a formação para os professores? 100% disseram que sim.

Figura 7

Fonte: Google Formulário

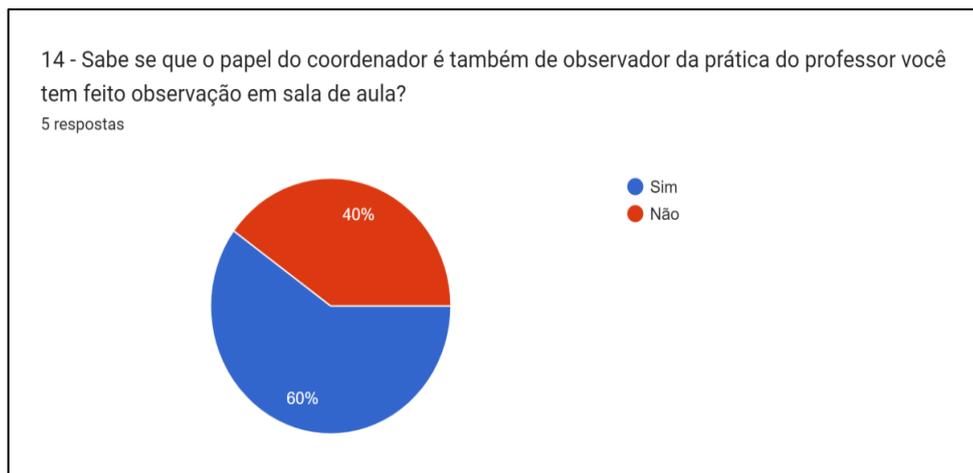
Este gráfico representa os anseios dos professores e coordenadores 40% afirmam seus anseios e 60% afirmam não sentir anseios.

A questão 12 pergunta: - Enquanto coordenador pedagógico você acompanha o trabalho realizado pelo professor da sala de AEE da sua escola? 100% afirmaram que sim.

Figura 8

Fonte: Google Formulário

Este gráfico corresponde ao papel do coordenador formador no sentido de avaliar, formar, observar, acompanhar e planejar na educação especial, 40% afirmam sim e 60% afirmam não.

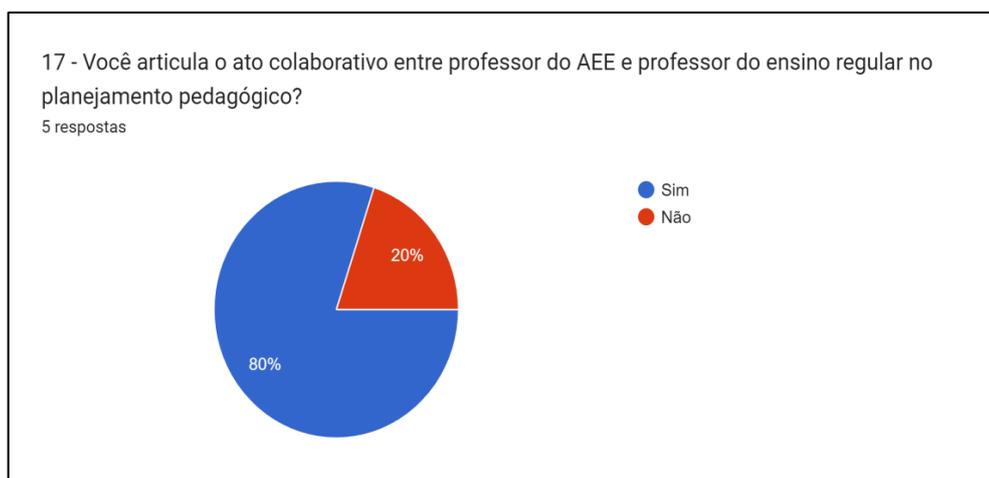
Figura 9

Fonte: Google Formulário

Este gráfico é sobre a observação do papel do coordenador com a questão das práticas do professor em sala de aula, 40% se dizem observador e 60% não afirmam suas práticas.

O questionário 15 pergunta: - O planejamento adaptado tem se efetivado na prática do (a) professor (a) em sala? 100% responderam que sim.

A questão 16 pergunta: - Sabe-se que educação inclusiva é uma educação com equidade para todos, tanto para negros, brancos, índios, de todas as raças e cores, e religiões e regiões. Você é a favor da educação especial? 100% disseram que sim.

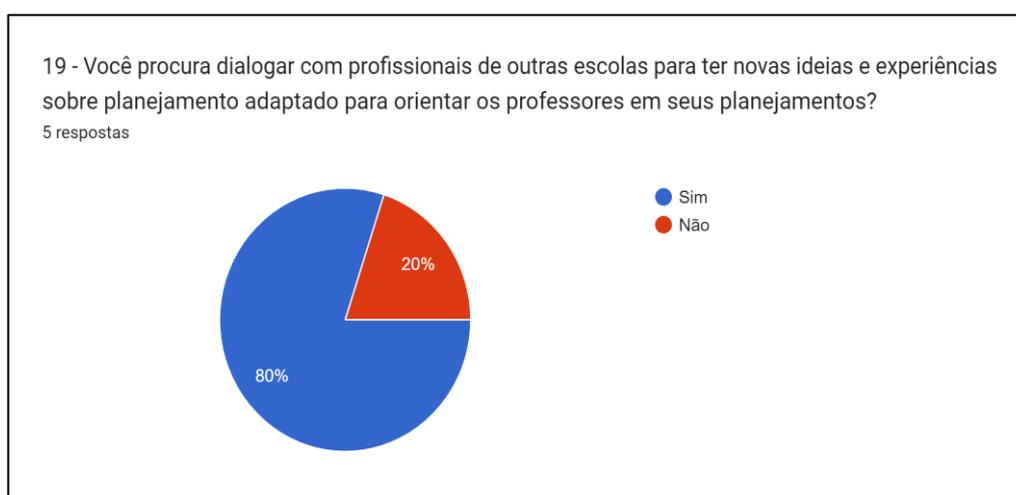
Figura 10

Fonte: Google Formulário

Este gráfico corresponde às articulações colaborativas entre professor do AEE e o professor do Ensino regular no planejamento pedagógico. 20% afirmam sim e 80% afirmam não.

A questão 18 pergunta: - Enquanto coordenador formador você procura estar em constante formação para se atualizar e orientar os professores na educação especial? 100% responderam que sim.

Figura 11



Fonte: Google Formulário

O gráfico mostra que os profissionais afirmam 20% dialogar com outros profissionais de outras escolas e 80% afirmam não dialogar.

Figura 12



Fonte: Google Formulário

Neste gráfico os coordenadores afirmam que suas escolas disponibilizam recursos pedagógicos específicos para trabalhar na educação especial e 80% afirmam não utilizarem esses recursos na educação inclusiva.

1- A Educação Especial não é atual, mas é invisível na atualidade pelas autoridades e por alguns educadores. Esta invisibilidade também está presente nesta escola?

- **5 respostas**

- Não, na escola buscamos formas para adaptar o planejamento e poder contribuir para o desenvolvimento de todas as crianças.
- não
- Nem sempre. Mas há necessidade de preparar o professor para planejar e atender os alunos da educação especial igualmente com atividades específicas para eles.
- Não, pelo contrário e bem visível
- Não

2 - De acordo com a sua experiência na educação. Quais as maiores dificuldades pedagógicas para a aplicabilidade da Educação Especial de forma contextualizada e interdisciplinar ou desenvolvimento na Escola?

- **5 respostas**

- Minha maior dificuldade ainda é adaptação do planejamento de acordo com a necessidade de cada um.
- não sei
- A forma de avaliação destes alunos,
- O número elevado de alunos na classe comum.
- Tá muito difícil para os professores trabalharem com os alunos ditos normais, não há limite, educação e respeito pelos professores, com tantos problemas os professores não conseguem atender o aluno especial de forma individual.

3 - No seu ponto de vista até que ponto é importante a Educação Especial no espaço escolar com vistas a minimizar o preconceito e desenvolver a inclusão?

• **5 respostas**

- A Educação Especial é a melhor forma de minimizar o preconceito, pois as crianças quando em contato com crianças deficientes aprendem a conviver com a diferença e adotar hábitos de empatia e cooperação.
- sim
- Igualdade para todos respeitando as suas diferenças e dificuldades.
- Muito importante, para que o aluno com necessidades especiais se sinta acolhido.
- É muito importante, mas não há profissionais preparados para tantas dificuldades.

4 - No seu ponto de vista, qual a relação existente entre Inclusão e educação Especial?

• **5 respostas**

- A Educação especial trabalha para que todos estejam incluídos no processo de ensino aprendizagem, independente da sua condição física ou intelectual.
- Sem a inclusão não tem como acontecer a educação Especial
- Inclusão e igualdade a todos os alunos e educação especial é atender as peculiaridades de cada indivíduo.
- A educação especial pensa em separado, uma forma de atender o aluno na escola. Já a educação inclusiva pensa uma forma de readaptação para garantir o acesso do aluno na escola.
- Incluir e educar na escola ainda tá um pouco distante uma da outra, os alunos têm um convívio com os colegas, mas o aprendizado ainda tá muito fragilizado.

5 - Como você acha que as pessoas (comunidade) podem colaborar para estabelecer os direitos e atualizar as políticas públicas na Educação Especial? Explique.

- **5 respostas**

- As pessoas devem se conscientizar dos seus direitos para cobrar dos órgãos públicos políticas públicas que realmente contemplem as reais necessidades dos alunos com deficiência.
- participando ativamente da construção das políticas públicas
- Observar e cobrar do poder público
- Fomentar um ambiente de cooperação e ser livre de preconceitos.
- Ter conhecimento dos direitos e participar efetivamente das ações que as escolas e poder público oferece contribuindo com os deveres que todo direito traz.

6 - Quais são as capacidades necessárias que os professores devem ter para elaborar o plano de aula específico que atenda os estudantes da educação especial e inclusiva?

- **5 respostas**

- O primeiro ponto seria o diagnóstico inicial primeiro o professor deve conhecer seu aluno, quais as dificuldades e quais as habilidades que ele tem. Depois pensar em como adaptar o planejamento de acordo com a dificuldades do aluno.
- conhecimento e compreensão do seu aluno
- Formação contínua
- Tornar o processo de aprendizagem atraente, ter perspicácia e cordialidade no trato com o aluno.
- Conhecimento das necessidades e deficiências de cada estudante capacitações e muita empatia.

7 - Quais são as ações pedagógicas que os coordenadores podem desenvolver junto aos Professores que atendem os estudantes da educação especial?

- **5 respostas**

- Ajudar na adaptação dos planejamentos, dando sugestões, sugerindo leituras, propondo momentos de estudos e formações voltadas para essa temática.
- A busca permanente por aprimoramentos e conhecimento de cada aluno
- Acompanhar o planejamento do professor e auxiliar de acordo com as dificuldades dos alunos, fazer u. Diagnóstico e atendimento a eles igualmente a todos.
- Apoiar e ajudar - lós na adaptação dos materiais pedagógicos, ser um mediador oferecido condições concretas para que a aprendizagem seja atraente.
- Primeiro buscar mais informações sobre o assunto, a maioria de nós tem bastante dificuldade para auxiliar os professores quando o assunto é inclusão.

8 - Que ações são realizadas pelo coordenador pedagógico da escola que mereciam destaque quando falamos de formação inclusiva?

- **5 respostas**

- O coordenador tem um papel importante na conscientização dos professores na questão de ter um olhar sensível para a adaptação do planejamento. Que todos os alunos têm potencial para aprender alguma coisa, mais cada um tem um tempo diferente, sendo importante respeitar esse tempo.
- não sei
- Eu gosto de fazer um diagnóstico com todos bimestralmente. E neste diagnóstico consigo observar os avanços.
- A reflexão pessoal e diária e a troca de experiências com outros profissionais de várias áreas.
- O coordenador pedagógico deve ser o agente facilitador no processo de inclusão dando apoio e estímulo para que o professor consiga vencer o desafio da inclusão.

9 - Como o coordenador pedagógico pode intervir no processo de ensino e aprendizagem da educação especial?

- **5 respostas**

- Se unindo ao professor da sala de AEE e juntos buscarem formas de ajudar o professor no acolhimento desse aluno, incluindo-os em todo o planejamento da ação Pedagógica.
- não sei
- No planejamento do professor e diagnóstico
- Avaliar constantemente as ações pedagógicas do professor, bem como as atividades propostas e as ações realizadas em sala de aula.
- Propondo atividades que despertem o interesse do educando levando em conta qual a sua deficiência e necessidade.

30 - No seu ponto de vista quais as ações que um coordenador pedagógico deve fazer para se construir um ambiente democrático e inclusivo na escola?

- **5 respostas**

- Deve estar acompanhando o processo de ensino aprendizagem desses alunos, saber quem são eles, acompanhar os planejamentos semanais. Sempre investir nas formações Continuidas com um olhar voltado para esse público. Investir nas reflexões durante as observações cotidianas, enfim em todo momento deve ter o olhar voltado para incluir a todos.
- não sei
- Atendimento a todos alunos.
- Ter uma boa comunicação e relação com todos, além de dar um feedback para a melhoria contínua de todos os profissionais da escola.
- Promover espaço de acolhimento, trabalhar a conscientização de todos da equipe de profissionais da escola.

3.3 Organização dos Resultados dos Objetivos

3.2.1 Organização dos resultados do Primeiro Objetivo

- 1 Analisar a necessidade formativa para dar suporte aos planejamentos do professor na educação especial. Contextualizando essa necessidade formativa e o suporte no planejamento do profissional docente é que se observa a falta de políticas públicas no Brasil em relação a educação básica. Os professores entendem que é gratificante, e que deve sim, haver oportunidades para a inclusão a todos aqueles que necessariamente precisam desse cuidado. Que é preciso haver o planejamento prévio, eles se sentem desafiados e que tentam fazer o seu melhor. Ainda assim, existe a falta de material pedagógico e que é preciso se reinventar para ministrar uma excelente aula a todos os alunos, independente de suas necessidades especiais.
- 2 Descrever sob a luz dos teóricos as atividades propostas e desenvolvidas pelos docentes em sala de aula regular se evidenciam claramente o ensino aprendizagem e interação inclusiva. Criar um ambiente de respeito é primordial junto aos alunos. A palavra-chave para uma sala de aula inclusiva é respeito, compromisso do professor e aprender a valorizar a diferença. Envolver a diversidade em todas as práticas educativas e sociais. O professor tem que dar seu melhor e atenção ao companheirismo dessas crianças com necessidades especiais.
- 3 Investigar a realidade cotidiana da práxis educativa em sala de aula do professor na educação especial. Tanto os professores e os coordenadores têm um papel importante na conscientização inclusiva, na questão de ter um olhar sensível para a adaptação do planejamento. Que todos os alunos possuem potencial para aprender alguma coisa, mais cada um tem um tempo diferente, sendo importante respeitar esse tempo.
- 4 Apontar a oferta de cursos de formação continuada voltados à área da educação especial e nível de interesse e participação dos professores; Atualmente como a procura é grande nas escolas de ensino básico e que a partir de 2026 entrou em vigor a resolução que ampara a inclusão, a Lei Brasileira de Inclusão (LBI), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, destina-se a assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando a sua inclusão social e a cidadania. Os professores estão buscando conhecimento através de

cursos de formação e muitos investindo do seu próprio bolso. Além dos coordenadores apontarem para eles ofertas de cursos, para melhorar seus currículos.

- 5 Analisar o trabalho de acompanhamento da práxis educativa do docente na educação especial por parte da equipe pedagógica da unidade escolar. É o dever dos coordenadores acompanhar todo o processo de ensino aprendido desses alunos, saber quem são eles, acompanhar os planejamentos semanais. Sempre investir nas formações Continuadas com um olhar voltado para esse público. Investir nas reflexões durante as observações cotidianas, enfim em todo momento deve ter o olhar voltado para incluir a todos.

CAPÍTULO 4 – CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1 Conclusão

A pesquisa realizada oferece uma contribuição significativa ao mostrar a amplitude do tema, impedindo qualquer conclusão definitiva. Ao analisar a importância do Planejamento da Educação Especial, percebe-se que esta é apenas uma etapa em direção as respostas mais profundas, que demandam investigações mais detalhadas.

Portanto, os resultados obtidos neste estudo destacam questões importantes a serem exploradas em pesquisas futuras. As provas coletadas através do estudo realizado indicaram a urgência de repensar a maneira como a escola atua e se propõe, porém é crucial ter em mente a dificuldade envolvida na alteração de conceitos. É fundamental ressaltar também um aspecto importante a ser analisado e estudado, que diz respeito aos desafios ligados à formação continuada para dar respaldos aos planejamentos dos professores para atender aos alunos da educação especial.

Com base no que foi pesquisado podemos afirmar que, a “Análise da Necessidade Formativa do Professor para dar Respostas aos Planejamentos da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental I: Um Estudo no Município de Ariquemes-RO/Brasil” é um tema de grande relevância para os professores, pois tem objetivo de Analisar as necessidades de formação dos professores da Educação Especial no desenvolvimento do trabalho docente. discorrendo sobre a problemática “O sucesso da educação especial está respaldado em grande medida, por um planejamento qualificado para responder as necessidades diferenciadas de seus estudantes, os professores estão planejando para dar respostas a uma aprendizagem de sucesso?”

Considerando as pesquisas realizadas com os coordenadores, foi possível constatar que:

No primeiro objetivo específico que buscou “Quais ações pedagógicas que a coordenação desenvolve junto aos professores da educação especial?” Foi possível identificar de acordo com as respostas dos participantes que a coordenação pedagógica precisa se aperfeiçoar, participar de formações específicas para educação

especial, pois só assim poderá orientar os professores em seus planejamentos e adaptá-los as especificidades do estudante com deficiência.

No segundo objetivo específico que foi “Quais as contribuições da formação continuada no processo de criticidade e criatividade pedagógica dos Educadores?” Verificou-se que os professores têm participado de formações, porém não é específica para educação especial. Percebe-se que os professores possuem seus pontos de vista sobre a importância da formação continuada para educação especial, para que possam ter inúmeras possibilidades para desenvolver suas aulas, preparadas especificamente para os alunos com deficiência, claro que didaticamente envolvendo todos os estudantes de forma igualitária com equidade.

No terceiro objetivo específico que foi sobre “Quais são as competências e habilidades que devem ter os professores que atendem os estudantes da educação especial?” Verificou-se que os professores não possuem uma ideia formalizada sobre as competências e habilidades para atender os alunos da educação especial, existe uma lacuna entre o real e o ideal, ou seja, a realidade dos professores é que existe o déficit no planejamento adaptado bem como a inexistência de formação continuada especificamente para educação especial e o ideal seria que todos os professores tivessem as competências e habilidades para planejar, adaptar suas aulas para proporcionar a inclusão de fato na sala de aula, bem como participar das formações adquirir habilidades e criticidade no contexto da educação especial.

Como mencionado na base teórica e evidenciado na análise realizada neste cenário específico, fica claro que o professor desempenha um papel fundamental para o êxito ou fracasso da educação especial. Nessa visão, destaca-se a importância da reflexão da formação contextualizada na prática do docente, conforme os ensinamentos de Schön (2000), que ressalta a relevância da interação entre teoria e prática, imprescindível diante dos desafios inesperados vivenciado no dia a dia de uma sala de aula inclusiva.

Ao confrontar todas as provas com a teoria, foi viável alcançar os propósitos estabelecidos no início do estudo, possibilitando a compreensão de que, em uma perspectiva mais ampla, a educação especial busca seguir as diretrizes curriculares nacionais por meios legais que preconizam determinadas medidas, porém cuja aplicação é desafiadora e demanda planejamento e avaliação constante, assim como profissionais que defendam uma educação de excelência para todos.

Diante disso é essencial que haja planejamento e políticas públicas para a adaptação dos alunos da escola básicas nas questões da inclusão no ensino aprendizagem da Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Chapeuzinho Vermelho – Ariquemes – RO e Escola Municipal de Educação Infantil e Ensino Fundamental Roberto Turbay – RO, período 2023 a 2024. Que possam oportunizar materiais adaptados e que permitam que os alunos com deficiência tenham acesso ao mesmo conteúdo que os demais alunos, o que é fundamental para o seu desenvolvimento educacional e social. Esses materiais ajudam a superar as barreiras de comunicação, cognitivas e motoras, tornando possível a participação plena dos alunos com deficiência nas atividades escolares, possibilitando a valorização e a diversidade, além de promover a convivência pacífica entre os estudantes.

Ao utilizar esses materiais, os professores estão demonstrando que respeitam a diversidade e que estão comprometidos com a promoção da inclusão escolar. Assim como os coordenadores pedagógicos, inserir mais projetos para a escola no sentido de trazer formação continuada para os profissionais habilitados a lidar com a inclusão escolar.

Diante desse contexto, também é preciso haver uma estrutura de acessibilidade e profissionais da escola que estejam habilitados para lidar com as diversidades. Para tanto, é preciso haver parcerias entre a escola e a família para garantir um acolhimento empático.

Sendo assim, a educação especial na perspectiva da inclusão escolar é uma responsabilidade de todos e deve ser vista como uma oportunidade de valorizar a diversidade e promover a convivência pacífica entre os alunos. Os materiais adaptados são uma ferramenta importante para tornar essa inclusão uma realidade, desde que sejam utilizados de forma adequada e em conjunto com outras medidas para garantir o acesso de todos os alunos a uma educação de qualidade.

Também é importante destacar que a inclusão escolar não é uma tarefa fácil e requer o envolvimento de todos os atores do processo educacional. É necessário que a escola, a família e a comunidade trabalhem juntos independentemente de suas diferenças.

A utilização de materiais adaptados é apenas uma das ações necessárias para garantir a inclusão plena dos alunos, sendo fundamental o envolvimento de todos os

atores do processo educacional para a construção de uma sociedade mais inclusiva e justa.

A escola deve promover a igualdade de oportunidades e a valorização das diferenças humanas em todos os aspectos. Ainda assim, a Escola deve assegurar a todos os discentes a igualdade de condições para acesso e a permanência na escola sem qualquer discriminação, é um princípio que está na Constituição Federal desde 1988 e que ainda não se tornou realidade para milhares de crianças e jovens do Brasil que apresentam algum tipo de deficiência.

Sendo assim, a educação especial na perspectiva da inclusão escolar deve estar em todas as relações entre professor, aluno, coordenador e toda a comunidade escolar. A escola deve sempre reforçar aos discentes os conceitos básicos de convivência, atenção e carinho. Além da empatia e respeito as diferenças, de forma que professores, direção, pais e toda a comunidade estejam mobilizados em prol deles.

Por fim, é fundamental que a educação especial na perspectiva da inclusão escolar seja vista como uma prática educativa contínua e não como uma ação isolada e que os docentes se atualizem, participem das formações continuadas ou lutem para que sejam ofertadas formações continuadas voltadas para educação especial para assim realizar um planejamento que contemple a todos os estudantes de forma igualitária.

4.2 Recomendações

As recomendações desta tese estão direcionadas aos professores e coordenadores, público-alvo desta pesquisa os quais pertencem ao quadro de funcionários da Escola Chapeuzinho Vermelho e da Escola Roberto Turbay campo de pesquisa da presente investigação bem como sugerir algumas recomendações para a utilização de materiais adaptados para educação especial.

Assim diante dos resultados adquiridos através deste estudo, são necessárias algumas recomendações com a intenção de contribuir com as práticas pedagógicas, referentes ao planejamento adaptado para os estudantes com deficiência.

Aos coordenadores:

1 - Apoiar e fazer acompanhamento pedagógico no planejamento;

- 2 - Possibilitar a interdisciplinaridade;
- 3 - Ampliar a utilização dos recursos adaptados;
- 4 - Promover estudos orientados e formações continuadas no contexto da educação especial,

Aos professores:

- 1 - Realizar o planejamento Pedagógico Adaptado,
- 2 - Desenvolver atividades interdisciplinar,
- 3 - Utilizar jogos e várias atividades adaptadas,
- 4 - Participar de estudos orientados refletindo sua prática pedagógica.

Enfim, que os coordenadores possam inserir mais projetos dentro da formação profissional de cada professor, que todo início de ano letivo ofereça capacitação profissional dentro do contexto da educação especial, para melhor atender o estudante com deficiência.

Que os professores e coordenadores possam conhecer a realidade de cada aluno com deficiência para poder oferecer os materiais adaptados mais adequados às suas especificidades:

É necessário que os professores e demais profissionais da escola estejam atentos às necessidades específicas de cada aluno, para que possam oferecer os materiais adaptados mais adequados às suas condições. Cada aluno possui habilidades, interesses e necessidades únicas, que devem ser levados em consideração no processo de escolha e elaboração dos materiais adaptados a cada tipo de necessidades. Que seja respeitado os princípios da educação especial.

Cada professor possa se dedicar a aprender mais nessa área tão valorosa para a sociedade brasileira. Que os docentes, coordenadores e diretores possam respeitar a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), no 9.394/96 (Brasil, 1996), no Capítulo III, art., inciso III, diz que é dever do estado garantir o atendimento educacional e especializado gratuito aos educandos com deficiência, principalmente na rede regular de ensino.

Por fim, conclui-se que por meio dessa investigação foi possível delinear todo o percurso que envolve tanto o planejamento quanto a formação dos professores, para os docentes que atuam no ensino fundamental I, e com base neste percurso, traçar metas para elaboração do planejamento para atender aos estudantes da educação especial para que o ensino seja com qualidade e equidade.

Aos pesquisadores, que possam sempre buscar embasamento científico sobre este tema que é muito importante para ser estudado e discutido no meio acadêmico, com intuito de expandir o conhecimento sobre a importância da formação pedagógica específica para dar respaldo aos planejamentos da educação especial, pois a sua relevância não encerra nesta pesquisa, mas sim, abre caminho para futuros questionamentos e reflexões para novas abordagens.

REFERÊNCIAS

- Alves, R. M.; Zambalde, A. L.; & Figueiredo, C. X. (2004). *Ensino a Distância*. UFLA/FAEPE.
- Andrade, F. (2010). Educação à Distância x Educação Presencial: algumas diferenças encontradas. Administradores.com.
- Azevedo, A. C. G. (2012). In/exclusão de alunos com necessidades educacionais especiais. *Revista Eletrônica Pro-Docência*. UEL. Edição Nº. 1, Vol. 1, jan-jun.
- Barbosa, E. L. C.; & Amarantes, S. R. G. (2015). Escola e democracia: teorias metodológicas de ensino na abordagem de dermeval Saviani. *XII Congresso Nacional de Educação – EDUCERE/PUCPR*, 26 a 29 de outubro.
- Barreto, E. N. (2012). *Dificuldades do sujeito surdo no processo de ensino-aprendizagem da língua portuguesa nos anos iniciais*. Webartigos. Publicado em 13 de March.
- Bazarrá, L. (2008). *Ser Professor e Dirigir Professores em tempos de Mudança*. 2 Ed. São Paulo: Paulinas.
- Beatón, G. A. (2005). *La persona em el enfoque histórico cultural*. São Paulo: Linear.
- _____. (2015). Los Aportes del Enfoque Histórico Cultural y la Educación Cubana. *Revista Diálogos e Perspectivas em Educação Especial*, v.2, n.2, p. 23-38, Jul.-Dez.
- Beyer, H. O. (2013). *Inclusão e avaliação na escola: de alunos com necessidades educacionais especiais*. 4. Ed. Porto Alegre: Mediação.
- Bento, M. C. M., & Cavalcante, R. S. (2013). Tecnologias Móveis Em Educação: o uso do celular na sala de aula. *ECCOM*, v. 4, n. 7, jan./jun.

Boettger, A. R. S., Lourenço, A. C. L., & Capellini, V. L. M. F. (2013). O professor da Educação Especial e o processo de ensino-aprendizagem de alunos com autismo. *Revista Educação Especial*, v. 26, n. 46, p. 385-400, maio/ago. Santa Maria.

Brasil. Estatuto da Pessoa com Deficiência. (2015). Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. *Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência*.

_____. (1988) *Constituição Federal de 1988*. 35. Ed.

_____. (1994). *Declaração De Salamanca: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais*.

_____. (1996). Congresso Nacional. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. *Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Diário Oficial da União, Brasília, 23 dez. 1996. n. 248, seção 1, p. 27833.

_____. (2001a). Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. *Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência*. Guatemala.

_____. (2001b). *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN): Arte*. Brasília: MEC/SEF.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva. (2008a). Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministro da Educação em 07 de janeiro de 2008. Brasília, DF.

_____. (2008b). Decreto 6.571 de 17 de setembro de 2008. *Dispõe sobre o Atendimento Educacional Especializado*. Brasília, DF.

_____. Ministério da Saúde. (2012). *Saúde da criança: crescimento e desenvolvimento*. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção

Básica. – Brasília: Ministério da Saúde, 272 p.: il. – (Cadernos de Atenção Básica, nº 33).

_____. Ministério da Saúde. (2020). *Coronavírus. sobre a doença*. Brasília, 2020.

Braslavsky, B. (1988). O Método: panacéia, negação ou pedagogia? *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 66, ago.

Bersch, R. (2017). *Assistiva: Tecnologia e Educação*. Porto Alegre – RS. Disponível em: https://www.assistiva.com.br/Introducao_Tecnologia_Assistiva.pdf

Brito, G. S.; Purificação, I. (2012). *Educação e Novas Tecnologias: um (re) pensar*. Curitiba: Intersaberes.

Bruzzi, D. G. (2016). Uso da Tecnologia na educação, da história à realidade atual. *Revistas UFG*.

Cagliari, L. C. (1998). *Alfabetização sem o ba, bé, bi, bó, bu*. São Paulo: Scipione.

_____. (1994). *Alfabetização e lingüística*. São Paulo: Scipione.

Camargo, N. M. (2018). *Formação docente e o Ensino Médio a distância na educação de jovens e adultos*. Dissertação (Mestrado) Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

Candau, V. M. (2013). *Reinventar a escola*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes.

Carlesso, J. P. P.; & Tolentino Neto, L. C. B. (2017). A interdisciplinaridade como eixo da organização do planejamento escolar e da prática docente. *Revista Brasileira de Educação em Ciências e Educação Matemática*, v. 1, n. 1, p. 123–132.

Castells, M. (1999). *A Sociedade Em Rede: a era da informação: economia, sociedade e cultura*. 4. ed. São Paulo: Paz e Terra.

Cavalcante, M. (2005). *Prática Pedagógica: Inclusão promove a justiça*. Nova escola. 01 de maio.

Coburn, P. (1988). *Informática na Educação*. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos, 1988.

Corrêa, N. M., & Rodrigues, A. P. N. (2016). Tecnologia assistiva no Atendimento Educacional Especializado (AEE) de estudantes com deficiência. *Revista Linhas*. Florianópolis, v. 17, n. 35, p. 87-101, set./dez.

Costa, A.C. B., Siqueira, R. F., Valente, T. C. D., & Oliveira, W. M. M. (2018). Educação inclusiva e interdisciplinaridade: a escola do campo e a construção identitária dos educandos surdos. *Revista GPES - Estudos Surdos*, Marabá-PA, v. 1, n. 1.

Chaves, E. O. C. (1999). Tecnologia na educação, ensino a distância, e aprendizagem mediada pela tecnologia: conceituação básica. *Revista Educação da Faculdade de Educação da Pontifícia Universidade Católica de Campinas*, ano III, número 7, novembro.

Dannemann, A. C. et al. (2011). *Formação Continuada De Professores: uma análise das modalidades e das práticas em estados e municípios brasileiros*. Estudos e Pesquisas Educacionais. Fundação Victor Civita.

Deimling, N. N. M., & Moscardini, S. F. (2009). *Inclusão Escolar: política, marcos históricos, avanços e desafios*. Universidade Estadual Paulista, São Paulo.

Fazenda, I. (2002). *Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou Ideologia*. 5. ed. São Paulo: Loyola.

_____. (2003). *Interdisciplinaridade: qual o sentido?* São Paulo: Paulus.

Fávero, M. H. (2009). *Os fundamentos teóricos e metodológicos da psicologia do conhecimento*. In: Fávero, M. H.; Cunha, C. da (Orgs.). *Psicologia do Conhecimento. O diálogo entre as ciências e a cidadania*. Brasília: Unesco/ Liber Livro, p. 9-20.

Ferreira, P. P. T. (2016). *A Inclusão da Estrutura TEACCH na Educação Básica*. Frutal-MG: Prospectiva.

Ferreira, L. S. (2003). Educação, Paradigmas e Tendências: Por uma prática educativa alicerçada na reflexão. *Revista Ibero-Americana de Educação*. 25 de abril.

Ferreiro, E. (2010). *Reflexões sobre Alfabetização*. 25 ed. São Paulo: Cortez, Coleção questões da nossa época; v.6.

Ferreira, A., Rosa, E. (2012). *O fazer cotidiano na sala de aula: a organização do trabalho pedagógico no ensino da língua materna*. Belo Horizonte: Autêntica.

Fonseca, L. M. B.; Matos, M. D. G.; Oliveira, E. C. T.; & Barros, O. S. A. (2015). *Interdisciplinaridade e o trabalho docente: uma perspectiva dialógica nos anos iniciais do ensino fundamental*. In: XII Congresso Nacional de Educação 26 a 29 de outubro. Anais. Curitiba: PUC-PR, p. 7593-7610.

Fonseca, M. E., & Ciola, J. C. (2014). *Vejo e aprendo: Fundamentos do Programa TEACCH. O Ensino Estruturado para Pessoas com Autismo*. 1 ed. Book Toy.

Freire, P. (2007). *Equipamentos e materiais didáticos*. Brasília: Universidade de Brasília. 132 p.

_____. (2000). *Pedagogia da Indignação: cartas pedagógicas e outros escritos*. São Paulo: UNESP.

_____. (1999). *Educação como prática da liberdade*. 29 ed. Rio de Janeiro (RJ): Paz e Terra.

_____. (1971). *Extensão ou Comunicação?* Rio de Janeiro: Paz e Terra. Obra original 1969.

_____. (1996). *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (1968). *Pedagogia do oprimido*. Fac símile digitalizado (Manuscritos). São Paulo: Instituto Paulo Freire.

_____. (1985). *Educação e mudança*. Traduzido por Moacir Gadotti e Lilian Lopes Martins. 10 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra

Freitas, O. (2009). *Equipamentos e materiais didáticos*. Brasília: Universidade de Brasília. 132p.

Flach, S. F. (2015). Ensino fundamental no Brasil: previsões legais e ações governamentais para a ampliação do atendimento, da duração e do tempo escolar. *Ensaio: aval. pol. públ. Educ.*, Rio de Janeiro, v.23, n. 88, p. 739-762, jul./set.

Garbe, D. S. (2012). Acessibilidade às pessoas com deficiência física e a Convenção Internacional De Nova Iorque. *Revista da Unifebe*; 10(jan/jun):95-104

Garcez, L. H. C. (2001). *Técnica de redação, o que é preciso saber para bem escrever*. São Paulo, Martins Fontes.

Garutti, S., & Ferreira, V. L. (2015). *Uso das tecnologias de informação e comunicação na educação*. Instituto Paranaense de Ensino e Faculdades Maringá.

Gil, A. C. (1999). *Método e técnicas de pesquisa social*. São Paulo, SP: Atlas.

Giroto, C. R. M.; Poker, R. B.; & Omote, S. (org.) (2012). *As tecnologias nas práticas pedagógicas inclusivas*. Marília: Oficina Universitária. São Paulo. Cultura Acadêmica, 238.p.

- Goulart, I. B. (1995). *A educação na perspectiva construtivista*. Petrópolis: Editora Vozes.
- Gomes, S. G. S. (2008). *Evolução Histórica da EAD 2*. e-Tec Brasil – Tópicos em Educação a Distância.
- Gomes, M. F. C., Monteiro, S. M. (2005). *A aprendizagem e o ensino da linguagem escrita*. Belo Horizonte: Ceale/FaE/UFMG; 84 p.
- González, J. A. T. (2002). *Educação e diversidade: bases didáticas e organizativas*. Porto Alegre: Artmed.
- Holland, D.; Lachicotte, J. R. W.; Skinner, D.; & Cain, C. (1998). *Identity and agency in cultural worlds*. Cambridge, Mass: Harvard University Press.
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2010). *Censo Demográfico*.
- Inforsato, E. C.; Robson, A. S. (2011). A preparação das aulas. In: Universidade Estadual Paulista. Prograd. *Caderno de Formação: formação de professores didática geral*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 86-99, v. 9.
- Junges, F. C., Ketzer, C. M., & Oliveira, V. M. A. (2018). Formação continuada de professores: saberes ressignificados e práticas docentes transformadas. *Educação & Formação*, Fortaleza, v. 3, n. 9, p. 88-101, set./dez.
- Junqueira, L. H. N., & Cecílio, S. (2009). Formação de professores e as TICs. *Revista Universidade de Uberaba (UNIUBE)*, v. 1, n. 1.
- Kolb, D. A. (1984). *Experiential learning: Experience as the source of learning and development*. New Jersey: Prentice Hall.
- Lauand, G. B. A.; & Mendes, E. G. (2008). *Fontes de informação sobre tecnologia assistiva para indivíduos com necessidades educacionais especiais*. In: Mendes,

E. G.; Almeida, M. A.; Hayashi, M. C. P. I. (Org.). *Temas em educação especial: conhecimentos para fundamentar a prática*. Araraquara: Junqueira & Marin; Brasília, DF: CAPES - PROESP. p. 125-133.

Libâneo, J. C. (1994). *Didática*. São Paulo, Cortez.

_____. (1998). *Adeus Professor, Adeus Professora? novas exigências educacionais e profissões docente*. São Paulo: Cortez.

_____. (2004). *Organização e Gestão da Escola: Teoria e Prática*, 5. ed. Goiânia, Alternativa.

_____. et al. (2007a). *Educação escolar: políticas, estrutura e organização*. 5.ed. São Paulo: Cortez.

_____. (2007b). *A organização e a gestão da escola: teoria e prática*. Goiânia: Alternativa.

Lima, V. A. (2021). *Paulo Freire: a prática da liberdade, para além da alfabetização*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

Lopes, S. C.; & Santos, E. C. D. *Política de inserção das TICs na educação e formação de professores*.

Lopes, L. L. H. (2021). *As TIC como recurso para escola inclusiva*. Dissertação (Mestrado), Universidade Fernando Pessoa.

Luck, H. (2001). *Pedagogia da interdisciplinaridade*. Fundamentos teórico-metodológicos. Petrópolis: Vozes.

Luckesi, C. C. (1989). Democratização da educação: ensino à distância como alternativa. *Tecnologia Educacional* n°. 89/90/91, jul/dez. Rio de Janeiro, ABT.

Luria, A. R. (1991a). *Sensações e percepção: Psicologia dos processos cognitivos* (Curso de Psicologia Geral). Rio de Janeiro, Civilização brasileira, v. II.

_____. (1991b). *Atenção e memória* (Curso de Psicologia Geral). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. III.

Mantoan, M. T. E. (1997). *A integração de pessoas com deficiência*. São Paulo: Memnon,

_____. (2003). *Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer?* 1 Ed. São Paulo: Moderna.

_____. (2004). O direito de ser, sendo diferente, na escola. *Ciências e Letras*, n.36, p. 47-62.

_____. (2006a). Igualdade e diferenças na escola como andar no fio da navalha. *Educação (PUC/RS)*, Porto Alegre / RS, v. XXIX, n. 1(58), p. 55-64.

_____. (2006b). *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 64p.

_____. (2008). *Inclusão escolar: caminhos, descaminhos, desafios, perspectivas*. In: Maria Teresa Égler Mantoan. (Org.). *O desafio das diferenças nas escolas*. Petrópolis / RJ: Vozes, v. 1, p. 29-41.

_____. (2011). *A educação especial no Brasil: da exclusão à inclusão escolar*. Universidade Estadual de Campinas Faculdade de Educação Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino e Diversidade – LEPED/Unicamp, 25 março.

Marsiglia, A. C. G. (Org.). (2013). *Infância e pedagogia histórico-crítica*. Campinas, SP: Autores Associados.

- Martines, R. S., Medeiros, L. M., Silva, J. P. M., Camilo, C. M. (2018). *O uso das TICs como recurso pedagógico*. Anais...CIET EnPED, São Carlos (SP).
- Martins, L. M. (2011). *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. 249 f. Tese de doutorado (Doutorado em Psicologia da Educação) – Faculdade de Ciências da Universidade Estadual Paulista, campus de Bauru, São Paulo.
- Martins, L. A. R. et al. (2008). *Políticas e práticas educacionais inclusivas*. Natal, RN: EDUFRN.
- Martins, L. M. (2011). *O desenvolvimento do psiquismo e a educação escolar: contribuições à luz da psicologia histórico-cultural e da pedagogia histórico-crítica*. Tese (Graduação) Universidade Estadual Paulista, Campus de Bauru. Bauru/SP.
- Marx, K., & Engels, F. (2001). *Manifesto do partido comunista*. 2. ed. Porto Alegre: L & PM.
- Marx, K. (2008). *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed.- São Paulo: Expressão Popular, 288 p.
- Masetto, M. T. (2000). *Mediação pedagógica e o uso da tecnologia*. In: Moran, J. M.; Masetto, M. T.; Behrens, M. Aparecida. *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. São Paulo: Papirus. p.133-173.
- Mazzotta, M. J. S. (2005). *Educação Especial no Brasil: história e políticas públicas*. 5. ed. São Paulo: Cortez.
- Meireles, A. J. (1999). A rodada do milênio da OMC: como culpar o resto do mundo pelas nossas mazelas. *Balde Branco*. São Paulo: v.36, n.422, dez., p. 56-59.
- Melo, V. S., & Melo, V. S. (2020). O uso das tecnologias digitais de informação e comunicação (TDIC) na educação à distância sob a ótica da teoria da aprendizagem significativa. *Congresso Internacional de Educação e Tecnologias*

(CIET), *Encontro de Pesquisadores em Educação a Distância (ENPED)*, 24 a 28/08.

Mello, A. M. S. R. (2007). *Autismo: guia prático*. 7. ed. São Paulo: Associação de Amigos do Autista (AMA); Brasília: CORDE, 104 p.

Mendonça, A. A. S. (2013). *Escola Inclusiva: barreiras e desafios*. In: VII Encontro de Pesquisa em Educação; II Congresso Internacional trabalho docente e processos educativos e; II Simpósio de Ética em Pesquisa. 21 a 25 de outubro de 2013.

_____. (2018). A educação inclusiva e as novas tecnologias. *Revista da Universidade de Uberaba (UNIUBE)*.

Michaelis, H.; & Vasconcelos, C. M. (2022). *Dicionário Michaelis*. Melhoramentos.

Miranda, L. P., Resegue, R., & Figueiras, A. C. M. (2003). A criança e o adolescente com problemas do desenvolvimento no ambulatório de pediatria. *Jornal de Pediatria*, Rio de Janeiro, v. 79, n. 1, p. 33-42.

Miranda, M. V. C., Sousa, A. C. M., Oliveira, J. S., & Brasil, N. D. (2020). Educação inclusiva-uso da tecnologia da informação como recurso de ensino em tempos de distanciamento social, nas escolas públicas de Areia-PB. In: *VI Congresso Nacional de Pesquisa e Ensino de Ciências*.

Mitter, P. (2003). *Educação inclusiva: contextos sociais*. Trad.: Windyz Brazão Ferreira Porto Alegre: Artmed.

Mileo, T. R., Kogut, M. C. (2009). A importância da formação continuada do professor de Educação Física e a influência na prática pedagógica. In: *IX Congresso Nacional de Educação (EDUCERE)*, III Encontro Sul Brasileiro de Psicopedagogia 26 a 29 de outubro de 2009 - PUCPR.

Monteiro, Y. S. (2019). *Tech Tools: o uso de ferramentas tecnológicas no ensino de língua inglesa*. Secretaria da Educação do Estado do Ceará- SEDUC.

Moran, J. M.; Masetto, M.; & Behrens, M. (2006). *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. 12. ed. São Paulo: Papirus.

Moran, J. M. (2009). *Novas tecnologias e mediação pedagógica*, Coleção Papirus Educação, Editora Papirus, Campinas, 16. ed.

_____. (2005). As múltiplas formas de aprender. *Revista Atividades & Experiências*. Julho.

_____. (2000). *Ensino e aprendizagem inovadores com tecnologias audiovisuais e telemáticas*. In: Moran, J. M.; Masetto, M.; & Behrens, M. (2000). *Novas tecnologias e mediação pedagógica*. Campinas, SP: Papirus. (Coleção Papirus Educação).

Moreira, M. A. (2011). Aprendizagem Significativa: um conceito subjacente. Instituto de Física da UFRGS. *Revista meaningful Review – V1(3)*, pp. 25-46.

Mori, N., & Sander, R. (2015), *História da educação de surdos no Brasil*. In. Seminário de pesquisa ppe., Maringá, Universidade Estadual de Maringá, p. 01-16

Nilsson, I. (2003). A educação de pessoas com desordens do espectro autístico e dificuldades semelhantes de aprendizagem. *Temas sobre desenvolvimento*, São Paulo, maio-junho, v. 12(68), p. 5-45.

Nóvoa, A. (2009). *Para uma formação de professores construída dentro da profissão*. In: Nóvoa, A. *Professores: imagens do futuro presente*. Lisboa: Educa.

_____. (1992). *Os professores e sua formação*. Lisboa: Dom Quixote.

Oliveira, R. (1997). *Informática educativa: dos planos e discursos à sala de aula*. Campinas: Papirus.

Oliveira, L. N., Lima, M. C. M. P., & Gonçalves, V. M. G. (2003). Acompanhamento de lactentes com baixo peso ao nascimento: aquisição da linguagem. *Arquivos de Neuropsiquiatria*, São Paulo, v. 61, n. 3B, p. 2-7, set.

Oliveira, E. G. (2003). *Educação a distância na transição paradigmática*. Campinas: Papyrus.

Oliveira, C.; & Moura, S. P. (2015). TIC's na educação: a utilização das tecnologias da informação e comunicação na aprendizagem do aluno. *Pedagogia em Ação*, v. 7 n. 1.

Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS). (2005). *Manual para a vigilância do desenvolvimento infantil no contexto do AIDPI*. Washington: OPAS.

Organização das Nações Unidas (ONU). (1975). *Declaração dos direitos das pessoas deficientes*.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). (1994). *Declaração de Salamanca e Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais, Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade*. Salamanca, Espanha. 49 p.

_____. *Tic Acessíveis e Ensino Personalizado para Alunos com Deficiências: Um diálogo entre Educadores, Indústria, Governo e Sociedade Civil*, 17 – 18 de novembro de 2011. Sede da UNESCO, Paris.

Pádua, E. M. M. de. (1997). *O processo de pesquisa*. In: _____. *Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática*. Campinas: Papyrus, (Coleção Práxis. P. 29-89).

Palangana, I. C. (2001). *Desenvolvimento e aprendizagem em Piaget e Vygotsky: a relevância do social*. 3. Ed. São Paulo: Summus.

Pantoja Vallejo, Antonio (Coord.) (2009). *Manual básico para la realización de tesinas, tesis y trabajos de investigación*. Madrid: Editorial EOS.

Parasuraman , A (1991). *Marketing research*. 2. ed. Addison Wesley Publishing Company.

Pereira, B. T., & Freitas. M. C. D. (2009). *O uso das tecnologias da informação e comunicação na prática pedagógica da escola*. Departamento de Ciências e Gestão da Informação da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Pereira, E., Silva, D. R. (2014). *O uso de TICS como recursos de apoio pedagógico no processo de ensino de alunos com dificuldades de aprendizagem*. In: Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Governo do Estado – Secretaria de Educação do Paraná.

Petronilo, A. P. S. (2007). *Dificuldade de aprendizagem na leitura e na escrita*. Brasília. 54 p. Monografia (Especialização) – Universidade de Brasília. Centro de Ensino a Distância.

Pinho, A. V. (2019). *A arte na educação*. In: Rosa, M. V. F. P. C. (2019). O trabalho docente e a prática pedagógica. Revista Educar FCE - 20 ed. Maio.

Poker, R. B., Navega, M. T., & Petitto, S. (2012). *Acessibilidade na Escola Inclusiva: Tecnologias, Recursos e o Atendimento Educacional Especializado*. Unesp Marília Publicações.

Plonski G. A. (2001). *Educação Continuada e Reciclagem de professores e engenheiros*. Inep.

Quadros, R. M. (2008). *O BI em Bilinguismo na Educação de Surdos*. In. Fernandes, E. (Org.) Surdez e Bilinguismo. Porto Alegre: Mediação.

Rippel, V. C. L., & Silva, A. M. (2003). *Inclusão de estudantes com necessidades especiais na Escola Regular*. In: 1º Simpósio Nacional de Educação e XX Semana da Pedagogia. Unioeste: Cascavel, Paraná.

- Ribeiro, L. O. M. et al. (2006). Modificações em jogos digitais e seu uso potencial como tecnologia educacional para o ensino de engenharia. *Revista Novas Tecnologias na Educação*, v. 4, n. 1. Porto Alegre: UFRGS.
- Rocha, S. F. (2016). Tecnologia Assistiva na Educação Inclusiva. *Cadernos de PDE*. UNIOESTE- Cascavel/PR.
- Rodrigues, J. M. C., & Santos, P. M. G. (2020). *Reflexões e desafios das novas práticas docentes em tempos de pandemia*. João Pessoa: Editora do CCTA.
- Rojo, R. (2000). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCNs*. São Paulo: EDUC; Campinas: Mercado de Letras 252. p. (Col. As faces da Lingüística Aplicada).
- Salles, H. M. M. L. (Org.). (2004). *Ensino de língua portuguesa para surdos: caminhos para a prática pedagógica*. Programa Nacional de Apoio à Educação dos Surdos. Brasília: MEC, SEESP, 2 v.: il.
- Sampieri, R. H.; Collado, C. H.; Lucio, P. B. (2006). *Metodologia de Pesquisa*. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill.
- Santos, T. P., & Reis, M. B. F. (2015). *Educando na diversidade: o uso das tecnologias e a inclusão escolar*. In: XII Congresso Nacional de Educação (EDUCERE). Formação de Professores, Complexidade e Trabalho docente. PUCPR 26 a 29 outubro.
- Sartoreto, M. L., & Bersch, R. (2014). Tecnologia assistiva e educação. *Revista Assistiva - Tecnologia e Educação*.
- Sassaki, R. K. (2003) *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. 5. ed. Rio De Janeiro: Ed. WVA.
- Saviani, D. (2012). *Escola e Democracia*. 42 ed. Campinas, SP: Autores Associados.

_____. (2011). *1944 - Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11. ed. rev. Campinas, SP: Autores Associados.

_____. (2008). *Escola e Democracia*. 40. ed. Campinas: Autores Associados, (edição comemorativa).

_____. (2007). Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação* v. 12 n. 34 jan./abr.

_____. (2003). *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 8. ed. Campinas: Autores Associados.

_____. (2001). *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre a educação política*. 34 ed. Campinas, SP: Autores Associados.

_____. (1984). *Escola e democracia*. São Paulo: Cortez; Campinas: Autores Associados.

Saviani, D., & Duarte, N. (2012). *A formação humana na perspectiva histórico-ontológica*. In:_____. (Orgs.) *Pedagogia histórico-crítica e luta de classes na educação escolar*. Campinas-SP: Autores Associados.

Silva, R. P. (2009). Medicina, educação e psiquiatria para a infância: o pavilhão-escola Bourneville no início do século XX. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*. São Paulo. v. 12, n. 1, p. 195 – 208.

Silva, F. C. S., & Lemos, D. (2012). *As novas tecnologias da educação: Interação? Mediação? Qual é o papel do tutor?* In: VI Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, São Cristóvão/SE, 20 a 22 de setembro.

Silva, A. B. B., Reveles, L. T., & Gaiato, M. B. (2012). *Mundo Singular – Entenda o Autismo*. 1 ed. Fontanar.

- Silva, C. S. R. *O planejamento das práticas escolares de alfabetização e letramento*. In: Castanheira, M. L., Maciel, F., Martins, R. (2008). *Alfabetização e letramento na sala de aula*. Belo Horizonte: Autêntica Editora: Ceale,
- Soares, M. B. (2003). *A reinvenção da Alfabetização*. [Presença Pedagógica]. *Belo Horizonte*, nº 52, jul./ago.
- Souza, J. C. S. (2018). *Educação e História da Educação no Brasil*. B3 em ensino - Qualis, Capes. 27 de novembro.
- Souza, A. V. (2019). O professor e as novas tecnologias na educação. In: Rosa, M. V. F. P. C. (2019). *O trabalho docente e a prática pedagógica*. *Revista Educar FCE* - 20 ed. maio.
- Souza, R. T., & Miranda, J. C. (2020). Uso de tecnologias de informação e comunicação nas práticas escolares para pessoas com deficiência. *Qualis*, Capes, Edição v. 20, ed. 39.
- Schirmer, C. R. et al. (2007). *Atendimento educacional especializado: deficiência física*. Brasília, DF: Cromos.
- Schneider, M. B. D. *Subsídios para a ação pedagógica no cotidiano escolar inclusivo*. Educação On Line. 17 de agosto de.
- Schön, David A.(2000). *Como formar professores como profissionais reflexivos*. Editora Dom Quixote. Portugal.
- Tardif, M. (2002). *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes.
- Tápias-Oliveira, E. M. (2015). *Construção da identidade profissional de professores na universidade: aprendendo a partir de sua prática diarista*. *Delta.*, 31-1, (69-103).
- Teixeira, E. C. A. (2010). *Educação e novas tecnologias: o papel do professor diante desse cenário de inovações*. Webartigos, [S.I.], 24 jul.

- Teixeira, R. A. (2009). Espaços, recursos escolares e habilidades de leitura de estudantes da rede pública municipal do Rio de Janeiro: estudo exploratório. *Revista Brasileira de Educação* v. 14 n. 41 maio/ago.
- Tiné, S. Z. S. (2013). *Currículo em movimento para educação básica: ensino fundamental anos iniciais*. Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal – GDF.
- Tomazetti, E. (1998). *Estrutura conceitual para uma abordagem do significado da interdisciplinaridade: um estudo crítico*. UFSM, n. 10, p. 1-43.
- Torres, R. M. *Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial*. (2000). In: Tommasi, L.; Warde, M. J.; Haddad, S. (Orgs.) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 3. ed. São Paulo: Cortez. P. 125-94.
- Valente, J. A. (1991). *Liberando a mente: computadores na Educação Especial*. Campinas: Gráfica Central da Unicamp.
- Veiga-Neto, A. J. (1994). *Produção e construção do conhecimento nas diferentes disciplinas - a problemática a interdisciplinaridade*. In: Encontro Nacional de Didática e Prática de Ensino, 7, 1994, Goiânia. Anais. Goiânia. s.p.
- Voigt, J. M. R., Haracemiv, S. M. C., Camargo, N. M., & Ratti, L. A. (2021). Mudanças curriculares e formação docente: desafios e possibilidades. *RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. esp. 1, p. 835-849, mar.
- _____. (2019). Mudanças curriculares e formação docente: desafios e possibilidades. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 16, n. esp. 1, p. 835-849, mar. 2021.
- Vygotsky, L. S. (2007). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (2001). *Obras escogidas*. Tomo II. Madrid: Visor.

_____. (1996). *Obras escogidas*. Tomo IV. Madrid: Visor.

_____. (1991). *A formação social da mente*. 4 ed. Livraria Martins Fontes Editora Ltda. São Paulo - SP

_____. (1989). *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes.

_____. (1987). Pensamento e Fala. Em RW Rieber, & AS Carton (Eds.), *The Collected Works of LS Vygotsky* (Vol. 1), Problems of General Psychology (pp. 39-285). Nova York: Plenum Press. (Obra Original Publicada em 1934).

Vygotsky, L. S.; & Cole, M. (1991) *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. Trad. J. Cipolla Neto. 4. ed. São Paulo: Martins Fontes.

Wan, C. Y.; & Schlaug, G. (2010). Fazer música como ferramenta para promover a plasticidade cerebral ao longo da vida. *Neuro cientista*. Out;16(5):566-77.

Winter, A. L. S., Caus, J. R. M., & Cândido, R. A. (2019). *O uso das tecnologias da informação e comunicação (TICs) no ensino fundamental e as dificuldades de implementação nas práticas docentes*. Instituto Federal de Santa Catarina.

Zabala, A. (1999). *Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula*. 2. ed. Porto Alegre: Artmed.

Zanellato, D., & Poker, R. B. (2012). Formação continuada de professores na educação inclusiva: a motivação em questão. *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 7, n. 1, p. 147–158.

ANEXOS

ANEXO A - QUESTIONÁRIO SEMIABERTO /PROFESSORES



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

QUESTIONÁRIO SEMIABERTO /PROFESSORES

Caro(a) professor(a). Meu nome é Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas, sou doutoranda do Curso de Doutorado em Ciências da Educação, oferecido pela Universidade Autônoma de Assunção em Assunção-Paraguai. O presente questionário foi elaborado para subsidiar a construção dos dados que compõem a minha tese de conclusão do curso acima referido. Peço, por favor, que responda às questões abaixo com a maior sinceridade possível. Ressalto que sua identidade será mantida em sigilo durante todo o processo de construção e divulgação dos dados. Desde já, agradeço pela sua participação e colaboração.

Não há respostas certas ou erradas. Se você concorda, marque SIM com X. Se você discorda, marque NÃO com um X.

Por favor, responda todos os itens. Muito obrigada.

Dados de identificação

Sexo: () Feminino () Masculino () Outro

Idade: ____ anos

Escolaridade: () Ensino Médio () Ensino Superior () Especialização

() Mestrado () Doutorado

Área de formação acadêmica Graduado em: _____

Quanto tempo de atuação em docência? _____ anos

Nome da Escola em que trabalha _____

1 - Você já participou de algum curso específico para trabalhar com a inclusão escolar de alunos com deficiência?

() Sim

() Não

2 - A escola em que você trabalha incentiva a participação do corpo docente em cursos específicos relacionados à educação de alunos com deficiência?

() Sim

() Não

3 - A escola em que você trabalha disponibiliza recursos pedagógicos específicos para se trabalhar com a inclusão de alunos com deficiência?

() Sim

() Não

4 - No decorrer da sua formação acadêmica (licenciatura) você teve algum componente curricular voltado para educação especial?

() Sim

() Não

5 - Observando a estrutura da escola em que trabalha, no que diz respeito aos recursos físicos, a escola é acessível para os alunos com deficiência?

() Sim

() Não

6 - Quanto aos materiais pedagógicos, são adaptados conforme o PEI (Plano de Ensino Individualizado) para os alunos com deficiência?

() Sim

() Não

7 - Na escola em que você trabalha, há um planejamento inclusivo para trabalhar com a inclusão de alunos com deficiência?

() Sim

() Não

8 - Você busca, em sala de aula, utilizar propostas pedagógicas que atendam às reais necessidades e especificidades do seu aluno com deficiência?

() Sim

() Não

9 - Os estudantes da sala de aula regular tem uma boa interação com os alunos com deficiência?

() Sim

() Não

10 - Você acredita que há uma boa interação entre família e escola no processo ensino - aprendizagem dos alunos com deficiência?

a) () Sim

b) () Não

11 - Você aplica atividades aleatórias sem planejamento adaptado?

a) () Sim

b) () Não

12 - Você sente dificuldades em orientar o aluno com deficiência por não saber o que falar, ou como se comportar (dócil ou austera)?

a) () Sim

b) () Não

13 - Você procura dialogar com outros profissionais para ter novas ideias e experiências sobre planejamento adaptado?

- a) () Sim
- b) () Não

14 - Você tem conhecimento sobre PEI (Plano de Ensino Individualizado)?

- a) () Sim
- b) () Não

15 - Na sua percepção, você acredita que tem habilidades para trabalhar com estudantes com deficiência?

- a) () Sim
- b) () Não

16 - Você compreende qual é a função do profissional de apoio escolar (cuidador)?

- a) () Sim
- b) () Não

17 - A escola possui um espaço denominado sala de atendimento educacional (AEE) ou sala de recurso?

- a) () Sim
- b) () Não

18 - Tem o professor Especialista para o Atendimento Educacional Especializado (AEE)?

- a) () Sim
- b) () Não

19 - Na escola ocorre o ato colaborativo entre professor do AEE e professor do ensino regular no planejamento pedagógico?

- a) () Sim
- b) () Não

20 - Pensando no estudante com deficiência, um sujeito pertencente a “toda instituição”, o coordenador pedagógico observa e orienta quanto ao

planejamento sugerindo diversas estratégias pedagógicas para alcançar as necessidades educativas específicas?

a) Sim

b) Não

21- A comunidade escolar percebe e estimula a interação do estudante deficiente com os seus colegas de turma?

Sim

Não

22 - A escola dispõe de acessibilidade para o estudante, tais como: espaço físico adaptado e mobiliário acessível, dentre outros?

Sim

Não

23 - No geral qual é a opinião da equipe escolar (equipe pedagógica, diretor (a), professores, colegas de turma) sobre seu planejamento com atividades adaptadas para o bom desenvolvimento escolar do estudante com deficiência?

Bom

Regular

Muito bom

Ruim

24 - Como é o envolvimento afetivo e social da turma com o estudante?

Bom

Regular

Muito bom

Ruim

25 - Na sua concepção, você acredita que a família do estudante com deficiência se envolve com a sua vida escolar?

() Sim

() Não

26 - Você acredita que a opinião da família interfere na vida escolar do estudante?

() Sim

() Não

27 - A família do estudante com deficiência participa de reuniões, de comemorações, entre outras atividades da escola?

() Sim

() Não

28 - O Plano de Atendimento Educacional Especializado apresenta as intervenções necessárias que deverão ser desenvolvidas pelos professores no ensino regular (sala de aula), bem como no Atendimento Educacional Especializado, por meio da Sala de Recursos Multifuncional. Você tem contribuído na elaboração deste plano na escola onde trabalha?

() Sim

() Não

29 - Como é a participação do estudante com deficiência nas atividades adaptadas propostas?

() Participa integralmente,

() Parcialmente

() Não participa

30 – É possível identificar habilidades e potencialidades no estudante deficiente?

() Sim

() Não

31 - Como você se sente ao planejar atividades adaptadas que contemplam o aluno com deficiência?

32 - A Educação Especial não é atual, mas é invisível na atualidade pelas autoridades e por alguns educadores. Esta invisibilidade também está presente nesta escola?

33 - De acordo com a sua experiência na educação, quais as maiores dificuldades pedagógicas para a aplicabilidade da Educação Especial de forma contextualizada e interdisciplinar ou desenvolvimento na Escola?

34 - No seu ponto de vista até que ponto é importante a Educação Especial no espaço escolar com vistas a minimizar o preconceito e desenvolver a inclusão?

35 - No seu ponto de vista, qual a relação existente entre Inclusão e educação Especial?

36 - Como você acha que as pessoas (comunidade) podem colaborar para estabelecer os direitos e atualizar as políticas públicas na Educação Especial? Explique.

ANEXO B - QUESTIONÁRIO FECHADO / DICOTÓMICAS COORDENADOR



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN DOCTORADO EN CIENCIAS DE LA EDUCACIÓN

QUESTIONÁRIO FECHADO / DICOTÓMICAS COORDENADOR

Caro(a) coordenador pedagógico (a). Meu nome é Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas, sou doutoranda do Curso de Doutorado em Ciências da Educação, oferecido pela Universidade Autônoma de Assunção em Assunção-Paraguai. O presente questionário foi elaborado para subsidiar a construção dos dados que compõem a minha tese de conclusão do curso acima referido. Peço, por favor, que responda às questões abaixo com a maior sinceridade possível. Ressalto que sua identidade será mantida em sigilo durante todo o processo de construção e divulgação dos dados. Desde já, agradeço a sua participação e colaboração.

Não há respostas certas ou erradas. Se você concorda, marque SIM com X. Se você discorda, marque NÃO com um X.

Por favor, responda todos os itens. Muito obrigada.

Dados de identificação

Sexo: () Feminino () Masculino () Outro

Idade: ____ anos

Escolaridade: () Ensino Médio () Ensino Superior () Especialização

() Mestrado () Doutorado

Área de formação acadêmica Graduado em: _____

Quanto tempo de atuação em docência _____ anos

Quanto tempo de atuação na Coordenação _____ anos

nome da Escola em que trabalha: _____

1- O Projeto Pedagógico da Escola é avaliado por todos os profissionais que nela trabalham?

() Sim

() Não

2 - Enquanto coordenador pedagógico Gestor (a) você está aberto (a) ao diálogo para apoiar e dar suporte ao professor da educação especial?

() Sim

() Não

3 - Você é um coordenador aberto para novas ideias e sugestões?

() Sim

() Não

4 - Você acompanha o planejamento do professor (a) ?

() Sim

() Não

5 - Você tem observado se o planejamento semanal do professor é adaptado para o aluno da educação especial?

() Sim

() Não

6 - Os professores sentem dificuldades em fazer um planejamento com atividades adaptadas?

() Sim

() Não

7 - Enquanto coordenador pedagógico você sente dificuldade em orientar os professores nos planejamentos da educação especial?

() Sim

() Não

8 - Você tem suporte da secretaria de educação em relação a educação especial?

() Sim

() Não

9 - A gestão da sua escola tem dado suporte em relação a materiais e a formação para você coordenador?

() Sim

() Não

10 - A gestão da sua escola tem dado suporte em relação a materiais e a formação para os professores?

() Sim

() Não

11 - As Formações da educação especial vem de encontro aos anseios dos professores e coordenadores?

() Sim

Não

12 - Enquanto coordenador pedagógico você acompanha o trabalho realizado pelo professor da sala de AEE da sua escola?

Sim

Não

13 - sabe se que o papel de coordenador formador não é fácil, você consegue intermediar conflitos, avaliar, formar, observar, acompanhar planejamento e garantir que as atividades adaptadas sejam mesmo efetivas na educação especial?

Sim

Não

14 - Sabe se que o papel do coordenador é também de observador da prática do professor você tem feito observação em sala de aula?

Sim

Não

15 - O planejamento adaptado tem se efetivado na prática do (a) professor (a) em sala?

Sim

Não

16 - Sabe- se que educação inclusiva é uma educação com equidade, para todos, tanto para negros, brancos, índios, de todas as raças, cores, religiões e regiões. Você é a favor da educação especial?

Sim

Não

17 - Você articula o ato colaborativo entre professor do AEE e professor do ensino regular no planejamento pedagógico?

Sim

Não

18 - Enquanto coordenador formador você procura estar em constante formação para se atualizar e orientar os professores na educação especial?

Sim

Não

19 - Você procura dialogar com profissionais de outras escolas para ter novas ideias e experiências sobre planejamento adaptado para orientar os professores em seus planejamentos?

Sim

Não

20 - Sabendo do seu papel frente a coordenação pedagógica, a escola em que você trabalha disponibiliza recursos pedagógicos específicos para se trabalhar com a inclusão de alunos com deficiência?

Sim

Não

21 - A Educação Especial não é atual, mas é invisível na atualidade pelas autoridades e por alguns educadores. Esta invisibilidade também está presente nesta escola?

22 - De acordo com a sua experiência na educação, quais as maiores dificuldades pedagógicas para a aplicabilidade da Educação Especial de forma contextualizada e interdisciplinar ou desenvolvimento na Escola?

23 - No seu ponto de vista até que ponto é importante a Educação Especial no espaço escolar com vistas a minimizar o preconceito e desenvolver a inclusão?

24 - No seu ponto de vista, qual a relação existente entre Inclusão e educação Especial?

25 - Como você acha que as pessoas (comunidade) podem colaborar para estabelecer os direitos e atualizar as políticas públicas na Educação Especial ? Explique.

26 - Quais são as capacidades necessárias que os professores devem ter para elaborar o plano de aula específico que atenda os estudantes da educação especial e inclusiva ?

27 - Quais são as ações pedagógicas que os coordenadores podem desenvolver junto aos Professores que atendem os estudantes da educação especial?

28 - Que ações são realizadas pelo coordenador pedagógico da escola que mereciam destaque quando falamos de formação inclusiva?

29 - Como o coordenador pedagógico pode intervir no processo de ensino e aprendizagem da educação especial?

30 - No seu ponto de vista quais as ações que um coordenador pedagógico deve fazer para se construir um ambiente democrático e inclusivo na escola?

ANEXO C - TERMO DE VALIDAÇÃO DO QUESTIONÁRIO



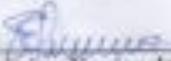
Universidad Autónoma de Asunción
Dirección de Investigación
Ficha Técnica de Proyecto de Tesis

TERMO DE VALIDAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA

Vimos por meio deste solicitar a avaliação do Núcleo de Educação Inclusiva/SEMED, objetivando validar o seguinte instrumento: Questionários para coordenadores pedagógicos e Questionários para professores, que fazem parte da pesquisa: **Análise da Necessidade Formativa do Professor para dar Respostas aos Planejamentos da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental I: Um Estudo no Município de Ariquemes-RO/Brasil**, desenvolvida por mim, Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas, doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências da Educação da Universidad Autónoma de Asunción. Seguem os objetivos: **OBJETIVO GERAL:** Analisar as necessidades de formação dos professores de Educação Especial no desenvolvimento do trabalho docente. **OBJETIVOS ESPECÍFICOS:** 1- Analisar a necessidade formativa para dar suporte aos planejamentos do professor na educação especial. 2- Descrever sob a luz dos teóricos as atividades propostas e desenvolvidas pelos docentes em sala de aula regular se evidenciam claramente o ensino aprendizagem e interação inclusiva, 3 - Investigar a realidade cotidiana da práxis educativa em sala de aula do professor na educação especial, 4- Apontar a oferta de cursos de formação continuada voltados à área da educação especial e nível de interesse e participação dos professores, 5- Analisar o trabalho de acompanhamento da práxis educativa do docente na educação especial por parte da equipe pedagógica da unidade escolar.

Qualquer esclarecimento, consultar a doutoranda Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas pelo Tel: (69) 992277955 ou e-mail: xavierosana19@gmail.com.

Ariquemes-RO, 06 de Março de 2023.



 Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas
 Doutoranda em Ciências da Educação/UA

Declaramos que os instrumentos de pesquisa estão aptos para sua aplicação no campo. As questões e itens estão relacionados com o conteúdo de cada objetivo específico e acreditamos que vão ajudar a obter esses objetivos.

Assim sendo, analisamos, fizemos algumas sugestões e aprovamos os questionários para uso previstos na investigação.



 Maria Geralda Lima da Silva
 Coordenadora do Núcleo de Ed. Inclusiva/SEMED
 Especialista em Educação Especial



 Silvana Fátima dos Santos
 Técnica Núcleo de Ed. Inclusiva/SEMED
 Doutora em Educação

ANEXO D – CARTA DE APRESENTAÇÃO CHAPEUZINHO VERMELHO



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIÊNCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA
EDUCACIÓN DOUTORADO EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ariquemes-RO, 29 de março de 2023.
Assunto: Coleta de dados para Tese de Doutorado
Senhora Diretora: Vania Garcia Rodrigues David

A Universidade Autônoma de Assunção/Paraguai por meio desta apresenta **Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas**, aluna do curso de Doutorado em Ciências da Educação. A mesma encontra se em fase de construção da tese requisito parcial para a conclusão do curso.

Para a realização da tese de doutorado, será necessário realizar um estudo empírico que tem como objetivo Analisar as necessidades de formação dos professores que atendem estudantes da Educação Especial no desenvolvimento do trabalho docente, cujas estratégias metodológicas envolverão: aplicação de questionário para os coordenadores pedagógicos e para os professores do fundamental I, através do Formulário Google Forms.

Essa pesquisa será analisada pela professora/cursista acima supracitada, sob orientação do Prof. Dr. José Antonio Torres Gónzales, cujo tema é "**Análise da Necessidade Formativa do Professor para dar Respostas aos Planejamentos da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental I: Um Estudo no Município de Ariquemes-RO/Brasil**", o que torna a escola sob sua direção contexto propicio para construção de conhecimentos na área.

Nesse sentido, solicitamos sua contribuição e autorização para o desenvolvimento dessa pesquisa nessa escola. Asseguramos que os aspectos de ordem ética, garantia de sigilo dos questionários, observações, registros e análise documental serão rigorosamente respeitados em todo estudo proposto.

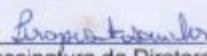
Para maiores esclarecimentos entre em contato pelo telefone (+5569) 99227-7955 ou pelo email; xavierosana19@gmail.com.

Desde já contamos com a sua colaboração e agradecemos.

Atenciosamente,

Autorizado em: 29 / 03 / 2023


Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas.
Doutoranda em Ciências da Educação -UAA


Assinatura da Diretora
TEREZINHA A. COSTA SANCHES
Vice-Diretora
Dec. 15.986 de 03/01/2020

ANEXO E – CARTA DE APRESENTAÇÃO ROBERTO TURBAY



UNIVERSIDAD AUTÓNOMA DE ASUNCIÓN
FACULTAD DE CIÊNCIAS HUMANÍSTICAS Y DE LA
EDUCACIÓN DOUTORADO EM CIÊNCIAS DE LA EDUCACIÓN

CARTA DE APRESENTAÇÃO

Ariquemes-RO, 29 de março de 2023.
Assunto: Coleta de dados para Tese de Doutorado
Senhora Diretora: Celi Selma Rodrigues

A Universidade Autónoma de Assunção/Paraguai por meio desta apresenta **Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas**, aluna do curso de Doutorado em Ciências da Educação. A mesma encontra se em fase de construção da tese requisito parcial para a conclusão do curso.

Para a realização da tese de doutorado, será necessário realizar um estudo empírico que tem como objetivo Analisar as necessidades de formação dos professores que atendem estudantes da Educação Especial no desenvolvimento do trabalho docente, cujas estratégias metodológicas envolverão: aplicação de questionário para os coordenadores pedagógicos e para os professores do fundamental I, através do Formulário Google Forms.

Essa pesquisa será analisada pela professora/cursista acima supracitada, sob orientação do Prof. Dr. José Antonio Torres Gónzales, cujo tema é **"Análise da Necessidade Formativa do Professor para dar Respostas aos Planejamentos da Educação Especial nos anos iniciais do Ensino Fundamental I: Um Estudo no Município de Ariquemes-RO/Brasil"**, o que torna a escola sob sua direção contexto propício para construção de conhecimentos na área.

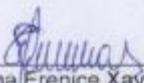
Nesse sentido, solicitamos sua contribuição e autorização para o desenvolvimento dessa pesquisa nessa escola. Asseguramos que os aspectos de ordem ética, garantia de sigilo dos questionários, observações, registros e análise documental serão rigorosamente respeitados em todo estudo proposto.

Para maiores esclarecimentos entre em contato pelo telefone (+5569) 99227-7955 ou pelo email: xavierosana19@gmail.com.

Desde já contamos com a sua colaboração e agradecemos.

Atenciosamente,

Autorizado em: 29/03/2023


Rosana Erenice Xavier da Silva Lucas.
Doutoranda em Ciências da Educação - UAA


Assinatura da Diretora
Celi Selma Rodrigues
Diretora da EMEIEF
ROBERTO TURBAY
Decreto Nº. 10.034 de 19/03/2023